



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**NAS TRILHAS DO “REI DO CANGAÇO” E DE SUAS  
REPRESENTAÇÕES  
(1922 – 1927)**



WESCLEY RODRIGUES DUTRA

Área de Concentração: História e Cultura Histórica  
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB  
MARÇO – 2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**NAS TRILHAS DO “REI DO CANGAÇO” E DE SUAS  
REPRESENTAÇÕES  
(1922 – 1927)**

WESCLEY RODRIGUES DUTRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de concentração em História e Cultura Histórica e linha de pesquisa Ensino de História e Saberes Históricos.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Maria Rodrigues Behar  
Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Telma Dias Fernandes

JOÃO PESSOA – PB  
MARÇO – 2011

D978n Dutra, Wescley Rodrigues.

Nas Trilhas do “Rei do Cangaço” e de suas Representações  
(1922-1927) / Wescley Rodrigues Dutra..- João Pessoa: [s.n.],  
2011.

175f.:il.

Orientadora: Regina Maria Rodrigues Behar.

Co-Orientadora: Telma Dias Fernandes

Dissertação (Mestrado) – UFPb - CCHLA

1.História Cultural. 2. Representação Social. 3. Cultura Histó-  
rica - Cangaço.

UFPb/BC

CDU: 930.85(81)(043)

**NAS TRILHAS DO “REI DO CANGAÇO” E DE SUAS  
REPRESENTAÇÕES  
(1922 – 1927)**

Wescley Rodrigues Dutra

Avaliado em 18/03/2011 com conceito Aprovado

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Maria Rodrigues Behar  
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba  
(Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Telma Dias Fernandes  
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba  
(Co-orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega  
Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade – Universidade Estadual da  
Paraíba  
(Examinadora Externa)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Maria Godoy Silveira  
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba  
(Examinadora Interna)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano  
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba  
(Examinadora Suplente)

---

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira  
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande  
(Examinador Suplente)

*Aos meus pais, a Madalena  
Paiva (in memoriam) e aos  
cangaceiros(as) e volantes  
que guerrearam no sertão  
nordestino.*

“Tudo no mundo começou de um sim. Uma molécula disse sim a outra molécula e nasceu a vida. Mas antes da pré-história havia a pré-história da pré-história e havia o nunca e havia o sim. Sempre houve. Não sei o quê, mas sei que o universo jamais começou [...] Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever. Como começar pelo início, se as coisas acontecem antes de acontecer? Se antes da pré-história já havia os monstros apocalípticos [...] Pensar é um ato. Sentir é um fato”.

(LISPECTOR, 1998, p. 11).

## AGRADECIMENTOS

---

É chegado o momento mais prazeroso e difícil, quando, ao encerrar uma pesquisa, lançamos ao mundo essa “filha” a qual durante meses consumiu o nosso tempo, noites de sono, passeios e diversões. Essa dissertação que agora vos chega, foi construída por muitas mãos, as quais com contribuições, reflexões e argumentações costuraram a teia da pesquisa e da narrativa. O mérito, de forma alguma, é somente meu, mas em grande parte deles, pois foram os aportes a me sustentar quando a nau parecia rumar para o naufrágio. Cabe-me agradecer-lhes.

*Deus*, o seu amor por mim me fez forte, sendo meu porto seguro quando o medo se abatia sobre a minh'alma, as incertezas faziam as lágrimas verterem pelos meus olhos e molhavam a minha face. Sem Ti não conseguiria ter chegado à concretização dessa etapa. Agradeço-te por tua imensa misericórdia e por ter voltado o olhar complacente para esse filho, me protegendo pelos tortuosos caminhos, colocando pedras nesse percurso para ajudar no meu crescimento e me levando a realizar-me no seio da História enquanto disciplina e ciência.

Nesse mundo, vocês foram as primeiras a me amarem e protegerem. Confiaram em mim e ensinaram a andar com minhas pernas e a construir a minha história. De forma especial, agradeço aos dois grandes amores da minha vida, minha mãe biológica *Klébia Rodrigues*, pelo dom da vida e o amor que me encoraja; e a minha mãe por adoção de almas, *Alzenira Andrade*, a qual, na sua simplicidade, me fez amar as letras, a sabedoria e o mundo. Por onde eu for, as marcas de vocês estarão presentes, ensinando-me o que é o amor. A vocês dedico essa dissertação.

Pai, também agradeço por todo o apoio não dado, por suas ausências, pela descrença no seu filho, pois, desde cedo, tudo isso me ensinou a rumar meus próprios caminhos, andar com minhas pernas frágeis quando eu ainda precisava de ti como suporte e não podia contar.

Aos meus irmãos, *Wesley Rodrigues* e *Hellen Cristina*, os quais, à sua maneira, me incentivam a crescer através dos sorrisos encorajadores, da proteção dada, e do amor. Muito obrigado, eu os amo incondicionalmente. Também, de forma especial, do fundo da minha alma, agradeço a meus avós, em parte os financiadores da minha vida escolar: *João Dutra*, *Maria Silva* e *Eliete Rodrigues*.

Aventurar-se no mundo acadêmico não é uma tarefa das mais fáceis, pois, aqui, mais do que em outro lugar, nos deparamos nitidamente com o lado bom e o ruim, o mesquinho e o solidário do homem. Mas encontramos no meio de alguns “desertos acadêmicos”, oásis, os

quais possibilitam continuar crendo em um mundo melhor. Muito obrigado a *Ana Elizabete, Prof<sup>a</sup>. Viviane Ceballos* e ao *Prof. Dr. Rodrigo Ceballos*, que leram o projeto inicial e fizeram inúmeras contribuições para o seu enriquecimento.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, que me acolheu como aluno. Particularmente, registro o meu agradecimento aos professores da minha banca de seleção, por acreditarem no meu projeto e abrirem as portas para a concretização desse sonho.

Aos meus professores do Programa, *Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Célia, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Cury, Prof. Dr. Raimundo Barroso, Prof. Dr. Acácio Catarino, Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro* e ao *Prof. Dr. Elio Chaves Flores*, pelos ensinamentos e as sementes de sabedoria plantadas em mim. Agradeço ainda a *Virgínia Régis de Barros Correia Kyotoku*, que nos auxiliava nos trâmites burocráticos na secretaria do PPGH.

Ao *Prof. Dr. Jonas Duarte*, primeiro orientador, fica o meu fraternal muito obrigado e admiração para com o profissional o qual, antes de tudo, acredita de corpo e alma em um ideal. Durante o período que estivemos neste barco, me ensinastes a acreditar na possibilidade de uma sociedade melhor e que os “de baixo” são agentes efetivos da História.

Como aportes que tomaram para si a difícil empreitada de conter os meus devaneios de historiador, tive as professoras doutoras *Regina Maria Rodrigues Behar* e *Telma Dias Fernandes*, orientadoras e amigas. Além do apoio ao longo do processo de elaboração desta dissertação, ficou em mim o exemplo de duas profissionais éticas, as quais abraçaram o mundo de Clio com determinação e amor. Vocês são referências na minha vida profissional.

Agradeço aos amigos de turma por fazerem parte deste caminho nesses dois anos de mestrado. Marcas vocês deixaram, seja pelas risadas compartilhadas ou pelas brigas apontando as nossas imperfeições.

O grande Willian Shakespeare dizia serem os amigos a família que nos permitiram escolher. Não poderia deixar de forma especial de expressar o meu amor, admiração e amizade a três pessoas as quais conheci em sala de aula e tornaram-se mais do que amigos, fizeram-se irmãos, cúmplices... *Ane Luíse Silva Mecnas, Azemar dos Santos Soares Júnior* e *Vânia Cristina da Silva*. Vocês foram os melhores lírios do meu jardim nestes últimos dois anos, me ensinando a ser mais humano, amigo, fraterno. Aprendi muito com vocês, seja nos bancos acadêmicos ou na escola da vida e dos bares. Obrigado por vocês existirem e compartilharem comigo os medos, angústias e alegrias.

Também agradeço àqueles “velhos amigos” os quais cresceram junto comigo, e hoje têm seus nomes gravados no meu coração: *Amanda Brasil, Betânia Paiva, Cícera Andrade*,

*Eliene Nunes, Elizabeth Alves, Elsa Barreto, Jacinto Francisco, Jamerson Philipe, Janderson Dutra, Joaquim Aurélio, Juliano Moreira, Luan Dutra, Patrícia Anacleto, Paulicéia Bezerra, Madalena Paiva (in memoriam), Maria do Socorro Abreu e Wesley Santos*, cúmplices das minhas aventuras e companheiros nas minhas dores. Ao *Frei Geraldo Bezerra O.C.*, amigo e pai; *Frei Leonardo Botelho O.C.* (o qual me acolheu no Recife durante as pesquisas), *Frei Ednaldo O.C.*, que, na biblioteca da UFPE, vasculhou as estantes em busca dos livros, dissertações e teses quando eu precisava; *Laércio Theodoro* (companheiro de aventuras durante a pesquisa em Fortaleza). A vocês a minha eterna gratidão!

Não poderia esquecer duas pessoas relevantes durante o período de minha estadia em João Pessoa: *Tia Célia Rodrigues* e *Elda Moura*, figuras ímpares. Vocês foram incríveis abrindo as portas de casa para me acolher como o filho mais novo, evitando ao máximo me incomodar para um melhor desenvolvimento da escrita da dissertação. Também meu obrigado e amor às tias: *Francisca Andrade (Menininha)*, *Maria Andrade*, *Maria de Lourdes Dutra*, *Rosângela Ferreira*, *Sâmya Rodrigues*, *Semiramys Rodrigues* e *Vicência Andrade*.

À Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço – SBEC fica o meu reconhecimento e agradecimento pelo trabalho desenvolvido, objetivando guardar a memória do cangaço e das outras questões sociais formadoras da história do Nordeste brasileiro. Minhas “saudações cangaceiras” aos amigos e confrades os quais, de forma direta ou indireta, contribuíram com esse trabalho: *Paulo Gastão*, *Romero Cardoso*, *Kydeldmir Dantas*, *Manoel Severo*, *Juliana Ischiara*, *Alcino Costa*, *Angelo Osmiro*, *Honório de Medeiros* e *Luitgarde Cavalcanti Barros*.

Aos funcionários dos arquivos: Arquivo Público de Pernambuco, Arquivo Nacional/Rio de Janeiro, Museu Municipal Lauro da Escóssia/Mossoró, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Fortaleza, Instituto Histórico e Geográfico do Ceará/Fortaleza, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas/Maceió e o Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo/Crato, por terem possibilitado o caminhar da pesquisa em meio a tantos papéis envelhecidos e em avançado estado de decomposição. Carinhosamente agradeço ao *Padre Francisco Roserlândio* e à *Maria Lúcia Escóssia*, o primeiro, coordenador do DHDPG/Crato, e a segunda, curadora do Museu Lauro da Escóssia. Ambos foram meus anjos da guarda, disponibilizando documentos importantes aos quais poucos pesquisadores tiveram acesso.

Por fim, fica meu sincero muito obrigado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Programa de Assistência ao Ensino do Reuni, e às bancas de qualificação e defesa, *Prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega*, *Prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Maria Godoy Silveira*, e os suplentes, *Prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup>. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano*,

*Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira e o Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes*, pela leitura atenta e cuidadosa, contribuindo para a melhoria da pesquisa.

\*\*\*

## RESUMO

---

O cangaço configura-se, na história do Nordeste brasileiro, como um movimento relevante deixando marcas na memória, na cultura e na imagética popular. Esse movimento não foi algo repentino, mas abrangeu um longo período, tendo enraizamentos no século XVIII, passando pelo XIX e florescendo com maior notoriedade na primeira metade do XX. Inúmeros sujeitos surgiram como líderes importantes de bandos. Um, em especial, marca o imaginário social e a história da região: o cangaceiro Virgolino Ferreira da Silva, vulgo Lampião. Durante vinte anos, ele “varreu” o sertão de sete estados nordestinos, tornando-se um poder paralelo ao oficial. A vida de Lampião foi dotada de contradições, o que gerou representações múltiplas sobre o mesmo. Foram construídos sobre a sua imagem discursos, os quais o apresentam como bandido, justiceiro, facínora, sanguinário, estuprador, estrategista, paladino da justiça, etc. Cada representação elaborada sobre os cangaceiros vem carregada com os estigmas dos interesses dos vários grupos e setores sociais. Um importante espaço de construção de representações sobre Lampião foi a imprensa escrita do Nordeste que, apesar de, nas suas notícias, representar a concepção da elite dominante, tentando passar imagens pejorativas sobre o cangaceiro, acabou atribuindo a Lampião o lugar de “Rei do Cangaço”, devido a sua ousadia, coragem e constantes fugas diante das estratégias das forças volantes. Tendo os jornais como aporte documental, voltamos nossa atenção sobre dois acontecimentos consagrados na literatura sobre o cangaço: a estadia de Lampião no Juazeiro do Norte (CE), em 1926, e a derrota do cangaceiro em Mossoró (RN), em 1927. Buscamos analisar as representações construídas sobre Lampião nesses dois momentos distintos pretendendo compreender como eles contribuíram na construção de uma cultura histórica sobre o cangaço. Para alcançarmos tal objetivo, fizemos uso do conceito teórico de representação, a partir da perspectiva do historiador Roger Chartier.

**Palavras-chave:** História Cultural; Representação Social; Cultura Histórica – Cangaço; Lampião.

\*\*\*

## ABSTRACT

---

The cangaço is configured in the history of Brazilian Northeast, as a relevant movement leaving traces in memory, popular culture and imagery. This movement was not something sudden, but covering a long period, taking down roots in the eighteenth century through the nineteenth and flourishing with greater notoriety in the first half of the twentieth. Countless individuals have emerged as key leaders of gangs. One subject in special marks the social imaginary and the history of the region: the bandit Virgolino Ferreira da Silva, or only Lampião. For twenty years he “swept” the interior of seven Northeastern states, becoming a parallel power to the official one. Lampião’s life was endowed with contradictions, which generated multiple representations on it. Over his image were built speeches which represent him as villain, righteous, ruffian, murderous, rapist, strategist, champion of justice, etc.. Each representation elaborated on the outlaws comes loaded with the stigmas of the interests of various groups and social sectors. An important area of building representations about Lampião was the Northeastern press that, although in its news represent the design of the ruling elite, trying to get negative images about the outlaw, attributed to Lampião the place as “the King of Cangaço” eventually because of his boldness, courage and constant leakage on the strategies of the steering forces. Having the newspapers as a support document, we turned our attention to two events established in the literature about the cangaço: Lampião’s stay in Juazeiro do Norte (CE) in 1926 and the defeat of the bandit in Mossoró (RN) in 1927. We analyze the representations constructed in these two different Lampião moments trying to understand how they contributed to the construction of a historical culture of cangaço. To achieve this objective, we use the theoretical concept of representation, from the perspective of the historian Roger Chartier.

**Keywords:** Cultural History; Social Representation; Historical Culture – Cangaço; Lampião.

\*\*\*

## SUMÁRIO

---

|                                                                                                                                                  |                |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| <b>RESUMO.....</b>                                                                                                                               | <b>IX</b>      |
| <b>ABSTRACT.....</b>                                                                                                                             | <b>X</b>       |
| <br><b>CAPÍTULO I - PERSEGUINDO O “REINO” REPRESENTACIONAL LAMPIÔNICO.....</b>                                                                   | <br><b>1</b>   |
| 1.1. Os caminhos iniciais.....                                                                                                                   | 5              |
| 1.2. A construção de representações e Cultura Histórica por meio dos jornais.....                                                                | 6              |
| 1.3. Mapeando o percurso.....                                                                                                                    | 14             |
| <br><b>CAPÍTULO II - (RE)VISITANDO AS ORIGENS DO CANGAÇO.....</b>                                                                                | <br><b>18</b>  |
| 2.1. Cangaço: um conceito como representação.....                                                                                                | 19             |
| <br><b>CAPÍTULO III - LEGALIDADE E ILEGALIDADE EM UM MESMO CORPO: LAMPIÃO E O TEATRO DE INTERESSES NO TERRITÓRIO CEARENSE (1922 – 1926).....</b> | <br><b>54</b>  |
| 3.1. De “Bandido” a Capitão.....                                                                                                                 | 55             |
| 3.2. Entre ditos e não ditos: Lampião entrevistado!.....                                                                                         | 78             |
| <br><b>CAPÍTULO IV - A CONSTRUÇÃO REPRESENTACIONAL DO ATAQUE A MOSSORÓ NAS PÁGINAS JORNALÍSTICAS (1927).....</b>                                 | <br><b>94</b>  |
| 4.1. A vitória: representações sobre Lampião em Mossoró.....                                                                                     | 95             |
| 4.2. Seguindo um rastro. Forjando discursos: a lapidação do heroísmo mossoroense.....                                                            | 123            |
| <br><b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                             | <br><b>134</b> |
| <br><b>ACERVOS, FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                                                                                     | <br><b>140</b> |
| <br><b>ANEXOS.....</b>                                                                                                                           | <br><b>149</b> |
| <b>ANEXO I – Pacto dos Coronéis: ata da sessão realizada na vila de Juazeiro em 1911.....</b>                                                    | <b>150</b>     |
| <b>ANEXO II – Entrevista de Lampião concedida ao médico do Crato Dr. Octacílio Macêdo em 1926.....</b>                                           | <b>153</b>     |
| <b>ANEXO III – Carta de advertência para o sargento José Antônio do Nascimento em 1926.....</b>                                                  | <b>159</b>     |
| <b>ANEXO IV – Carta que Padre Cícero enviou a Luiz Carlos Prestes em 1926.....</b>                                                               | <b>160</b>     |
| <b>ANEXO V – Roteiro percorrido pelos cangaceiros no Rio Grande do Norte.....</b>                                                                | <b>162</b>     |
| <b>ANEXO VI – Bilhete de Lampião ao prefeito Rodolfo Fernandes – 1927.....</b>                                                                   | <b>163</b>     |

\*\*\*



## **CAPÍTULO I**

### **PERSEGUINDO O “REINO” REPRESENTACIONAL LAMPIONIÇO...**

Lampeiro tornou-se um mito, uma gesta, um romance do país nordestino [...] tudo isso afirmo porque sei, de ciência própria, que a vida do Capitão Virgulino não pode ser facilmente reconstruída. Ele não foi rei, estadista, cabo-de-guerra, nem poeta, nem santo. Quem sabe se não terá sido um pouco de tudo isso na sua vivência clandestina?

(MACÊDO, 1972, p. 14-15).

Lampeiro! Grito de dor, brado de guerra, chocalhar de dentes de tanto pavor, chispa de ódio, gemido de desalento, esturro de vaidade, lampejo de ambição, grandeza de valentia - signo de uma época, fim de uma era.

(BARROS, 2007, p. 79).

De onde surge no historiador o interesse por um determinado tema? Como as pesquisas históricas são construídas? Talvez sejam perguntas difíceis de encontrar respostas imediatas, mas poderíamos dizer ser o historiador um homem do seu tempo, cuja influência do meio no qual se insere, exerce forte poder sobre a sua formação e escolhas. Entre historiador e objeto de análise, não há só interesses acadêmicos, ambos completam-se, entendem-se, talvez em um processo de enamoramento conturbado e regado de brigas constantes, desentendimentos, perguntas sem respostas. Nesse contexto, seria oportuno usarmos as palavras de Georges Duby: “uma vez mais estou convencido de que a história é, no fundo, o sonho de um historiador – e esse sonho é fortemente condicionado pelo meio em que está mergulhado, de facto, esse historiador” (1989, p. 36).

Como objeto de análise, convidamos para desfilas nessas páginas o cangaceiro Virgolino Ferreira da Silva, o temido, amado, odiado e contraditório Lampião. Entre os anos de 1918 a 1938, ele cortou as caatingas sertanejas com o seu *parabellum* nas costas, suas cartucheiras cruzadas sobre o peito e com o “temível” bando que dava suporte ao seu “reinado”.

O primeiro encontro com meu objeto de estudo se deu na mais tenra infância, quando, nas noites em que era levado para a cama e não conseguia de imediato cair nas malhas do sono, era embalado por histórias narradas por aqueles que acompanhavam o meu crescimento. Nessas histórias fantásticas, alimentadoras do meu lúdico, uma em especial me chamou a atenção, que está gravada na minha memória e pela qual guardo um carinho especial.

Ela diz respeito a uma velha tia-avó, chamada Celestina, moradora da zona rural do interior do Ceará. Em determinado dia, ela estava na pequena cozinha de sua casa, casa pobre e típica daquela região, cozinhando um peru cevado há tempos, quando um moleque passou, às carreiras, no terreiro e gritou: “Está o bando de Lampião se aproximando da localidade”. Atarantados, e tomados pelo pavor, todos se prepararam rapidamente para abandonar a residência e buscar, em uma serra próxima, um refúgio seguro.

Na pressa de fugir, dona Celestina colocou um pano na cabeça, apoiou o enorme caldeirão contendo o peru, e saiu correndo descalça de dentro de casa. Nesse meio tempo, ao passar pela porta, ela não prestou atenção em uma lamparina que estava no meio, pisando na ponta do candeeiro o qual entrou na planta do seu pé, ferindo-a. Em meio à dor, ela arrancou bruscamente a pequena luminária a querosene e, sangrando, continuou a sua fuga. Só ao chegar ao esconderijo, ela pôde cuidar do ferimento e terminar de cozinhar o peru.

Não posso atestar a veracidade dessa narrativa, tão próxima de outras histórias contadas sobre os cangaceiros no sertão nordestino, mas foi ela a aguçar a minha curiosidade

em estudar o fenômeno do cangaço e, em particular, a mitológica figura de Virgolino Ferreira da Silva, apresentado na história do “banditismo” nordestino como o personagem de maior notoriedade, iluminando e ofuscando os demais cangaceiros.

Sabemos que o bandido, assim como o herói, se faz cada vez mais presente no cotidiano dos indivíduos. Muitos bandidos e heróis passam de uma existência real para uma ficcional – ou vice-versa. Os sujeitos vão atribuindo a eles toda uma gama de “histórias” e sobre elas são criadas narrativas exóticas, heróicas, ou marcadas por traços de covardia ou mistérios, tentando, assim, legitimar o lado bom ou mau, o heróico ou o cruel.

Lampião e o movimento do cangaço são elementos constitutivos do discurso que buscou construir a identidade nordestina, tornando-se, algumas vezes, referenciais populares, suscitando, em manifestações da cultura popular, a explicitação de padrões de comportamento e valores incorporados no discurso identitário nordestino, como coragem, resistência, teimosia, criatividade. Estudar o cangaço e seu líder maior é partir de uma chave interpretativa de cunho popular dos nordestinos e da nordestinidade. Sobre eles, são criadas representações que, posteriormente, tornaram-se preponderantes para a construção desse movimento como um dos símbolos representacionais da região Nordeste.

Podemos entender o termo nordestinidade como a capacidade ou sentimento de pertencer ao Nordeste, congregando e assimilando a cultura, sociabilidades, hábitos, história e tradições da região. Segundo o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008), o discurso e “culto à violência” são componentes essenciais da sociabilidade no Nordeste muito influentes na formação do discurso que pretendeu, de forma interessada, gestar a identidade regional e construir o discurso do “ser nordestino”, sendo a violência um atributo essencial para a formação da ideia e protótipo de masculinidade.

Ser ‘cabra macho’ requer ser destemido, forte, valente, corajoso. Nesta sociedade, o mole não se mete, não há lugar para homens fracos e covardes. Há, pois, uma tradição de narrar atitudes de violência na produção cultural popular. O crime do pobre parece exercer um fascínio sobre a massa de homens dominados e submetidos a relações de poder as mais discricionárias possíveis; a virilidade do dominador é aí reafirmada (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 288).

Segundo o discurso que “gestaria” o homem nordestino, esse homem se construía e ganhava *status* através do seu destemor diante das adversidades da vida e ameaças, ou por meio do dinheiro que lhe dava ascensão social. Havia, então, uma espécie de culto à violência costurando a trama social. A valentia e o destemor, na perspectiva de Albuquerque Júnior

(2003), que ironiza esses padrões, são protótipos da ideia fálica de região, onde a masculinidade passava pela adesão concreta ao mundo da violência. O cordel foi um dos principais agentes responsáveis pela proliferação do discurso e culto da violência e valentia, tanto masculina quanto feminina, pois a mulher nordestina devia ser uma “mulher macho”<sup>1</sup>.

Assim, ao rastreamos o imaginário<sup>2</sup>, a memória<sup>3</sup> e a cultura<sup>4</sup> do sertanejo nordestino, vamos nos deparar com a figura do cangaceiro. Lampião andar­á constantemente sobre a linha tênue das representações divergentes, as quais apresentam-no como guerreiro, santo, justiceiro, bandido... Levanta-se a indagação: “Quem foi esse homem temido e amado, exaltado e perseguido?” Nessa dissertação, não pretendemos responder a isso, mas buscamos analisar um dos lugares de construção das representações sobre ele: os jornais.

Iniciamos o estudo buscando entender o percurso que findou por elevar o nome de Lampião ao patamar representacional de “Rei do Cangaço”, como um dos maiores líderes dos sertões e até mesmo herói popular. Revisitando a imprensa escrita da época, como principal corpo documental deste trabalho, buscamos perceber como esta construiu midiaticamente Lampião. Sempre tivemos em foco a ideia do jornal como construtor de narrativas e

---

<sup>1</sup> Para aprofundamento das questões levantadas e o entendimento da configuração do espaço regional, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino uma Invenção do Falo**. São Paulo: Edições Catavento, 2003; \_\_\_\_\_. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006; \_\_\_\_\_. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007; \_\_\_\_\_. **Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. 2.ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

<sup>2</sup> O conceito de imaginário está inserido no conjunto de transformações epistemológicas advindas com a emergência da *Escola dos Annales*. Corroboramos com a perspectiva de Cornelius Castoriadis, segundo a qual: “o imaginário utiliza o simbólico para se exprimir e para existir, ao mesmo tempo em que o simbolismo pressupõe a capacidade imaginária, a capacidade de investir significações” (1982, p. 154). Marisângela Martins, ampliando essa ideia, afirmou: “Tomando sua matéria do que já existe, o simbolismo estabelece um vínculo entre dois termos, de maneira que um ‘representa’ o outro, fornecendo respostas a perguntas colocadas implicitamente pelo próprio fazer social. Temos, aqui, o imaginário como habilidade de criação/recriação própria ao ser humano, como capacidade humana para representação do mundo”. Ver: MARTINS, Marisângela. **Problematizando o Imaginário: limites e potencialidades de um conceito em construção – O imaginário da militância comunista em Porto Alegre (1945–47)**. Rondônia, 2000. Disponível em: <<http://www.cei.unir.br/artigo80.html>>. Acesso em: 18 jul. 2010.

<sup>3</sup> Segundo Le Goff: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (2003, p. 419).

<sup>4</sup> No referente ao conceito de cultura: “No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*, que ‘tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade’. Com esta definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos” (LARAIA, 2001, p. 25). Ver: LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um Conceito Antropológico**. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001; EAGLETON, Terry. **A Idéia de Cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

representações sobre sujeitos sociais a partir de seus interesses. Dessa forma, Lampião seria um sujeito midiático que teve sua imagem construída nas páginas e colunas jornalísticas por motivos os mais variados.

### 1.1 – Os caminhos iniciais

O objetivo inicial delimitado no projeto de seleção do mestrado, que era “Analisar como foi sendo construído o discurso em torno da figura histórica de Virgolino Ferreira da Silva, Lampião, como um dos símbolos da cultura popular nordestina, ao mesmo tempo em que sua imagem foi usada para forjar a identidade do Nordeste em 1950”, passou por um processo de mutação.

Assim, como novo objetivo geral, buscamos analisar as principais representações que os jornais construíram sobre Lampião em fases distintas da sua história. É importante percebermos serem essas representações também mecanismos de formulação de contradições em torno da figura estudada. Partimos do seguinte questionamento: Quais representações foram criadas pelos jornais em torno da figura de Virgolino Ferreira da Silva, Lampião, a partir de dois episódios tidos como marcos importantes da vida desse cangaceiro: a recepção em Juazeiro do Norte, em 1926, período de sua “legalização” para combater a Coluna Prestes, e a invasão à cidade de Mossoró em 1927? A partir das representações desses episódios, pensaremos como se constituiu uma cultura histórica sobre o cangaço envolvendo o personagem Lampião. Para nós, esses acontecimentos tornaram-se marcos emblemáticos nas obras de narrativas e/ou análises da trajetória de Virgolino Ferreira da Silva, seja no campo dos memorialistas, cordelistas ou acadêmicos. Também os consideramos importantes porque mostram dois momentos antagônicos e contraditórios entre si.

Dessa problemática central, levantamos outras, que estão interligadas: O que representava Lampião para o Estado, a elite e os jornais do período de 1922 a 1927? Como se articula o discurso oficial que proclamava ser Lampião o grande “flagelo” do Nordeste? O que significava o nome de Lampião para o Nordeste de então?

Como trabalhamos com episódios da trajetória de Lampião, recortamos os lugares, espaços físicos em que estes ocorreram, e são também *loci* do discurso jornalístico em análise: as cidades de Juazeiro do Norte (CE) e Mossoró (RN) são fundamentais e de extrema importância por terem sido nelas elaborados discursos e representações múltiplas sobre Lampião. Desse modo, nossa delimitação temporal gira entre os anos de 1922 e 1927, período no qual Lampião já aparecia como o líder de um bando de cangaceiros.

Durante quase quatro anos, de 1918, quando o jovem Virgolino entrou no cangaço, até 1922, quando ele assumiu o bando do seu chefe Sinhô Pereira, o “Rei do Cangaço” viveu no anonimato. A primeira referência jornalística sobre o mesmo só surgiu nos idos de 1922, quando ele liderou o ataque à residência da baronesa de Água Branca (AL).

Para nós, o ano de 1922 foi o marco do nascimento jornalístico do homem que, durante dezesseis anos, foi notícia e manchete constante nos jornais nordestinos. Nesse período de “reinado nas caatingas”, o cotidiano, muitas vezes, foi influenciado pela rotina desses homens e mulheres os quais, com requintes de coragem e crueldade, fizeram das armas seus escudos, impondo à sociedade sertaneja e aos governantes locais, medo e, ao mesmo tempo, admiração. Para Lampião, o ano de 1938 marcou o fim dessa vida de contradições; a data simboliza, ainda, o fim da era do cangaço no Nordeste com a morte do seu maior líder, na concepção da imprensa. À morte física de Lampião, sobreviveu uma imagem mitológica a qual, para nós, já vinha sendo construída em vida, ocorrendo pós-1938 o seu fortalecimento.

Na elaboração deste trabalho, usamos como documentação base os jornais, por eles terem sido os eminentes porta-vozes dos grupos sociais dominantes que forjaram representações em torno do cangaço. Nas matérias jornalísticas, conseguimos distinguir várias representações e interesses subjacentes às reportagens, as quais buscamos analisar.

Privilegiamos os jornais: *O Ceará*, *O Nordeste* e *O Sitiá*, sendo os dois primeiros os principais periódicos de circulação no estado do Ceará; *Correio do Povo*, *O Nordeste* e *O Mossoroense*, da cidade de Mossoró. Para termos uma visão geral das notícias veiculadas regional e nacionalmente, trabalhamos com o *Diário de Pernambuco*, um dos jornais de maior irradiação na região, e o *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro. A escolha desse periódico do Centro-Sul se deu por ele ter um espaço de circulação além da capital e uma credibilidade consolidada.

## **1.2 – A construção de representações e Cultura Histórica por meio dos jornais**

Poderíamos nos perguntar: qual a importância e legitimidade dos jornais como documento contribuintes para a construção do conhecimento histórico? Para respondermos a esse questionamento, é necessário reportarmo-nos ao próprio desenvolvimento dos meios de comunicação.

Para nós, os jornais desempenham importante papel no entendimento dos acontecimentos passados, pois eles possibilitam aos historiadores analisar as representações cotidianas. Assim, acreditamos serem os jornais o campo de análise mais próximo de uma

história do cotidiano, sendo um importante documento a permitir ao pesquisador deles extrair narrativas políticas, econômicas, sociais e culturais, devendo ser percebido pelo historiador o lugar social daqueles que editam e escrevem os jornais e as informações ali contidas.

Com o advento e transformações vindas com a *Escola dos Annales*, e antecedida pelos marxistas, teve-se uma abertura e ampliação no uso da documentação, proporcionando um salto qualitativo e quantitativo no enriquecimento das pesquisas históricas. Fugindo da máxima positivista de que só documentos ligados ao Estado e aos grandes homens eram legítimos, essa metamorfose concernente à documentação abriu a História a análises mais culturais, com enfoque, em um primeiro momento, na história das mentalidades<sup>5</sup>.

A terceira geração francesa dos *Annales*, em fins do século XX, assim como as gerações anteriores, as quais estavam atreladas à questão da interdisciplinaridade, alteraram de forma significativa a prática historiográfica.

Realizou deslocamentos que, sem negar a relevância das questões de ordem estrutural perceptível na longa duração, nem a pertinência dos estudos de natureza econômica e demográfica levados a efeito a partir de fontes passíveis de tratamento estatístico, propunha ‘novos objetos, problemas e abordagens’ (LUCA, 2008, p. 112).

Com essa abertura à interdisciplinaridade, a História passou a fazer uso das contribuições metodológicas das outras Ciências Humanas, refletindo, assim, as fronteiras da sua disciplina e o seu lugar na sociedade. Isso possibilitou uma abertura a novos temas envolvendo as mentalidades, o corpo, festas, filmes, mulheres, crianças, cotidiano, etc. Necessitou-se, então, de novas fontes, até então tidas como marginais; documentos cujo teor permitisse uma análise profunda dessas temáticas incorporadas pela historiografia e que os documentos oficiais não conseguiam abarcar devido à complexidade e amplitude dos vários temas.

Nesse contexto, os jornais começaram a ser pensados como fontes, aportes para uma análise do cotidiano. O trabalho paradigmático de analisar as sociedades na sua dimensão macroeconômica ia cedendo lugar a uma historiografia focada na cultura, na memória e no cotidiano. Nessa perspectiva de mudança, Michel de Certeau afirmou: “O historiador não é mais um homem capaz de construir um império. Não visa mais o paraíso de uma história

---

<sup>5</sup> Para um aprofundamento, ver: BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991; DOSSE, François. **A História em Migalhas: Dos Annales à Nova História**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992; REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: A inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

global. Circula em torno das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens” (CERTEAU, 2008, p. 87).

Especificamente no Brasil, até a década de 1970, era pequeno o número de trabalhos tendo como fonte básica os jornais, pois esses eram tidos como documentos não tão confiáveis os quais pudessem vir a conduzir a uma “verdade histórica”, tão perseguida pelos historiadores quando desenvolviam as suas pesquisas. Preocupavam-se com a história da imprensa, mas pouquíssimos trabalhos usavam a imprensa como fonte, sendo um dos pioneiros Arnaldo Contier, na sua tese de doutoramento, intitulada *Imprensa e Ideologia em São Paulo*, datada de 1973 (CONTIER, 1979).

Devido à forte tradição positivista no Brasil, ainda na década de 1970, proliferava a ideia da inconstância do jornal como fonte documental, pois segundo os positivistas o mesmo não primava pela objetividade, neutralidade, credibilidade de informações e fidedignidade, não sendo fontes confiáveis para essa “recuperação” historiográfica do passado. Tania Regina de Luca, ao analisar a trajetória de trabalho do jornal como fonte, afirma que, nesse período, se achava que “essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas” (2008, p. 112).

Salientamos não podermos entender a imprensa como um veículo de informação com o único intuito de manter a população informada dos últimos acontecimentos cotidianos. Na construção das notícias pelos jornais, deve-se considerar serem elas campos dotados de desejos de manipulação do social. Para nós, os jornais são mais comprometidos com a proliferação de ideias e com a formação de opiniões, sendo um meio de intervenção na vida social enquanto produtores de representações do real vinculadas a interesses de grupos sociais que disputam posições nos campos econômico, político, social e simbólico. Não havendo boa parte das vezes neutralidade, nem tão pouco imparcialidade nos escritos jornalísticos. A notícia é, então, construída para provocar o choque, chamar a atenção do leitor, impactar a opinião pública. Pela narrativa escrita, as experiências vividas vão ganhando forma nas páginas dos jornais. Segundo Maurice Mouillaud:

O pôr em visibilidade não constitui apenas um ser ou um fazer, não é simplesmente infinitivo, contém modalidades do poder e do dever. Indica um possível, um duplo sentido da capacidade e da autorização. A informação é o que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido (MOUILLAUD apud PORTO, 2002, p. 31).

Dessa forma, acreditamos que o jornal acaba contribuindo na formação de representações do social porque ele apropria-se da vida e dos acontecimentos, ressignificando-os no discurso, selecionando o que o leitor deve conhecer:

O real é apenas um vago referente, recontecendo com mais riqueza no enunciado do jornalista. Seu relato usa e abusa do universo simbólico articulando o enredo da narrativa e construindo assim a meta notícia a partir de uma livre interpretação do narrador. O que passa a existir é o enunciado do fato tal como narrado, não o fato real (MOTTA, In.: PORTO, 2002, p. 315).

Baseando-nos em Maurice Mouillaud, podemos dizer que até chegar ao leitor, a notícia percorre um longo caminho e um intenso processo seletivo. Inicialmente, há a “captura do acontecimento”, o acontecimento “bruto” será “capturado” para passar pelo processo de construção discursiva elaboradora do fato. Começa a peregrinação da notícia, passando pela narrativa, o crivo do jornalista, o qual insere algumas das suas impressões sobre o ocorrido dando a esse um corpo de notícia; por último, passa pela seleção do editor do jornal. Ele decidirá o grau de importância e o lugar, tamanho, forma das notícias nas páginas do periódico. Cada etapa, até chegar ao destinatário final, é construída por interesses dos grupos que pretendem manipular as notícias veiculadas. Segundo Porto, o jornal seria então:

Uma rede que não impõe ao mundo apenas uma interpretação hegemônica dos acontecimentos, mas a própria forma do acontecimento. Sustentar-se-á que a ascensão do acontecimento data do despacho de agência; é a sombra do mesmo trazida sobre o real: unidades instantâneas, breves, descontínuas, móveis, cuja redação obedece a um padrão (normalizado e controlado pelas agências), o padrão do ‘fato’ ao qual elas submetem, seja qual for a diversidade da natureza e da origem, tudo ‘o que ocorre’ no mundo (existe aí uma forma de hegemonia mais invisível e mais radical do que aquela da interpretação dos fatos, o que se poderia chamar de a ‘colocação em fatos’) (PORTO, 2002, p. 32).

Fizemos essa retrospectiva histórica em torno do jornal/fonte e a construção da reportagem, buscando situar o leitor nessa discussão e, ao mesmo tempo, possibilitando a compreensão da imprensa como um importante meio de expressão e representação comprometida com posições. Portanto, devemos ler o jornal buscando descortinar os interesses ocultos, muitas vezes só perceptíveis ao situar o periódico e seus agentes produtores na rede de interesses aos quais pertencem. Evita-se, assim, submergir nos possíveis aspectos manipuladores, que permeiam a construção das notícias. E isso é importante na medida em que consideramos a contribuição da imprensa para a construção/difusão de cultura histórica.

Os jornais foram, a nosso ver, um dos grandes responsáveis pela formação de uma cultura histórica sobre o cangaço, pois indivíduos letrados, os quais tinham acesso a esses jornais, liam as reportagens escritas sobre o tema e, especificamente, sobre Lampião. Posteriormente, através da oralidade, iam difundindo aqueles feitos. Os memorialistas também fizeram uso desse meio de informação para construírem as suas narrativas.

No tocante a esse poder exercido pelos jornais na sociedade, há um ponto extremamente importante a ser salientado: a sua forte infiltração na memória coletiva. “Como a memória do jornal se constitui já tendo se dado a conhecer no processo mesmo de sua produção/acumulação, ele se articula com a ressonância produzida e se mescla com a memória coletiva” (MOTTER, 2001, p. 11). Dessa feita, ele passa a também ser um produtor de cultura histórica. Ao mesmo tempo em que informa e constrói o cotidiano, ele vai produzindo fontes sobre o mesmo.

É comum os indivíduos depositarem a sua confiança nos escritos dos jornais, acreditando serem esses portadores de verdades, informações objetivas, neutralidade. Devido a essa credibilidade, eles passam a ser constantemente reproduzidos nas conversas cotidianas, gerando repercussão e contribuindo para a formação de ideias e opiniões sobre os acontecimentos, entrando na dinâmica da construção do fato. Nesse processo, os jornais acabam sendo produtores de conhecimento, eles vão construindo sentido sobre o hoje.

No mundo do senso comum essa confiança na imprensa é generalizada. Busca-se no jornal um saber sobre o mundo. Ele está na banca da esquina, nos consultórios, nas salas de espera em geral. Comprado ou já numa forma derivada de uso - embrulhando a compra da quitanda ou açougue, forrando o chão ou revestindo uma parede – ele é lido e o conhecimento que articula se espalha além da fronteira econômica dos consumidores de bens produzidos na sociedade. A propagação desse conhecimento se faz ainda por meio das rádios, de outros jornais e de inúmeros outros meios de comunicação e suas ramificações. Seus efeitos se prolongam nas conversas, nos comentários. Ele alimenta também outros discursos, se autoalimenta diariamente e, apesar do caráter superável e aparentemente efêmero de seus conteúdos, de sua fragilidade enquanto objeto, ele se acumula nos arquivos e nas bibliotecas, constituindo um acervo que contém um saber sobre o mundo. Temos uma fonte histórica. Aí começa novo ciclo de propagação (IDEM).

Como, na nossa perspectiva, os jornais contribuem para dar sentido à cultura histórica e são parte desta, é oportuno pensarmos esse conceito. Ele é uma categoria analítica nova, encontrando-se em processo de construção, pois, assim como o conceito, as duas palavras que o compõem também são dotadas de sentido polissêmico, devido às várias possibilidades de uso na nossa língua, suscitando inúmeras reflexões. Esse conceito nos permite pensar os

fenômenos culturais em função de sua historicidade, contribuindo para o rompimento com a interpretação da cultura constituída enquanto homogênea, universal e imutável.

Em consonância com a área de concentração do PPGH-UFPB e a nossa linha de pesquisa “Ensino de História e Saberes Históricos”, pensamos a cultura histórica englobando a consciência histórica que os sujeitos têm do passado, a memória e os hábitos do presente. Ela é mais ampla do que a memória, porque se nutre dessa relação entre consciência histórica e hábitos, tendo esta uma relação direta com a percepção do presente. Em linhas gerais, poderíamos dizer ser a cultura histórica uma mescla da consciência histórica, da memória, como também dos hábitos do presente os quais estão constantemente fazendo referência a esse passado; ela tornar-se-ia, assim, importante a partir do momento em que há uma identificação entre os grupos com Passado/Presente histórico, buscando “manusear” o passado, ressignificando-o no presente.

Na concepção de Jacques Le Goff, construída a partir das impressões de Bernard Guenée, cultura histórica seria “a relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado” (2003, p. 48). Essa abordagem possibilita pensarmos o que, na sua vivência, os homens consideram de seu passado, e qual seria o lugar social atribuído a esse passado. Le Goff buscou caracterizar as atitudes dominantes de algumas sociedades históricas perante o seu passado e, conseqüentemente, a sua história, definindo, na sua interpretação, serem os historiadores os principais intérpretes da opinião coletiva. Assim:

[...] o objeto da história da história é bem esse sentido difuso do passado, que reconhece nas produções do imaginário uma das principais expressões da realidade histórica, nomeadamente de sua maneira de reagir perante seu passado. Mas esta história indireta não é a história dos historiadores, a única que tem vocação científica. O mesmo acontece com a memória. Tal como o passado não é a história, mas seu objeto, também a memória não é a história, mas um de seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica (IDEM, p. 49).

Seguindo essa concepção, o historiador acaba afirmando ser cultura histórica e mentalidade histórica a mesma coisa. Discordamos desse ponto, pois, no nosso entendimento, a cultura histórica é mais ampla do que a mentalidade, pois ela envolve outras coisas também tidas como importantes para a identificação do sujeito com o passado, como por exemplo, a memória, os hábitos, o imaginário, tradições, representações, sendo a mentalidade histórica uma dessas.

Destoando dessa ideia, corroboramos com a concepção do historiador Elio Chaves Flores, cuja perspectiva vê a cultura histórica como algo mais abrangente que a ideia

apresentada por Le Goff, não sendo esta só produzida pelos historiadores de profissão. Para ele, cultura histórica seria:

[...] os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialista e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais (2007, p. 95).

Em articulação com esse entendimento, poderíamos dizer ser a cultura histórica um amálgama das várias formas de se dar a ler e de se materializar o passado no presente, envolvendo a memória, a historiografia, os museus, os monumentos, a literatura, a história escolar, as imagens, as artes, o cinema, etc. Nessa perspectiva, percebemos que, mesmo com algumas tentativas de se apagar da memória social a história do cangaço, os indivíduos acabaram por ressignificá-la, possibilitando, atualmente, uma larga difusão de literatura popular, contos, esculturas e peças teatrais, a fazerem referência ao cangaço e sendo, em nossos dias, reeditadas e referendadas no cotidiano dos sujeitos, construindo mais representações na medida em que persistem e engendram reflexões.

Na feitura do trabalho, usamos como aporte teórico o conceito de representação pensado por Roger Chartier. Nos anos de 1950 a 1960, Chartier evidenciou que os historiadores buscavam nas suas produções uma forma de saber “controlado”, tendo como base técnicas de investigação, medidas estatísticas e conceitos teóricos. Acreditavam estes historiadores que o saber inerente à história dever-se-ia sobrepôr à narrativa, pois essa última estaria vinculada ao mundo da ficção, do imaginário, da fábula. Chartier apresenta-nos uma nova forma de interrogar a realidade, tomando como base temas do domínio da cultura e salientando o relevante papel das representações, as quais, muitas vezes, encontram-se em lutas e embates no campo social.

Como as lutas econômicas, as lutas de representações também têm importância para se entender os mecanismos pelos quais os grupos se impõem, ou, muitas vezes, tentam impor a sua concepção de mundo social, os seus valores e o seu próprio domínio. Assim, as percepções do social não podem ser encaradas como discursos neutros, pois produzem estratégias e práticas, para impor autoridade à custa de outras. “Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de

concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Frente às críticas levantadas por aqueles os quais, categoricamente, afirmavam que ocupar-se dos conflitos de classificação ou de delimitação é afastar-se do social, o autor afirma o contrário, pois trabalhar com essas questões consiste em localizar os pontos de afrontamento que são tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. Respondendo aos críticos, ele conclui:

Deste modo, espera-se acabar com os falsos debates desenvolvidos em torno da partilha, tida como irredutível, entre a objectividade das estruturas (que seria o terreno da história mais segura, aquele que, manuseando documentos seriados, quantificáveis, reconstrói as sociedades tais como eram na verdade e a subjetividade das representações (a que estaria ligada uma outra história, dirigida às ilusões de discursos distanciados do real) (IDEM, p. 17 – 18).

Em seu livro *A História Cultural*, Chartier nos convida a pensar e a “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (IDEM). Esse seria o primeiro objeto da história cultural. Dessa forma, a vida social está dotada de representações que a constroem:

Nas definições antigas [...] as entradas da palavra ‘representação’ atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórios: de um lado, a representação manifesta uma ausência, o que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado; de outro, a representação é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa (CHARTIER, 2002, p. 74).

O importante, ao trabalharmos o conceito de representação, é percebermos os processos com os quais vamos construindo um sentido social sobre determinado acontecimento, figura histórica ou objeto, pois nenhuma representação social surge de forma imediata e sem enraizamentos, lhe permitindo uma sólida sustentação no mundo. Convidamos o leitor a identificar como, em diferentes lugares e momentos, Lampião é dado a ler pelos jornais, e é construído nas páginas dos informativos, tendo em mente que “os dispositivos formais – textuais ou materiais – inscrevem em suas próprias estruturas as expectativas e as competências do público que visam, portanto, organizam-se a partir de uma representação da diferenciação social” (IDEM, p. 76).

Analisar essa realidade social não é uma tarefa fácil e supõe vários caminhos:

O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 1990, p. 17).

Como dissemos, tentamos, neste trabalho, pensar o nosso objeto, o personagem Lampião, como um sujeito construído representacionalmente pelos jornais. Apropriando-se dos feitos desse cangaceiro e seu bando, as páginas dos noticiários construíram um Lampião textual, dando aos seus leitores uma narrativa que possibilitou a formulação de novas narrativas e o surgimento/fortalecimento de representações sobre o “célebre Rei do Cangaço”.

O escrito jornalístico deve, então, ser analisado a partir do entendimento do contexto no qual foi produzido, o lugar social de quem produziu e a experiência e lugar social do leitor. Pensar os processos de civilização nos possibilitará ir do acontecimento ao fato discursivo, pois as representações podem ter múltiplos sentidos, de acordo com os interesses de quem produz e para quem se destina.

As representações do mundo social assim constituídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas (IDEM).

Nessa perspectiva, pensamos as três categorias trabalhadas por Chartier: “Produção, Circulação e Apropriação”, pelas quais, na documentação, focalizamos o entendimento do processo de produção das reportagens jornalísticas, os interesses por trás do escrito; o público destinatário (circulação) e como essas reportagens vão apropriando-se dos acontecimentos, formulando ideias e conclusões, e, conseqüentemente, forjando representações.

### **1.3 – Mapeando o percurso**

Na construção da dissertação, dividimos a nossa escrita em três momentos, além desse intitulado “Perseguindo o ‘Reino’ Representacional Lampiônico”, por considerarmos o momento onde pesquisador e leitor mantêm um primeiro diálogo, e, da nossa parte, expomos

as motivações em desenvolver esse trabalho e a relevância dele para o enriquecimento dos estudos históricos sobre a temática.

Assim, convidamos o leitor a adentrar conosco no II Capítulo, “(Re)Visitando as origens do Cangaço”, capítulo esse composto de um tópico, onde analisamos o conceito “cangaço” nas suas múltiplas representações e os possíveis fatores contribuintes para a adesão de indivíduos a essa forma de vida. Acreditamos que o próprio ato de tentar atribuir um conceito a um determinado movimento social, já é uma maneira de forjar representações sobre ele, pois o conceituar passa pela pretensão de explicar/enquadrar aquilo que está sendo conceituado.

Ao longo do movimento do cangaço e mesmo após o seu fim, os memorialistas, estudiosos, antropólogos, sociólogos, historiadores, etc., buscaram entender o cangaço enquadrando-o dentro dos seus campos. Para nós, esses acabaram fomentando uma série de representações sobre esse movimento e, conseqüentemente, sobre seu líder maior, Lampião, sendo essas representações extremamente importantes para a compreensão das imagens historicamente construídas sobre o cangaço e seu “Rei”, pois elas estão constantemente alimentando a cultura histórica em torno do cangaço.

No III Capítulo, “Legalidade e ilegalidade em um mesmo corpo: Lampião e o teatro de interesses no território cearense (1922 – 1926)”, pontualmente, buscamos analisar o processo representacional de “legalização” do “Rei do Cangaço” e seu bando, para combater a Coluna Prestes. Encaramos esse episódio como um dos mais contraditórios e polêmicos sobre a vida do cangaceiro. A partir da articulação de tal proposta, direcionamos o nosso olhar para os jornais, vendo-os como um campo de disputa. Nessa documentação, buscamos focar nosso interesse na forma como os jornais divulgaram a notícia da ida de Lampião a Juazeiro e qual a repercussão desse episódio nos periódicos.

Não nos preocupamos em saber, nesse capítulo, se a dita “legalização” foi verdadeira ou uma trama articulada pelas autoridades, apesar de, inevitavelmente, trabalharmos com essa questão. Buscamos, principalmente, entender a repercussão dessa notícia no universo jornalístico e a mudança no campo das representações, que levou a imagem de Lampião a mudar de bandido sanguinário a um exímio patriota, adepto das armas para extirpar do solo nacional a Coluna Prestes.

Construímos esse capítulo dividido em duas partes: na primeira, focamos no ataque à residência da Baronesa de Água Branca, em 1922, acompanhando as primeiras notícias lançadas nas páginas dos jornais sobre Lampião e como sua imagem ia sendo construída, até culminar em 1926, no Juazeiro do Norte, centro da nossa discussão. Em um segundo

momento, trabalhamos com a entrevista concedida por Lampião ao médico Otacílio Macêdo. Através dela, procuramos entender um pouco da representação que Lampião fazia de si mesmo, sem deixar de considerar a intermediação da escrita de Macêdo. Quanto a isso, uma ressalva se faz necessária, o processo de mediação e tradução feita pelo entrevistador acabaram por produzir um texto híbrido: onde termina a voz de Lampião e se inicia a voz de Otacílio Macêdo? Ou, por outra, onde termina a autorrepresentação feita por Lampião e começa a representação feita pelo médico?

IV Capítulo: “A construção representacional do ataque a Mossoró nas páginas jornalísticas (1927)”. Armado, municiado e bem vestido, Lampião saiu de Juazeiro do Norte como um “legalizado”; já não era mais um “bandido”, mas um membro do Batalhão Patriótico – pelo menos se imaginava em tal posição, pois, para as autoridades, ele ainda era um bandido, que, no entanto, agora estava sob os seus serviços.

Nesse quarto capítulo, trabalhamos com as representações construídas em 1927, quando Lampião foi visto em Mossoró, palco da nossa trama, como um bandido a dar combate, um invasor e erva daninha a ser exterminada, execrada. Segundo os discursos dos jornais trabalhados, o povo de Mossoró não corroborava com o banditismo. A cidade passou a representar e tratar Lampião como um “Rei” vencido. Os mossoroenses construíram a sua identidade de cidadãos como “o povo guerreiro que venceu Lampião”, se representam como aqueles não submissos aos mandos e desmandos de um bandido, mas se colocam na resistência, como agentes de sua própria história.

Esse episódio do ataque a Mossoró permite-nos pensar como é possível criar representações múltiplas em torno de um sujeito e como a imagem social é passível de mutação e apropriação. De “aliado” do governo, em 1926, Lampião, em 1927, passa a ser visto pela óptica mossoroense como uma fera a ser exterminada. Os interesses dos grupos sociais dominantes mudaram. Ai estaria o ponto alto desse trabalho, no qual podemos perceber, através da análise desses dois momentos da vida de Lampião, como ele foi dado a ler pela elite local e os jornais de sua época.

Convidamos o leitor a adentrar nessa trilha de veredas tortuosas, discursos contraditórios, personagens fascinantes, e se deleitarem nesse palco narrativo onde as representações discursivas afloram e do qual emerge uma rica história social e cultural. Explicitando essas representações sobre Lampião, em certa medida, também produzimos novas representações sobre o objeto analisado. O palco de que estamos falando é o campo da escrita historiográfica. Através dessas folhas brancas, as letras, frases, orações, vão ganhando

forma através da nossa pena, e construindo vida própria no mundo dos significados, no universo das dissertações, com seus méritos e suas lacunas. Como afirmou Michel de Certeau:

A escrita consistiria em ‘elaborar um fim’. Na verdade ela não é nada disto desde que haja discurso histórico. Ela impõe regras que, evidentemente, não são iguais às práticas, mas diferentes e complementares, as regras de um texto que organiza lugares em vista de uma produção. Com efeito, a escrita histórica compõe, com um conjunto coerente de grandes unidades, uma estrutura análoga à arquitetura de lugares e personagens numa tragédia (2008, p. 105).

Aqui nos deparamos com o fim da representação formulada por nós pesquisadores/escritores, para abriremos caminho para a formulação das representações dos leitores.

\*\*\*



## **CAPÍTULO II**

### **(RE)VISITANDO AS ORIGENS DO CANGAÇO**

O texto impresso remete a tudo aquilo que se imprime sobre o nosso corpo, marca-o (com ferro e brasa) com o Nome e com a Lei, altera-o enfim com dor e/ou prazer para fazer dele um símbolo do Outro, um dito, um chamado, um nomeado.

(CERTEAU, 2008, p. 232).

## 2.1. Cangaço: um conceito como representação

Neste capítulo, realizamos uma revisão bibliográfica na qual explicitamos as várias teses apresentadas sobre o cangaço e Lampião. Para nós, é importante fazermos essas referências porque elas contribuem para a elucidação de muitas das discussões que faremos posteriormente e foram canais de fomento de representações.

Para entendermos o cangaço, acreditamos ser de cabal importância visitarmos a construção discursiva desse conceito, a historicidade que comporta o surgimento desses grupos de cangaceiros, os quais se aventuraram no cotidiano das caatingas e se entregaram a uma vida de fugas, tiroteios e sangue. Buscamos problematizar os sentidos desse movimento, seguindo as múltiplas concepções que tentam explicá-lo e o lugar que Lampião ocupou nessa trama com as representações que foram elaboradas sobre ele.

Montar discursivamente o palco vivenciado pelos sujeitos sociais não é uma tarefa fácil, pois, além de exigir do historiador uma visão apurada da temporalidade em questão, muitas vezes, sinaliza para as ausências e silêncios dos documentos, os quais, mesmo sendo questionados, não nos possibilitam o acesso às subjetivações que incorporam. Assim, como o detetive faz uso das pistas para conseguir esclarecer um crime, o historiador segue a mesma trajetória quando ocupado da tarefa de analisar suas fontes.

Atentamos que a própria tentativa de conceituar pretende enquadrar um determinado objeto ou fenômeno social dentro de uma complexa colcha narrativa/explicativa. Essa conceituação por si só já é uma maneira de fomentar representações, pois, para nós, os conceitos também são passíveis de múltiplas interpretações e entendimentos. Ainda de acordo com a nossa perspectiva, no referente à elaboração do “conceito cangaço”, a partir do seu lugar social, os vários autores ao lançarem interpretações sobre esse fenômeno, acabaram por forjar um pluralismo de representações e imagens.

Como trabalharemos neste capítulo com as representações em torno do conceito cangaço partindo de obras bibliográficas, é oportuno lembrarmos-nos de Roger Chartier, quando, analisando as representações do mundo social, salientou ser o texto escrito um grande elaborador de representações as quais vão construindo esse mundo (2009, p. 07). Assim, atentamos ser a narrativa um fator de extrema relevância nesse percurso, pois, através dela, se busca convencer; ela gera credibilidade.

Segundo Certeau: “A estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinária que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade” (2008, p. 101) e convencimento. Pois, não podemos esquecer ser o

leitor o alvo do texto escrito, sendo que o texto não está com sua significação definitiva, ele passa pelo crivo interpretativo do leitor o qual atribuirá, simbolicamente, um sentido e uma representação sobre o lido.

Há, na literatura sobre o cangaço, um consenso representacional que entende a etimologia do termo vinculada à imagem dos cangaceiros conduzindo as armas de fogo cruzadas ou atravessadas sobre o peito e costas, de uma forma que fazia lembrar a canga<sup>6</sup> colocada nos bovinos. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz:

O termo é antigo, pois nessa região já em 1834 se dizia de certos indivíduos que eles ‘andavam debaixo do cangaço’, designando particularmente os que ostensivamente se apresentavam muito armados, de ‘chapéu-de-couro, clavinotes, cartucheiras de pele de onça pintada, longas facas enterçadas batendo na coxa’, como escreve o escritor cearense Gustavo Barroso (1997, p. 15)<sup>7</sup>.

Assim, percebemos que o próprio conceito geral já constrói uma teia de relações representacionais. O movimento *a priori* já tem as armas e as cartucheiras com balas cruzadas no peito, como uma forma de representação de força, ousadia e valentia. Esses objetos sinalizariam um distintivo naquele meio social, um distintivo representacional de força e poder.

Na concepção da já referida socióloga, que, na década de 1960, desenvolveu trabalhos na França sobre o tema do cangaço, o termo foi utilizado para qualificar dois casos específicos: o “cangaço dependente” e o “cangaço independente”. O primeiro diz respeito aos grupos de homens armados os quais se colocavam a serviço de um chefe político em troca de proteção e benefícios (soldos e alimentos), e que, como garantia, se dispunham a enfrentar qualquer trabalho solicitado pelo chefe. Tentando entender o lugar social, o poder e importância desses chefes locais, Queiroz deixou claro:

Dentro do círculo da linhagem e da parentela, a posição de chefia era conquistada mais pelo prestígio e pelas qualidades pessoais do que propriamente pela fortuna. Ao chefe da parentela se pede conselho, mas ele, por sua vez, nos momentos difíceis, reúne a ‘tribo’ e confabula com ela. Quando a parentela é poderosa, quem a dirige se torna o chefe político de uma localidade ou mesmo de uma região: é o poderoso ‘coronel’ de uma zona. Este título se difundira a partir dos tempos do Império, em que cada batalhão, cada regimento da Guarda Nacional representava uma parentela. Pouco a pouco, o

<sup>6</sup> Canga: conjunto de arreios pelos quais se amarra o boi ao carro (carroça).

<sup>7</sup> Na concepção de Gustavo Barroso: “[...] o bandoleiro antigo sobrecarregava-se de armas, trazendo o bacamarte passado sobre os ombros como uma canga. Andava debaixo do cangaço”. Ver: BARROSO, Gustavo. **Heróis e Bandidos**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1917. p. 31.

termo ‘coronel’ passou a significar não um posto militar, e sim um ‘personagem importante’, o *primus inter pares* (QUEIROZ, 1977, p. 36).

Para ela, os *cangaceiros dependentes* habitavam nas terras desses chefes e não só se deixavam envolver em troca de proteção, havendo por trás um forte cunho de interesse financeiro, pois também se colocavam a serviço daqueles que lhes pagassem mais. Assim nos é permitido pensar o arcaísmo das possibilidades de trabalho na região no século XIX e início do XX. Salientamos serem essas relações marcadas por contratos verbais acertado entre as partes.

Na distinção construída pela socióloga, esses bandos tinham moradia fixa e quando faziam expedições para outras paragens, por conta própria, essas eram esporádicas, sendo o retorno às terras do patrão uma constante. Eram, então, cangaceiros do coronel tal, homens de confiança, sendo a maioria deles conhecidos como jagunços, capangas ou cangaceiros mansos. Essa forma de banditismo, segundo Queiroz, não esteve presente somente no Nordeste, mas foi comum aos grandes latifúndios e áreas rurais do Brasil, tendo como período de fortalecimento do século XVIII até parte do XX.

Para a autora, os primeiros tempos de povoamento dos sertões, no século XVII, são tidos como difíceis, pois aquela parte da região ainda não havia sido desbravada, não havendo estradas, e as caatingas permanecendo fechadas e habitadas por bichos ferozes e peçonhentos. Além do mais, ainda existiam outros inimigos extremamente hostis, os índios tapuias e outras tribos expulsas do litoral no processo de estabilização dos europeus na costa. Mas os sertanistas deveriam encarar o interior. Nesse período, fazia-se necessário expulsar o gado da região canavieira. Assim, os chefes de famílias de posses recorreram à ajuda de outros homens armados, contratando-os para a formação de bandos para penetrar naquelas terras e protegê-los contra possíveis ataques das tribos interioranas.

Segundo Queiroz, após a fixação territorial, esses homens ainda continuaram a servir de apoio aos chefes, agora não mais lhes dando proteção contra ataques indígenas, mas sim, servindo de aparato para protegê-los do ataque de inimigos políticos, pois a disputa pelo poder administrativo das vilas e cidades intensificava-se. Esses homens faziam de suas terras verdadeiros redutos de segurança. Naqueles imensos latifúndios, muitos agregados constituíam famílias e iam garantindo o poder do senhor, o coronel. Percebemos ser essa relação benéfica para ambas as partes, pois se, de um lado, o capanga ganhava moradia, de outro, o líder político obtinha prestígio, pois esse prestígio era legitimado pelo poder de fogo

detido nas mãos dos seus subordinados. A força de uma pequena elite, que estava em formação, ia se impondo no sertão seco.

Ainda de acordo com Queiroz, esses “cangaceiros mansos” entravam em ação quando estourava uma briga de famílias, cujo conflito ganhava proporções exorbitantes pondo a localidade em um caldeirão de pólvora pronto a explodir a qualquer momento. Esses conflitos, geralmente, se arrastavam por gerações sucessivas, sendo cada vez mais alimentadas com sangue e ódio.

O presidente da Província do Ceará, Benjamin Liberato Barroso, no Relatório de 1915, denunciou as atitudes dos chefes locais que se cercavam de homens para garantirem o seu poder e, muitas vezes, espalharem o terror:

[...] atualmente, aqui, homens de certas responsabilidades, de famílias importantes mesmo, fazendeiros, lavradores, creadores e doutores, por qualquer rixa de família ou de visinhos, têm a preocupação de organizar cangaço, grupo de homens maus, capazes de ferocidades e os mantêm debaixo de armas para intimidar os seus contendores ou para levar-lhes o extermínio na primeira oportunidade. E assim são mantidos esses afamados valentões, perversos, malandros, porém perspicazes, que vivem longo tempo sem trabalho, á custa do fazendeiro, atemorizando-o com os boatos por elles mesmos engendrados para firmarem seus importantes serviços.<sup>8</sup>

Esse problema já foi detectado em 1911, sendo que, no Cariri cearense, reuniram-se, na Câmara Municipal de Juazeiro no Norte, os chefes políticos de dezessete municípios daquela região para, juntos, assinarem um acordo de apoio e ajuda mútua que ficou conhecido como pacto dos coronéis, firmado no dia 4 de outubro<sup>9</sup>. Essa foi uma tentativa de encontrar a paz na região através de um acordo de solidariedade política. O documento deixa transparecer um pouco das relações políticas da época e como o cangaço estava intrinsecamente relacionado ao poder dos chefes e coronéis locais, mostrando os motivos favorecedores do fortalecimento do “banditismo”<sup>10</sup>. Destacamos os principais pontos referentes ao cangaço:

Art. 1º - Nenhum chefe protegerá criminosos do seu município nem dará apoio nem guarida aos dos municípios vizinhos, devendo pelo contrário ajudar na captura destes, de acordo com a moral e o direito.

Art. 2º - Nenhum chefe procurará depor outro chefe, seja qual for a hipótese.

Art. 7º - Cada chefe, a bem da ordem e da moral política, terminará por completo a proteção a cangaceiros, não podendo protegê-los e nem consentir

<sup>8</sup> Documento disponível para acesso no site: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1455/000012.html>>. Acessado em 20 maio. 2010.

<sup>9</sup> Ver documento completo no anexo I.

<sup>10</sup> Salientamos que o próprio conceito de “banditismo” já é uma forma pejorativa de representação, desqualificadora da figura do cangaceiro, ligando-os a criminalidade.

que os seus munícipes, seja sob que pretexto for, os protejam dando-lhes guarida e apoio<sup>11</sup>.

O advogado e imortal da Academia Brasileira de Letras, o cearense Gustavo Barroso, encaminhado em vida para o mundo da política, em 1917 publicou uma das suas principais obras: *Heróis e Bandidos*. Para ele, o pacto dos coronéis só veio a reafirmar a falta de responsabilidade dos governantes locais para com os problemas do povo, e como o governo central não tinha pulso para tomar atitudes viáveis para combater o “banditismo”<sup>12</sup> e toda aquela situação de impunidade nos sertões.

Como não acreditar no profundo atraso social duma terra, onde os homens mais eminentes firmam publicamente um documento comprobatório de que o meio, a raça, a administração e a política, todos de mãos dadas concorrem para o banditismo? O governo que sugestionou a feitura desse convenio declarou, implicitamente, não ter forças para reagir e nunca ter cuidado de remediar o mal. Porque jamais poderia acreditar na palavra, embora escrita, daqueles que por necessidade, hábitos e interesse somente podem fomentar o crime. Os resultados foram nulos (BARROSO, 1917, p. 80).

Voltando aos tipos de cangaceiros trabalhados por Queiroz, ela nos apresenta uma segunda categoria, os *cangaceiros independentes*, caracterizados pela liberdade e itinerância. Esses não se fixavam em lugares específicos ou se colocavam a serviço de coronéis e poderosos de forma constante. Mantinham, às vezes, relações amistosas com a elite através de acordos esporádicos, mas não estavam submissos. Geralmente, eram liderados por um chefe carismático e com pompas de guerreiro, o qual se impunha sobre os demais pela coragem e força. Salientamos que a categorização apresentada por Queiroz não seria estática, havendo, às vezes, certa mobilidade entre dependente e independente.

Para a autora a maior parte dos grupos com essas características surgiram em meados do século XIX, tendo seu momento de apogeu nas quatro primeiras décadas do século XX<sup>13</sup>, e foram desarticulados totalmente no ano de 1940 com a morte do cangaceiro Corisco. Como exceção à regra, no século XVIII, tivemos um dos primeiros registros de experiência de *cangaceirismo independente* no litoral. No livro *O Cabeleira* (2003), de 1876, Franklin Távora, com toda a licença proporcionada pela literatura, percorreu a história do

<sup>11</sup> O documento foi publicado no jornal oficial “República”, de Fortaleza, no dia 8 de novembro de 1911.

<sup>12</sup> O autor usa o termo “banditismo” ligando-o a criminalidade.

<sup>13</sup> Em consonância com as ideias de Queiroz: “Não se sabe ao certo quando um grupo de cangaceiro começou a agir fora da proteção de um clã, mas há documentos atestando que em fins do séc. XVIII, bandos independentes já existiam, tendo como ponto de partida as guerras de família” (QUEIROZ, 1977, p. 59).

“bandoleiro”<sup>14</sup> José Gomes, alcunhado de Cabeleira devido ao tamanho dos seus cabelos. O referido “bandoleiro” atuou na zona canavieira da Província de Pernambuco chegando ao ponto de atacar o Recife, mas também fez algumas incursões pela Paraíba e Rio Grande do Norte. Távora nos deixou um rico documento narrativo nos mostrando a particularidade da existência de um cangaceiro no litoral, em um período de predominância do banditismo dependente.

Segundo Queiroz, tivemos como expoentes máximos desse *cangaço independente* os cangaceiros Antonio Silvino, Lampião e Corisco, sendo Lampião o mais notório entre eles, devido ao longo tempo permanecido no cangaço, a suas façanhas e imortalização no imaginário social. Esses bandos independentes viviam em constante luta contra a polícia/volantes até serem presos ou morrerem. Ao contrário dos bandos dependentes, os bandos independentes foram específicos do Nordeste seco<sup>15</sup>.

Corroborando ainda com as ideias da autora, havia alguns bandos de cangaceiros cuja vida não se enquadrava na primeira e nem na segunda classificação de cangaço, eram os “bandos de calamidades”, filhos do momento. Surgiam quando acontecia alguma calamidade, principalmente climática. Nesses períodos, toda forma de subsistência via-se ameaçada (destruição da agricultura, miséria, falta d’água, inanição, etc.), sendo a solução imediata, assaltos em busca de alimento. Quando a vida voltava à normalidade, após o período de intempérie, esses bandos se dissipavam. Uma das suas principais características era a indisciplina e falta de organização, o oposto dos bandos independentes.

Exemplo do aumento dos bandos de cangaceiros aconteceu nas secas de 1825 e 1877, tidas como grandes secas. “A seca, portanto, prestava-se a transformar grandes e pequenos fazendeiros, sitiantes, vaqueiros, moradores em esfomeados que pilhavam as propriedades. Cangaceiros e miseráveis tendiam a se misturar” (QUEIROZ, 1977, p. 62).

No seu trabalho, podemos perceber que Queiroz assumiu a dimensão da sociologia política, que almejava uma “racionalidade” da política brasileira, se afastando dos fundamentos históricos evolucionistas e da visão normativa e pragmática da sociologia.

<sup>14</sup> Adjetivo usado pelo autor, às vezes em tom pejorativo, outras, como maneira de mostrar o modo de vida dos cangaceiros como diferente do aceitável socialmente.

<sup>15</sup> Trabalhamos com a ideia da existência de dois Nordeste: a “Civilização do Açúcar”, caracterizada pela monocultura açucareira e escravista; e a “Civilização do Couro”, própria dos sertões, tendo o gado como base econômica e formada por uma sociedade com estilo rústico e sem requintes europeizados. Ver: CAPISTRANO DE ABREU, João. **Capítulos de História Colonial - 1500-1800**. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998; FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 50.ed. São Paulo: Global, 2005; \_\_\_\_\_. **Nordeste**. 7.ed. São Paulo: Global, 2004; MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**. 3.ed. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Programa Editorial, 1995; ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. Recife: UFPE, 1998.

Assim, ela voltou o seu olhar não para o meio urbano, mas viu o campo como uma zona profícua para o desenvolvimento dos seus estudos. Para Gláucia Villas Bôas, Queiroz “poderia ser elevada à categoria dos sociólogos ‘malditos’, se por esta expressão entendermos os intelectuais, os autores e os escritores que não seguiram à risca os cânones de sua época, desviando-se das regras comuns ao seu círculo intelectual” (2010, p. 01). Não se pode dizer que ela rejeitava o mundo acadêmico, mas sim, os modelos históricos evolucionistas e o centralismo nas análises da vida urbana, com as suas abordagens dicotômicas da sociedade brasileira.

Segundo Villas Bôas, Queiroz foi taxada, na sua época, de conservadora por abordar temas tidos como clássicos. No entanto, temos que lembrar que nenhum tema se esgota por completo e sempre há lacunas e questionamentos a serem feitos, principalmente no referente aos fatos sociais. Enquanto o urbano era o foco na sociologia das décadas de 1950 e 1960, Queiroz traz para a pauta de discussões a figura dos cangaceiros, beatos, coronéis, latifundiários, festas típicas, benzedadeiras, entre outros. Esses são temas integrantes da chamada tradição da cultura brasileira.

De família tradicional paulista, ligada ao plantio do café, a autora voltou-se para os tidos “minoritários da sociedade”:

Uma das escolhas mais significativas de Maria Isaura foi investigar o processo de mudança social no Brasil através do estudo das coletividades pobres e dominadas. Sua obra está pautada pela hipótese ousada e controvertida de que os grupos subalternos são capazes de organizar e liderar movimentos em favor da melhoria de suas condições de vida. Ao apostar nesta hipótese, a autora inverte a crença comum de que aqueles grupos são incapazes de ação em benefício próprio uma vez que se acredita que estejam naturalmente presos ao imobilismo, à espera de um movimento que os retire das duras condições em que vivem, iluminando suas mentes (IDEM, p. 02).

Ela trouxe, assim, os grupos dominados para o epicentro das suas pesquisas e análises, abordando-os não como sujeitos alienados, mas que tinha a capacidade de discernir o seu papel na sociedade e a sua condição de explorados pelos grupos que tinham o poder do mando.

Queiroz se recusou a comparar a sociedade brasileira a um modelo ideal de sociedade moderna. Para ela, os nossos dilemas sociais não são causados pelo atraso da herança portuguesa, a colonização, a miscigenação, o determinismo geográfico ou climático, mas sim, fruto das ações políticas. Nesse quesito ela foi contra as concepções acadêmicas de sua época.

Para Villas Bôas, “Grande parte da intelectualidade de ontem e de hoje desejava e ainda deseja propor um remédio para os males do país. Fazer o diagnóstico da vida social e apontar soluções para os obstáculos e as resistências que impediam e impedem a realização de um país moderno”, assim, “muito embora, Maria Isaura tivesse como interesse precípua o estudo da mudança social, o que, aliás, aproximava a autora de seus contemporâneos, considerou que não podia fazer uso da investigação científica para fazer um diagnóstico” (IDEM, p. 03), pois ela não buscava esse modelo ideal de sociedade, acreditando serem os modelos fortes interventores normativos no processo de conhecimento, possibilitando a eliminação da observação das diferenças e das singularidades.

Ela clamava que os estudiosos atentassem para as diferenças, e não tentassem enquadrar a sociedade brasileira em modelos já pré-estabelecidos. “A firme determinação em recusar a utilização de um ideal de modernidade para investigar a sociedade brasileira é um dos pontos de partida distintivos da obra de Maria Isaura. Nela não se percebe a insistência em um projeto de sociedade a ser realizado no futuro” (IDEM, p. 03). Em linhas gerais, ela pensou os grupos sociais dotados da capacidade de agir e pensar por conta própria.

Anterior às análises de Queiroz sobre os “bandos de calamidades”, tivemos o livro *Geografia da Fome*, do médico pernambucano Josué de Castro, publicado em 1946. Diferenciando-se da perspectiva de Maria Isaura no referente à sugestão de soluções para acabar com a fome e a miséria na região, balizando-se na concepção de uma sociedade ideal, a obra tornou-se emblemática pelo tom de denúncia em um período no qual tentava-se “maquiar” os problemas sociais.

Na obra, Josué de Castro mapeou os territórios de fome no Brasil. Ele explorou e representou tanto a seca e a fome como fatores causadores das anormalidades e florescimento do cangaço no Nordeste sertanejo. Para ele, era a seca a desestruturadora da vida dos sertanejos, trazendo a morte, a inanição e a migração para quem desejava sobreviver e não morrer à míngua. Já a fome era caracterizada não de forma endêmica, mas epidêmica, com surtos deflagrados em períodos de estiagem<sup>16</sup>.

Para ele, aqueles que, não querendo se tornar retirantes, ficavam nas regiões gravemente afetadas, apelavam para o assalto, quando todas as soluções possíveis acabavam.

---

<sup>16</sup> Sobre a questão das secas, ver: ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus Problemas**. 3.ed. João Pessoa: A União, 1980; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1993; SOUZA, Eloy de. **O Calvário das Secas**. 3.ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2009.

Surgiam, assim, os cangaceiros de temporadas<sup>17</sup>. Era a fome e o instinto de sobrevivência falando mais alto. Castro representou a seca como um dos fatores que proporcionou o surgimento de muitos bandos de cangaceiros, pois, nas suas observações, ele percebeu um aumento desses “bandos de homiziados e fanáticos religiosos” por ocasião dos problemas climáticos.

Como diz Gilberto Freyre, ‘a palavra Nordeste nos evoca sempre o espetáculo das secas. Quase não sugere senão as secas, os sertões de areias secas rangendo debaixo dos pés’ [...] Nestes sinistros períodos em que o clima se nega a regar com chuvas benfazejas o solo adusto da caatinga, toda a vida regional se vai exaurindo da superfície da terra [...] Não dura, porém, muito que o gado se deixe aniquilar pela morrinha, pela inanição e pelas pestes, e comece a entrevar, a cair e a morrer como moscas [...] golpeado a fundo pelos cataclismo, com suas fontes de produção estagnadas, o sertanejo quase sempre desprovido de reservas cai imediatamente num regime de subalimentação” (CASTRO, 2004, p. 201 – 202).

Um ponto bastante trabalhado pelo autor relaciona a seca à desagregação psicológica dos indivíduos, sendo ela agravada pelo aumento da fome, que atua sobre os espíritos dos sertanejos aniquilando os corpos e as poucas carnes conseguidas a duras penas, além de atuar também sobre a estrutura mental e a conduta social. Segundo Castro, quando o homem, devido à fome, chega ao ponto de comer ovos de aruás – espécie de molusco encontrado em caules de plantas aquáticas, às margens das lagoas –, ele não tem mais nada a perder, é o momento limiar em busca da sobrevivência. Esses ovos, com uma coloração rosa, tanto têm de bonitos como repugnantes. “Os ovos contêm um líquido gosmento, adocicado, parecendo uma mistura de sangue e pus de abscesso” (IDEM, p. 224).

O cangaço se tornava a solução. Quebrando o arraigado código ético sertanejo<sup>18</sup>, o homem aderiu ao “banditismo” não como um meio de vida, mas como uma necessidade

<sup>17</sup> Para um aprofundamento sobre as condições das migrações dos retirantes e seu cotidiano, sugerimos as obras literárias: QUEIROZ, Rachel. **O Quinze**. 56.ed. São Paulo: Siciliano, 1997. Usando a literatura como aporte, a autora narra a história de uma família que passa por uma forte seca, a de 1915. Ela conseguiu reproduzir no seu escrito um pouco das condições vividas por aqueles que abandonavam as suas terras em busca da sobrevivência. RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 74.ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. Nesse livro, o autor conta o drama de uma família sertaneja, chefiada por Fabiano, diante da implacável seca e da extrema pobreza da região. O peculiar é ter buscado Graciliano Ramos configurar e inserir no livro as questões sociais e culturais emergentes em períodos de calamidades. Ambas as obras – entre outras não menos importantes – configuram-se como emblemáticas por estarem inseridas no contexto da literatura regionalista, e terem sido produzidas em um período no qual os autores almejavam quebrar o estilo europeizante. Os livros indicados foram publicados na década de 1930.

<sup>18</sup> Entendemos como “código ético sertanejo” uma representação que constitui os valores que orientam a cultura e o povo sertanejo. Dentre desse código estaria o respeito pelas tradições, religião, família, os hábitos, normas, valores, e a própria vingança como uma forma de lavar a honra quando uma afronta fosse cometida. Esse código ditava como os homens e mulheres daquela sociedade deveriam ser, arraigando-se na práxis (costumes), e na tradição.

imediate, passando sobre todos os seus princípios tradicionais. Para Castro, aí surgiam os chamados bandidos e santos das eras de calamidades:

O cangaceiro que irrompe como uma cascavel doida deste monturo social significa, muitas vezes, a vitória do instinto da fome – fome de alimento e fome de liberdade – sobre as barreiras materiais e morais que o meio levanta. O beato fanático traduz a vitória da exaltação moral, apelando para as forças metafísicas a fim de conjurar o instinto solto e desadorado. Em ambos, o que se vê é o uso desproporcionado e inadequado da força – da força física ou da força mental – para lutar contra a calamidade e seus trágicos efeitos. Contra o cerco que a fome estabelece em torno destas populações, levando-as a toda sorte de desespero (IDEM, p. 233).

O autor representou tanto o cangaço como o fanatismo religioso como frutos do meio físico. Foi esse meio inóspito, que não dava condições de sobrevivência aos indivíduos, os quais se viam cercados pela fome e miséria em períodos de longas estiagens, que fez muitos sertanejos, em um momento de “distorção psicológica”, romper com a ordem estabelecida, as tradições e o “conjunto moral/ético” e assumir a vida errante das caatingas. Ele representou o cangaço como um meio de vida “errante”, ligando-o a criminalidade, apesar de, em alguns momentos, defender os cangaceiros.

As primeiras “análises” e descrições feitas sobre o banditismo vêm da literatura, com a já citada obra *O Cabeleira e Os Brilhantes*, de Rodolfo Teófilo, escrito em 1895. No entanto, os autores não estavam preocupados em analisar esses fenômenos de forma profunda, mas sim, mostrar as potencialidades da literatura regionalista ao país. Gustavo Barroso, no livro *Heróis e Bandidos* (1917), foi um dos primeiros analistas e intérpretes do cangaço, usando para isso modelos e métodos analíticos de importantes estudiosos e cientistas que lhes serviram de inspiração, como o sociólogo francês Latorneau, o literato, também francês, Stendhal, e o intelectual e político argentino, Domingo Faustino Sarmiento, esse último exercendo maior influência.

O livro de Barroso se configuraria como uma obra política, pelo qual, o autor, importante político e, posteriormente, o segundo homem do Integralismo brasileiro, almejava combater o atraso e a “barbárie rural”, representações feitas por ele sobre a violência no sertão nordestino. Apesar da visão de Barroso ser um pouco ambígua, por vezes defendendo os homens que aderiam ao “banditismo”, outras, os desqualificando, o livro apresenta-se como uma arma de luta contra o que Barroso chamou de “grande inimigo regional”: o atraso do sertão.

Esse atraso, para ele, estaria representado pelos cangaceiros e a política autoritária e corrupta dos coronéis que usavam até mesmo a religião para a legitimação do seu poder.

Caberia ao “urbano”, as cidades, tidas como lugares de civilização, civilizarem o sertão, começando por mudar a forma de exercer a política de forma despota pelos mandatários locais.

Para ele, o meio ambiente hostil acabava influenciando os sujeitos, condicionando os comportamentos. Não podemos esquecer ter Barroso saído muito cedo do Ceará para o Rio de Janeiro, possibilitando essa sua visão dos grandes centros urbanos como civilizados e possíveis “salvadores” do sertão nordestino, por meio desse processo de implantação de padrões civilizadores nessa região. Assim, podemos perceber ser o sertão de Barroso representado como “anti-civilizado” e “bárbaro”, apesar de reconhecer os pontos positivos do cangaço, como por exemplo, a coragem e a honra.

O livro foi, então, escrito para o público urbano, representado como “civilizado”, afim de que eles juntassem forças para modificar a estrutura vigente no sertão nordestino. No seu livro, Barroso acabou fazendo uma junção de historicismo, naturalismo e romantismo ao estudar o cangaço, situando esses dentro de aspectos físicos (ambientais) e culturais.

Na perspectiva de Gustavo Barroso, era notória a parcialidade dos altos governantes em manter intacto aquele sistema de poder nos sertões, pois eles se beneficiavam diretamente com esse, já que grandes representantes do governo eram chefes de jagunços e cangaceiros dependentes. No livro *Heróis e Bandidos*, o autor assumiu no seu escrito um tom de denúncia diante do arcaísmo do Nordeste e a falta de políticas públicas para a melhoria da vida da população. Assim, não culpou os bandidos pelos seus atos, mas o sistema e os seus líderes diretos:

Os erros da colonização não deram ao sertanejo meios de progredir. A Monarquia deixou-o em abandono, porque a organização do trabalho, no seu tempo, unicamente se baseava no alicerce falso da escravidão. A República até hoje quase nada fez para instruí-lo ou melhorar-lhe a sorte. Antes tem explorado o banditismo para fins políticos. O jagunço é, às vezes, a última ratio do governo federal afim de dominar num Estado rebelde. Para a nação, são perniciosas as conseqüências desse abusivo modo de agir como do descuido em impedir a formação de núcleos de bandidos, conseqüências que dificilmente se apagam (BARROSO, 1917, p. 73-74).

Percebemos que a representação passada por Barroso é de ser o sertão uma terra de barbárie, isolada da civilização e “luzes litorânea”, tornando-a quase selvagem. Para o autor, o cangaceiro era uma “alma feita de contrastes, anormalidade quase normal na primitiva e estiolada sociedade sertaneja” (IDEM, p. 15).

Para ele, além de uma intensificação política para se conseguir exterminar o banditismo, um fator crucial em tal empreitada seria possibilitar o processo de civilização daquele povo. Só quando os requintes de arcaísmo fossem extirpados, o cangaço e o próprio fanatismo religioso, expressões maiores desse arcaísmo, seriam repelidos.

Os sociólogos afirmam que o homem, de origem e pela própria organização, tem todas as necessidades e inclinações da animalidade de que proveio, certo prazer mental, inerente à mesma animalidade, em fazer sofrer os entes mais fracos e que só a força da civilização consegue modificar esses instintos primeiros, contudo sem os extirpar de vez (IDEM, p. 19).

Identificando a falta de educação daquela população como um fator também influente, ele acabou fazendo um paralelo com o clima, responsabilizando-o por ter a “máxima culpa na produção da cangaceiragem” (IDEM, p. 20). Segundo Barroso, “foi a alma do sertão que moldou e fundiu a do cangaceiro. Afim de viver nessa região agreste, batida de sol, e demasiadamente sóbrio. O eterno combate contra o meio inóspito desenvolveu-lhe a coragem e a resistência (IDEM, p. 22).

Na visão do autor, o bandido sertanejo seria uma resposta ao meio. O espírito de oposição gestado nele foi o mecanismo de reivindicação em um espaço no qual faltavam outros meios, sobrando somente as armas para alcançarem seus objetivos. Há, então, a justificativa do culto à bravura, tão cara à sociedade sertaneja, exercendo uma dominação psicológica e social sobre os sujeitos e suas atitudes.

Na perspectiva representacional de Barroso, a valorização do homem bravo, da mulher de fibra, eram valores disseminados desde muito cedo para as crianças. O sentido de honra pessoal era muito importante para um sertanejo, devendo essa ser restabelecida com o sangue do inimigo quando houvesse alguma agressão contra ela. Para uma ofensa grave, a única resposta dada a quem ofendeu, era a morte. As tradições ali enraizadas acabavam por obrigar os indivíduos a se vingarem: “No sertão, quem se não vinga está moralmente morto” (IDEM, p. 59). Ainda na ótica do autor, essa valentia estava representada na raiz da formação cultural sertaneja, sendo uma herança advinda das entradas e combates contra os índios. Assim, os sertanejos herdaram dos indígenas as “inclinações para a ferocidade, emboscadas e vinganças” (IDEM, p. 56).

É inevitável nos perguntamos: “Quem era esse homem sertanejo e de que região Gustavo Barroso estava falando?” No livro, ele delimitou o espaço em que esses valores são importantes, seria o Nordeste sertanejo, aquelas áreas de caatinga seca, povoadas a partir das entradas do gado e que, segundo ele, desenvolveram toda uma cultura arcaica e simples.

Nesse contexto, diante de um meio e condição de vida extremamente difícil e áspera, o homem acabava sendo moldado por tais condições, criando uma cultura que valorizaria a honra e a valentia como formas de admiração e aceitação social.

Acreditamos que, talvez, essas características discursivas, representacionais e simbólicas tenham sido incentivadas pela própria camada dominante sertaneja, fazendeiros e comerciantes, como um mecanismo de dominar aqueles homens e mulheres, pois, segundo o código ético trabalhado por Barroso, uma vez que a palavra fosse dada, era inaceitável o indivíduo voltar atrás, sendo a infração encarada até mesmo como uma desonra.

Abrindo um paralelo, é bem interessante a visão e representação de Gustavo Barroso sobre Lampião e o cangaço. No seu segundo livro, de 1930, *Almas de Lama e de Aço*, ele se colocou em defesa dos cangaceiros, afirmando serem vítimas de uma sociedade representada sem perspectiva de futuro e crescimento, cujos governantes não tomavam medidas para melhorar os dilemas e sofrimento do povo. Para ele, “O cangaceiro nordestino é, na maioria dos casos, um simples herói abortado, ou às avessas” (BARROSO, 1930, p. 11). Assim, seriam “almas primitivas” as quais, se bem aproveitadas pelos governantes, trariam grandes vantagens para o crescimento regional. Sobre Lampião, ele deu o seu parecer: “Lampeão é uma vítima do seu meio” (IDEM, p. 94).

Diferente da visão de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que analisou o cangaço dentro de sua própria dinamicidade, colocando o homem sertanejo no centro de sua abordagem, entendendo-o não como sujeito manipulado, mas como agente capaz de modificar a sua condição de vida, sendo sujeito dotado de vontade e consciência, Gustavo Barroso escreveu a sua obra com o fim de propor uma mudança, uma mudança que não partiria dos próprios sujeitos sertanejos, da realidade deles, mas viria de fora para dentro da região, dos “grandes centros urbanos civilizados” para o sertão; sertão esse que ele representava como “anti-civilizado”.

O antropólogo Darcy Ribeiro, na sua monumental obra *O Povo Brasileiro*, publicada em 1995, ao discorrer sobre a formação e o sentido do Brasil, abordando desde as nossas matrizes étnicas aos processos socioeconômicos, deu uma especial atenção ao que ele chamou de Brasil sertanejo. Segundo ele, não temos um país homogêneo, somos um povo plural vivendo em um mesmo espaço. Vários “brasis” cuja união forma o Brasil enquanto nação.

Como o próprio Darcy Ribeiro deixou claro no prefácio, ele passou trinta anos pesquisando e escrevendo o livro, para tentar responder a pergunta: “Por que o Brasil ainda não deu certo?” Destoando-se das concepções de Queiroz, a sua visão de história é evolucionista, como afirma Erwin H. Frank: “Trata-se de uma variedade de ‘neo-

evolucionismo unilinear’, um ranço Neo-Spencerianismo” (1996, p. 02), seguindo essa concepção, a concepção de Ribeiro seria a de ser a história um processo de progresso civilizatório, necessário, linear e sempre positivo, sendo que um povo se destaca mais do que outro por está em processo mais evoluído.

Essa perspectiva acaba por não levar em consideração ter, cada povo, a sua própria dinamicidade e especificidade, não sendo menos ou mais civilizado do que outro. A visão de Ribeiro buscava uma explicação convincente para o que ele chama de “atraso nacional” e uma solução para tal realidade.

No livro, o autor percebeu que, apesar das múltiplas matrizes formadoras do que ele chama e representa como “povo brasileiro”, que poderia ter levado a uma sociedade multiétnica, cravejada pela oposição, no caso do Brasil, o que poderia ser um pressuposto de separação e divergência, acabou alimentando e unindo-se para formar a própria “identidade” do país, o próprio povo. Construiu-se com esse pluralismo uma nação e não, uma multiplicidade de etnicidades antagônicas.

Aprofundando algumas questões levantadas por Gustavo Barroso nas décadas de 1910 e 1930, e dissecando as minúcias da “civilização do couro”<sup>19</sup>, seu processo formativo, as dificuldades na conquista territorial e fixação, ele chegou à figura do cangaceiro, tentando entender a sua formação. Para ele, tanto o cangaceiro como o “fanático religioso” encontraram nos sertões um ambiente propício ao seu desenvolvimento. O arcaísmo das instituições, a vida simples da população e as intempéries climáticas acabaram sendo fatores preponderantes na explosão desses dois tipos tão comuns na “civilização do couro”.

Para Ribeiro, o isolamento dessa região, que diferia do litoral açucareiro, a formou socialmente conservadora, com tradições rígidas. Essa distância cultural entre as duas áreas nordestinas gerou uma incompreensão entre elas; o litoral representando-se mais evoluído e moderno, enquanto os sertanejos eram representados como sujeitos ainda com requintes de barbárie e rusticidade extrema, visão muitas vezes corroborada, fortalecida e legitimada por Darcy Ribeiro: “O sertanejo arcaico caracteriza-se por sua religiosidade singela tendente ao messianismo fanático, por seu carrancismo de hábitos, por seu laconismo e rusticidade, por sua predisposição ao sacrifício e a violência” (RIBEIRO, 2006, p. 320).

No referente à honra, Ribeiro representou os sertanejos como indivíduos com um código moral rígido, com requintes de rusticidade e de arcaísmo. Na sua perspectiva, o sertanejo assimilou as características das formações pastoris comuns a outras áreas do mundo,

---

<sup>19</sup> Para um aprofundamento do termo, ver: CAPISTRANO DE ABREU, João. **Capítulos de História Colonial - 1500-1800**. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

“como o culto da honra pessoal, o brio e a fidelidade a suas chefaturas” (IDEM, p. 320). Estaria aí uma justificativa para a não aceitação de insultos e ofensas e a submissão aos poderosos, mesmo quando eram explorados de forma despótica.

Essa “qualidade moral”, para o referido antropólogo, estaria na raiz da formação de alguns grandes problemas sociais graves, os quais envolveram enormes multidões, sendo o cangaço e o fanatismo religioso as duas maiores expressões. Ele representou o cangaço como “uma expressão de revolta sertaneja contra as injustiças do mundo” (IDEM, p. 321). Assim, segundo ele, eclodiu nos sertões um tipo particular de “heroísmo selvagem”, o qual levava a extremos de ferocidade.

Percebemos na concepção de Ribeiro que, apesar de elogiar a coragem e valentia do homem sertanejo e o arraigado código ético, ele acabou representando aquele heroísmo e, conseqüentemente, o homem, como selvagens, bárbaros, filhos de uma terra arcaica e bárbara, apesar de reconhecer a sua importância na formação da identidade regional e nacional. Tendo a sua escrita requintes de poética, ele reafirmou as ideias de Gustavo Barroso quanto à necessidade de levar o progresso àquela região.

Ainda na linha de análise de Ribeiro, o cangaceiro seria uma resposta ao mundo de injustiças; as armas, a solução viável em um meio no qual o culto à valentia era algo intrínseco na tradição dos indivíduos, como também era apresentada como “expressões da penúria e do atraso, que, incapaz de manifestar-se em formas mais altas de consciência e de luta, conduziram massas desesperadas ao descaminho da violência infrene e do misticismo militante” (IDEM, p. 322). Segundo ele, os não encaminhados para a submissão, migrações ou banditismo, acabaram encontrando proteção nos redutos dos movimentos messiânicos, se tornando “justificadores divinos”. Pela fé, buscaram uma mudança de vida!

Em 1963, foi publicada a obra *Cangaceiros e Fanáticos*, do marxista e militante do Partido Comunista Rui Facó. O livro se tornou um marco por congregar a síntese de todo o pensamento, lutas e movimentos do PCB em prol da causa operária e camponesa. Ao se debruçar sobre movimentos rurais nordestinos tidos como marginais, e por muito tempo interpretados como causados pela questão do meio ambiente rude, da formação biológica e étnica devido ao cruzamento de “raças”, Facó veio dar nova luz aos estudos sobre a temática, sendo categórico na sua tese de representar o despotismo dos potentados rurais como o grande causador desses movimentos e do arcaísmo do Nordeste sertanejo, pois, através dos seus imensos latifúndios, eles iam explorando o trabalhador pobre, marginalizando-o.

Facó inovou nas suas análises por propor a compreensão desses movimentos a partir das causas primárias: a vigência da grande propriedade territorial pré-capitalista. Sua obra foi

produzida em uma época marcada pela discussão em torno do caráter das relações de produção, a consolidação do movimento camponês, o processo de tomada de consciência dos “de baixo” sobre o caráter feudal ou capitalista das relações sociais no campo. Assim, almejava-se a caracterização e entendimento do que era o latifúndio. O autor se voltou à reflexão sobre a concentração fundiária, representando-a como a causadora dos conflitos no campo. Dessa maneira, ele pretendia compreender a natureza e a historicidade da questão agrária no Brasil.

Ele relacionou o cangaço à questão agrária e de luta por terra. Representou esse movimento como um espaço de resistência e de contraposição à ordem social excludente, além de reafirmar a necessidade de mudança na estrutura da terra, pois aí estaria a raiz da maior parte dos problemas sociais do Nordeste e a semente de toda a desigualdade social, levando a um aumento substancial da pobreza, à miserabilidade e ao agravamento da situação dos camponeses sem terra. Também denunciou o retardamento nacional quanto à questão da terra, clamando por mudanças.

Segundo Facó, os homens e mulheres envolvidos no “banditismo” e no “fanatismo” não podem ser reduzidos e representados como meros bandidos desordeiros, o que desqualifica e não problematiza uma perspectiva de contestação da ordem estabelecida de exploração. Para ele, os bandidos e fanáticos não eram “simples criminosos”, mas frutos do atraso econômico da região, do latifúndio e do regime de trabalho “semi-feudal”.

Euclides da Cunha já compreendera que ‘o homem do sertão [...] está em função direta da terra’. Se a terra é para ele inacessível, ou quando possui uma nesga de chão vê-se atenazado pelo domínio do latifúndio oceânico, devorador de todas as energias, monopolizador de todos os privilégios, ditador das piores torpezas, que fazer, senão revoltar-se? Pega em armas, sem objetivos claros, sem rumos certos, apenas para sobreviver no meio que é o seu (FACÓ, 1983, p. 30).

Essa foi a sua justificativa para o surgimento dos grupos de cangaceiros. A questão da terra, segundo ele, foi representada como a grande causadora da problemática cangaceira no Nordeste. O sistema contribuiu por não dar condições de sobrevivência digna a esses sujeitos, empurrando-os para a criminalidade:

Naquela sociedade primitiva, com aspectos quase medievais, semibárbaros, em que o poder do grande proprietário era incontestável, até mesmo uma forma de rebelião primária, como era o *cangaceirismo*, representava um passo à frente para a emancipação dos pobres do campo. Constituíam um exemplo de insubmissão. Era um estímulo às lutas (IDEM, p. 38 - grifos nossos).

Mesmo diretamente a questão da terra não estando explícita nos movimentos, para Facó ela era a linha a costurá-los, pois lhes faltava a consciência clara do objetivo da luta.

Fica perceptível nessa concepção que, enquanto os outros autores como Barroso, e, às vezes, Josué de Castro e Darcy Ribeiro, apesar de reconhecerem as condições responsáveis por produzir os cangaceiros, os representaram como criminosos e bandidos; Facó mostrou-os como guerreiros, homens e mulheres que não aceitaram se submeter aos poderosos.

Nesse mesmo período, na Inglaterra, o historiador marxista Eric Hobsbawm, balizado nos novos estudos da História Social Inglesa, também discutia o banditismo em uma dimensão mais ampla. Ele foi um nome de extrema importância para a problematização do cangaço na década de 1970, através dos seus dois livros: *Rebeldes Primitivos* (1978)<sup>20</sup> e *Bandidos* (1976)<sup>21</sup>, nos quais ele lapidou e discutiu o conceito de “bandido social”; para nós, um tipo de representação em torno de um “banditismo ideal”.

Para Hobsbawm, os bandidos sociais eram representados como porta-vozes das massas populares as quais eram colocadas à margem da sociedade e do poder. Eles eram líderes de rebeliões individuais ou minoritárias nas sociedades camponesas, não podendo ser atribuído aos mesmos o rótulo de marginais, pois, para a sua gente, a sociedade camponesa com a qual não rompiam, eles eram considerados heróis, vingadores dos pobres, paladinos da justiça. Segundo “seu povo”, esses homens deviam ser admirados, ajudados e apoiados. “É essa ligação entre o camponês comum e o rebelde, o proscrito e o ladrão que torna o banditismo social interessante e significativo” (HOBSBAWM, 1976, p. 11).

A luta do bandido social era em prol dos interesses comuns, não atentando contra a integridade daqueles pobres que habitavam o seu território. Agiam contra os senhores, os quais eram vistos como causadores da opressão flageladora da sociedade. Assim, os bandidos sociais surgiram da insatisfação camponesa frente ao sistema opressor, sendo momentos de pleno florescimento do banditismo as épocas de pauperismo ou de crise econômica.

Em linhas gerais, o autor representou o banditismo social como fruto das sociedades baseadas na agricultura, sendo a maioria dos bandidos<sup>22</sup> camponeses e trabalhadores sem-terras, os quais se viam sob o jugo da dominação, da opressão e da exploração por seus proprietários. Nesse espaço, segundo Hobsbawm, poderíamos encontrar três tipos de bandidos: o *Ladrão Nobre*, uma espécie de Robin Hood que tirava dos ricos e distribuía com os menos favorecidos; os *combatentes primitivos pela resistência ou a unidade de guerrilha*,

<sup>20</sup> A primeira edição inglesa é datada do ano de 1959.

<sup>21</sup> A primeira edição inglesa data de 1969, já a brasileira de, 1975.

<sup>22</sup> O termo bandido não está usado aqui no sentido pejorativo, mas apenas para descrever aqueles homens e mulheres que não se submetiam as regras estabelecidas pelos poderosos.

chamado por ele de *haiduks*, os quais se uniam para tentar barrar o desenvolvimento do sistema; estes, em sua grande maioria não se preocupavam diretamente com os pobres. E, por último, tínhamos o *vingador* que, por algum motivo de ordem pessoal, semeava o terror.

Poderíamos nos perguntar: “Qual papel esses bandidos exerciam dentro das lutas de transformação da sociedade?” Para Hobsbawm, enquanto sujeitos individuais, eles se configuravam como camponeses que se recusavam à submissão. Por tomarem tal postura, acabavam por se destacar entre os companheiros do seu círculo social. No entanto, ainda na perspectiva do historiador inglês, não podemos representá-los enquanto rebeldes políticos ou sociais, ou ainda como revolucionários, pois apresentavam peculiaridades distintas dos rebeldes políticos e dos revolucionários. Os bandidos sociais

Tomados em conjunto, representam pouco mais do que sintomas de crise e tensão na sociedade em que vivem – de fome, peste, guerra ou qualquer outra coisa que abale essa sociedade. Portanto, o banditismo, em si, não constitui um programa para a sociedade camponesa, e sim uma forma de auto-ajuda, visando a escapar dela, em dadas circunstâncias. Exceção feita à sua disposição ou capacidade de rejeitar a submissão individual, os bandidos não têm outras ideias senão as do campesinato (ou da parte do campesinato) de que fazem parte. São ativistas, e não ideólogos ou profetas dos quais se deve esperar novas visões ou novos planos de organização política. São líderes, na medida em que homens vigorosos e dotados de autoconfiança, tendem a desempenhar tal papel; mesmo enquanto líderes, porém, cabe-lhes abrir caminho a facção, e não descobrir a trilha mais conveniente (IDEM, p. 18-19).

Percebemos não se poder esperar do bandido social um projeto político, uma consciência de classe, planos bem arquitetados para promover uma revolução social. Na realidade, eles almejavam com veemência um retorno às tradições. Não queriam promover uma revolução e mudança em todo o sistema, mas proceder a uma melhoria na condição de vida da comunidade, buscando uma certa igualdade entre os pobres e os ricos.

As análises de Hobsbawm possibilitaram representar esses movimentos não de forma marginal, mas, segundo ele, como manifestações que estariam nas raízes das grandes reviravoltas revolucionárias do século XX. Assim, ele atribuiu a esses o termo de Movimento Social Pré-Político. Para ele, os cangaceiros não eram criminosos, mas vítimas da sociedade injusta que os produzia.

Especificamente no tocante a Lampião, o autor o categorizou/representou no grupo dos vingadores, mesmo que não contemple todas as características pontuadas para tal categoria, pois o percebeu inserido em um regime de ambiguidades, aderindo a essa vida para se vingar de afronta sofrida. Para Hobsbawm, esses homens: “São menos desagradadores de ofensas do que vingadores e aplicadores da força; não são vistos como agentes de Justiça, e

sim como homens que provam que até mesmo os fracos e pobres podem ser terríveis” (IDEM, p. 54). Percebemos não ter ele afirmado ser Lampião um bandido social, mas reconheceu a impossibilidade de enquadrá-lo/representá-lo em tal grupo devido à ambiguidade de sua figura.

Maria Isaura Pereira de Queiroz foi uma ferrenha discordante da representação de bandido social pensada por Hobsbawm, acreditando que nem movimento social o cangaço seria por faltar a consciência de classe, um objetivo em comum para se lutar e uma ideologia. Interrogada se os bandos independentes e errantes de cangaceiros foram uma simples resposta à miséria ou se configuraram como movimento social, ela afirmou categoricamente:

Na medida em que os termos “movimentos sociais” pressupõem consciência dos problemas vividos numa estrutura sócio-econômica e política injusta – a consciência sendo constituída justamente da percepção e do conhecimento dessa estrutura e de seus efeitos, mesmo que sob um modo de percepção religioso – não é possível admitir que o “cangaço” se configure como um movimento social. Foi, realmente, uma resposta à miséria, o que se evidencia no fato de que desapareciam, quando a chegada das chuvas reinstalava o modo de vida habitual (QUEIROZ, 1997, p. 13).

Especificamente sobre Lampião, os primeiros registros biográficos que contribuíram no fomento de representações, foram escritos quando o cangaceiro ainda estava vivo. Em 1926, o jornalista Érico de Almeida escreveu o livro *Lampião: sua história*, seguido, em 1933, da obra do médico sergipano Ranulfo Prata, intitulada *Lampião*. A primeira biografia se enquadrava no meio de uma forte disputa política, sendo escrita por encomenda do então presidente do Estado da Paraíba, João Suassuna, e seu importante aliado político, o coronel José Pereira de Lima, de Princesa Isabel. Dessa forma, o livro objetivava qualificar/representar Lampião como um bandido e cessar os comentários de que o grupo político que estava no poder da Paraíba, principalmente o coronel Zé Pereira, eram coiteiros de Lampião, mostrando-os como ferrenhos perseguidores dos cangaceiros.

Érico de Almeida deixou claro não ser o seu livro literatura, mas sim, um relato minucioso, colhido *in loco*, sobre o que ele representou de “Rei do Latrocínio”. Para ele, Lampião era “o maior bandido de todos os tempos, por suas inauditas crueldades e torpezas” (ALMEIDA, 1996, p. 08).

Só um governo forte, nas palavras de Almeida, poderia combater com veemência essa “despudorada fera” chamada Lampião. Na Paraíba, o autor apresentou João Suassuna como uma espécie de grande salvador, um grande “Titan”, um “intelectual” nato, sendo ele: “Íntegro e justiceiro, generoso e leal, firme, bravo e enérgico” (IDEM) e completando os

adjetivos “excelsos”, ele foi enfático: “O seu perfil reproduz, com felicidade, um herói de Plutarco, inacessível à dissolução moral dos dias presentes” (IDEM, p. 09).

Percebemos ter todo o discurso do autor se encaminhado para a defesa da pessoa do Presidente da Província, João Suassuna, tentando desvincular a imagem dele da de ser protetor de cangaceiro e governante inerte, como dissemos. Para nós, em síntese, o Lampião de Érico de Almeida era representado com as cores da animalidade, bestialidade e criminalidade, devendo, de imediato, ser perseguido e exterminado.

Já o livro do médico Ranulfo Prata foi escrito objetivando chamar a atenção das autoridades para o descaso do sertão nordestino, área, de acordo com Prata, entregue ao mandonismo de Lampião e seus cabras. Sua visão representacional sobre o cangaço era a de um filho de coronel constantemente ameaçado com as excursões dos cangaceiros na região da Bahia e Sergipe. Introduzindo a obra, ele deixou claro o seu objetivo ao escrevê-la:

Este livro, documentário fiel dos crimes de Virgulino Ferreira da Silva, o ‘Lampião’, praticados nos sertões da Bahia e Sergipe, é um eco do clamor e do apelo lançados pelas populações desditosas, que vivem escorchadas sob o couro duro de suas alpercatas [...] Somos assim, mero porta-voz da angústia de milhares de seres humildes, dos mais desgraçados do país, pés-rapados, párias, intocáveis, açoitados por mil flagelos (PRATA, 1933, p. 17).

Percebemos que a representação construída por Prata é a do Lampião criminoso, bandido descomunal, o qual usava o seu poder para promover a maldade, atentar contra a propriedade e as famílias de bem, além de flagelar a “população humilde”, os “pés-rapados” que não tinham ninguém por eles e nem direito à voz. É interessante atentarmos para a ênfase dada por Prata quando qualifica os populares, revestindo-os de uma representação que, ao mesmo tempo almeja comover o leitor, sobre a condição de vida dos sertanejos, reafirmando a condição de miseráveis, de sujeitos não capazes de serem agentes de transformação da sua realidade, necessitando de uma pessoa que tome para si a condição de falar em nome deles.

Para nós, a escrita de Prata além do já citado objetivo de denunciar a realidade da região, também se configurou como uma maneira encontrada pelo autor para se vingar de Lampião devido a todas as “atrocidades” cometidas por ele. Ranulfo não mediu esforços para representar o “Rei do Cangaço” como um “sujeito bestial”, sendo sua escrita uma tentativa de desqualificar o cangaceiro. O relato dramático pedindo “socorro” e, ao mesmo tempo, denunciador se misturavam para construir a narrativa que impactasse o leitor.

Dessa feita, percebemos a pretensão do autor de o livro apresentar-se como um documentário dos crimes, assaltos e estupros cometidos por Lampião e seus “meninos”, sendo

a elaboração da narrativa não diferente de como eram construídas as reportagens dos jornais da época. Segundo as palavras do autor sobre a sua obra: “Para muitos estas páginas recheadas de barbárie, terão, apenas, o prestígio de afirmarem [...] que ‘Lampião’ não é um mito, simples fábula como imaginam. A outros inspirarão piedade e horror, a ninguém, porém, esperamos indiferença absoluta” (IDEM). E, mais adiante, ele completou: “Toda a fantasia foi cuidadosamente escoimada desta narrativa humilhante e triste. Só recolhemos o fato autentico” (IDEM, p. 18).

Em todo o seu percurso narrativo, ele afirmou haver uma forte ruptura entre o sertão e o litoral, assim, essa fratura impediria o desenvolvimento regional e a circulação dos ares da civilização no meio daquela “terra sofrida”. Segundo ele, o cangaço só teria o seu fim decretado a partir do momento que o distanciamento entre sertão e litoral não mais existisse, pois a “civilização” viria para destruir a barbárie, acabando o seu discurso e representação do sertão como uma terra bárbara, indo de encontro ao de Gustavo Barroso, colocando em evidência o discurso dicotômico do litoral como região do progresso e o sertão, da bestialidade, barbárie e arcaísmo.

Percebemos presente na fala de Prata o discurso de vítima regional, tão bem analisado pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2006), quando trabalhou com os discursos da elite nordestina decadente, a qual almejava angariar recursos do governo federal mediante o uso dos problemas que assolavam a região<sup>23</sup>. Segundo o médico sergipano: “Somos uns mártires e, apregoemos sem modéstia, heróis em toda a latitude do termo. A nossa vida é uma eterna batalha contra a terra e contra o clima, inimigos indomáveis, que possuem mil armas de combate” (IDEM, p. 18-19). Para ele, esses problemas se agravavam devido às “depredações” e ações cometidas por Lampião e seu bando.

Para Prata só havia um grande responsável pelo problema que se abatia sobre a região, e esse era constituído pelos governantes e toda a sua base administrativa, os quais se faziam de desentendidos diante do “banditismo”, muitas vezes até mesmo unindo-se aos “bandoleiros”, pois, segundo o autor, “A Velha República nunca fez caso do sertão” (IDEM, p. 19).

---

<sup>23</sup> Ver: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria da Seca**: o caso da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 199; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. 2.ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

O seu clamor chegou ao extremo de afirmar: “Não queremos estradas, justiça, trabalho, escolas, higiene tudo que constitui luxo de civilização requintada. Mas concedei-nos a esmola da tranqüilidade e da paz” (IDEM, p. 23).

O Lampião apresentado/representado pelo autor era um cangaceiro malvado, vaidoso e cruel, mas, ao mesmo tempo, astuto, frio calculista, ardiloso, felino, dominador. A “praga” que infelicitava o Nordeste e devia ser destruída de imediato. Sua concepção, para nós, sintetizava o sentimento daqueles não beneficiados com o banditismo e que não travavam relação amistosa com Lampião.

As imagens pintadas por Ranulfo vão contra o que relatavam os Presidentes de Estado nos seus relatórios anuais, pois sempre buscavam representar-se como investidores maciços na perseguição e extermínio do banditismo do território nordestino. Para nós, essa documentação apresenta-se riquíssima para ser explorada pelos historiadores no âmbito das representações, pois ela nos mostra várias representações feitas pelos governantes sobre o “Rei do Cangaço”. O Presidente do estado de Alagoas, Alvaro Corrêa Paes, no relatório de 21 de abril de 1929, assim se referiu a Lampião:

Do banditismo pôde-se dizer que só vive hoje do prestígio do terror que conseguiu infundir nas imaginações simples dos sertanejos. Batido por todos os flancos, o grupo de Virgulino Ferreira ficou reduzido a seis bandoleiros que, hoje como sempre, só atacam villas, povoações e fazendas inermes, fugindo das forças, evitando-as, refugiando-se nas furnas e labirintos sertanejos, tocaiando, negaceando, como é muito da tactica jagunça, dando, assim, a impressão de uma valentia e invulnerabilidade que não possuem<sup>24</sup>.

Após essas duas biografias “marcos”, seguiu-se uma série de obras narrando as ações de Lampião e seu bando<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> Disponível para consulta no endereço: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1941/000084.html>>. Acessado em: 04 nov. 2009.

<sup>25</sup> Apresentamos abaixo algumas obras significativas produzidas até a década de 1970, nos servindo de base para a consolidação de algumas ideias expostas nesse trabalho. Salientamos ficar um campo aberto para, baseado nessa produção, se entender como esses autores pensaram o Nordeste e representaram Lampião e o cangaço.

**Década de 1920:**

ABREU, Sylvio Froes. **O Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Papelaria Mello, 1929; ALMEIDA, Érico de. **Lampião, sua História**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1926; BATISTA, Francisco das Chagas. **História Completa de Lampião (ou História do cangaceiro Lampião)**. Paraíba: Popular Editora, 1925; BATISTA, Pedro. **Cangaceiros do Nordeste**. Paraíba do Norte: Liv. São Paulo, 1929; GUERRA, Felipe. **Ainda o Nordeste**. Natal: Tip. d'A República, 1927; LIMA, José Otávio Pereira. **A Derrota de Lampião em Mossoró**. Mossoró: Editora Atelier Otávio, 1927; MAIA, Eduardo Santos. **O Banditismo na Bahia**. Belo Horizonte: Tip. Horizonte, 1928; XAVIER de OLIVEIRA. **Beatos e Cangaceiros**. Rio de Janeiro: s. ed., 1920.

**Década de 1930:**

ABREU, Pedro Vergne de. **Os Dramas Dolorosos do Nordeste**. Rio de Janeiro: s. ed., 1930; \_\_\_\_\_. **Flagelo de Lampião**: relação documentada de suas hediondas façanhas no Nordeste durante os primeiros 4 meses de 1931. Rio de Janeiro: s. ed., 1931; BARROSO, Gustavo. **Almas de Lama e de Aço**. São Paulo:

No seu livro *Lampião, o Rei dos Cangaceiros*, datado de 1980, com pesquisas de campo feitas nos anos de 1973 a 1975, para a construção da sua dissertação de mestrado, o historiador norte-americano Billy Jaynes Chandler voltou o seu olhar para o Nordeste brasileiro. Foi a primeira narrativa sistemática nessa época, intentando examinar a trajetória de vida do “Rei do Cangaço” sem cair no dilema de exaltar o cangaceiro ou denunciar que o cangaço era fruto somente da sociedade coronelística atuante durante a primeira República brasileira.

Lembramos, no entanto, que na década de 1960, Maria Isaura Pereira de Queiroz, com o seu trabalho acadêmico pioneiro, fez uma abordagem ampla sobre o movimento do cangaço em geral, e não somente sobre Lampião. Já a particularidade de Chandler foi o seu recorte sobre Lampião, construindo uma narrativa biográfica e, ao mesmo tempo, analítica.

Sua proposta inicial, ao analisar da infância à morte em Angico, era buscar separar os “fatos racionais” das inúmeras narrativas ficcionais, as quais acabavam por nublar as pesquisas históricas e as suas interpretações. Assim, a sua tese objetivava contestar a representação de ser o banditismo rural de Lampião uma forma de protesto social contra

Melhoramentos, 1930; CÂNDIDO, Manuel. **Fatores do Cangaço**. São José do Egito/PE: s. ed., 1934; CASCUDO, Luis da Câmara. **Flor de Romances Trágicos**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1982. (1.ed. de 1934); MOTA, Leonardo. **No Tempo de Lampião**. 3.ed. Fortaleza: ABC Editora, 2002. (1.ed. de 1930); PEREIRA, Aberlardo. **Sertanejos e Cangaceiros**. São Paulo: Ed. Paulista, 1934; PRATA, Ranulpho. **Lampeão**. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1933.

#### **Década de 1940:**

BEZERRA, Capitão João. **Como dei Cabo de Lampião**. 2.ed. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1940; CASTRO, José Romão de. **Figuras Legendárias**. Maceió: Ed. Orfanato S. Domingos, 1945; ROCHA, Melchides da.. **Bandoleiros das Caatingas**. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, s/d. Prefácio datado de 1940; VIDAL, Ademar. **Terra de Homens**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1944.

#### **Década de 1950:**

GUEIROS, Optato. **Lampeão: Memórias de um Oficial ex-comandante de Forças Volantes**. 2.ed. São Paulo: Sem Editora, 1953; MELO, Verissimo de. **O Ataque de Lampião a Mossoró através do Romanceiro Popular**. Natal: Depto. Estadual de Imprensa, 1953; NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. 6.ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2005. (1.ed. 1956).

#### **Década de 1960:**

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. **Moxotó Brabo**. Rio de Janeiro: Ed. Simões, 1960; CARVALHO, Cícero Rodrigues. **Serrote Preto**. Rio de Janeiro: Sociedade Editora e Gráfica Ltda, 1961; CASCUDO, Luis da Câmara. **Viajando o Sertão**. 2.ed. Natal: Gráfica Manimbu, 1975. (1.ed. de 1966); GÓIS, Joaquim. **Lampião, o último Cangaceiro**. Aracaju: Soc. Cult. Artística e Liv. Regina, 1966; LIMA, Estácio de. **O Mundo Estranho dos Cangaceiros**. Salvador: Itapoã, 1965; MACÊDO, Nertan. **Capitão Virgolino Ferreira: Lampião**. 4. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1972. (1.ed. 1962); MACHADO, Chistina Mata. **As Táticas de Guerra dos Cangaceiros**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

#### **Década de 1970:**

ARAÚJO, Antônio Amaury Corrêa. **Assim Morreu Lampião**. 3.ed. São Paulo: Traço Editora, 1982. (1.ed. de 1976); CASTRO, Felipe Borges de. **Derrocada do Cangaço no Nordeste**. Salvador: Emp. Graf. da Bahia, 1976; FERNANDES, Raul. **Lampião na Fazenda Veneza**. Natal: Tempo Universitário/UFRN, v. I, nº I, 1976; \_\_\_\_\_. **A Marcha de Lampião: assalto a Mossoró**. 7.ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2009. (1.ed. de 1977); FERRAZ, Marilourdes. **O Canto do Acauã**. Recife: Gráfica Falangola, 1978; LIMA, Valdemar de Souza. **O Cangaceiro Lampião e o IV Mandamento**. Maceió: Serv. Graf. De Alagoas, 1977; MACÊDO, Nertan. **Sinhô Pereira, o Comandante de Lampião**. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1975; MONTENEGRO, Aberlardo F. **Fanáticos e Cangaceiros**. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno, 1973; OLIVEIRA, Aglae Lima de. **Lampião, Cangaço e Nordeste**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1970.

aquela condição de exploração, ignorância, pobreza e injustiça social tão atuante na sociedade sertaneja.

Chandler representou Lampião e seus “meninos” como frutos de uma sociedade sem lei e “desajustada” (CHANDLER, 1980, p. 11), apontando aspectos da pobreza, hostilidade, mandonismo e descaso como elementos que propiciaram o banditismo. Assim, era uma terra na qual o Estado oficial não atuava efetivamente. Nessa perspectiva, ele delimitou nitidamente a espacialidade do seu trabalho: o “Brasil tradicional e rural” (IDEM, p. 11) de áreas subdesenvolvidas, “no sertão decadente e empobrecido” (IDEM, p. 14). Deixando claro seu intuito em se debruçar sobre tal espacialidade para “esclarecer a correlação entre o cangaceiro e a sociedade em que viveu” (IDEM, p. 12).

Tentando entender a admiração e prestígio tidos pelos cangaceiros naquela sociedade, Chandler detectou que “o ponto de vista de que o cangaço era uma reação compreensível – embora deplorável – à pobreza e à falta de justiça no sertão nordestino, servia para distinguir, na mente do povo, os cangaceiros dos bandidos comuns” (IDEM, p. 16), por isso, a imortalização através das narrativas, mitos e trovas em torno desses homens. Esses discursos acabavam por representar os cangaceiros como uma categoria diferente da dos outros bandidos, os quais assumiam a criminalidade como um meio de vida.

Mesmo com essas representações justificadoras que levavam os indivíduos ao banditismo, para Chandler, Lampião foi um bandido aproveitador da situação de miséria na qual estava inserido. Assim, segundo ele, Lampião não diferia muito dos bandidos oportunistas.

Chandler buscou romper, através de suas análises, com as representações unilaterais que afirmavam serem os fatores econômicos os grandes responsáveis pela gestação do cangaço, pois eles beneficiavam a poucos e não davam abertura para o desenvolvimento popular. Nesse ponto, ele acabou divergindo das análises de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que seguia tal tendência.

Para o autor, não só os fatores econômicos possibilitaram o advento do cangaço, mas para a ascensão de tal movimento deveria ser levada em consideração a fragilidade das instituições responsáveis pela lei, a ordem e a justiça naquele espaço onde o poder da elite local era mais forte: “Parece, portanto, certo que o aparecimento do cangaço esteja intimamente ligado a este estado de desorganização social” (IDEM, p. 27). Na sua narrativa ele representou a sociedade sertaneja como desorganizada e, de certa feita, desestruturada de modelos “civilizados”.

Outro fator que para ele serviu de termômetro para provar a crise vivida pela sociedade sertaneja, foi o surgimento do messianismo e do fanatismo religioso. Na sua ótica, tanto o messianismo, quanto o fanatismo religioso e o cangaço foram respostas à crise estrutural vivenciada naquela sociedade e produtos da “superstição, ignorância e pobreza dos sertanejos” (IDEM, p. 29).

Do seu lugar instituinte de detentor da pena que escrevia sobre Lampião, Chandler foi categórico ao dar a sua opinião sobre o cangaceiro, representando-o, como faria mais tarde Frederico Pernambucano de Mello, como um bandido. Não um bandido sanguinário e mal em todas as suas atitudes, como por muito tempo os jornais da época, balizados na concepção da elite, tentaram instituir como verdade absoluta. O Lampião de Chandler era um bandido humanizado e profissional do crime:

Há uma tendência na história da humanidade para absolver os homens e as mulheres de seus crimes, se suas ações sobrepujarem as más. Portanto, as maldades cometidas por um bandido que roubou dos ricos para dar aos pobres podem não ser esquecidas, mas, certamente, serão obscurecidas. O comportamento de Lampião não se enquadra nesta categoria, pois, embora fosse capaz de atos de bondade, eles não constituem o fator predominante de sua correria. Contudo, se o célebre cangaceiro não era um Robin Hood, era, pelo menos, um homem em quem o sentimento da bondade humana nunca secou completamente. Apesar das influências brutalizantes de sua profissão, conservou-se um homem normal, com os impulsos de um homem normal (IDEM, p. 269-270).

Na obra *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*, com a primeira edição de 1985<sup>26</sup>, Frederico Pernambucano de Mello buscou analisar o cangaço

---

<sup>26</sup> Há uma vasta produção sobre a temática do cangaço a partir da década de 1980. Elas, além de explorarem os feitos de Lampião se propõem a analisar esse movimento. Ver: ARAÚJO, Antônio Amaury Corrêa; FERREIRA, Vera. **De Virgolino a Lampião**. São Paulo: Idéia Visual, 1999; \_\_\_\_\_; ARAÚJO, Carlos Elydio Corrêa. **Lampião: Herói ou Bandido?** São Paulo: Claridade, 2009; ASSUNÇÃO, Moacir. **Os homens que mataram o facínora**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007; BARRETO, Ângelo Osmíro. **Curiosidades do Cangaço**. Fortaleza: Realce Editora e Indústria Gráfica Ltda, 2002; COSTA, Alcino Alves. **O Sertão de Lampião**. 2.ed. Fortaleza: Gráfica Ltda., 2008; \_\_\_\_\_. **Poço Redondo: a saga de um povo**. Aracaju: Editora do Diário Oficial, 2009; DANTAS, Sérgio Augusto de Souza. **Lampião entre a Espada e a Lei: considerações biográficas e análise crítica**. Natal: Cartgraf, 2008; FONTES, Oleone Coelho. **Lampião na Bahia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988; GADELHA, José de Abrantes. **Sangue, Terra e Pó**. Sousa: A União, 1983; JASMIN, Élise. **Cangaceiros**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006; LINS, Daniel. **Lampião: O Homem que Amava as Mulheres**. São Paulo: Annablume, 1997; LIRA, João Gomes. **Memórias de um Soldado de Volante**. Recife: Editora CEPE, 1990; MACIEL, Frederico Bezerra. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Petrópolis: Vozes, 1985. v. I; \_\_\_\_\_. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Petrópolis: Vozes, 1985. v. II; \_\_\_\_\_. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Petrópolis: Vozes, 1986. v. III; \_\_\_\_\_. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Petrópolis: Vozes, 1987. v. IV; \_\_\_\_\_. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Petrópolis: Vozes, 1987. v. V; \_\_\_\_\_. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Petrópolis: Vozes, 1988. v. VI; FERREIRA NETO, Cícinato. **A Misteriosa Vida de Lampião**. Fortaleza: Premium, 2008; NEVES, Napoleão Tavares. **Cariri: cangaço, coiteiros e adjacências**. Brasília: Thesaurus, 2009. (Memorialista);

fugindo das tradições marxistas, as quais o vinculavam à questão da terra. Também ele afastou-se da mera descrição factual do cotidiano e ações dos cangaceiros, aproximando-se das análises de Chandler.

Adepto da tradição Freyriana, colocando-se como um fervoroso discípulo do mestre de Apipucos, Gilberto Freyre, Pernambucano de Mello fez questão de destacar as especificidades quanto ao entendimento do que era o Nordeste, dando uma atenção especial às questões culturais envolvidas no cangaço e como esse movimento influenciou e mexeu com o cotidiano dos sertanejos, tocando nas peculiaridades da memória, do imaginário e no próprio sentido de ser do “código ético” nordestino. Ele dividiu o Nordeste em litorâneo e sertanejo. O primeiro representado, segundo a nossa leitura sobre a obra, como o espaço mais “evoluído”, da docilidade das relações entre os sujeitos, da cordialidade e elegância, enquanto o sertanejo, espaço de maior ação dos cangaceiros, representava-se pela brutalidade do meio físico, agressividade da vegetação e animais, e a inconstância climática, sendo esses fatores preponderantes para formar homens ásperos. Nessa perspectiva de abordagem, Mello acabou adotando a mesma distinção e representação sobre a região encabeçada por Gilberto Freyre, no seu livro *Nordeste* (2004).

Segundo Mello, após as entradas de gado, em fins do século XVII e XVIII, possibilitadora do desbravamento da região, ali surgiu um novo tipo de cultura oposta à da “civilização do açúcar”. Essa cultura:

Cujos traços mais salientes podem ser resumidos na predominância do individual sobre o coletivo – no plano do trabalho – e nos sentimentos de independência, autonomia, livre-arbítrio e improvisação, como características principais do homem condicionado pelo cenário agressivo e vastíssimo que é o sertão. Neste, diferentemente do que ocorrera na mata, tudo se fez na insegurança (MELLO, 2004, p. 42).

Tudo isso, segundo o autor, foram fatores importantes para a gestação de uma “vida sem raízes” sólidas que possibilitasse o surgimento de um sentimento de territorialidade exacerbado como se tinha no litoral. A própria economia acabava sendo caracterizada pela inconstância, pois as secas periódicas apareciam como desestruturadoras da vida, não permitindo o desenvolvimento de outras formas agricultáveis, a não ser as de subsistência e o pastoreio.

Fica nítido que na representação do autor, o sertão é uma terra insegura, enquanto o “Nordeste litorâneo” passava essa segurança aos sujeitos e caracterizava-se pelo progresso, civilidade. Para nós, é notório que a representação de sertão como terra bárbara foi uma ideia que veio desde Gustavo Barroso, sendo ressignificada ao longo do tempo, tentando-se impor essa concepção na cultura histórica dos sujeitos.

Esse meio representado como “ríspido” contribuiu, segundo o autor, para a formação de homens ásperos, pois, desde cedo, tiveram que se fazerem fortes para enfrentar a vegetação, o sol, os animais e os próprios índios, primeiros habitantes daquelas terras. Assim, buscando na literatura aporte teórico para justificar a sua representação sobre o homem sertanejo, ele recorreu a Oliveira Vianna, quando este afirmou:

que o tipo social erguido à base do criatório supera o tipo agrícola na ‘combatividade’, na ‘rusticidade’ e na ‘bravura física’, como decorrência do que ele chamou de ‘maneira mais agreste de viver’, oriunda da ‘maior internação sertaneja e do ‘contato mais direto com o gentio’ (IDEM, p. 43).

Completando a sua tese, expôs Frederico Pernambucano:

A estas como que superioridades apontadas por Vianna no homem gadeiro, Fernando Denis vem juntar as talvez inferioridades representadas pela predominância entre eles dos temperamentos ‘apaixonados’, ‘impetuosos’ e, ao extremo, ‘ciosos’, além de marcados por uma ‘sede de vingança que não conhece limites’ (IDEM, p. 43).

Para Mello, os sertanejos acabaram gestando em si um forte sentimento de liberdade, pois, devido à vastidão do território a ser desbravado, à falta de cercamentos e de submissão ao patronato, acabaram por desenvolver características que os colocavam como senhores da sua própria história, não dependentes e que podiam lapidar as suas próprias leis, códigos éticos e o culto desmedido à coragem.

Ele representava o sertanejo como um sujeito retrógrado, pensamento estruturado a partir da leitura de Euclides da Cunha. Percebemos que, para o autor, o sertanejo, devido ao arcaísmo de sua forma de vida, caracterizada por uma religiosidade exacerbada com resquícios medievais, a falta de “polimento intelectual e aburguesado” se comparado ao litorâneo, e suas tradições tidas como retrógradadas, acabou sendo qualificado/representado como inferior, quase protótipo da barbárie.

Realmente, é a imagem de um retrógrado que estamos pintando na tentativa de caracterização do homem sertanejo do Nordeste. Retrógrado porque envolto por toda uma estrutura familiar, política, econômica, moral e religiosa arcaica e arcaizante, fruto de isolamento de séculos (IDEM, p. 46).

Esse “meio hostil e arcaico”, segundo Mello, manteve os sertanejos por séculos isolados de outras influências culturais, possibilitando o surgimento da figura do cangaceiro, congregador de toda a tradição que formava aquele povo.

Corroborando com as ideias de Gustavo Barroso, aqui já expostas, Frederico Pernambucano de Mello problematizou o culto da valentia nos sertões. Segundo ele, aí estaria uma das justificativas para a formação de um meio tão violento, com sujeitos sociais os quais se apropriavam dessa representação simbólica vinculadora da masculinidade a questões da valentia e da honra. Para ele, foi esse meio hostil atrelado ao culto exacerbado à violência, o responsável pelo surgimento da figura do valentão, cabra, capanga, pistoleiro, jagunço e cangaceiro, cada um com suas especificidades naquele meio social, mas tendo em comum o uso da força física para resolver os problemas morais e éticos impostos, fossem essas questões pessoais, familiares ou políticas.

A lei era, então, o poder das armas. Colocados à margem da legislação oficial, aqueles sujeitos acabavam por construir seu próprio código de leis “extraoficial”, baseado nas tradições. Essas tradições se reportavam à própria colonização da região, quando, em tempos difíceis de guerras sangrentas contra os primitivos habitantes, se exigia sujeitos valentes, corajosos e violentos. Depois da conquista territorial, a violência acabou permanecendo como um valor importante a ser preservado. Para Mello, esse era um dos fatores responsáveis pela admiração popular para com os indivíduos valentes e violentos:

A tolerância para com a violência deve ser encarada no universo cultural do ciclo do gado nordestino como um dos apanágios do próprio ciclo, não sendo, portanto, de surpreender o destaque social que nesse universo desfrutava a figura do valentão, daquele homem que enganchava a granadeira e, viajando léguas e mais léguas, ia desafrontar um amigo, parente ou mesmo um estranho que tivesse sofrido algum constrangimento ou humilhação. Para tanto sendo suficiente que o desvalido lhe invocasse o nome, pondo-se ao amparo das suas armas justiceiras (IDEM, p. 65).

Por isso, segundo o autor, em torno de si, muitos chefes políticos locais ou fazendeiros de prestígio mantinham grupos de cabras, capangas e jagunços que, na concepção de Maria Isaura Pereira de Queiroz, como já mostramos, eram conhecidos como “cangaceiros mansos”.

O primeiro, os cabras, eram representados como indivíduos que geralmente pegavam em armas quando era necessário defender seu patrão/fazendeiro ou chefe político, retomando a agricultura após efetuada a defesa. Os capangas eram espécie de guarda-costas dos poderosos e travavam uma relação mais íntima com o chefe, tendo uma maior confiança desse para com eles. Por último, os jagunços eram “profissionais das armas”, contratados para exercer mandados e execuções, fazendo disso um meio de vida e geralmente só ligando-se aos poderosos durante o período designado para exercer o acordado com o chefe. Depois de executado o serviço, tornavam-se livres para seguirem seu caminho.

Mas na representação de Pernambuco, o “cangaceiro independente” foi a maior síntese de culto à valentia e à liberdade. “Ninguém o excedeu no dar asas soltas ao aventureirismo e ao arrojo pessoal. Ninguém mais que ele soube gozar e sofrer, a um só tempo, as peculiaridades de um viver nômade. Foi a ferro e fogo, senhor de suas próprias ventas” (IDEM, p. 87). Ao contrário dos intérpretes do cangaço que representavam o “cangaço independente” como uma resposta contra o sistema coronelístico, o autor afirmou uma simbiose entre ambos, uma troca mútua de favores e não antagonismos, havendo divergências quando os interesses de uma das partes infligia os do outro. Assim, houve uma troca constante de auxílio recíproco, sem o tolhimento da liberdade dos cangaceiros. Segundo depoimento prestado a Frederico Pernambuco pelo ex-cangaceiro Miguel Feitosa, o Medalha: “Lampião dava a vida para estar entre coronéis. Vivia de coronel em coronel” (IDEM, p. 384).

Em *Guerreiros do Sol*, o autor categoricamente afirmou não haver um tipo único de cangaço, mas sim, vários cangaços dentro do movimento, cada um com motivações, objetivos e formas bem específicas. Na busca de diferenciar didaticamente esses “cangaços” e cangaceiros, Mello lançou a base da existência de três formas de cangaço, que também já era uma forma de representação: o meio de vida, o vingança e o refúgio (IDEM, p. 89). Com essa classificação, ele pretendia quebrar as análises que tratavam esse movimento de forma homogênea.

O “cangaço meio de vida” estaria indissociável do “cangaceirismo profissional”. Os adeptos dessa forma de vida objetivavam apenas lucrar através dos seus roubos e assaltos. Nessa perspectiva, o cangaço era representado como uma espécie de profissão. Em um espaço no qual não se vislumbrava maneiras de ascensão social e nem se tinha um sistema policial e judiciário isentos de corrupção, aqueles que não eram ricos e não queriam se submeter aos mandos dos poderosos, só tinham duas opções, migrar ou cruzar as cartucheiras sobre o peito e assumir a vida de cangaceiro buscando a sua liberdade.

Em linhas gerais, na perspectiva de Mello, poderíamos dizer ser o cangaço uma espécie de empresa. Os dois grandes representantes dessa categoria, segundo o autor, foram Antonio Silvino e Lampião. Especificamente sobre o cangaceirismo lampiônico, o autor afirmou: “Desde os últimos dois lustros, pelo menos, o cangaço deixara de ser fenômeno de causas sociais concretas e atuantes para se converter no produto da vontade férrea de um obstinado [Lampião]” (IDEM, p. 302).

Já o “cangaço vingança” revestia-se de todo um discurso e escudo ético para justificá-lo, pois, como dissemos, a honra era um bem supremo a ser preservado. Enquadravam-se nesse grupo aqueles indivíduos que tinham sido desmoralizados ou assumiam a causa de reparo do mal cometido contra a sua família.

Essa forma de cangaço tinha um objetivo a ser alcançado; geralmente aqueles enveredados por esse caminho, após terem vingado o desagravo/afronta, abandonavam o cangaceirismo, pois a honra fora restituída banhada em sangue. Lampião, na perspectiva de Mello, foi enquadrado/representado nesse grupo no início da sua vida quando pretendeu vingar-se das famílias Nogueira e Saturnino pelo assassinato do pai, no entanto, ele foi adaptando-se de tal forma a esse cotidiano que não quis mais abandoná-lo, tornando-se o cangaço, um meio de vida para ele.

Por fim, teríamos o “cangaço refúgio”, caracterizado/representado como a única solução possível para o homem que era perseguido, seja por questões familiares ou políticas. Como a lei sempre estava do lado da elite, os mais pobres não tinham a quem recorrer e viam no cangaço suporte e proteção. Inúmeras pessoas injustiçadas e perseguidas acabavam abandonando suas terras e família e embrenhavam-se nas caatingas buscando sobreviver através da proteção advinda do cangaço. Muitos daqueles cuja entrada no cangaço objetivava vingar a honra, permaneciam nele por se tornarem, a partir da consecução do crime, foragidos e perseguidos pela polícia, em especial, se seus desafetos fossem de famílias engajadas no sistema de mando local.

Detendo-se mais na análise da primeira categoria, Mello buscou os pressupostos culturais possibilitadores do cangaço, concluindo: “o cangaço representava, na verdade, uma ocupação aventureira, um ofício epicamente movimentado, um meio de vida, ou até mesmo um amadorismo divertido de jovens socialmente bem situados, carentes de afirmação” (IDEM, p. 117). Ele inovou os estudos do cangaço por ver esse movimento através do viés cultural que o formou, não se engendrando apenas a partir do determinismo geográfico ou agrário, apesar de ter, em alguns momentos, recorrido a essas análises. Salientamos, no entanto, a obra ter se encaminhado na vereda que representou Lampião como um bandido.

Em outra perspectiva, tendo como norte a ideia de tradição e “código ético sertanejo”, a antropóloga Luitgarde Cavalcante de Barros, na sua tese de doutoramento intitulada: *A Derradeira Gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão*, representou Lampião e seu bando como aqueles rompedores do código ético e moral sertanejo, impondo à população uma nova maneira de viver, desestruturadora da tradição trazida de outrora por aquele povo, além de submeter os pobres aos seus mandos e desmandos, assim como faziam os coronéis.

Seu objetivo primordial foi o de, através da análise da chamada cultura sertaneja, situar como, em determinadas situações, os “códigos culturais” são determinantes nas ações dos indivíduos e grupos. Assim, em uma perspectiva gramsciana, preocupou-se como as ideias passam às ações, partindo da importância da superestrutura na constituição da sociedade sertaneja.

Toda a abordagem girou em torno do conceito de honra, tentando a autora enquadrar a honra dentro da sociedade sertaneja e entender qual papel Lampião exerceu na sua relação com esse valor. Para Barros: “Desprovidos de poder político ou econômico, esses segmentos sociais esteiam nesses valores, não só suas concepções de mundo, mas principalmente, critérios de avaliação de si próprios e dos outros” (2007, p. 19). Ela colocou no palco das suas pesquisas dois grupos sociais distintos: os cangaceiros, liderados por Lampião, e os Nazarenos, os quais formaram uma força volante para ferrenhamente perseguirem o “Rei do Cangaço”. Segundo a representação da antropóloga sobre o cangaço:

[...] ao dissociar a coragem de elementos significativos para todo o social como eram o trabalho, o respeito à propriedade, à honra das famílias e aos mais fracos, o cangaço desintegra uma estruturação cultural centenariamente amalgamada. Pela força, os cangaceiros impunham uma nova ordem de conduta, representada pela violência descontextualizada da fórmula ‘lavar a honra’, promovendo a reordenação combinatória dos elementos ideológicos presentes naquela sociedade, numa nova fórmula, desagregadora de antigos códigos (IDEM, p. 54).

A autora representava o cangaço lampiônico como uma máquina beneficiadora do cangaceiro e dos coronéis que lhe davam suporte, sendo os sertanejos pobres e os “homens bons” as grandes vítimas desses bandidos:

A violência contra os fracos, que até então poderia ser vista como um dos instrumentos de dominação de classe, com o cangaço de Lampião se banaliza, quando confiantes na impunidade garantida pela associação a várias autoridades, os cangaceiros tornam-se senhores da vida das populações mais pobres do sertão. Instaura-se nas cativas o arbítrio mais desenfreado, com policiais corruptos, juntamente com o cangaço, tornando insustentável o

sistema produtivo do sertão, com os habitantes totalmente entregues aos assassinatos, aos roubos e às degradações que tornavam desesperadora a luta pela sobrevivência, dependente dos impulsos de ódio, das máquinas de “diversão” de pessoas rompidas com os laços de controle social (IDEM, p. 55).

Uma história narrada pelo folclorista Leonardo Mota, no seu livro *No Tempo de Lampião*, publicado em 1930, sendo a obra contemporânea ao fenômeno do cangaço, corrobora com as ideias de Barros. Segundo a narrativa, em uma localidade chamada Pedra Branca, no território baiano, Lampião e seus “cabras” assaltaram uma casa de uma família e, logo após o incidente, “armaram um samba”, obrigando quatro moças a ficarem nuas. Após o baile com sanfona e regado a bebidas alcoólicas, as moças foram cruelmente sacrificadas (MOTA, 2002, p. 27).

Os comentários atraíram o subdelegado de polícia, o qual queria manter a ordem. Esse, ao chegar ao local, caiu nas mãos dos cangaceiros sendo agredido física e verbalmente, além de ser violentado e levado ao hospital quase morto. O interessante na narrativa desse episódio é o final da mesma, indo ao encontro da representação dos cangaceiros como violentos e destruturadores das tradições sertanejas de respeito e honradez:

Lampião forçou o subdelegado de Pedra Branca a ficar nu em pêlo, introduziu-lhe uma vela no ânus, acendeu-a depois e, obrigando a vítima a passear pela sala, deixou que a vela quase se consumisse, queimando o pobre homem, em meio às gargalhadas e chacotas da cabroeira encachaçada. Como não há narrativa trágica que o tabaréu não sublime comicamente, o sertanejo que primeiro me garantiu a veracidade desse fato, cuja confirmação tive mais tarde, balançava a cabeça e me dizia: ‘Patrão, vamincê vigie só a que é que nossos governos deixam sujeito o pobre sertanejo! Vigie só de que é que Lampião anda fazendo castiçal...’ (IDEM, p. 27).

Salientamos o caráter de oralidade dessa narrativa e a possibilidade da mesma ser um “causo”. No entanto, saber se essa história é verídica ou não, não é o ponto central a ser levado em conta nesse momento, porque, independente da veracidade, ela nos possibilita pensar que nem toda população via com bons olhos os atos de Lampião e seus subordinados, enxergando-os e representando-os, muitas vezes, como indivíduos sem moral e desrespeitadores das “famílias pacatas”. O “causo” também leva-nos a pensar como Lampião aparecia nas histórias e na imagética popular.

Ainda nessa perspectiva de construir narrativas que chocassem os leitores e provassem ser Lampião um sujeito “despudorado” e desrespeitador, Ranulfo Prata, no seu livro *Lampião*, narrou um acontecimento, que, segundo ele, fora verdadeiro:

No engenho Munganga, arredores da cidade de Anápolis, Estado de Sergipe, onde tem tentado entrar várias vezes, repellido sempre, [Lampião] aprisionou uma pobre velha, obrigando-a a despir-se e subir de gatinhas, repetidas vezes, em plena tarde, pequena elevação do terreno, colocando-se todo o grupo atrás a desfazer-se em risadas desbragadas (1933, p. 73).

Em contrapartida, os cangaceiros, buscando não serem condenados pelo povo devido aos seus atos, segundo Frederico Pernambucano de Mello, representavam-se e revestiam-se com o discurso do “escudo ético sertanejo”, pois esse justificaria as suas atitudes, entrada e vivência no “submundo” do cangaço. Assim, teriam entrado nessa “míséria” vida buscando vingar uma afronta cometida. A tradição dessa região rezava: sangue se lavava com sangue. Como nos lembrava Barroso, “No sertão, quem se não vinga está moralmente morto” (1917, p. 59).

Esse escudo servia para os cangaceiros como uma forma de legitimar a sua vida no cangaço, tentando desvincular-se da imagem de serem ladrões, pois, como dissemos, o roubo era um crime mais grave do que o assassinato. Para Frederico Pernambucano de Melo, “A necessidade de justificar-se aos próprios olhos e aos de terceiros levava o cangaceiro a assoalhar o seu desejo de vingança a sua missão pretensamente ética, a verdadeira obrigação de fazer correr o sangue dos seus ofensores” (2004, p. 126-127).

Para Barros, o “cangaço meio de vida” de Lampião também representou uma ruptura com as formas de cangaço antecessor a ele, pois se despojou completamente do significado de um aditivo de fazer justiça com as próprias mãos, naquele meio social onde os pobres e injustiçados não tinham a quem recorrer.

Segundo a antropóloga, aquela tradição cangaceira que encontrava respaldo em Jesuíno Brilhante e Sinhô Pereira, pregando servir o cangaço para restituir ao cidadão a dignidade da honra ferida e maculada, em Lampião e seu bando revestiu-se de uma forma de vida descontextualizada, a qual visava como objetivo maior encher os bornais com dinheiro e jóias em detrimento da exploração, agressão e violência contra os mais fracos. Para ela, “O escudo ético dos cangaceiros, tão eficientemente alardeado, era mais uma manipulação conscientemente engendrada pela ‘indústria do cangaço’ em benefício dos que lucravam com a ‘empresa’” (BARROS, 2007, p. 149). E, por fim, a autora concluiu enfática:

Na minha perspectiva, os cangaceiros não estavam preocupados com a ‘situação de miséria das massas’, mas com uma forma de, individualmente, poderem ter acesso aos bens de que dispunham os ricos. Daí a indiferença com que dilapidavam as economias dos sertanejos, agudizando a situação de miséria das populações mais pobres (IDEM, p. 172).

Para Luitgarde, que era filha de importante família de Alagoas, os quais muitas vezes tiveram suas propriedades maculadas pelos cangaceiros, Lampião, representacionalmente não passava de um bandido.

Trabalho também inovador e que muito nos serviu de aporte para a construção do texto, foi a dissertação de mestrado da historiadora Auricélia Pereira Lopes (2000). Tentando compreender os vários Lampiões, a pesquisadora encabeçou a difícil tarefa de analisar como Lampião foi revestido de interesses em épocas diferentes. Ela deparou-se com a conclusão de não haver uma verdade sobre esse personagem histórico, encontrando-se “com um mosaico de poses, um mosaico de gestos, com múltiplas figuras inquietas a imprimir na tela um corpo construído de fragmentos, de traços de astúcias, marcas de desejos” (PEREIRA, 2000, p. 08).

Fugindo totalmente das perguntas clássicas impulsionadoras das primeiras pesquisas sobre o tema, se seria Lampião um herói ou bandido, e as causas responsáveis por levá-lo ao cangaço, ela voltou o seu olhar para a colcha de discursos interesseiros e interessados que criaram vários Lampiões, não o representando, mas forjando um novo real, um real discursivo. Quis, assim, a autora “conhecer o aparato discursivo, o arquivo lingüístico, as dobras das narrativas e as estratégias que deram forma ao cangaceiro perverso e terrível, que tornaram possível aquela ‘mácula do sertão’” (IDEM, p. 18).

Nesse percurso de compreender como Lampião foi “estigmatizado” como bandido, a historiadora recorreu a três lugares que o instituíam como “um corpo codificado como bandido”: a “memória negra” que o colocou, através da posse de suas palavras e discurso gestadores de memória, em um lugar de maldito; a “geografia maldita”, que pretendia mapear a trajetória, o corpo e os gestos do cangaceiro para desqualificá-lo, e por fim, a “gramatização do outro”, na qual Lampião tinha seu signo discursivo apropriado, colocado em um campo gramatical, tornando-o metáfora de todos os crimes e de todos os males sociais (IDEM, p. 82-83).

Assim, através da “escrita infame” (IDEM, p. 16), como ela chama os escritos da época sobre o cangaceiro, Lampião ia sendo criado discursivamente por policiais, jornalistas, políticos, cordelistas, etc. Ela pensou “Lampião como corpo investido de intensidade. Intenso em vida e na morte” (IDEM, p. 300). Segundo a mesma, “a singularidade do meu personagem não está, entretanto, apenas nas suas próprias aventuras. Lampião foi intensidade porque em seu corpo aventuras alheias se fizeram dizer, se fizeram acontecer” (IDEM, p. 300). As palavras acabaram se apropriando do corpo de Lampião, dizendo um sobre, anunciando-o e denunciando como o outro.

Para nós, esse conjunto de autores, até o momento apresentados, tiveram uma importância cabal no percurso que levou à elaboração de múltiplas representações sobre Lampião e o próprio cangaço. Em busca de entender, enquadrar e classificar as causas e aspirações que levaram esses homens e mulheres ao banditismo, eles acabaram por abrir caminho para um campo de variados entendimentos e concepções os quais exaltavam ou denegriam a imagem dos cangaceiros, escrevendo-os em um corpo escriturário de acordo com os seus interesses. Como nos lembra Michel de Certeau:

A escrita não fala do passado senão para enterrá-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto, ela honra e elimina. Aqui a linguagem tem como função introduzir no dizer aquilo que não se faz mais. Ela exorciza a morte e a coloca no relato, que substitui pedagogicamente alguma coisa que o leitor deve crer e fazer [...] diferentemente de outros ‘túmulos’ artísticos ou sociais, a recondução do ‘morto’ ou do passado, num lugar simbólico, articula-se, aqui, com o trabalho que visa a criar, no presente, um lugar (passado ou futuro) a preencher, um ‘dever-fazer’. A escrita acumula o produto deste trabalho. Através dele, libera o presente sem ter que nomeá-lo. Assim, pode-se dizer que ela faz mortos para que os vivos existam (2008, p. 108).

Esses “analistas do cangaço”, por meio da dissecação das práticas cotidianas dos cangaceiros iam, em épocas e espaços distintos, possibilitando o florescimento de uma cultura histórica sobre o movimento e o próprio “Rei do Cangaço”. Essa ia fundindo-se com o discurso oral e a memória, possibilitando que muitos sujeitos, através da ressignificação do entendimento e leitura desses autores, acabassem fabricando novas representações sobre Lampião e seus “meninos”, pois os textos escritos acabam tendo esse poder de influenciar, em determinados momentos, a vida dos sujeitos e sua forma de pensar.

\*\*\*



### **CAPÍTULO III**

## **LEGALIDADE E ILEGALIDADE EM UM MESMO CORPO: LAMPIÃO E O TEATRO DE INTERESSES NO TERRITÓRIO CEARENSE (1922 – 1926)**

Se apreciarmos os quadrilheiros do sertão somente quanto aos crimes e torturas que praticam, deles nos afastaremos com horror, porém se analisarmos as causas de seu viver e os motivos porque agiram, chegaremos à conclusão de que são mais dignos de admiração que de outro qualquer sentimento. Veremos que as forças maravilhosas dessa sociedade, cruel e criminosamente abandonada, estão em energias de potencial e só se manifestam no crime, porque não têm onde nem como se manifestar de outra maneira.

(BARROSO, 1917, p. 96-97).

Quem fala neste apelo é o sertão acutilado, retalhado, deflorado pela barbaria dos Lampeões impunes, almas de tigres de Bengala, avassalando, aterrorizando, perturbando a paz de três Estados, sem que haja uma bala santa que lhes aniquile as visões de sangue e de extermínio [...] Imaginai uma invasão de vândalos ferozes num oásis qualquer da civilização: mortes, incêndios, estupros, defloramentos, todo um cortejo sombrio de misérias que só a poesia sinistra da loucura poderia pintar [...] O sertão é, hoje, Srs. Presidentes, um campo aberto a todos os bandidos.

(Moesia Rolim – O CEARÁ, 1 out. 1926).

### 3.1. De “Bandido” a Capitão

Conforme a discussão apresentada no capítulo I, os jornais têm uma importância cabal na elaboração das pesquisas históricas e no conhecimento dos acontecimentos passados e do próprio cotidiano. Após apresentarmos as múltiplas visões construídas pelos pesquisadores sobre o cangaço, que algumas vezes usaram esses periódicos como documentos para a elucidação das suas questões de pesquisa, discutiremos aqui os jornais: *O Ceará*, *O Nordeste*, *O Sitiá*, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Brasil*, enfatizando o seu perfil e a construção das representações em torno do “Rei do Cangaço”.

O jornal alagoano *Correio da Pedra*, na sua edição de 2 de julho de 1922, trouxe uma notícia inusitada. Um bando de cangaceiros invadiu na cidade de Água Branca, o palacete da octogenária Joana Vieira de Siqueira Torres, conhecida naqueles rincões sertanejos como a Baronesa de Água Branca, sendo uma mulher que, devido à tradição advinda do período Imperial, ainda exercia simbolicamente um prestígio naquele meio.

Segundo noticiou o jornal, as autoridades haviam sido avisadas da possibilidade de um ataque, no entanto, optaram por não levar em conta tais boatos, acreditando que, por sua importância regional, a cidade importaria medo a possíveis invasores cangaceiros. Mas a fonte nos informa que, na madrugada daquela segunda-feira, 26 de junho de 1922, em torno das quatro horas da manhã, os populares despertaram do seu sono ao som dos tiros que rompiam a calmaria.

Os tiros, de acordo com os relatos, advinham da residência da viúva. Alguns cidadãos pegaram as poucas armas disponíveis em casa e “ensaiaram” uma rápida e desorganizada defesa. No entanto, o palacete da Baronesa estava completamente tomado pelos cangaceiros, tendo, na retaguarda, alguns “sequazes” de prontidão para garantir o êxito do saque.

Possivelmente no auge daquele ataque, atordoados pela surpresa do assalto e pelos tiros, os quais ecoaram em pleno amanhecer daquela “pacata” cidade, os moradores devem, em algum momento, ter se questionado sobre quem era o líder daquela “sanha de mal feitores” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 5 jul. 1922). Um nome não tão popular naquelas redondezas foi, talvez pela primeira vez, ouvido. O líder cangaceiro era Lampião.

As pesquisas sobre o cangaço indicam que, desde 1918, Lampião, juntamente com seus irmãos mais velhos, Antônio Ferreira dos Santos e Livino Ferreira da Silva, havia entrado no mundo do banditismo e, em 1920, integrou-se oficialmente ao grupo de Sinhô Pereira. Acreditamos que, possivelmente, tudo se apresentava como novo para o jovem Lampião, nesse período com a idade de vinte e três anos, e já um “aguerrido” e “valente”

cangaceiro, a ponto de Sinhô Pereira confiar-lhe a importante missão de invadir Água Branca, cidade relativamente grande e importante para os padrões da época.

O *Jornal do Brasil*, grande veículo de comunicação nacional, gozando de ampla credibilidade desde a sua fundação, em 1891, quando foi criado com o intuito de defender o regime monárquico deposto pelo golpe republicano, passou a apoiar o novo regime a partir de 15 de novembro de 1894. Este jornal veiculou, na sua edição de 25 de fevereiro de 1969, uma reportagem construída a partir de entrevista concedida por Sinhô Pereira. A reportagem, assinada por Oswaldo Amorim, trazia como título: “O Homem que chefiou Lampião”. Para nós, o interessante é que essa reportagem, juntamente com mais duas veiculadas nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1969, emergem como peças a remeter-nos ao início da vida de Lampião, e apareceram em um momento de crise nacional, em um jornal que apoiava a Ditadura Militar.

Talvez fosse uma pretensão jornalística a de esclarecer alguns pontos, ainda em aberto, sobre as causas responsáveis por levarem Virgolino Ferreira da Silva a adotar o banditismo como forma de vida. Assim, ninguém melhor do que o seu primeiro chefe, Sinhô Pereira, para elucidar os acontecimentos daqueles idos de 1920, quando os irmãos Ferreira se apresentaram para endossar as fileiras do bando de Pereira.

Para nós, o jornal não pretendeu fazer uma análise ou apresentar a história de Lampião, mas sim a do “sertanejo” quando ele ainda era Virgolino, naquele período do seu próprio nascedouro enquanto cangaceiro. Também percebemos o objetivo de mostrar a imagem e opinião de Sinhô Pereira sobre o seu antigo subordinado. Segundo a narrativa de Pereira, exposta no jornal:

Na fazenda Passagem do Brejo, na beira do Pajeú, pertinho do arraial de São Francisco, fui procurado por Lampião. Eles eram uns sete homens. Ele, os dois irmãos, Antônio e Livino, mais Antônio Rosa, Primo, Meia-Noite e João Mariano. A idade dele regulava com a minha: uns 24 anos [Lampião em 1920 tinha 22 anos]. Acho até que ele era mais novo. Ele havia lutado com gente que me acompanhava. *Esses homens gabavam muito o Lampião. Diziam que ele era de muita coragem (Até era esquisito: ele era mais novo e ficou chefiando os outros). Eu considerava Lampião como um chefe também* (JORNAL DO BRASIL, 25 fev. 1969 – grifos nossos).

Acreditamos estar aí a justificativa de Sinhô Pereira em confiar a liderança do ataque à Água Branca a Lampião, pois percebera o poder exercido por ele sobre os outros cangaceiros e seu valor como estrategista naquele tipo de embate. Só essa admiração de Pereira justificaria ele ter confiado a Lampião, um rapaz de pouca idade, a frente de um ataque tão importante como era aquele.

Analisando a documentação, percebemos o impacto promovido pelo ataque na população e na imprensa da época. Além do jornal *Correio da Pedra*, de circulação no interior de Alagoas, o famoso periódico *Diário de Pernambuco*, importante jornal do Nordeste nessa época, também relatou, na sua edição de 05 de julho de 1922, a ação dos cangaceiros. A estrutura das notícias estava enquadrada mais no âmbito informativo, descrevendo como havia acontecido o ataque. No entanto, além de informar, pretendia também denunciar a “barbárie” à qual estiveram entregues os sertanejos.

No entanto, lembramos ter sido o ataque direcionado contra a baronesa e a importante família Torres e não contra a cidade em si. Dessa maneira, os populares não foram as vítimas. Acreditamos ter o jornal *Diário de Pernambuco* usado esse argumento de generalizar o ataque, objetivando criar uma dimensão de grandeza sobre o mesmo para chamar a atenção do governo.

Mais de 100 Contos de Réis foram retirados de três imensos baús de cedro da baronesa, constando de brilhantes, jóias de raro valor, peças de ouro, pedras preciosas e dinheiro, incluindo uma peça toda de ouro em formato de camafeu e um cordão de ouro de dois metros e meio de comprimento, com medalhão de ouro maciço (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05 jul. 1922).

De acordo com as nossas pesquisas, aquela era a primeira vez que Lampião tinha seu nome grafado pela escrita jornalística, apesar de já estar no banditismo há quase quatro anos. O *Correio da Pedra* (1922) e o *Diário de Pernambuco* (1922) foram os primeiros a publicar uma série de notícias sobre o cangaceiro, até 1938, ano de sua morte.

Para nós, Lampião, através das representações construídas pela escrita jornalística, ia ganhando outros sentidos. Sobre aquela escrita lapidadora de “vários Lampiões”, de acordo com a historiadora Auricélia Lopes Pereira (2000), Lampião era dado a ler, interpretado, esmiuçado, destrinchado discursivamente.

Na nossa visão, foi a partir desse momento inaugural que começou toda uma “produção discursiva” em torno de Lampião, essa ia produzindo um personagem midiático. As atenções se voltavam para o cangaceiro de forma sistemática. Agora as notícias não eram esparsas, em notas reduzidas de canto de páginas, como, até então, ocorrera com a grande maioria das matérias veiculadas sobre os outros cangaceiros antecessores do “Rei do Cangaço”. Nesse percurso de ser construído e dado a ler, de acordo com o viés analítico de Roger Chartier, na obra *A história cultural: entre práticas e representações* (1990). Lampião

ocupou capas inteiras, manchetes grandes e chamativas, grafadas em negrito, ao longo dos dezesseis anos nos quais esteve inscrito nas páginas dos noticiários.

Percebemos que os próprios jornais, no intuito de noticiar os feitos do cangaceiro para desqualificá-lo, também o revestiram com roupagem de grandiosidade, representando-o como o “maior cangaceiro do Nordeste”. Além do mais, chegaram até mesmo a “elegê-lo” como “rei” nas suas narrativas, tirando o “reinado de bandoleiro” de Antonio Silvino (ARAÚJO; FERREIRA, 2009, p. 14). Para nós, isso já era uma forma contraditória de representá-lo com grandeza e de reconhecer sua força e o poder exercido nas caatingas sertanejas.

Lampião, de acordo com as categorias de produção, circulação e apropriação de Chartier (1990), como dissemos, estava sendo produzido mediante os interesses da imprensa e da elite conservadora, a qual se sentia ameaçada pelas ações dos cangaceiros. Essas imagens/representações múltiplas, depois dessa gestação de produção, entravam na dinâmica da circulação, partiam para o mundo dos leitores, “invadiam” a privacidade, contribuindo para formar opiniões sobre o cangaceiro. Estaríamos aí na perspectiva da apropriação, pela qual Lampião era ressignificado, e sobre ele edificavam-se discursos variados, representações que almejavam entendê-lo, qualificá-lo ou desqualificá-lo.

Havia um suporte que oferecia um Lampião a ser lido, e esse suporte eram os jornais. Através deles, os populares tomavam conhecimento dos feitos do cangaceiro e, a partir de suas próprias concepções iam produzindo, eles mesmos, suas imagens e representações sobre o “Rei do Cangaço”. Podemos inferir, desse modo, que nem todos os leitores acreditavam piamente no narrado pelos periódicos, pois tinham suas concepções de mundo e suas próprias interpretações sobre os fenômenos responsáveis por fomentar o banditismo. Havia, assim, uma inter-relação entre as representações construídas pelos jornais através das notícias que construía ao mesmo tempo que informavam os fatos e instituíam uma imagem sobre Lampião, e a própria experiência e vivência de mundo dos leitores. Lembra-nos Chartier: “A leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência: ela é uso do corpo, inscrição em um espaço, relação consigo e com o outro” (2002, p. 70). Dessa maneira, devem ser levadas em conta as comunidades de leitores nas quais eram veiculados os jornais e suas notícias; o público destinado.

O “bandido”, na perspectiva jornalística, também se tornava um produto de venda, pois, na nossa ótica, as pessoas letradas queriam acompanhar as ações do cangaceiro, o histórico de “atrocidades” e “depredações” cometidas por ele e seu bando.

Para nós, o peculiar nessa primeira ação de Lampião, referenciado até mesmo nas notícias veiculadas meses seguintes nos jornais, como por exemplo, no *Diário de*

*Pernambuco*, na edição de 05 de agosto de 1922, é que a primeira grande ação de Lampião fora contra uma pessoa de família importante, contra membros da aristocracia local. Isso, na nossa interpretação, sinaliza que, nesses primeiros anos de ação do cangaceiro, ele estaria se revestindo daquela perspectiva a que Frederico Pernambucano de Mello (2004) chamou de “cangaço vingança”. Algumas famílias de Água Branca mantinham algum tipo de relação com os Nogueiras e os Saturninos, grandes inimigos de Lampião e primeiros motivadores para ele e seus irmãos entrarem no cangaço. Entre esses inimigos, estava o delegado Amarílio Batista que, em 1920, prendera injustamente o irmão de Lampião, João Ferreira, quando esse fora adquirir, na cidade de Água Branca, remédio para uma sobrinha doente (ARAÚJO, 2009, p. 22).

A nosso ver, esse momento cristalizava o início efetivo do “reinado” de Lampião nas caatingas sertanejas. Certamente, aquele menino, nascido no dia 04 de junho de 1898<sup>27</sup>, no sítio Passagem das Pedras, pertencente ao município de Vila Bela, atual Serra Talhada, no Estado de Pernambuco, nunca teria pensado ter o seu nome imortalizado nos anais da história como o “maior cangaceiro que o Nordeste já conheceu” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 5 jul. 1922).

Virgolino Ferreira da Silva, o terceiro de uma família de dez irmãos, era filho de José Ferreira dos Santos e Maria Lopes, segundo narram Vera Ferreira e Antonio Amaury (2009, p. 56). De família de posses medianas, trabalhou os primeiros anos de sua vida como almocreve junto com seus irmãos mais velhos, Antônio e Livino, os quais também se tornaram cangaceiros. De acordo com a vasta literatura sobre o cangaço que almejava biografar Lampião, por volta de 1915, teria tido início uma briga entre a família Ferreira e seus vizinhos Saturninos, personificado principalmente na pessoa de José Alves de Barros, conhecido como Zé Saturnino<sup>28</sup>.

O pivô da situação, de acordo com Sérgio Dantas (2008), teria sido o roubo de umas cabras dos Ferreiras por parte de um morador de Saturnino, chamado João Caboclo. Como

<sup>27</sup> Há certa discussão sobre a possível data de nascimento de Lampião, pois, na sua certidão de batismo, consta a data de 4 de junho de 1898; já a certidão de nascimento apresenta-nos a data de 7 de julho de 1897. Acreditamos que o documento mais coerente é o registro batismal porque, nos fins do século XIX, ainda não era comum a efetuação do registro de nascimento em cartório, nova obrigação vinda com o advento da República em 1889. No sertão do Nordeste, era mais comum os filhos terem como documento apenas o batistério. Além do mais, atentamos que o registro civil, segundo consta, teria sido feito no dia 12 de agosto de 1900, já a certidão de batismo foi de 13 de setembro de 1898. Conferir documentos nos arquivos da Paróquia de Bom Jesus dos Aflitos, Floresta, Pernambuco, e no Cartório de Registro Civil de Serra Talhada, Pernambuco.

<sup>28</sup> Para aprofundar discussão, recomendamos a leitura: ARAÚJO, Antônio Amaury Corrêa; FERREIRA, Vera. **De Virgolino a Lampião**. São Paulo: Idéia Visual, 1999; ASSUNÇÃO, Moacir. **Os homens que mataram o facínora**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007; CHANDLER, B. J. **Lampião, O Rei dos Cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; DANTAS, Sérgio Augusto de Souza. **Lampião entre a espada e a lei: considerações biográficas e análise crítica**. Natal: Cartgraf, 2008.

nenhuma providência foi tomada, sucederam-se inúmeros insultos entre ambas as famílias, até chegarem, finalmente, a um confronto armado resultante, em fins de 1917 e início de 1918, em um acordo planejado pelo Coronel Aurélio Soares Lima, no abandono de suas terras pela família Ferreira e mudança para o local chamado Poço do Negro, a um quilômetro de Nazaré, sendo o primeiro entre os muitos êxodos da família até a morte de Maria Lopes e o assassinato do pai de Virgolino, no dia 9 de junho de 1920, por volante comandada pelo sargento José Lucena Albuquerque Maranhão.

Na mesma entrevista, concedida por Sinhô Pereira ao *Jornal do Brasil*, além de representar Lampião e seus irmãos como sujeitos maus, e a vida no cangaço revestida de maldade e crueldade, o antigo líder tentou justificar a adoção daquela vida por parte dos Ferreiras e as atitudes dos seus ex-subordinados. Para isso, ele se balizou no argumento da desestruturação imposta à família de Lampião. Segundo o entrevistado:

Acho que Lampião e seus irmãos tiveram razão de ser maus. O pai foi assassinado covardemente e a mãe logo morreu de desgosto [salientamos que primeiro quem faleceu foi a mãe]. Mas tem muita coisa que dizem dele que eu não acredito [...] De Lampião mesmo eu acho que muita coisa é fábula (JORNAL DO BRASIL, 25 fev. 1969).

Após a saída de Sinhô Pereira do cangaço, em agosto de 1920, rumando para Goiás, onde se tornou comerciante, Lampião assumiu a chefia do bando, liderando aqueles homens os quais não quiseram seguir o antigo chefe ou abandonar o banditismo. Evidenciamos, na apreciação da documentação, que os jornais, a partir daquele acontecimento inaugural liderado pelo “Rei do Cangaço”, passaram a representá-lo como “um dos piores facínoras” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29 ago. 1922) já surgido na localidade. Para nós, nesses primeiros anos, a sua vivência no banditismo estava revestida do objetivo de vingar-se dos seus inimigos, sendo os ataques, quando não por vingança, apenas uma forma de angariar recursos para manter o bando.

Lampião ia ganhando espaço, fama e prestígio, varrendo os rincões do sertão com o seu bando; gradativamente, ia impondo medo e seu “poder” sobre os populares daquela região. Naqueles idos da década de 1920, ele era apresentado pelos jornais como um problema a ser resolvido através do extermínio. Seja em notícias jornalísticas ou através de denúncias das autoridades, Lampião saía do anonimato. Já naquele período, seus assaltos chamavam a atenção pela ousadia (IDEM).

No entanto, no final de 1925 e início de 1926, um “terror” maior se abateu sobre a região. Analisando o jornal *O Ceará*, do primeiro semestre de 1926, notamos ter o foco das preocupações saído dos cangaceiros para voltar-se para a Coluna Prestes. Naquele ano, a Coluna, comandada por um grupo de tenentes, saiu do Piauí e adentrou o território cearense. Prestes e seus homens passaram a ser vistos pelos jornais e pela elite conservadora nacional como inimigos bem maiores e mais poderosos que os cangaceiros. Tanto é que, no início daquele ano, detectamos n’*O Ceará* poucas notícias sobre os cangaceiros, enquanto maior espaço era dado às reportagens que buscavam informar e rastrear o percurso da Coluna Prestes.

A década de 1920 foi de pleno fervilhar de disputas políticas, acabando por gestar uma crise de dimensão nacional. Esse período foi marcado pela inconstância, corrupção e acordos os quais almejavam um maior controle político do país por várias oligarquias<sup>29</sup>. Esse poder oligárquico acumulado tinha como um dos fatores a alta autonomia política e financeira dos estados possibilitada pelo princípio federalista, que “colocou nas mãos do governo estadual um controle quase total da vida política do Estado” (SOARES, 1973, p. 19), isso se refletindo até mesmo nas relações de mando fora da esfera política. No entanto, não podemos esquecer que muitos estados fracos eram dominados pelos estados mais ricos e poderosos, como por exemplo, o caso do Nordeste que já se encontrava envolto pelos interesses do sul. Os políticos e seus aliados mantiveram-se como senhores de verdadeiros “feudos”, regendo a vida da sociedade e dos seus subordinados.

Segundo Anita Leocádia Prestes (1993), os tenentes foram peças fundamentais nessa engrenagem crítica dos anos de 1920, pois encabeçaram movimentos e levantes que acabaram contribuindo para a corrosão da República Velha e, conseqüentemente, da Política dos Governadores e do “café com leite”, sustentada principalmente pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

Esse período que caracteriza a República Velha foi marcado por uma forte corrupção eleitoral, empreguismo, nepotismo e violência. De acordo com Gláudio Ary Dillon Soares, “A extensão da corrupção eleitoral na República Velha era, pois incrível. As eleições não eram uma questão eleitoral, mas sim questão de poder” (1973, p. 24). No entanto, não podemos esquecer a necessidade tida pela oligarquia de uma base legitimadora do poder, pois é errôneo entender “a política oligarca como um sistema no qual participavam somente ‘os que estão no

---

<sup>29</sup> Nesse trabalho, adotamos o conceito de oligarquia conforme sugerido por Hamilton M. Monteiro. Assim, oligarquia serve para “designar os grupos dominantes locais (estaduais) que fazem uso do seu predomínio econômico para controlar o nível político”. Ver: MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil República**. São Paulo: Ática, 1986. p. 74.

poder’, cercados por uma periferia apática”. Para manter-se, “o sistema oligárquico requeria uma política de mobilização de um setor da população cujo apoio ativo era importante” (IDEM, p. 20).

Para Boris Fausto, todo esse clima de crise no Brasil, agravado com a crise da economia cafeeira, abriu espaço para movimentos e ideias favoráveis à transformação da estrutura socioeconômica e política do país (1997, p. 122-123). Assim, segundo ele, a burguesia industrial e as classes médias, em parte representadas pelos tenentes (1997, p. 80-81), encontraram nos anos de 1920 um cenário profícuo para o enraizamento de suas concepções, a crítica ao sistema e a “quebra” de padrões políticos e econômicos já cristalizados, os quais beneficiavam um pequeno grupo social, não permitindo à camada média da sociedade acesso ao poder. Anita Prestes, ao apresentar um panorama da política da época, afirmou:

Quem ‘fazia política’ eram as oligarquias e seus representantes. Da mesma forma que no período imperial, as lutas políticas davam-se a nível da classe dominante, sem que os demais setores sociais tivessem condições de influir de maneira significativa nas decisões tomadas no seio dos grupos restritos das elites que governavam o país tanto regional quanto nacionalmente (1993, p. 24-25).

Acompanhemos como os tenentes passaram a atuar de forma mais efetiva no campo político. Ainda na perspectiva da autora, a disputa eleitoral entre o candidato do “café com leite”, Artur Bernardes, o qual tinha como principal função garantir os interesses oligárquicos e o revezamento na presidência, contra Nilo Peçanha, apoiado por Borges de Medeiros, governador do Rio Grande do Sul, envolveu de forma cabal os militares que apoiaram Nilo Peçanha à presidência, sendo esse derrotado nas urnas por Bernardes. Ligado à oligarquia do estado do Rio de Janeiro, Peçanha tinha como projeto político a articulação de vários setores oligárquicos dissidentes de diversos estados, visando a formar um eixo alternativo de poder à política dominante de São Paulo e Minas Gerais. Para isso, foi formada a chapa da Reação Republicana.

Ainda na perspectiva de Anita Prestes, os tenentes, os quais se mostravam contrários à política do “café com leite”, passaram a denunciar que as eleições teriam sido fraudadas. Essas críticas contra o presidente eleito tinham se intensificado devido a uma suposta carta falsa escrita por Bernardes e publicada no jornal *Correio da Manhã*, em outubro de 1921, na qual ele atacava ferozmente o ex-presidente Hermes da Fonseca de ser um “sargentão sem compostura”, Nilo Peçanha de “pobre mulato”, e também os militares, chamando-os de

“anarquizadores” por suas ações e “intromissão” na política. Tudo isso provocou insatisfação e quase a explosão de um golpe militar (PRESTES, 1993, p. 26-34).

Toda essa “crise dos anos 20”, como a chamou Boris Fausto (1997, p. 122), acabou levando à deflagração da Revolução Tenentista de Copacabana, também chamada de “Os Dezoito do Forte”, que explodiu em 5 de julho de 1922 (PRESTES, 1993, p. 76-85), sendo controlada pelo governo, que regia a máquina do Estado com mão de ferro. Analisando a bibliografia sobre o tema, podemos inferir que o governo de Bernardes foi tenso e esteve constantemente ameaçado pelos tenentes. Abordando a relação dos tenentes com a política, Boris Fausto concluiu:

O tenentismo dessa fase pode ser definido em linhas gerais, como um movimento político e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião. As explosões de rebeldia – da revolta do Forte de Copacabana à Coluna Prestes – ganham gradativa importância e consistência, tendo no Rio Grande do Sul uma irradiação popular maior do que em outras regiões. Elas se iniciam, em regra, com o caráter de tentativa insurrecional independente dos setores civis [...] Os ‘tenentes’ se identificam como responsáveis pela salvação nacional, guardiões da pureza das instituições republicanas, em nome do povo inerme (1997, p. 80-81).

Dessa maneira, de acordo com Mário Cléber Martins Lanna Júnior, em 5 de julho de 1924, estourou a Revolução Paulista, também liderada por tenentes e tendo como inspiração a Revolução Tenentista de Copacabana, sendo uma reação ao governo de Artur Bernardes. A resposta governamental foi imediata e de forma efetiva, não aceitando o presidente nem um tipo de acordo, sendo os revoltosos obrigados a fugir em 27 de julho, para o Paraná. Lá, em 12 de abril de 1925, em uma reunião entre os generais Isidoro Dias Lopes e Bernardo Padilha, o major Miguel Costa e o tenente Prestes, os rebeldes paulistas se uniram a alguns tenentes gaúchos que estavam inconformados com a política local encabeçada por Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul e a estipulação do Pacto de Pedras Altas, o qual garantia o poder de Medeiros no Estado, e havia se tornado aliado de Artur Bernardes. Dessa reunião dos grupos de tenentes se formou o que viria a ser o embrião da Coluna Prestes (LANNA JÚNIOR, 2003, p. 319-341). Daí formou-se a Primeira Divisão Revolucionária, conhecida como Coluna Miguel Costa-Prestes, ou Coluna Prestes.

A partir desse pacto e da iniciativa de invadir o Mato Grosso, teve início uma longa caminhada, levando a Coluna Prestes, por dois anos, a percorrer a maior parte do território nacional. Os tenentes, além da conscientização popular do domínio exploratório exercido pela elite sobre eles, tentavam organizar um levante contra o governo de Artur Bernardes e,

consequentemente, contra toda a política do “café com leite”, pois, para eles, ela não permitia a prática efetiva do exercício político democrático.

Para Boris Fausto, a Coluna Prestes tinha como um dos principais objetivos manter viva a semente da revolução gestada no Forte de Copacabana e na Revolta Paulista. Pretendia fazer esse “protesto heróico”, mas sem estabelecer vínculos com as massas rurais, preocupando-se com os centros urbanos e seus populares, sendo essas características as que vinculavam o movimento às classes médias. Almejavam uma maior centralização política, a fim de restaurar o equilíbrio entre os três poderes, quebrando o domínio oligárquico estabilizado. Nessa perspectiva, o autor levantou uma crítica ao tenentismo e aos tenentes, sendo aplicada também à Coluna Prestes: “O tenentismo da primeira fase pode ser definido como um movimento voltado para o ataque jurídico-político às oligarquias, com um conteúdo centralizador, ‘elitista’, vagamente nacionalista” (1997, p. 87).

Naquele início de janeiro de 1926, saindo do Piauí, a Coluna Prestes adentrou no território cearense, espaço que, para nós, era uma síntese clara de como era a política coronelística e o poder exercido arbitrariamente pelas oligarquias. O “feudo” do deputado Floro Bartolomeu e do Padre Cícero Romão Batista estava sendo ameaçado. Percebemos, na análise do jornal *O Ceará* dos primeiros meses do ano de 1926, a movimentação em prol da organização de uma defesa que barrasse e até mesmo destruísse a Coluna, organizada pelos principais chefes políticos locais, os quais formavam grupos de homens armados, conhecidos como Batalhões Patrióticos. Esses Batalhões eram uma espécie de organização paramilitar com o apoio do governo central.

Chamamos a atenção para uma particularidade, os homens desses Batalhões nem sempre eram aqueles de índole inquestionável e honestidade extrema, principalmente os do grupo organizado por Floro Bartolomeu, em comum acordo com Artur Bernardes. A maior parte dos homens não tinha uma formação militar e estavam ali, pelo menos assim acreditamos, devido ao apoio dado por Padre Cícero à ação de Floro Bartolomeu (DIÁRIO DO CEARÁ, 3 mar. 1926). Dessa maneira, podemos observar que bandidos e assassinos das mais variadas espécies misturavam-se com oficiais das forças legais ou policiais de ofício. Edmar Morel assim pintou o panorama do Batalhão liderado por Floro Bartolomeu:

Trepado no baluarte da praça fronteira ao ‘Palácio da Luz’, residência dos governadores, assistiu ao desfile de 1.300 ‘patriotas’, agricultores misturados com ladrões e assassinos tirados das penitenciárias, sob o comando do famigerado ‘coronel’ Isaías Arruda, temível chefe de cangaço no Cariri e que no outro dia embarcaria para Juazeiro, a fim de receber instrução do general Floro Bartolomeu, há pouco chegado da Capital Federal, de onde traz armas,

dinheiro e títulos... Os oficiais são os célebres Pedro Silvino e Mousinho Cardoso que recebem os galões de ‘coronéis’... Qualquer malandro ou gaturno é ‘tenente’ do Batalhão Patriótico, já aquartelado em Campos Sales (MOREL apud LIMA, 1990, p. 281).

Segundo depoimento concedido por Antônio da Piçarra, autodeclarado como “o maior coiteiro de Lampião no Ceará”, à antropóloga Luitgarde Cavalcante de Barros, “O Dr. Floro Bartolomeu da Costa, que era a 2ª pessoa do Padre Cícero e dono do Juazeiro, foi ao Rio e arrumou tudo. Fez uma força patriótica aí no Juazeiro, pra brigar com os revoltosos” (2007, p. 191).

Para nós, essa não seria uma tarefa das mais difíceis encabeçadas por Floro, pois ele já exercia um forte poder coronelístico na cidade de Juazeiro e no próprio Cariri do Ceará. Juntar homens a favor da “sua causa” seria uma questão de pouco tempo se tivesse o apoio do padre Cícero. O padre, além do poder atemporal consentido pela sua condição de sacerdote, também exercia forte poder político, e era tido naquela região como o “Padim Santo”, adquirindo essa fama desde o ano de 1889, quando a hóstia havia se transformado em sangue na boca da beata Maria de Araújo<sup>30</sup>. Tentando meios pacíficos para conter a Coluna, o padre teria, em 20 de fevereiro de 1926, enviado a Prestes uma carta tentando convencê-lo a se render. Se não alcançara tal intuito de rendição pelas armas, tentava a retórica para conseguir deter os “patrícios oficiais”<sup>31</sup>, como relatou o jornal da cidade de Quixadá, *O Sitiá*, de 7 de março de 1926, semanário pertencente a Eusébio de Sousa, circulando desde 1924. O referido jornal colocou-se sempre em defesa do padre Cícero, apoiando até mesmo as suas eleições partidárias.

Na sua narrativa, que almejava representar e apresentar o sertão e os sertanejos como retrógrados, sem os requintes “civilizadores”, como vimos no segundo capítulo, Billy Jaynes Chandler assim descreveu o padre Cícero e a população que o seguia:

Padre Cícero era um homem extraordinário. Denunciado por diversos intelectuais do Nordeste como um astuto manipulador da ignorância popular, era respeitado pelo povo da região como se fosse um santo. Embora merecesse a reputação de ser um homem excepcional, não era fora do comum, naquela região, ver o povo considerar como santo uma pessoa que se destacasse por sua religiosidade. Os que o precederam, assim como os que se seguiram, foram padres carismáticos, místicos sinceros, fanáticos, embusteiros, desequilibrados e, às vezes, perigosos. Para a massa ignorante e supersticiosa do Nordeste, todas essas figuras populares tinham uma característica em comum. Possuíam poderes mágicos, ou, para os mais sofisticados, eram eficazes intercessores

<sup>30</sup> NETO, Lira. **Padre Cícero**: poder, fé e guerra no sertão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 64-65.

<sup>31</sup> Ver carta completa no Anexo IV.

junto à força ou às forças que governam o universo. A religião do povo do sertão – aparentemente, romana, católica, porém de uma modalidade bem mais popular – não está longe do primitivismo (1980, p. 86-87).

O poder do padre Cícero não era algo incomum naquele meio, pois naquela região alguns sacerdotes passaram a exercer funções para além de ministrar os sacramentos aos seus devotos, chegando ao extremo de protegerem cangaceiros ou levá-los para residirem nas suas terras, concentrando em suas mãos forte poder. Tentando justificar e entender esse poder, Gustavo Barroso, escrevendo em 1930, afirmou:

Nessa sociedade rudimentar, retardada, o padre é quase sempre um centralizador de forças, de ideias, de inclinações. A justiça está nas mãos dos poderosos. A força vence o direito. Não há assistência de serviços públicos, não há instrução e não há prophylaxia. Agricultura e comércio arrastam-se atrasados, acabrunhados pelos impostos excessivos. A política serve somente para perseguições pessoais, ajudada pela polícia. E o bacamarte erige-se em defensor, em vingador e em justiceiro. Ora, nessas condições da vida, a única coisa que ainda fala a alma rude e atribulada dos sertanejos é a religião, embora deformada pelo fanatismo resultante da ignorância (BARROSO, 1930, p. 32).

Percebemos serem os vigários autoridades mais estáveis e fortes naquele período, potencializadas pelas vinculações religiosas que lhes garantia o lugar de representantes de Deus na terra. Muitas vezes, exerciam seu poder sobre os próprios chefes cangaceiros, como é o caso da relação entre padre Cícero e Lampião. De acordo com Gustavo Barroso, “Esses homens são fatalmente necessários ao sertão. Num meio dominado pela anarquia, qualquer desses padres representa uma base, um poder central, uma influência até certo ponto moderadora, uma autoridade moral onde não há nenhuma” (BARROSO, 1930, p. 33).

Acreditamos que a união política do padre Cícero e Floro Bartolomeu foi profícua para ambas as partes. Nesse sentido, afirma Joaryvar Macedo:

Juazeiro, que já era, no vale, o centro daquela espécie de religiosidade, passaria a ser, também, logo após sua autonomia administrativa, com a atuação do doutor Floro ao pé do velho padre, o centro das decisões políticas da região, a metrópole do coronelismo e, por via de consequência, o principal refúgio dos bandoleiros (1990, p. 93).

Floro Bartolomeu, deputado federal, recebeu plenos poderes para organizar seus homens para combater a Coluna Prestes, obtendo dinheiro, fardamento, armamento e munição. De acordo com o padre Geraldo Oliveira Lima, “O Batalhão Patriótico de Floro

compunha-se de 500 romeiros e jagunços” (1990, p. 291). Tamanho era o medo do presidente da República em relação ao movimento encabeçado pela Coluna Prestes, que houve a ampla permissão para as ações dos coronéis organizadores dos Batalhões, podendo eles conceder até mesmo patentes momentâneas de tenente e capitão. No entanto, salientamos, essas só tinham valor durante o período de ação dos Batalhões, não tendo nenhuma valia após a dissolução desses.

Foi nesse contexto que Lampião foi convocado para tornar-se um “legalista” e combater a Coluna Prestes. Esse episódio, para nós, é tido como um dos mais contraditórios da vida desse cangaceiro, pois foi responsável por uma mudança de posição na maneira pela qual as autoridades locais e nacionais o viam, ocorrendo uma resignificação sobre o cangaceiro. Aquele considerado “bandido” e perseguido pelas autoridades junta-se a elas em nome da pátria.

Independente dos discursos construídos sobre esse acontecimento, podemos afirmar, balizando-nos nas fontes jornalísticas, que, naquele 4 de março de 1926, o “Rei do Cangaço” adentrava no Juazeiro do Norte a convite dos articuladores do Batalhão Patriótico. Mas seria oportuno perguntar: De quem teria sido a ideia? Teria partido de Floro Bartolomeu, do padre Cícero ou das autoridades governistas nacionais? Salientamos ser importante o entendimento geral dessas questões, haja vista que muitas representações veiculadas no jornal sobre Lampião, a propósito da sua estadia no Juazeiro, relacionam-se com a questão do possível ou possíveis articuladores do convite.

Em 1955, o General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, durante meses, concedeu entrevistas ao jornalista Lourival Coutinho, que as organizou e publicou no livro *O General Góes Depõe*. O general, braço forte do governo de então, pintou na sua narrativa um panorama de toda a inconstância da década de 1920 e mesmo após essa, durante os governos subsequentes ao de Artur Bernardes.

Percebemos que, ao narrar a perseguição à Coluna Prestes no Nordeste brasileiro, Góes Monteiro colocou em cena dois grupos com os quais fora de cabal importância para os militares e o governo firmarem um acordo: os coronéis, segundo ele, senhores absolutos daquela região, e os jagunços (entrando nesse grupo os cangaceiros), os quais eram plenos conhecedores daqueles rincões, habituados no traquejo por dentro da caatinga. Segundo as palavras do General: “Estávamos na zona das caatingas e dos jagunços, de vegetação tão endurecida como a própria fisionomia dos nativos” (COUTINHO, 1956, p. 34).

Para o militar, de acordo com o nosso entendimento da sua entrevista, mesmo ferindo os preceitos éticos militares de não travarem acordo com sujeitos de “índole duvidosa”, ele

reconhecia estar o sucesso da expedição contra a Coluna Prestes dependente daquele acordo não tão ético, pois, para ele, o Nordeste era composto de múltiplos “feudos” impenetráveis, ficando, para as tropas que vinham do centro-sul, extremamente penoso percorrê-los sem uma ajuda e guias. Segundo o General:

O General Mariante não pôde interceptar nem dispensar o avanço da Coluna Prestes através dos sertões baianos; mas, por sugestão minha, organizou grupos aligeirados que se denominavam ‘Grupos de Caça’, denominação esta que lhe valeu sérias críticas no Estado-Maior do Exército e mesmo das polícias militares estaduais que faziam invencível resistência passiva. O governo apelou para o expediente de organizar esses grupos volantes aproveitando-se do mercenarismo dos jagunços ou cangaceiros e, deste modo, a muito custo fomos levando a efeito a perseguição com essas tropas irregulares, alistadas pelos chefetes políticos dos sertões, a troco de boa paga, do que se aproveitavam ainda mais os empreiteiros dos grossos negócios para enriquecer com facilidade, a custa da orfandade, da viuvez, da perda dos pequenos bens e do sangue derramado pelos soldados brasileiros. Esses grupos volantes recebiam armamento e fardamento do Exército para executarem essa tarefa macabra (COUTINHO, 1956, p. 35).

Assim, na nossa visão, a própria perseguição à Coluna Prestes tornou-se uma maneira de enriquecer os coronéis nordestinos, como ficou claro no depoimento acima, como também contribuiu para uma maior concentração de poder nas mãos dos grandes latifundiários e chefes políticos. Chamamos a atenção para uma característica ímpar da República Velha, indicada por nós no segundo capítulo: a permanência dos “cangaceiros mansos” a serviço da elite dominante.

Questionamos então: Quem na região do Ceará teria pulso e o carisma para organizar o Batalhão e convocar jagunços e romeiros? A resposta, como dissemos, vem de imediato: Floro Bartolomeu e padre Cícero. Segundo depoimento de João Brígido, quando questionado sobre a personalidade do deputado cearense, ele categoricamente afirmou: “Floro é um bom amigo; leal, gastador e valente. Só tem um defeito: gosta muito de cangaceiro” (MACEDO, 1990, p. 94).

Quem melhor do que Lampião e seus “meninos”, grandes conhecedores da caatinga sertaneja e com táticas de guerrilhas extremamente adaptadas àquele meio, para combater Prestes? Assim, segundo a literatura sobre o cangaço, Lampião recebera bilhete contendo o contundente convite para unir-se ao Batalhão Patriótico. Em troca, segundo depoimento de José Casimiro, residente em 1926 no Juazeiro e trabalhando para o Batalhão Patriótico, “Doutor Floro mandou uma carta para Lampião vir dar uma ajuda na campanha, que depois

dava uma promoção a ele que não era mais preciso viver no cangaço” (BARROS, 2007, p. 196).

Para nós, sem termos pretensões de julgamento, acreditamos que tal plano de envolver Lampião na campanha teria partido de Floro Bartolomeu, com plena liberdade concedida pelo governo, e apoio do padre Cícero, pois só o prestígio do padre teria poder suficiente para levar Lampião a unir-se ao Batalhão. Mesmo com todas as promessas que porventura tenham sido feitas, acreditamos que Lampião exigiria garantias para aceitar tal empreitada, e essas só seriam aceitas por ele se viessem de um homem da credibilidade e respeito do “Padim Ciço” (IDEM, p. 190-203). Até porque, para alguém que vivia à margem da lei, aquilo poderia ser uma emboscada para capturá-lo, principalmente tendo vindo a carta a mando de Floro Bartolomeu, deputado do lado do governo. Só um pedido do padre Cícero, para nós, teria a força suficiente para ser atendido por Lampião e submetê-lo à “disciplina” do Batalhão. Como veremos no próximo tópico, Lampião respeitava o padre de forma devotada, assim como faziam inúmeros outros sertanejos, os quais corriam a Juazeiro almejando a salvação.

No entanto, o jornal *O Sítia* apresentou como o grande articulador do convite um dos tenentes do Batalhão Patriótico, possivelmente o tenente Chagas. Assim, ele tentou desvincular qualquer relação travada entre o padre e Lampião, inocentando o sacerdote das acusações feitas pela imprensa e alguns chefes de governo contra o “patriarca de Juazeiro”. Segundo a notícia, “Lampeão que a convite de um tenente patriótica e sob exclusiva responsabilidade deste, perambulou, impunemente, pelas ruas de duas das mais importantes cidades cariryenses” (O SITIÁ, 21 mar. 1926)

Como dissemos, segundo a documentação analisada, no dia 3 de março de 1926, Lampião e seus “homens” entraram na comarca de Juazeiro, e no dia 4, na cidade. Estavam protegidos pelo padre Cícero e mantendo uma postura pacífica de homens “bons” e “honestos”, sem afrontarem e nem serem afrontados por ninguém. No entanto, lembramos que a chegada de Lampião se deu um pouco tarde à cidade, pois a Coluna Prestes havia cortado o Estado do Ceará em direção ao Rio Grande do Norte e Paraíba no dia 12 de janeiro, sem encontrar resistência na cidade de Ipu, enquanto o Batalhão a aguardava em Campos Sales (O SITIÁ, 14 mar. 1926).

Nesse meio tempo, Floro Bartolomeu piorou de sua doença cardíaca e teve de ser transferido às pressas para Fortaleza e, posteriormente, para o Rio de Janeiro, onde veio a óbito no dia 8 de março de 1926, cabendo ao padre Cícero recepcionar Lampião. De acordo com Cicinato Ferreira Neto, durante o percurso de ida a Juazeiro, quando estava hospedado em Barbalha, o “Rei do Cangaço” teria recebido uma carta sugerindo a suspensão da sua ida à

cidade, pois os revoltosos já haviam passado pelo território cearense. No entanto, Lampião não aceitou tal proposta (2008, p. 91).

Acreditamos que a decisão de ir a Juazeiro se dera porque Lampião, possivelmente, já tinha criado uma expectativa em conhecer o padre Cícero que, até aquele momento, só conhecia de fama, como também, para ele, deveria ser um momento ímpar pisar naquele solo sagrado, tido por muitos romeiros como uma terra santa. Evidências dessas expectativas podemos encontrar nas memórias do médico cearense Napoleão Tavares Neves, segundo o qual, no percurso de ida para Juazeiro, Lampião passou pela região da cidade de Porteiras, no sítio do seu avô, Coronel Né Rosendo, e pediu emprestado seis a oito animais “para melhor se apresentar perante o padre Cícero” (NEVES, 2009, p. 31).

Com a licença poética permitida, o cordelista João Martins de Athayde, na década de 1920, escreveu um cordel célebre nos sertões. Nele, o autor, baseando-se nas reportagens veiculadas pelos jornais, buscou narrar em linguagem simples e que pudesse ser cantada pelos “cegos das feiras”, vendedores de cordéis, como se dera a entrada de Lampião e seu bando no Juazeiro do Norte. De acordo com a métrica e rima do autor:

O dia doze de março<sup>32</sup>  
Foi alegre, alvissareiro,  
Porém para o sertanejo  
Tornou-se quase agoureiro,  
A polícia protestou  
Quando Lampião entrou  
Na cidade de Juazeiro.

Cerca de cinqüentas homens  
Cada qual mais bem armado  
Trajando roupa de cáqui  
Tudo bem municiado  
Desde o mais velho ao mais moço  
Tinha um lenço no pescoço  
Preso num laço amarrado.

Compunha-se o armamento  
De fuzil, rifle e punhal  
Cartucheira na cintura  
Medonha e descomunal  
Conduzindo muitas balas  
Ninguém podia contá-las:  
Dizia assim o jornal.

Causou admiração  
Ao povo do Juazeiro  
Quando Lampião entrou

<sup>32</sup> A data correta é 4 de março de 1926.

Mansinho como um cordeiro,  
Com toda sua regência  
Que lhe rende obediência  
Por ser leal companheiro (ATHAYDE 2000, p. 81).

Para nós, avaliando o cordel e a documentação dos arquivos dos jornais, fica claro ter ocorrido uma surpresa por parte dos populares, pela forma tranquila da entrada de Lampião e seus homens em Juazeiro. Acreditamos ter, nesse momento, ocorrido uma espécie de “choque” de representações, haja vista que muitas das notícias e informações chegadas a Juazeiro, seja pelos jornais, tropeiros e romeiros, era a de ser Lampião um “demônio excomungado”, sendo que a população, devido à circulação de tal imagem, passava a apropriar-se dessa representação tomando-a como verdadeira. No entanto, naquele momento, os seus olhos contemplavam um Lampião calmo, talvez feliz, por estar entrando naquele “reduto sagrado”.

O cordel de Athayde vem nos indicar a influência, ao menos parcial, do texto jornalístico sobre as opiniões populares e na ressignificação dos acontecimentos. O próprio cordelista, em entrevista concedida ao jornal *Diário de Pernambuco*, publicada em 16 de janeiro de 1944, informou como construía as suas narrativas: “Em algumas me aproveitei do que noticiava o jornal, noutras do que me contava a boca do povo. E em algumas não me baseei em fato nenhum. Imaginei o caso e fiz o meu floreio”.

Na mesma entrevista, ele fez questão de afirmar que Lampião gostava de se expor a fotografias e era vaidoso, se comparado a Antonio Silvino, chamado por ele de “capitão”, antecessor do “Rei do Cangaço”. Segundo Athayde, “Já Lampião era diferente do ‘capitão’, com dois anos apenas de cangaço aparecia com o retrato nos jornais, cercado pelo grupo”. Assim, podemos concluir que a escalada de Lampião rumo à “fama” se deu de forma rápida e tão avassaladora como não acontecera com nenhum outro dos seus antecessores. Talvez isso tenha acontecido devido à própria evolução dos meios de comunicação e técnicas de fotografia, as quais estavam se popularizando no tempo de Lampião e tendo uma maior difusão no meio social.

Acerca de algumas imagens pejorativas construídas pelos populares sobre Lampião, podemos evidenciar, no jornal *O Ceará*, de 14 de setembro de 1926, na coluna “Queixas do Povo”, um leitor fazendo questão de ressaltar a atuação “devastadora” de Lampião, que o denunciante, identificado como O. G. Cavalcanti, representou como “a mais terrível epidemia” da região. Nas suas palavras: “Trago na memória todos os horrores, todas as depredações, todos os crimes hediondos cometidos pelo celebre bandoleiro ‘Lampeão’, que

ora ‘opera’ nos sertões pernambucanos”. E completou em tom de denúncia e revolta: “E esse bandido terrível, autor de roubos, incêndios, saques, mortes e defloramentos, continua impune...”.

Segundo depoimento colhido por Lira Neto e exposto no seu livro *Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão*, percebemos como reagiu a população em torno da notícia da estadia de Lampião na cidade: “As moçoilas do Juazeiro, igualmente alvoroçadas, obviamente sem o consentimento dos pais, espreitavam pelas frestas da porta de casa, na esperança de pôr a vista naquele homem tão admirado quanto temido, o chapéu enfeitado com espelhos e patações de ouro”. E completa com as palavras de dona Assunção Gonçalves: “A gente morria de medo dele, mas não resistia a dar uma espiada, olhar o monstro de perto” (2009, p. 476).

Por meio da análise da fala apresentada pelo depoente, que estivera presente na cidade de Juazeiro e fora testemunha ocular dos acontecimentos, percebemos a ambiguidade de representações já se construindo sobre Lampião. Ele impunha medo e, ao mesmo tempo, admiração. Podemos concluir que a contemplação daquele “monstro” surgia como uma necessidade dos sujeitos da cidade de constatarem se aquele cangaceiro, que povoava tantas narrativas, era real. Não podemos esquecer a atenção chamada pelo “diferente”, ele obtém olhares de curiosidade, sendo assim que Lampião apresentava-se em Juazeiro naquele momento.

O jornal cratense *A Região*, noticiando a estadia de Lampião na cidade vizinha e a espetacularização popular em torno do acontecimento, assim se expressou:

Não foi uma só pessoa que o viu, foram muitas que o visitaram, recebendo até, como presente, cartuchos de balas, tiradas das cartucheiras dos bandidos. E, o que é pior, o bandido não architectou essa visita de motu próprio vindo, ao se depreender de suas palavras, a chamado (17 mar. 1926).

Evidenciamos aí certa crítica contra as autoridades juazeirenses que, na perspectiva do jornal do Crato, teriam convidado Lampião e seus “homens”. Salientamos o entendimento dessa crítica dentro de um contexto de disputas entre a elite de ambas as cidades, as quais se digladiavam pela hegemonia do poder na região.

Tentando expor o verdadeiro “rebuliço” em que ficou a cidade diante da visita de tão “ilustre” visitante, o poeta deixou transparecer, no seu escrito, já haver uma admiração popular para com Lampião. Mesmo com a indignação e o medo, como veremos no segundo

tópico desse capítulo, a curiosidade foi aguçada. Aqueles dias em Juazeiro estavam extremamente agitados. De acordo com o cordelista:

Em Juazeiro hospedou-se  
Em casa de seu irmão<sup>33</sup>  
Aglomerava-se o povo  
Todo em uma multidão,  
Dizendo: ‘Não está direito  
Só vou daqui satisfeito  
Quando olhar pra Lampião’.

De toda parte chegava  
Gente para o Juazeiro  
Alguns deles se vestiam  
Com as roupas d’um romeiro,  
Quem morava no deserto  
Vinha pra ver bem de perto  
O famoso cangaceiro (ATHAYDE 2000, p. 83).

O respaldo na imprensa, sobre o acontecimento da convocação de Lampião para combater a Coluna Prestes e sua ida a Juazeiro, se deu de forma imediata. Quase todos os jornais cearenses trouxeram estampadas nas suas páginas tal notícia. Percebemos que, nos primeiros dias, ainda pairava a dúvida sobre qual o intuito de Lampião em colocar-se a serviço dos legalistas.

O periódico cearense *O Nordeste*, pertencente à Igreja Católica daquele Estado, em circulação desde o dia 29 de junho de 1922, sempre se colocou contra o padre Cícero e as suas ações. Não podemos esquecer que, naquele período, o padre já estava suspenso de ordem e era visto pelo alto escalão da Igreja cearense como uma “ovelha negra”, líder de um reduto de fanáticos, os quais atentavam contra as normas de Roma. Assim, essa imagem clerical aparecia nitidamente no discurso jornalístico de *O Nordeste*, quando noticiou a ida de Lampião a Juazeiro. Objetivava mostrar a passividade do padre Cícero, como se ele fosse um protetor de cangaceiros e o grande responsável por Lampião estar em Juazeiro. No dia 6 de março de 1926, o jornal informava:

Crato 5 – Desde ontem encontra-se no Joazeiro, com um grupo de 50 cangaceiros, o célebre bandido Lampião. Não tem, porém, provocado absurdos. Tendo alguém advertido o Pe. Cícero sobre a gravidade desse facto, respondeu ele que receberia em Joazeiro todos os que o procurassem.

<sup>33</sup> Há um equívoco quanto a essa informação, pois o jornal *O Ceará*, na edição de 17 de março de 1926, relata-nos que o cangaceiro e seu bando tinham ficado hospedados no sobrado do poeta João Mendes de Oliveira, na Rua Boa Vista.

Na visão do jornal religioso, era inadmissível às autoridades locais permitirem a continuidade daquela “romaria para visitar o célebre bandido” (*O NORDESTE*, 8 mar. 1926). Percebemos que, enquanto a imagem do padre Cícero ia sendo maculada pelo escrito jornalístico, um outro cidadão juazeirense seguia o caminho contrário, sendo lembrado pelo periódico por sua ação de não comungar com o banditismo.

Assim, o delegado local José Antônio do Nascimento<sup>34</sup> foi apresentado aos leitores como um homem honrado. Segundo *O Nordeste*: “Dizem que o delegado do Juazeiro, durante a estadia de Lampião, passou o exercício ao sub-delegado, em signal de protesto” (8 mar. 1926). Ainda segundo essa mesma notícia, aqueles cangaceiros que deveriam estar presos, passeavam calmamente pelas ruas da cidade, armados com “armas custas à cinta”, entoando despreocupadamente a canção “Mulher Rendeira”.

Já o jornal *O Sitiá*, narrando os passeios dos cangaceiros pela cidade, destacou a admiração popular para com Lampião e como a sua fama estava se construindo: “Lampeão, cuja automásia provem da celeridade com que os tiros são disparados de seu rifle, formado um jacto continuo de luz em que o povo vislumbrou algo de semelhança com um lampeão, por onde passa é destacado em versos tal é a sua celebridade” (*O SITIÁ*, 14 mar. 1926). Mas, fazendo o paradoxo com essa admiração, o jornal, além de informar, também tentou mostrar um “outro lado de Lampião”. Pretendendo romper com essa “exaltação” do nome do cangaceiro, a notícia também revelou os aspectos de crueldade nas ações de vingança lideradas por ele:

Lampeão, ao que se diz instituiu um systema cruel de vingança contra os seus perseguidores. Todo o indivíduo que cai nas mãos, suspeito de agir, ou de auxiliar a ação contra elle, é marcado na testa a ferro, em braza com um L, inicial do nome de guerra do bandoleiro! (*O SITIÁ*, 14 mar. 1926).

Para os jornais, o nome de Lampião servia para qualificar atos bárbaros. Quando queriam mostrar que alguém tinha cometido um ato inaceitável ou bárbaro, chamavam esse ato e a pessoa de “Lampião”, fazendo uma alusão à “maldade do cangaceiro” (*O CEARÁ*, 30 set. 1926).

Já a edição de 2 de maio de 1926 é mais enfática em narrar a “carnificina” atribuída ao cangaceiro e seus homens. Segundo o jornal, o doutor Barreira Cravo, médico residente, naquela época, na cidade de Quixadá, teria dado um depoimento ao jornal *Da Manhã*, do Rio

---

<sup>34</sup> Sobre a divergência entre Lampião e o delegado, ver no anexo III o bilhete enviado pelo cangaceiro ao chefe de polícia local.

de Janeiro, sendo reeditado pelo *O Sitiá*, narrando algumas das ações cometidas por Lampião.

De acordo com ele:

A ferocidade de ‘Lampeão’ e seus sequazes deixa a perder de vista a de Antonio Silvino. Pode mesmo afirmar nunca ter existido homem mais perverso. ‘Lampeão’ não só rouba, não só espanca e mata. Vai muito além. Estupra donzellas, senhoras e até crianças. Faze-as dansar, despidas, entre os homens da sua tropa e ante o cadáver dos Paes, maridos ou irmãos, ou ainda à vista de entes queridos, algemados, manietados. Atira brazas dentro das rêdes, onde dormem criancinhas de tenra idade, para a satisfação, para o gosto satânico e bestial de ver sofrer os innocentes.

Na nossa impressão, as notícias que foram construídas após a estadia de Lampião em Juazeiro, tinham como finalidade desconstruir a “boa” imagem deixada pelo cangaceiro na cidade. Os discursos pretendiam instituir sobre Lampião a imagem de ser um “desalmado”, que atentava contra a integridade das famílias, a moral e até mesmo os inocentes, os quais ele sem piedade “trucidava”. Já que não puderam se vingar de Lampião pessoalmente, prendendo-o durante os dias estados em Juazeiro, a imprensa vingava-se através de sua escrita, do seu discurso.

Por fim, o referido médico denunciou, no periódico da capital brasileira, a cumplicidade das autoridades do Ceará para com o banditismo: “E, neste caso, a acolhida do padre Cícero e a conivência de homens da situação do Ceará com actos tão revoltantes, constituem, a meu ver, a maior de todas as immoralidades, de todas as misérias, de quantas se praticam neste paíz” (*O SITIA*, 2 maio. 1926).

Notícias vindas do Crato, e publicada n’*O Nordeste*, externavam a indignação pela “Miséria e Vergonha” que o Ceará, e principalmente a região do Cariri, estaria passando em receber aquele “bandoleiro”. Mais vergonhoso ainda, de acordo com a notícia, seria se fossem verdadeiros os boatos de estar um batalhão de patriotas sendo organizado sob o comando de Lampião, apresentado como um sujeito fisicamente feio. De acordo com o jornal:

Crato, 8 – Lampeão continua a perambular ostensivamente, pelas ruas do Joazeiro, com o seu grupo, sob a proteção do padre Cícero. Os romeiros levam-lhe presentes e recebem esmolos. O famoso bandido ostenta grande riqueza, andando coberto de ouro. Foi visto hontem vestido de farda ‘kaki’, com galões. Os que daqui foram visitá-lo dizem ser elle um typo de baixa estatura, magro e feio, apparentando muita amabilidade. Mostra ser extremamente attencioso. Dizem que o padre Cícero está organizando outro batalhão, que será confiado ao célebre bandoleiro, o qual, com essas forças, seguirá para a Bahia, em perseguição dos rebeldes. Veja-se até que ponto chega a desmoralização do Joazeiro! (*O NORDESTE*, 9 mar. 1926).

Ele era representado como aquele que afronta a justiça e a boa moral social, trazendo a calamidade e a vergonha por meio dos seus atos desumanos e absurdos. Para o jornal, aquela recepção pacífica ao “bandoleiro” era um escândalo vergonhoso: “Um inominável escândalo que acabamos de presenciar, com a permanência às caras, de alguns dias, do célebre bandoleiro. Lampeão em Joazeiro, afrontando a justiça e a boa moral social” (IDEM, 11 mar. 1926).

Não era sobre um ausente que os jornais estavam a construir suas narrativas, levando-as à circulação em Juazeiro e região, não era um Lampião distante, com feitos cometidos em outras terras, mas sim um Lampião presente na cidade. A partir daquele momento, o cangaceiro não era um desconhecido para os juazeirenses, que tiveram a oportunidade de conhecer aquela “terrível fera”.

Toda a estadia do cangaceiro esteve envolta pelo exibicionismo, a exibição de um presente, a representação de um momento. Essa forma de “teatralizar” uma presença, para Chartier, almeja “fazer com que a coisa não tenha existência senão na imagem que a exhibe, com que a representação mascare ao invés de designar adequadamente o que é seu referente” (2002, p. 75). Assim, para nós, Lampião tentava confrontar-se com todas aquelas imagens e representações que o desqualificavam, mostrando-se diferente.

Assim, o “Rei do Cangaço” fez uso desse pressuposto de estar pela primeira vez na cidade, para impressionar, gestar em torno de si toda uma imagem que o desvinculasse das predominantemente disseminadas pelos jornais. Talvez cada ação tenha sido pensada por aquele “líder” para que as pessoas o vissem não como um bandido, mas, quem sabe, como um sujeito a quem as circunstâncias da vida teriam impulsionado ao banditismo.

Ainda nessa perspectiva, na cidade, encontramos o confronto de imagens e representações: as que os cangaceiros faziam de si e a que os jornais e a elite local veiculavam sobre os “bandoleiros”, como dissemos. Assim, percebemos, seguindo a perspectiva de Chartier, que a construção das identidades sociais é resultado “sempre de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma” (2002, p. 73). Mas também, ainda de acordo com o autor, temos outra via importante que pensa essa construção das identidades sociais a partir do “recorte social objetivado como a tradução do crédito concedido à representação que cada grupo faz de si mesmo, portanto, à sua capacidade de fazer com que se reconheça sua existência a partir de uma exibição de unidade” (2002, p. 73). Para nós, esse embate de imagens e representações deve ser levado em conta quando se analisa o caso de Lampião em Juazeiro.

Também detectamos nos jornais ter sido o convite feito a Lampião, para legalizá-lo e conceder-lhe a patente<sup>35</sup> de capitão do Batalhão Patriótico, um assunto de extrema relevância para que os noticiários construíssem narrativas buscando provar o forte envolvimento do “Rei do Cangaço” com os coronéis cearenses que o protegiam. Além de ter sido uma maneira de atingir a imagem do padre Cícero, acusado de ser protetor de cangaceiro, como já expomos quando apresentamos o jornal *O Nordeste*.

Aquele “bandoleiro flagelador” (*O CEARÁ*, 1 out. 1926) que infelicitava a região e trazia junto consigo o medo e a destruição, contraditoriamente, era também estigmatizado pelos jornais como “o destemido ‘Lampeão’” (*Idem*, 4 dez. 1926). O histórico das façanhas do cangaceiro, há tempos acompanhado nas páginas do jornal, acabou possibilitando a “contra-imagem” de ser Lampião um sujeito corajoso. Mesmo as narrativas almejando passar imagens pejorativas sobre Lampião, reconheceram a sua coragem e abriram um caminho para o fomento de representações, as quais nem sempre se direcionavam pela ideia de ser o “Rei do Cangaço” um “bandido”, abrindo espaço para ele ser também admirado.

Acreditamos que o “acontecimento Juazeiro” na vida de Lampião foi um divisor de águas, pois ele nos ajuda a refletir que a imagem pública de qualquer sujeito social nunca é homogênea e traz os crivos e influência do seu tempo. O Lampião, até aquele momento tido pela imprensa como um “bandoleiro despudorado”, em 1926, teve sua imagem ressignificada mediante um novo sentido atribuído a ele. Ele passava a ser agora um “bandido legalizado”, não abandonara a sua “autonomia”, no entanto, publicamente era apresentado como se o Estado tivesse conseguido “dominar” aquela “fera” colocando-o ao seu serviço. Ao menos isso foi reconhecido num certo lugar chamado Juazeiro, durante um curto período de tempo no qual o imperativo de derrotar a Coluna Prestes proporcionou as condições de emergência dessa representação.

O espaço e o tempo seriam, assim, agentes modeladores dos sujeitos e de suas ações. A própria “legalização” de Lampião foi uma forma de reconhecer oficialmente o poder por ele exercido naquele meio social, e sua estadia em Juazeiro, uma prova de como, já no seu

---

<sup>35</sup> O agrônomo Pedro Uchoa, que, em 1926, era Inspetor Agrícola em Juazeiro, em depoimento ao folclorista Leonardo Mota, afirmou ter sido ele o responsável por redigir e assinar a patente de capitão do Batalhão Patriótico entregue a Lampião. Segundo ele, foi o padre Cícero quem mandara fazer tal documento que, além de nomear Lampião como capitão, também dava as patentes de tenentes ao seu irmão Antonio Ferreira e a Sabino Gomes. De acordo com o depoente: “Eu já expliquei, o Padre foi quem ditou. Não guardei cópia, não, mas me lembro de que a nomeação era feita ‘em nome do Governo da República dos Estados Unidos do Brasil’ e servia também de salvo-conduto, uma vez que reconhecia ao ‘Senhor Capitão Virgolino Ferreira da Silva’, o direito de se locomover livremente, transpondo as fronteiras de qualquer Estado, com os ‘patriotas’ que arregimentasse” (MOTA, 2002, p. 30-31). Salientamos que a referida patente não tinha legalmente nenhum valor. A entrevista de Uchoa também foi transcrita no jornal *O Ceará*, de 26 de julho de 1929.

tempo, Lampião era contraditoriamente admirado, tomando para si a atenção popular. Mesmo na tentativa de desqualificá-lo, os jornais acabaram afirmando toda a “astúcia”, “coragem” e “poder” detidos nas mãos de Lampião, sendo que, mediante essa contestação, usaram as suas páginas para denunciar a ineficiência do Estado que, segundo eles, deixava a “região do norte” entregue ao descaso. O jornal tomava para si a responsabilidade de poder dizer o que o outro (Lampião) significava, explicá-lo e passar aos seus leitores a sua verdade, almejando torná-la hegemônica.

### 3.2 – Entre ditos e não ditos: Lampião entrevistado!

Sobrado do poeta e “historiador brasileiro” João Mendes de Oliveira. Segundo o jornal *O Ceará*, de 17 de março de 1926, na frente da referida residência, crianças, jovens, homens, mulheres e pedintes aglomeravam-se na esperança de verem os “temíveis” cangaceiros ali hospedados. Certamente, a rotina da população daquela cidade de Juazeiro (CE) havia sido quebrada. Aquela “Meca nordestina”,<sup>36</sup> que diariamente via romeiros passeando pelas ruelas e becos íngremes em busca de obterem as bênçãos do benemérito padre Cícero Romão Batista, estava atônita. A terra dos milagres<sup>37</sup>, os quais desafiavam a ciência e até mesmo a própria religião católica romanizada, encontrava-se recepcionando os “ilustres” cangaceiros.

A mesma fonte revela-nos que, na direção do sobrado onde os bandoleiros estavam acomodados, os populares se dirigiram em massa. Podemos imaginar a curiosidade popular para ver o “grande” cangaceiro Lampião. O exótico estava ali exposto à exibição, à contemplação dos olhos curiosos, desejosos de dissecarem as vestes, a vida, a identidade e o cotidiano daquelas “feras”. Talvez muitos daqueles populares se questionassem sobre os cangaceiros: Como seriam? Como se vestiam? E o líder era realmente um “demônio encarnado”? Aos olhos daquele povo, gente comum, provavelmente houvesse o desejo não só de vê-los, talvez até mesmo tocá-los, e escutar as histórias mirabolantes, ousadas e cruéis sobre aqueles homens das armas.

Ao verem os bandidos, a admiração para com as suas vestes deve ter impressionado aqueles olhares de “beatos e romeiros” do padre Cícero, afinal, aquela era a primeira vez que

<sup>36</sup> Ver: BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Juazeiro do Padre Cícero**: a terra da Mãe de Deus. 2.ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2008. Na obra, a autora buscou minuciosamente, através dos caminhos da antropologia, analisar a figura do padre Cícero, a cultura e religião local. Recorreu, para isso, a um estudo da própria constituição da cidade de Juazeiro.

<sup>37</sup> Para um aprofundamento sobre a questão do primeiro milagre em Juazeiro, cuja hóstia transformou-se em sangue na boca da beata Maria de Araújo, ver: FORTI, Maria do Carmo Pagan. **Maria do Juazeiro**: a beata do milagre. São Paulo: Annablume, 1999.

o bando de Lampião estava efetivamente em Juazeiro. O médico da cidade do Crato, Otacílio Macêdo, ao ficar sabendo da notícia, foi ao encontro do “maior líder cangaceiro”, Lampião, para obter uma entrevista, o que, para a época, seria um furo jornalístico e grande feito para o jornal que conseguisse tal façanha. Macêdo obteve êxito, e no dia 17 de março de 1926<sup>38</sup>, *O Ceará*, de Fortaleza, publicou a entrevista concedida por Lampião, primeira e única cedida pelo “Rei do Cangaço”, até onde temos notícia.

Poetizando o feito de Otacílio Macêdo, João Martins de Athayde revestiu o episódio com a narrativa do cordel:

Um repórter da Gazeta  
Com Lampião quis falar  
No meio da multidão  
Quase não pôde passar  
Machucando muita gente  
Pôde finalmente  
Com Lampião conversar

Ali se cumprimentaram,  
E começou o jornalista  
Da vida de Lampião  
Saber por uma entrevista,  
Narrou tintim por tintim  
Do princípio até o fim  
Sem nada perder de vista

Começou logo a conversa  
De uma forma animada  
Lampião tinha a linguagem  
Muito desembaraçada,  
Mostrando sua importância  
Falando com arrogância  
Como quem não via nada (ATHAYDE 2000, p. 84).

Para nós, a entrevista é de grande importância e valor pela riqueza de detalhes encontrada e devido ao seu ineditismo. Lampião ganhava voz, sua fala seria moldada pelas “letras redondas” do jornal. Muitos teriam condições de conhecer a forma de pensar daquele líder cangaceiro. Mesmo com o crivo questionador do entrevistador a conduzir o diálogo para obter as respostas desejadas, Lampião também soube usufruir desse mecanismo para construir uma representação de si, constituída de seus interesses pessoais e, certamente, objetivando a difusão de uma imagem junto ao público leitor. Essa preocupação com a divulgação de uma imagem que o favorecesse, também pode ter sido o motivo pelo qual Lampião, em 1936, se deixou filmar e fotografar pelas lentes de Benjamim Abrahão. Ele ia sendo fabricado de

<sup>38</sup> A entrevista na íntegra encontra-se no anexo II.

acordo com os interesses de sua época e do lugar social daqueles que sobre ele se impunham. Ao mesmo tempo, o próprio Lampião se fabricava, através da autoimagem que ele tentava passar para a mídia.

Acreditamos que, ao ganhar voz, o chefe dos cangaceiros teve a possibilidade de mostrar outra versão; pôde, desta feita, instituir a sua verdade em detrimento daquelas veiculadas e disseminadas pelos jornais. Não teríamos como saber até que ponto a entrevista foi recortada e editada pelo médico cratense e o redator do jornal, pois, em uma época em que não havia gravador como mecanismo de entrevista, fica difícil aferir questões como linguajar e formas de expressão do entrevistador atravessando a fala do entrevistado. Mas, em essência, acreditamos que ela revelou facetas dessa imagem que Lampião queria tornar pública.

O diálogo travado entre Otacílio Macêdo e Lampião, segundo a nossa visão, apresenta-se carregado de interesses, encenações, intencionalidades e representações construídas por entrevistador e entrevistado. Assim, o lugar social ocupado naquele momento por cada um, exercia o poder de delimitar, conduzir, instituir verdades. Assim, a própria entrevista e a sua transcrição no jornal foram o início da fabricação de uma representação que conduziu à elaboração de outras representações.

De todo modo, pensamos que Macêdo não poderia modificar muito as palavras de Lampião inventando respostas não dadas pelo mesmo, pois ele, possivelmente, tinha em mente estar lidando com um bandido, um bandido que sabia ler, não tinha nada a perder e gostava de acompanhar o noticiado ao seu respeito. Assim, caso não gostasse do escrito, o “Rei do Cangaço” poderia, na primeira oportunidade, voltar para tomar satisfação sobre o dito. Naquelas veredas nordestinas, todos sabiam ser melhor não ter inimizade com cangaceiros, pois esses eram vingativos e, mesmo demorando, cumpriam suas promessas de vingança.

Segundo Billy Jaynes Chandler, quando noticiou a entrevista no seu livro *Lampião, o rei dos cangaceiros*, ao abordar as impressões tidas por Otacílio Macêdo, o americano assim se expressou:

Ainda segundo o repórter, Lampião se portou de maneira calma e decidida. Embora seu linguajar fosse rude, falava sem se perturbar, olhando atentamente para seu interlocutor, e pesando suas palavras. Era sério, nunca sorria, e só falava para responder as perguntas. Dava a impressão de que estava perfeitamente consciente de sua própria importância e gostando de ser alvo da curiosidade popular. É preciso notar que Lampião não era indiferente à imagem que dele fazia o povo. Lia os jornais e revistas, quando os encontrava, ou talvez mandava que lessem para ele, pois é possível que não fosse um consumado leitor. Interessava-se sobretudo pelas notícias referentes a sua

peessoa, e ficava muito zangado quando encontrava algum comentário que achava errado ou injusto (1980, p. 90).

Para Lampião, como dissemos, e baseando-nos na nossa interpretação e análise do documento, aquela entrevista configurava-se como uma oportunidade de “desmontar” imagens construídas sobre ele. Então, no decorrer da entrevista, ele tomou a postura de injustiçado e fez uso do discurso de vítima do contexto social e das circunstâncias do destino, os quais o teriam impulsionado para o banditismo. Tivemos aí um embate de representações onde a arena foram as páginas dos jornais. Enquanto, de um lado, os noticiários construíam sobre Lampião uma identidade de bandido sanguinário, o cangaceiro, fazendo uso de uma tática defensiva, elaborou outra representação sobre si, almejando mostrar o seu lado sobre os fatos inerentes a sua vida.

Se havia o interesse de Otacílio Macêdo em instituir uma imagem e representação sobre Lampião que fosse hegemônica e coerente com a concepção de bandido, tão cara à elite dessa época, quando voltava seu olhar ao líder cangaceiro, Lampião também usou de uma tática para, por meio da entrevista, instituir a sua autoimagem, na contramão das representações que eram produzidas sobre ele pelos seus inimigos.

Na nossa perspectiva, diante de uma estratégia de representação elitista que buscava oficialmente se instituir como hegemônica, Lampião fez uso de um contradiscurso para mostrar-se como injustiçado. No entanto, lembramos a necessidade de atentarmos para a particularidade de estarem ambos os discursos limitados: o do entrevistador encontrava os limites da fala de Lampião, até onde o cangaceiro permitia que a entrevista fosse e se aprofundasse; por outro lado, o “Rei do Cangaço” encontrava as limitações impostas por Otacílio Macêdo, o qual ponderava e conduzia a entrevista. Acreditamos haver na entrevista limites e fraturas que iam delimitando-a. A entrevista, assim como a história,

se define inteira por uma *relação da linguagem com o corpo* (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto outro (passado, morto) do qual se fala (CERTEAU, 2008, p. 77 – grifos do autor).

Como a condição de vítima se inscrevia no discurso de Lampião, duas vias interpretativas abriam-se, seguindo a perspectiva teórica de Chartier. De um lado, teríamos a identidade social de Lampião “como resultado [...] de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear” (2002, p. 73).

Nesse sentido, os responsáveis, no caso de Lampião, seriam os jornais e as autoridades governamentais. Por outro lado, teríamos “que considerar o recorte social objetivado como a tradução do crédito concedido à representação que cada grupo faz de si mesmo” (2002, p. 73), ou seja, o “Rei do Cangaço” tentou forjar uma nova representação.

A voz de Lampião chegava pela primeira vez aos jornais, após nove anos de sua presença no universo do cangaço. Aos vinte e sete anos, o chefe mais temido nos rincões nordestinos já se configurava como um líder de pulso naquelas terras, uma inteligência voltada ao banditismo e crime. A genealogia de sua trajetória seria feita por ele, na busca de mostrar ao leitor o porquê de ter abraçado aquela vida clandestina. Talvez ele pretendesse comover o leitor com a narrativa do sofrimento que se abateu sobre ele e sua família, contribuindo para uma desvinculação da sua imagem daquela de bandido miserável, sanguinário e despudorado que matava apenas por prazer. De “pacato” almocreve, Lampião foi, gradativamente, se tornando o homem e o nome mais perseguido nas décadas de 1920 e 1930, pois seu nome, por si só, segundo os relatos jornalísticos da época, já provocava a relação de identidade com o mal e a criminalidade. Entendemos, assim, que Lampião buscou com a entrevista mudar essa imagem:

Chamo-me Virgulino Ferreira da Silva e pertenço à *humilde família Ferreira* do Riacho de São Domingos, município de Vila Bela. Meu pai, *por ser constantemente perseguido* pela família Nogueira e em especial por Zé Saturnino, nossos vizinhos, resolveu retirar-se para o município de Águas Brancas, no estado de Alagoas. *Nem por isso cessou a perseguição.* Em Águas Brancas, foi meu pai, José Ferreira, *barbaramente assassinado* pelos Nogueira e Saturnino, no ano de 1917. *Não confiando na ação da justiça pública, por que os assassinos contavam com a escandalosa proteção dos grandes, resolvi fazer justiça por minha conta própria*, isto é, vingar a morte do meu progenitor. Não perdi tempo e resolutamente arrumei-me e enfrentei a luta. Não escolhi gente das famílias inimigas para matar, e efetivamente consegui dizimá-las consideravelmente (O CEARÁ, 17 mar. 1926 - grifos nossos).

Poderíamos pensar: em um meio tão hostil como o descrito no segundo capítulo, onde o sangue se lavava com sangue, quem ficaria imparcial a esses fatos? Lampião apelou para a reflexão, para o confronto desses acontecimentos, os quais permearam os primeiros anos de sua juventude. Colocou-se como se, praticamente, tivesse sido obrigado a pegar em armas, como se aquilo fosse uma questão de sobrevivência.

A coisa mais sagrada do código ético sertanejo, a família, havia sido ferida no seu âmago. A mãe morta por meio de um enfarto fulminante, atribuído pelos filhos ao desgosto de ver-se degredada de suas terras, suas raízes, e o pai, assassinado de forma bruta e injusta,

configuram o quadro para o qual a única solução vista por ele fora vingar e honrar o nome da família através do cano do rifle e da ponta da faca. A vingança, como podemos entender pela interpretação do documento, era o único caminho, e se constituía numa justificativa plausível para aquela sociedade na qual vigorava um código de honra e vingança.

As palavras de Lampião buscavam historiá-lo, autobiografar, se contrapor aos discursos sobre ele disseminados na imprensa, instituir sua própria imagem/representação. Palavras simples – “humilde”, “perseguido”, “barbaramente” -, mas com significados fortes, foram saltando da sua fala. E essas palavras iam dando sentido e forma ao discurso de Lampião. Seu “cartão de apresentação” vinha cravejado pela tristeza de um início de vida infeliz, mas, ao mesmo tempo, trazia, subjetivamente, a marca de sua valentia, de não temer a luta.

Lampião pretendeu recriar discursivamente seu passado, um passado que não vinha à tona nos discursos e representações daqueles que buscavam desqualificá-lo e denegrir a sua imagem. Na entrevista, buscou representar aquilo que faltava, mostrar outro lado da moeda, uma fase oculta a qual, na ótica dos poderosos locais, era preferível deixar soterrada sob o discurso hegemônico e instituinte, que o tarjava de bandido, uma vez que a exposição daquele passado poderia gerar um álibi, e até mesmo simpatia e admiração, com base no código de honra em vigor.

A nós historiadores, caberia adentrar nesse campo de embate, entendê-lo, dissecá-lo, para depois, através de nossas conclusões, acabar por criar novas representações. Talvez Lampião pretendesse marcar seu passado, através da linguagem dar um lugar a si, assim como faz o historiador através da operação historiográfica o qual, por meio do ato da escrita, expõe suas concepções sobre o passado:

‘Marcar’ um passado, é dar um lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está por fazer e, conseqüentemente, utilizar a narratividade, que enterra os mortos, como um meio de estabelecer um lugar para os vivos (CERTEAU, 2008, p. 107).

Nesse caso, Lampião almejava estabelecer um outro lugar para si, para além do estigma de bandido. Um lugar de filho, de pessoa humilde ultrajada e oprimida pelos poderosos da terra, um lugar de rebelde e vingador, um lugar de herói.

Em minhas leituras sobre o personagem, percebo uma característica em Lampião: ele era um homem midiático, gostava dos holofotes e de todas as atenções voltadas para si; devia sentir prazer ao ver o seu nome estampado nos jornais, pois, mesmo aqueles que nunca o

viram, conheceram-no através da imprensa, que divulgava seu nome e seus feitos. Ele foi fabricado noticiosamente, pois, graças às escrituras, “os seres vivos são ‘postos num texto’, transformados em significantes das regras (é uma contextualização) e, por outro lado, a razão ou *Logos* de uma sociedade ‘se faz carne’ (trata-se de uma encarnação)” (CERTEAU, 2008, p. 231). “Encarnado” em um escrito, ganhando novos significados, essa era a dinâmica jornalística em torno de Lampião.

Como pesquisador do tema, e sabendo da devoção e respeito de Lampião para com o padre Cícero, arrisco a afirmar que, para o cangaceiro, aquele era um momento de felicidade. Felicidade por ter conhecido o “santo de Juazeiro”, padre Cícero, e ter pisado naquele solo sagrado o qual todo bom nordestino devia visitar pelo menos uma vez na vida. Aquela era uma das maiores de suas vitórias, o próprio ato de tomar a bênção ao “padim” apresentava-se, simbolicamente, como uma nova proteção, um escudo a protegê-lo de futuros infortúnios. Segundo Lins, Lampião:

Tinha como santos padroeiros Nossa Senhora da Conceição e o padre Cícero Romão Batista, taumaturgo, homem de Deus, fino político para uns, ‘amigo dos coronéis’, dos cangaceiros e dos jagunços, para outros. Para Virgulino, como para o sertanejo em geral, o que o padre Cícero era importava muito pouco. A vida lhes tinha ensinado a desconfiar da ordem da ‘razão’ ou do discurso ‘racional’. Enquanto a história mostrava ‘fatos’, eles procuravam milagres, promessas, relações iconográficas, uma vontade de esperar para esperar menos. O importante era a imagem do Padim e não as fúrias de Roma ou a fatuidade dos homens. Padre Cícero tornou-se, sem dúvidas, para Virgulino, o grande espelho que iria fundamentar o seu ser (1997, p. 14-15).

Em um segundo momento, a ida a Juazeiro significava a oportunidade de sair do banditismo e tornar-se um legalista, ganhando armas e, principalmente, a admiração dos populares, coisa que Lampião já tinha adquirido por meio das suas facetas nas caatingas e povoados sertanejos. Voltando à entrevista em análise, para ganhar a confiança de Lampião, o médico cratense pediu um autógrafo ao cangaceiro. Com esse gesto, Lampião ficou lisonjeado e, ao mesmo tempo, embaraçado. Sem saber o que escrever, ele perguntou os dizeres a serem anotados no papel. Assim ficou firmado:

Juazeiro, 6 de março de 1926.  
Para... e o Coronel...  
Lembrança de EU.  
Virgulino Ferreira da Silva.  
Vulgo Lampião (O CEARÁ, 17 mar. 1926).

Interessante e peculiar no trecho acima são os silêncios, as lacunas no escrito/autógrafo de Lampião, um particular que pode passar despercebido. Como afirmou Certeau ao trabalhar a Operação Historiográfica, a história também se define pelo que ela exclui (ausências), pelos seus silêncios (CERTEAU, 2008, p. 90). Nesse caso particular, o jornal *O Ceará* optou por não expor as pessoas às quais se destinava aquele autógrafo, pois as próprias palavras de Lampião, escritas pelo entrevistador, ajudam-nos a percebermos isso: “Para... e o Coronel...”. Quem seria esse coronel que receberia tal lembrança de Lampião? Essas reticências teriam sido apenas um mecanismo tipográfico ou foram intencionalmente colocadas para proteger pessoas importantes, coiteiras de Lampião e seus “meninos” no Ceará? Infelizmente, não conseguimos obter tais respostas, ficando a indagação em aberto para serem respondidas por futuros pesquisadores.

Por meio da análise documental, percebemos que a entrevista ia ganhando tons mais incisivos, fugindo da cordialidade inicial entre entrevistador e entrevistado. As perguntas ficaram mais ousadas. Apelando para a capacidade de Lampião ser dotado de consciência e sentimento no referente aos crimes, roubos e crueldades por ele praticados, o médico lançou a desconcertante indagação: “Não se comove a extorquir dinheiro e ‘variar’ propriedades alheias?” (*O CEARÁ*, 17 mar. 1926). Talvez com um pouco de indignação diante da pergunta feita, Lampião foi astucioso, respondendo-a prontamente: “Oh! Mas eu nunca fiz isto. Quando preciso de algum dinheiro, mando pedir ‘*amigavelmente*’ a alguns camaradas” (IDEM - grifos nossos).

Como podemos ver, o cangaceiro tentou desvincular a sua imagem daquela que o mostrava como um salteador. Representava-se como alguém que pacificamente recorria aos benevolentes amigos, alguém que humildemente clamava e carecia de ajuda devido às desventuras financeiras provocadas por suas circunstâncias de vida. No entanto, salientou, quando não era atendido pelos avaros, ele se sentia no direito de ir buscar o dinheiro, pois essa era a única maneira tida por ele para conseguir manter o seu grupo e atividades: “Consigo meios para manter meu grupo pedindo recursos aos ricos e tomando à força aos usurários que miseravelmente se negam de prestar-me auxílio” (IDEM). Retomamos aqui as ideias levantadas por Gustavo Barroso no referente à questão da arraigada ética sertaneja e a estigmatização/demonização do roubo. Acredito ter Lampião usado a indagação feita por Macêdo ao seu favor, pois não se identificava como um ladrão, sendo um insulto não aceito por ele em hipótese alguma. Ele se autorrepresentou nesse fragmento como aquele que pede!

Conforme afirmação do entrevistador Otacílio Macêdo, ele percebeu, ao longo da entrevista, que o cangaceiro, em alguns momentos, aproximou-se da janela do sótão e, lá de

cima, atirou moedas aos populares aglomerados na frente da residência para conhecerem o “bandido” Lampião e seus “cabras”. A tática/prática da esmola talvez viesse a contribuir, na ótica de Lampião, com essa posição de construir uma nova imagem sobre si. Nesse caso, a imagem de um homem caridoso, que tirava dos ricos e distribuía com os pobres, representação utilizada por muitos marxistas a partir da década de 1950<sup>39</sup>.

Segundo afirmou o jornal, Otacílio Macêdo ficou tão admirado com a atitude tomada por Lampião, que perguntou ao “Rei do Cangaço” quanto distribuiu com o povo de Juazeiro durante o curto tempo na cidade, obtendo a resposta de “mais de um conto de réis” (IDEM), quantia bastante significativa na época para ser dada em esmolas. A preocupação de Lampião, em passar uma boa imagem aos cidadãos juazeirenses, talvez fosse até uma maneira de impressionar o padre Cícero e levá-lo a acreditar que nem tudo noticiado pela imprensa sobre o bandoleiro e seu bando condizia com a verdade e que o mesmo estava disposto a abandonar a vida de cangaceiro para tornar-se um legalista.

Na sequência das perguntas, Macêdo perguntou a Lampião se ele estava rico, pois se mostrava tão “caridoso” para com os populares e, segundo noticiavam os jornais, ele era portador de vultosa fortuna. Tentando desmentir os boatos, Lampião foi pragmático: “Tudo quanto tenho adquirido na minha vida de bandoleiro mal tem chegado para as vultosas despesas do meu pessoal – aquisição de armas, convindo notar que muito tenho gasto, também com a distribuição de esmolas aos necessitados” (IDEM).

Percebemos que sempre a ideia de caridoso, juntamente com a de mantenedor do coletivo no qual se constituía o bando, ia sendo alimentada e reiterada pelo próprio Lampião. As palavras do “Rei do Cangaço” buscavam maquiar sua vida em torno dos crimes e sepultar as representações dominantes através da escrituração da sua entrevista, da constituição de outro sujeito, parte de uma tentativa de expor a visão que tinha de si mesmo, de induzir e encaminhar os leitores por outras veredas discursivas. Já dizia Certeau: “A escrita representa o papel de um rito de sepultamento; ela exorciza a morte introduzindo-a no discurso” (CERTEAU, 2008, p. 107). Teríamos aí a tentativa, por parte de Lampião, de ressignificar o discurso homogeneizante que o mostrava como bandido sanguinário, e flagelador dos sertanejos, para, a partir daí, inserir uma nova representação lapidada pelo próprio cangaceiro. Teríamos um confronto de representações mediadas por práticas que pretendiam legitimar as

---

<sup>39</sup> Para aprofundamento da questão, ver: PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010; FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1983; HOBSBAWN, E. J. **Bandidos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

representações: os jornais mostrando, através dos seus feitos, as ações cruéis de Lampião, e o cangaceiro afirmando os seus, de caridade.

A entrevista transcorria normalmente, apesar do clima de tensão que a envolvia, pois os cangaceiros viam Macêdo com desconfiança, como o próprio entrevistador relatou no jornal: “Os cangaceiros observavam-nos com um misto de simpatia e desconfiança” (O CEARÁ, 17 mar. 1926). Em determinado momento, segundo relata o entrevistador, a conversa foi interrompida por uma velha “romeira”. Ela adentrou no recinto, portando um “crucifixo de latão ordinário” (IDEM) para presentear Lampião. A entrega do presente veio, então, acompanhada das palavras: “Stá aqui seu coroné Lampião, que eu trouxe para vomecê” (IDEM). No nosso entendimento, aquela senhora representava a ambiguidade das concepções e imagens construídas sobre Lampião, sendo o presente uma forma de reconhecer a importância de Lampião e a admiração despertada por ele em algumas pessoas.

Na boca da idosa, ecoava o nome “coroné”; percebemos pelo título de coronel, só conferido aos poderosos proprietários de terra e mandatários, já ter o cangaceiro reconhecimento do seu poder no meio social. Configurava-se como um coronel, figura tão cara e respeitada naquele meio de dominação, no qual a palavra dos poderosos era lei a ser seguida fielmente<sup>40</sup>, pois esses homens tinham prestígio tanto na esfera privada como na pública. Como nos lembra Janotti, “O coronelismo não foi apenas uma extensão do poder privado, mas o reconhecimento da força de alguns mandatários pelo beneplácito do poder público” (1992, p. 41-42).

Lampião, assim, só se diferenciava dos outros coronéis por ser considerado um ilegal, um bandido sem terras e “curral eleitoral”. Enquanto os outros tinham a política como meio de legitimação de sua autoridade, o “Rei” cangaceiro tinha as armas e seu temível bando, que o tornaram, um poder no sertão; um coronel nômade que tinha seu nome e fama a impor medo e suas vontades, travar acordos com coiteiros e outros coronéis poderosos locais em troca de favores e proteção: “Solidamente enraizada na proteção e na lealdade, a sociedade rural repousava na troca de favores, de homem para homem. O coronel oferecia proteção e exigia irrestrita adesão” (JANOTTI, 1992, p. 57). Percebemos que as próprias palavras de Lampião afirmavam o seu poder naquela região que ele exercia com a sua forte teia de relações e trocas de favorecimentos:

---

<sup>40</sup> Ver: FORTUNATO, Maria Lucinete. **O Conceito de Coronelismo e a Imagem do Coronel**: de símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande: EDUEFG, 2008.

Não tenho tido propriamente protetores. A família Pereira, de Pajeú, é que tem me protegido, mais ou menos. Todavia, conto por toda parte com bons amigos, que me facilitam tudo e me consideram eficazmente quando me acho muito perseguido pelos governos (O CEARÁ, 17 mar. 1926).

Atentamos para o detalhe, o presente da “velha senhora” guardava a simbologia do Sagrado e, subjetivamente, inscrevia sobre ele o desejo de proteção, talvez uma vida longa para o cangaceiro. Diante daquele ato simples, o chefe cangaceiro interpelou: “-Este santo livra a gente de balas? Só me serve si for milagroso. Depois, respeitosamente, beijou o crucifixo e guardou-o no bolso. Em seguida tirou da carteira uma nota de 10\$000 e gorgetou a romeira” (IDEM).

Concluímos que essa nova imagem de Lampião seria lapidada como discurso dado a ler pelos jornais e que ele teve a oportunidade de ser, naquele momento, mesmo com as interferências e direcionamentos do entrevistador, autor de seu discurso. Assumiu o lugar de uma voz ativa através da qual buscou refazer sua imagem e defender suas posições quebrando o ciclo da unilateralidade discursiva que, via de regra, o representava contra a “sociedade”. Segundo Certeau:

O sofrimento de ser escrito pela lei do grupo vem estranhamente acompanhado por um prazer, o de ser reconhecido (mas não se sabe por quem), de se tornar uma palavra identificável e legível numa língua social, de ser mudado em fragmento de um texto anônimo, de ser inscrito numa simbólica sem dono e sem autor (2008, p. 232).

Avaliamos que tanto Otacílio Macêdo quanto Lampião tinham interesses não revelados, mas que podemos identificar com alguma atenção, naquela entrevista. O primeiro buscou um furo jornalístico, algo inédito; o segundo pretendia passar uma imagem oposta àquela difundida, que o representava como bandido despudorado e sanguinário.

Tanto entrevistador como entrevistado buscaram ser cautelosos no uso das palavras. Pretendendo esmiuçar toda a vida do “bandoleiro”, Macêdo indagou: “Não pretende abandonar a *profissão*?” (grifos nossos). O documento nos permite pensar que, para o entrevistador, que na pergunta demonstra de forma nivelada uma ironia, possivelmente o cangaceirismo lampiônico era uma espécie de máquina de obtenção de dinheiro, extorsão e roubo.

A resposta do cangaceiro acabou por legitimar a forma de pensar do médico cratense: “Se o senhor estiver em um negócio, e for se dando bem com ele, pensará porventura em abandoná-lo? Pois é exatamente o meu caso. Porque vou me dando bem com este ‘negócio’,

ainda não pensei em abandoná-lo” (O CEARÁ, 17 mar. 1926), ideia que Lampião, no fim da entrevista, reiterou quando questionado sobre o seu futuro e do próprio cangaço: “Estou me dando bem no cangaço, e não pretendo abandoná-lo. Não sei se vou passar a vida toda nele. Preciso trabalhar ainda uns três anos. Tenho de visitar alguns amigos, o que não fiz por falta de oportunidade. Depois, talvez me torne um comerciante” (IDEM). Os “amigos” citados por Lampião, na realidade, eram inimigos, pois sabemos que, nesse período de 1926, Lampião ainda tinha acertos de conta com pessoas que contribuíram para a desagregação/esfacelamento de sua família e o assassinato do seu pai.

Lampião utilizou o termo “trabalho” vinculado ao cangaço, explicitando a visão do cangaceirismo como uma ocupação igual a outras quaisquer. Desse modo, ele novamente buscava fugir da imagem de bandido, como dissemos, a partir de um discurso no qual colocava seu ofício como um negócio qualquer que ia dando certo, buscando um lugar no mundo do trabalho desvinculado da conotação do banditismo.

Nesse contexto, ele pretendeu aproximar-se dos grupos minoritários da sociedade, se mostrando como um igual. Entretanto, em outros trechos de sua entrevista, mostrou valorizar as classes dominantes, “agricultores, fazendeiros e comerciantes”, que compunham o grupo conservador no Nordeste. O agradar os trabalhadores passava pelo crivo de tentar convencê-los de uma “verdade”, a “verdade” de Lampião, a imagem que ele fazia de si e estava tentando transmitir, mas o elogio às camadas dominantes também tinha uma função, a de manter sua aliança com os protetores, os coiteiros e, por que não, identificar-se com eles como ideal. Afinal, almejava se estabelecer no meio social como comerciante quando “se aposentasse” da profissão de cangaceiro. Segundo o jornal *O Ceará*, Lampião teria afirmado:

Gosto geralmente de todas as classes. Aprecio de preferência as classes conservadoras - agricultores, fazendeiros, comerciantes, etc., por serem os homens do trabalho [tanto é que ele pretendia ser comerciante se conseguisse abandonar o cangaço]. Tenho veneração e respeito pelos padres, porque sou católico. Sou amigo dos telegrafistas, porque alguns já me tem salvo de grandes perigos. Acato os juízes, porque são homens da lei e não atiram em ninguém. Só uma classe eu detesto: é a dos soldados, que são meus constantes perseguidores. Reconheço que muitas vezes eles me perseguem porque são sujeitos, e é justamente por isso que ainda poupo alguns quando os encontro fora da luta (IDEM).

Corroboramos com a historiadora Auricélia Lopes Pereira quando afirma:

Lampeão construíra no Ceará uma arte de existência, uma estética de vida marcada pela tradição do bom cangaceiro. Constituíra para si um lugar de

sujeito outro, nele inscreve estratégias de cooptação que se deslocam a partir de duas posturas: evitar atos violentos; distribuir esmolas à população (2000, p. 159).

Como mostramos na citação anterior, Lampião admitiu respeitar o Ceará, deixando claro não ter inimigos naquela região, mas sim, uma arraigada e forte teia de amigos/coiteiros poderosos ou não, que garantiam que, quando muito perseguido pelas forças volantes, o “Rei do Cangaço” e seu bando conseguissem encontrar a paz almejada nas terras cearenses.

Lampião, por meio da entrevista, além de mostrar a sua versão sobre a vida adotada, tentou mostrar-se superior àqueles que estavam no seu encalço. Aos seus perseguidores, o recado foi claro e sem mais delongas, como se quisesse enfocar a sua força e invulnerabilidade, apesar de todas as perseguições e ferimentos: “Já recebi quatro ferimentos graves. Dentre estes, um na cabeça, do qual só por um milagre escapei [...] Por isso, como o senhor vê, estou forte e perfeitamente sadio, sofrendo, raramente, ligeiros ataques reumáticos” (O CEARÁ, 17 mar. 1926).

Lampião também tentou mostrar o tamanho do seu poder, afirmando a incapacidade das autoridades em persegui-lo e obterem êxito na sua captura. Ironicamente, ainda deixou claro: “Tenho bons amigos por toda parte, e estou sempre avisado do movimento das forças” (IDEM), mantendo dentro dos seus “domínios” um excelente serviço de espionagem, segundo ele dispendioso, mas necessário. Assim, Lampião ia atuando nos sertões como um poder paralelo ao oficial:

Tenho conseguido escapar à tremenda perseguição que me movem os governos, brigando como louco e correndo rápido como vento quando vejo que não posso resistir ao ataque. Além disso, sou muito vigilante, e confio sempre desconfiando, de modo que dificilmente me pegarão de corpo aberto (IDEM).

Acredito que, para legitimar-se, Lampião ia desqualificando o outro, apresentando as forças volantes como hostes de sujeitos cruéis e sem caráter, os quais cometiam atrocidades desumanas e jogavam a culpa nos cangaceiros. Em defesa própria, o “Rei do Cangaço” reconheceu ter cometido, em alguns momentos de sua caminhada, “violência e depredações”, mas fez para vingar-se dos perseguidores e como represália aos inimigos, pois primava pelo respeito aos pobres e humildes: “Tenho cometido violências e depredações vingando-me dos que me perseguem e em represália a inimigos. Costumo, porém, respeitar as famílias, por mais humildes que sejam, e quando sucede algum do meu grupo desrespeitar uma mulher,

castigo severamente” (IDEM). É perceptível que Lampião apresenta aos seus leitores uma espécie de código de respeito para com as camadas mais carentes, e também responde às acusações de estupros, um dos crimes recorrentemente imputados aos cangaceiros.

Na história do cangaço e no discurso representacional presente na própria constituição social do homem sertanejo, os cangaceiros temiam ao extremo serem passados para a posteridade como sujeitos covardes, como vimos anteriormente, ao analisarmos a obra de Gustavo Barroso. Isso fazia com que creditassem a sua palavra de honra todo um respeito, tendo essa um valor exacerbado, pois homem de respeito era homem de palavra. Para Lampião, um dos grandes fatores que não permitia o abandono da vida de bandoleiro, era esse medo de ser representado como covarde por estar saindo do cangaço para viver em paz em outra região. Também salientamos a consciência tida por ele de que, se saísse do cangaço não cessaria a perseguição, pois, ao contrário de outros cangaceiros que conseguiam sair do cangaço e retomar uma vida pacata, a fama do “Rei do Cangaço” já havia tomado tamanha proporção que aquela vida tornara-se um caminho sem volta:

Até agora não desejei, abandonar a vida das armas, com a qual já me acostumei e sinto-me bem. Mesmo que assim não sucedesse, não poderia deixá-la, porque os inimigos não se esquecem de mim, e por isso eu não posso e nem devo deixá-los tranqüilos. Poderia retirar-me para um lugar longínquo, mas julgo que seria uma covardia, e não quero nunca passar por um covarde (IDEM).

Para a legitimação do seu nome como “Rei do Cangaço”, ele denegria, algumas vezes, a imagem do seu antecessor, Antonio Silvino, o qual, na época em que atuava como cangaceiro nos sertões, ganhara dos jornais o mesmo título. Na perspectiva de Lampião, o Nordeste não tinha espaço para dois reis, aquilo era algo inaceitável, impensado. Lampião parecia querer um reinado exclusivo, sem antecessores, sem sucessores. Ao referir-se a Silvino, suas palavras traziam um tom de desprezo: “Penso que Antonio Silvino foi um covarde, porque se entregou às forças do governo em consequência de um pequeno ferimento. Já recebi ferimentos gravíssimos e nem por isso me entreguei à prisão”. No seu discurso e autorrepresentação, ele era mais forte, não sucumbira aos ferimentos e continuava impondo-se às autoridades.

Salientamos que, simbolicamente, uma vez rei, sempre rei! A majestade não se perde com facilidade sendo alimentada pelo discurso da nostalgia e do saudosismo. O folclorista Leonardo Mota narrou no seu livro, *No Tempo de Lampião* (2002), uma entrevista feita por ele com Antonio Silvino que, desde novembro de 1914, estava preso na Penitenciária de

Recife. Na referida entrevista, o cangaceiro fez questão de representar Lampião como um sujeito de sorte, o qual nascera em tempos mais prósperos, sabendo usar essa circunstância a seu favor. Segundo Silvino, aí estaria o sucesso das empreitadas de Virgolino, enquanto, no passado, no seu tempo de líder cangaceiro, para sustentar o seu reinado e fama, o trabalho era bem maior.

- Silvino, que é que você me diz de Lampião?  
 - Ah, seu Dr., *Lampião é um Prinspe!*  
 - Príncipe por quê?  
 - *Veio depois de mim. Os tempos são outros. As armas tão mais aperfeiçoada. Não falta quem lhe dê tudo. Caixeiro viajante não é besta para se esquecer de levar presente de bala para ele. A força quer é só se encher de dinheiro no sertão. O mundo todo virou revoltoso. Os governos deixam de mão os cangaceiros porque não tem tempo nem de cuidar dos revoltoso. Não tenho dúvida: Lampião é um Prinspe!* (MOTA, 2002, p. 18 – grifos do autor)

O “rei” e sua “corte cangaceira” novamente faziam uma fascinante proeza, estavam na terra do “Padim”, provando a superioridade do seu chefe, nesse momento convocado pelas próprias forças legalistas para ajudá-las, em missão patriótica. A honra de ver-se sob a proteção do padre Cícero devia ser algo extremamente gratificante para os cangaceiros. O próprio Lampião reforçava a sua admiração para com o sacerdote e o respeito para com o estado do Ceará, por ser uma terra onde encontrava numerosos aliados e o benemérito Cícero:

Sempre respeitei e continuo a respeitar o estado do Ceará, porque aqui não tenho inimigos, nunca me fizeram mal, e além disso é o estado do padre Cícero. Como deve saber, tenho a maior veneração por essa santo sacerdote, porque é o protetor dos humildes e infelizes, e sobretudo porque há anos protege minhas irmãs, que moram nesta cidade. Tem sido para elas um verdadeiro pai (O CEARÁ, 17 mar. 1926).

Respeitador e preocupado com a família, essas eram imagens a serem difundidas também. Segundo a nossa perspectiva, balizada na interpretação do documento, para Lampião, não era por ele viver naquela vida de bandoleiro que os seus familiares deveriam pagar por isso. Esse trecho da entrevista mostra o reconhecimento e gratidão de Lampião para com o padre Cícero devido à proteção por este dispensada aos seus parentes. Talvez, também, a imagem do padre Cícero como “protetor dos humildes e infelizes” viesse a respingar em Lampião ao travar essa união com o “santo de Juazeiro”, reafirmando a imagem que o “Rei do Cangaço” tentava construir de bom homem que ajudava aos necessitados.

É importante percebermos que, apesar de toda a especulação sobre a estadia de Lampião na cidade, os reais motivos de sua presença eram desconhecidos pela grande maioria da população, como também envoltos de contradições, como vimos no tópico anterior. Tentando esclarecer o ocorrido, Otacílio Macêdo inquiriu Lampião sobre a questão, obtendo resposta contundente e enfática: “Vim agora ao Cariri porque desejo prestar meus serviços ao governo da nação. Tenho o intuito de incorporar-me às forças patrióticas do Juazeiro, e com elas oferecer combates aos rebeldes” (IDEM). Assim, o cangaceiro colocava-se como opositor da Coluna Prestes, não era um rebelde, mas, possivelmente, se via como um justiceiro.

Objetivo nobre aquele de Lampião, de aliar-se aos governos local e nacional, em sua luta contra os revoltosos da Coluna, ou, por outra ótica, ao passar a legalista, seus crimes seriam esquecidos, pelo menos até aquele inimigo maior ser destruído. Lampião, sentindo-se tão seguro de si, se achou no direito de colocar-se como estrategista militar, como um líder do Batalhão Patriótico: “Tenho observado que, geralmente, as forças legalistas não têm planos estratégicos, e daí os insucessos dos seus combates, que de nada têm valido. Creio que se aceitassem meus serviços e seguissem meus planos, muito poderíamos fazer” (IDEM).

Podemos concluir que, mais uma vez, a imagem de Lampião passava pelo processo mutativo. Ao legalizá-lo, as autoridades do Estado estavam assumindo a sua incapacidade de gerir os sertões nordestinos, de combater Lampião e, ao mesmo tempo, a Coluna Prestes. Os cangaceiros, nesse jogo político, apareciam como peças a serem manipuladas de acordo com os interesses estatais e dos próprios grupos sociais dominantes.

\*\*\*



## **CAPÍTULO IV**

# **A CONSTRUÇÃO REPRESENTACIONAL DO ATAQUE A MOSSORÓ NAS PÁGINAS JORNALÍSTICAS (1927)**

E lá na torre da Matriz  
O sino vibrava pungente  
Rogando a Deus Justo e Juiz  
Clemência para o povo inocente  
E o bando maldito porfia  
Violar a cidade divina  
Para enchê-la de luto e agonia  
Saciando sua sede ferina  
(Álvaro da Costa Lopes Raidman, 1927)

#### 4.1 – A vitória: representações sobre Lampião em Mossoró

Mossoró, varonil, denodado  
Ó Titã dos combates renhidos!  
Celebrastes pelo mundo inteiro  
O valor dos teus filhos queridos  
E assim vencestes celerado  
Dando um exemplo de grande civismo  
Rechaçando o vil bandoleiro  
No mais alto grau de heroísmo<sup>41</sup>.

Após analisarmos a recepção de Lampião e seu bando na cidade de Juazeiro (CE), no ano de 1926, quando o “Rei do Cangaço” foi convocado para combater a Coluna Prestes, no presente capítulo nos propomos a discutir a invasão dos cangaceiros à cidade de Mossoró. Ao contrário da recepção “amistosa”, acontecida na “Meca cearense”, em Mossoró o bando de Lampião encontrou uma forte resistência, como podemos perceber na epígrafe acima, produzida no período da invasão. Trabalhamos com os jornais *O Mossoroense*, *O Nordeste* e *Correio do Povo*, por meio dos quais almejamos compreender como as notícias e representações do ataque foram construídas.

Conforme descreveu o jornal mossoroense *O Nordeste*, em maio de 1927, os ventos do terror sopravam sobre o território potiguar. Na parte oeste do estado do Rio Grande do Norte, iniciava-se um período de ataque efetivo dos cangaceiros, espalhando o medo, o crime e a morte, segundo narrativa do referido jornal. Cidades eram depredadas enquanto, nas praças públicas, as autoridades locais eram desmoralizadas, humilhadas e, por vezes, mortas.

Desde 1914, quando o cangaceiro Antonio Silvino fizera excursões por aquele território, não se tinha notícias de nenhuma outra ação cangaceira até o alvorecer do ano de 1927. Durante praticamente treze anos, o Rio Grande do Norte viveu um período de tranquilidade no que se refere a ataques cangaceiros. As notícias que chegaram durante esses longos anos naquelas terras foram encaradas de modo como todos encaram acontecimentos de outras terras, sem que se cogitasse a proximidade do bando ou qualquer intenção de ataque.

Mas, às três horas da manhã do dia 10 de maio daquele ano de 1927, a cidade de Apody foi despertada com tiros a romperem a escuridão da alta madrugada, quando a iluminação fazia-se fraca e a penumbra contrastava com a arquitetura de cidade simples do interior do sertão nordestino (O NORDESTE, 14 maio. 1927).

---

<sup>41</sup> Homenagem à Mossoró pela vitória alcançada sobre o bando de Lampião, no ataque de 13 de junho de 1927. Texto escrito por Álvaro da Costa Lopes Raidman, sendo o mesmo publicado na época do ataque.

De acordo com a mesma fonte, a população viveu momentos horríveis. Das três às onze horas da manhã, os cangaceiros aquartelaram-se na cidade e a dominaram. Em direção aos céus, levantavam-se chamas ardentes do fogo a consumirem impiedosamente as casas incendiadas pelos cangaceiros, destruindo o patrimônio de uma vida de trabalho. A destruição misturava-se aos saques: “Um grupo de 17 bandidos” (O NORDESTE, 15 maio. 1927), sob a chefia do cangaceiro Massilon Leite, varreu aquelas terras no seu ímpeto de “espalhar lágrimas e desventuras”. Especulava-se ser o assalto motivado por questões políticas devido a brigas partidárias.

Segundo o jornal *O Nordeste*, do dia 14 de maio de 1927:

Esse atentado prende-se a questões políticas, oriundas ainda no tempo em que moravam em Apody os senhores Martiniano Porto, Décio Holanda e outros que disputavam a supremacia da direita local. Esse caso merece ser apurado, para castigo dos culpados: e para isto, para o êxito da justiça nordestino-grandense, é invocada a alta competência do chefe executivo do Estado, que não deve deixar no ouvido um caso que poderá formar escola, tremenda escola, se não for judiciosamente investigado para o reto julgamento.

Nas nossas pesquisas de campo, identificamos que Décio Holanda, proprietário da Fazenda Bálsamo, no Pereiro (CE), foi uma importante peça na articulação desse ataque. Após contrair matrimônio com a filha do pecuarista Tilon Gurgel, figura importante daquela região, residente no lugarejo denominado Pedra de Abelha, na circunvizinhança da cidade de Apody, aos poucos Holanda passou a envolver-se na política local. Assim, como era de se esperar, em um período no qual política quase sempre terminava em inimizade ou morte, Décio Holanda foi colecionando uma teia de inimigos, ocorrendo troca de insultos com as autoridades locais e perseguições.

As querelas iam intensificando-se, aumentando de proporção quando Décio Holanda travou uma forte inimizade com o Presidente da Intendência Municipal, Francisco Ferreira Pinto. Ambos almejavam maior prestígio e o domínio da política local. Para nós, o que se tinha nesse momento, era uma forte disputa por hegemonia territorial da parte dos coronéis, os quais queriam legitimar seu poder, e dominar os “currais eleitorais”. Assim, essa disputa travava-se dentro do campo das relações de poder dos grupos oligárquicos. Dessa querela, Ferreira Pinto conseguiu sair com mais vantagem e apoio devido a seu prestígio, passando a perseguir Décio Holanda e seus aliados (O NORDESTE, 14 maio. 1927).

Possivelmente, sentindo-se desmoralizado, Holanda partiu da Fazenda Bálsamo, no Pereiro (CE), e foi até a cidade de Aurora, na fazenda Serra do Diamante, pedir ajuda ao coronel Isaías Arruda para vingar-se dos seus inimigos em Apody. Arruda era chefe político de Missão Velha e politicamente do lado do presidente da Província do Ceará, o desembargador José Moreira da Rocha, Moreirinha (1924-1928), sendo o período de seu governo enquanto líder da Província, o momento áureo do “bandoleirismo” no Ceará (CORREIO DO POVO, 28 ago. 1927). Isaías Arruda, hoje chamado “caudilho” de Missão Velha pelos habitantes da cidade, era um homem importante naquela região e conhecido por travar relações com cangaceiros e protegê-los (IDEM, 21 jul. 1927). Segundo Joaryvar Macedo, os “domínios [de Arruda] constituíam dos mais seguros valhacouts do bando de Lampião” (MACEDO, 1990, p. 231).

Após Holanda colocar Isaías Arruda a par do ocorrido e, possivelmente, depois de convencê-lo das vantagens financeiras que podia usufruir após o ataque à cidade de Apody e a arrecadação dos espólios, Arruda decidiu ajudar Décio Holanda, organizando a empreitada sob a liderança do cangaceiro Antônio Leite, conhecido na região pela alcunha de Massilon. O ataque também se estenderia à comunidade de Gavião (CORREIO DO POVO, 28 ago. 1927). Em depoimento ao jornal *O Mossoroense*, o cangaceiro Jararaca afirmou: “O último ataque a Apody foi chefiado por Massilon Leite” (O MOSSOROENSE, 19 jun. 1927).

Além do assalto à cidade, o principal objetivo era aprisionar Francisco Pinto e os seus principais partidários políticos: o capitão Jacinto Tavares, os comerciantes Luís Sulpino da Silveira, Luís Ferreira Leite e Benvenuto Laurindo (CORREIO DO POVO, 15 de maio. 1927). As páginas do *Correio do Povo*, de 6 de junho de 1927, trouxeram gravada a denúncia e um repúdio contra as ações de Décio Holanda, se expressando nos seguintes termos:

Depois da grande crise que o miserável ex-presidente da República, Arthur Bernardes, deixou suplantada em todo o país, aparece agora no Nordeste um dilúvio de depredações causadas por numerosos bandidos apoiados por mandatários políticos do Estado do Ceará. Esses políticos mascarados compactuam com os facínoras mandando-os roubar, assaltando as povoações, as vilas e as cidades, para entre eles, políticos e bandidos ser dividido o roubado. Décio Holanda, não é um mandarrão, mas um bandido nato; mandou chamar Massilon Leite, para, juntos, saquearem diversas fazendas no município de Apody, conforme confessa o sicário Bronzeado, que fora prezo em Martins.

Salientamos que *O Nordeste*, do dia 14 de maio de 1927, apresentou não só Décio Holanda como articulador do ataque, mas também acusou veementemente Martiniano de

Queiroz Porto. Ao longo das notícias, também foram citados os nomes de Tilon Gurgel, Quincas Saldanha e Benedito Saldanha, todos inimigos e oposição da família Pinto, poderosa líder política de Apody.

O ataque a Apody durou até por volta das onze horas da manhã, quando os cangaceiros saíram da localidade carregando grande soma de dinheiro, depois de terem cometido a tão desejada vingança proposta por Décio Holanda. Segundo depoimento do cangaceiro Mormaço, o assalto a Apody, Gavião e Boa Esperança, resultou no montante de “quarenta contos de réis em dinheiro, afora objetos de ouro e prata, relógios, etc.” (CORREIO DO POVO, 28 ago. 1927). Devido aos apelos do vigário municipal, o Intendente Francisco Ferreira Pinto não foi assassinado por Massilon, como ordenara Holanda. De acordo com o documento encontrado no Livro de Tombo da Igreja Matriz de Apody, o padre Benedito Basílio Alves assim registrou o ataque à cidade e a sua participação e apelos em prol da vida do Intendente:

Na madrugada de 10 de maio de 1927, foi esta cidade invadida por um número crescido de cangaceiros. Fácil de imaginar-se o pânico produzido em toda população na incerteza das conseqüências do fato anormal. A imprensa traçou em rápidos comentários o que então se deu e só a ação da Providência nos preveniu de maiores males. Celebrado o Santo Sacrifício da Missa e exposto o Santíssimo Sacramento, com a igreja repleta de fiéis, procurei serenar os ânimos, garantindo a todos que seríamos poupados com a graça de Deus e intercessão dos nossos padroeiros. Chamado para livrar o chefe local, já ameaçado de morte, dirigi-me ao local sinistro e, depois de parlamentar com o comandante dos cangaceiros pude obtê-lo, e com este segui até o átrio da Matriz, mostrando-lhe o horror que tudo aquilo despertava no meu povo.

Na sua narrativa, os jornais buscaram conduzir o leitor a ver os cangaceiros como monstros despudorados os quais, no ímpeto e sede de terror, ousavam atentar contra a integridade daquelas cidades do oeste potiguar, cidades essas construídas sobre os pilares do “respeito”, “honradez” e “paz”. O discurso pretendia conduzir a uma “verdade”: os cangaceiros eram semeadores do mal. No entanto, percebemos que, ao mesmo tempo que conduziam a tal objetivo, não deixavam clara a grande causa do assalto: a disputa política local.

Assim, a forma material dos escritos jornalísticos objetivava, através dos dispositivos técnicos, visuais e físicos, comandar, se não a imposição de um sentido do texto, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações das quais são suscetíveis (CHARTIER, 1999, p. 08), levando os leitores a crerem na sua “verdade fatual”. No entanto, é relevante

considerarmos que nem todos os leitores são “tábulas rasas”, suscetíveis ao imposto pela mídia. Segundo Chartier, os leitores produzem um sentido próprio sobre o lido a partir de suas experiências, práticas e meio social. Alguns possivelmente entendiam com clareza as motivações por trás daquele assalto, não sendo a vontade absoluta dos cangaceiros, mas sim os arrojos políticos e disputa de poder daqueles que usufruíam dos serviços prestados pelos cangaceiros.

Após deixar Apody em “estado de embriaguez” (O MOSSOROENSE, 15 maio. 1927), os cangaceiros estenderam o seu campo de ação para Gavião<sup>42</sup> no dia 11 de maio, Itahú<sup>43</sup> no dia 12 e ameaçaram a cidade de Martins, deixando toda a região em sobressalto. Segundo os jornais, enquanto “os bandidos zombando de nossa milícia” (O NORDESTE, 14 maio. 1927) e iam atuando na sua empreitada de “flagelar” aquela zona, as demais cidades e povoados ficaram de sobreaviso para cuidarem dos seus limites, pois era necessário protegerem-se contra aquele “bando canibalesco”, com sua “sede por dinheiro e sangue”, os quais vinham de “bocas arregaçadas” e braços abertos, prontos para “surrupiar a paz” local. Na perspectiva dos jornais, as “bestas” deveriam ser combatidas. Para eles, aquele “conclave de facínoras” (O MOSSOROENSE, 22 maio. 1927) não conseguiria denegrir a história heróica do povo norte-rio-grandense.

Após essa incursão, o bando rumou de volta para o Ceará para prestar contas dos valores e feitos cometidos, deixando o terror atrás de si, pois, segundo o jornal *O Nordeste*, o medo ainda pairava, haja vista os populares não saberem ao certo o itinerário tomado pelos cangaceiros, ficando todos atônitos com um possível retorno àquele local. De acordo com o jornal *O Ceará*, do ano de 1928, do qual infelizmente não conseguimos identificar o mês devido ao estado de decomposição do documento, Massilon retornou para Aurora para dividir os espólios do ataque com Isaías Arruda. O combinado anteriormente era que todo o apurado seria dividido ao meio.

Percebemos que os termos “zombar” e “flagelar” foram amplamente usados pelos jornais para caracterizarem os cangaceiros como aqueles desestruturadores da ordem, cujas vidas eram dedicadas a espalhar a injustiça e importunar as ditas “famílias de bem”. Em consonância com seu lugar social, os jornais vincularam-se a uma forte tendência de apresentar os cangaceiros da forma a mais pejorativa possível, até porque esses periódicos assumiam o discurso dos poderosos locais. O ataque recebeu termos alegóricos fortes, como

---

<sup>42</sup> Hoje cidade de Umarizal. Esta já se chamou também Divinópolis, na época, pertencia ao município de Martins, localizado a três léguas.

<sup>43</sup> Itahú era um povoado pertencente ao município de Apody, localizado cerca de duas léguas da divisa com o Ceará.

por exemplo, “bando canibalesco” e “conclave de facínoras”, porque era essa a imagem que as autoridades queriam disseminar.

Daí nos perguntamos: O que os jornais entendiam como canibalesco? Para legitimar esse conceito, precisava-se de um parâmetro comparativo, e esse padrão vinha por parte da elite rural e comercial: todos aqueles cujas vidas não se enquadrassem nos padrões instituídos por essa classe, deveriam ser execrados socialmente, colocados à margem e, no caso dos cangaceiros, exterminados. Acreditamos que representar os cangaceiros com esses conceitos era uma maneira de impor-se discursivamente sobre eles, sendo o jornal um dos meios de difusão mais fortes para a proliferação desse discurso/representação. O discurso devia levar a comandar os atos, pois as representações também ganham sentido a partir do momento que elas levam a uma ação, a uma prática, segundo a perspectiva de Chartier (2002), sendo o ato almejado o de exterminar os cangaceiros e o temível Lampião. Mas chamamos atenção para um ponto, todos eram convocados a exterminar os cangaceiros, mas, em grande parte, muitas das ações dos ditos “bandoleiros” não eram planejadas pela elite?! Exemplo disso podemos perceber na articulação do ataque a Apody.

Então, deveria ser mudado/exterminado aquele sistema político, que já se apresentava no senso comum como corrupto, pois nele havia certo mecanismo de hipocrisia por parte da elite, a qual se beneficiava e enriquecia por meio dos serviços dos cangaceiros, e, depois de obter os lucros dos ataques, passava a persegui-los, estigmatizá-los, demonizá-los. O próprio jornal *O Nordeste*, na edição de 09 de julho de 1927, em forma de denuncia, noticiou o descaso das autoridades do Ceará e sua complacência com o “banditismo”:

O mal, a causa primordial da fortaleza do banditismo que hoje infesta o Nordeste, é a baixa politicagem, é a prepotência de certos chefes de partidos que contam com os serviços dos bandidos em momentos asados, co-participando até dos roubos praticados por estes com o sacrifício da economia dos homens laboriosos, da honra das famílias e da vergonha da sociedade bem formadas.

O cangaceiro Jararaca, baleado e preso por ocasião do ataque a Mossoró, deixou explícito nas declarações prestadas ao repórter de *O Mossoroense*, publicada em 19 de junho de 1927, quando questionado “qual o fim de Lampião em fazer aquisição de muito dinheiro”; categórico, segundo o jornal, ele teria respondido: “Ouvi de Lampião que queria para comprar a oficialidade de Pernambuco”. Essas são evidências da corrupção presente nas várias esferas da política e do policiamento, na qual os cangaceiros também se inseriam como uma peça extremamente importante desse complexo mosaico.

Diante de tantos infortúnios que se abatiam sobre o oeste potiguar, passou-se a comentar nas cidades próximas um possível ataque a Mossoró. Entretanto, a população da cidade não acreditava nessa possibilidade, por o município ser relativamente grande para os padrões de assalto dos cangaceiros, cuja ação lograva mais êxito em territórios menores. Essa ideia também foi reforçada pelos opositores políticos do prefeito Rodolfo Fernandes, os quais diziam estar o mesmo se aproveitando da situação para angariar recursos do governo estadual (MEDEIROS, 2010, p. 112-113).

Segundo se pensava localmente, tais bandidos não teriam a ousadia de pôr suas “fétidas alpercatas” naquele “solo civilizado” e símbolo do progresso na região, onde se aglomeravam núcleos importantes do comércio e da indústria nascente, possuindo o maior parque salineiro do país, distante por volta de seis léguas do mar e do importante porto de Areia Branca. O município, na época, contava com uma população em torno de 20.300 habitantes, sendo considerada a segunda cidade mais importante do estado (FERNANDES, 2009, p. 27). Era dotada de estrada de ferro, cinema, clubes esportivos, agência do Banco do Brasil, energia elétrica, duas estações telegráficas e uma imprensa atuante, circulando localmente os jornais *Correio do Povo*, *O Mossoroense* e *O Nordeste*. Tudo isso era tido como signos da modernidade<sup>44</sup>.

O jornal *Correio do Povo* entrou em circulação no dia 13 de maio de 1926. Era um semanário dirigido pelo jornalista (proprietário) José Octávio, circulando até o ano de 1930. Uma das suas características fundamentais foi a tremenda oposição feita aos republicanos partidários do federalismo, sendo uma voz contra o governador Juvenal Lamartine, que governou o Rio Grande do Norte de 1928 a 1930.

*O Mossoroense*, de circulação semanal, foi fundado em 17 de outubro de 1872, sendo o primeiro jornal da cidade. Podemos dizer que esse teve três fases: A primeira, sob a direção do jornalista Jeremias da Rocha Nogueira, circulou até 1876, caracterizando-se por ser uma fase de escritos violentos, vinculado ao Partido Liberal e opondo-se frontalmente ao vigário Antonio Joaquim Rodrigues, político influente do Partido Conservador da cidade. A segunda fase iniciou-se no dia 12 de junho de 1902, quando foi reaberto o jornal sob a direção do filho de Jeremias da Rocha, João da Escóssia Nogueira, durando essa direção até o dia 14 de dezembro de 1919. A terceira fase iniciou-se no dia 07 de setembro de 1946, sob a direção do

---

<sup>44</sup> Para aprofundamento das ideias de modernização nos pequenos centros urbanos, no início do século XX, ver: MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em Confronto?**: o arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. Sobre modernização em Mossoró, ver: FERNANDES, Raul. **A Marcha de Lampião**: assalto a Mossoró. 7.ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2009.

prof. Lauro da Escóssia. Na época do ataque de Lampião a Mossoró, o jornal era um órgão do Partido Republicano Federal, estando, de 1922 a outubro de 1930, sob a direção do político e redator-chefe, Rafael Fernandes, que se tornou chefe político de Mossoró, após a morte de Almeida de Castro, chefe local, em 20 de junho de 1922.

Já o jornal semanário *O Nordeste*, foi fundado em 15 de outubro de 1916, e era dirigido pelo jornalista José Martins de Vasconcelos. Circulou até o ano de 1934, sendo um “órgão de propaganda dos interesses gerais”, como se apresentava nas suas edições. No período do ataque a Mossoró, o jornal procurava ser um órgão de imprensa deslocado dos dois principais grupos políticos locais, ligados à oligarquia Fernandes ou à do governador do estado, José Augusto de Medeiros, que usavam respectivamente os jornais *O Mossoroense* e *Correio do Povo* para a proliferação de suas ideias e interesses.

Mossoró configurava-se, na perspectiva jornalística, como um lugar de “povo civilizado”. Os signos de “modernidade”, presentes na cidade, eram vistos como símbolos de superioridade, que colocava os mossoroenses num patamar bastante superior aos cangaceiros, tidos, até então, como sujeitos bárbaros, violentos, incivilizados. Ao buscar legitimar o seu discurso de superioridade, a elite local que comandava os escritos jornalísticos, estava inscrevendo, nas imagens dos cangaceiros, estigmas que os representavam como inferiores, horrendos sujeitos, bestas atrevidas. Além do mais, o jornal fazia questão de divulgar a ideia da inexistência de coiteiros de cangaceiros nas terras potiguaras, ao contrário do Ceará. Acreditamos que, por trás dessa afirmação, estava a denúncia de serem os coronéis do Ceará, principalmente Isaías Arruda e Décio Holanda, os grande responsáveis por arquitetarem o ataque às terras rio-grandenses. O jornal *O Nordeste*, de 22 de julho de 1927, deixa claro:

Graças a Deus que o Rio Grande do Norte não é coito de bandido – nem o Sr. Presidente do Estado tem fibra para proteger, brindando de poderes, potentados que disto se sirvam para aceitar facínoras e bandoleiros, entregue à pilhagem e a tamanhos crimes por esses protegidos de Aurora, no próspero Estado do Ceará. Pobre terra da luz! Terra de heróis, que a politicalha enubelece de crimes vergonhosos e terríveis, que hoje avassalam o Nordeste brasileiro.

Joaryvar Macedo, no livro *Império do Bacamarte*, no qual buscou fazer uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense, deixou claro aos seus leitores aquilo evidenciado pelos jornais mossoroenses: “No sul do Ceará, sob a proteção de coronéis e outros coiteiros, pôde o Rei do Cangaço, sempre à frente do aguerrido bando, viver seus dias

menos intranquilos, amando, gozando e querendo bem, de acordo com o lirismo do seu lema” (1990, p. 228).

Para nós, uma outra questão era importante para fortalecer a descrença em um possível ataque à cidade, o próprio Lampião não conhecia bem o território ameaçado. Evidência dessa nossa afirmativa que pode vir a comprová-la, é que o próprio Lampião, na entrevista concedida a Otacílio Macêdo, em 1926, deixou claro ao seu entrevistador, quando interpelado sobre as suas andanças: “Tenho percorrido os sertões de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, e uma pequena parte do Ceará” (*O CEARÁ*, 17 mar. 1926). Mesmo com essas evidências da “impossibilidade” de um ataque, o prefeito Rodolfo Fernandes optou por se prevenir após receber a notícia da invasão a Apody, por intermédio de um portador enviado pelo Coronel Francisco Pinto (*CORREIO DO POVO*, 15 maio. 1927).

O jornal não explicou o conteúdo da carta, mas acreditamos que, além de informar sobre o ataque a Apody, a mesma deveria precaver Rodolfo Fernandes de estarem os cangaceiros talvez pensando em atacar Mossoró, pois, segundo consta na já referida edição, as famílias, ao saberem da notícia, “despertaram sob a inquietora impressão do desassossego”. Assim, o prefeito reuniu autoridades locais, representantes populares, comerciais e da imprensa local no Paço Municipal, onde expôs as notícias e, juntamente com os presentes, discutiu algumas estratégias de proteção, caso se efetivasse o ataque. Nas páginas de *O Nordeste*, de 14 de maio de 1927, veio a notícia: “Ali, comerciantes, industriais, autoridades, e elementos de destaque, se entenderam e logo foram comprar rifles e munições, em Fortaleza. Conforme se acertou, esse armamento está sob as vistas da municipalidade, que fará a sua distribuição de defesa”.

Uma figura importante de Mossoró começava a vestir-se com a armadura da heroicidade. O prefeito ia sendo construído como o autêntico herói, o representante da elite que congregava o “ser mossoroense”, um homem apresentado pelos jornais como um sujeito dotado de sensibilidade que, mesmo com as evidências da impossibilidade de um ataque, optou por precaver-se.

Analisando as fontes, pudemos detectar a imagem de Rodolfo Fernandes sendo manipulada e suas atitudes enfocadas para legitimação das ações da elite local. Isso se apresentava como uma espécie de mecanismo de exaltação do poder elitista. Se houve uma arquitetura da defesa, essa se deu encabeçada pelas autoridades locais instituídas. Os jornais e os poderosos locais estavam, a todo tempo, preocupados em deixar isso claro aos leitores, como uma espécie de mecanismo de autovalorização. Mas não podemos esquecer, como dissemos, que havia críticas e dúvidas quanto ao ataque, vindas por parte da oposição aos

Fernandes, sendo o principal opositor o médico Antônio Soares Júnior, aliado do Presidente de Província do estado, José Augusto Bezerra de Medeiros.

Se compararmos os três jornais da cidade, chegaremos à conclusão de que tudo indicava ser aquele mês um período de vigilância constante. Eles evidenciam a escolha dos locais mais estratégicos da *urbe* para a possível defesa, enquanto 100 homens ficaram de sobreaviso “para em caso de um possível assalto, enfrentar o grupo *famanaz desses bandoleiros miseráveis* que, infelizmente, vêm trazendo em sobressalto as *pacatas populações dos sertões do nosso Estado*”. (O NORDESTE, 15 maio. 1927 - grifos nossos).

Diante disso, questionamos: “O que vinha a ser o pacato? Em qual perspectiva esse conceito foi usado?” Ao serem apresentados como aqueles cuja vida ia contra a ordem estabelecida, os cangaceiros foram caracterizados/representados como sujeitos que não se subjugavam ao poder local. O pacato, atribuído pelos jornais, vinha cravejado pela marca da submissão. A cidade e seus populares eram considerados assim porque se submetiam aos mandos da elite dominante (comerciantes, fazendeiros e industriais). Talvez fosse por isso a não aceitação da elite local para com o cangaço, porque, para nós, antes de tudo, o cangaceiro era um revoltado que, mesmo fazendo acordos com os poderosos, se impunha quando era necessário e conveniente aos seus interesses.

Segundo *O Mossoroense*, de 22 de maio de 1927, mesmo com a mobilização para a defesa da cidade, a população começava a ficar temerosa com o decorrer dos dias e o aumento dos comentários. Nas conversas cotidianas em praças, bodegas e “pés de porta”, o assunto em torno de um possível ataque passava de boca em boca. Como dissemos, nunca Lampião tinha atuado por ali e nem tinha coiteiros e coronéis a seu favor, mas sua fama o antecedia, as histórias de depredações e rastros de horror deixados por ele, juntamente com o seu bando, eram conhecidas por quase todos.

Tentando acalmar os populares e reprimir esses “boateiros, mendaciosos, medrosos” (IDEM), o jornal *O Mossoroense* pediu: “que todos tenham confiança na acção do pulso marcial em tempo de guerra e tino político e administrativo em tempo de paz, do cidadão que dirige os nossos destinos” (IDEM), e completou incentivando todos a prosseguirem rumo à vitória: “Avante, filhos da terra Potyguar, alliemo-nos à Parahyba, a Terra da Luz e ao Leão do Norte e expulsemos do nosso solo o *vandalismo de Lampião o maldito e negregado bandoleiro do Nordeste*” (IDEM - grifos nossos).

No intuito de exaltar a elite local, *O Mossoroense* pediu a confiança popular, pois os líderes sabiam o que era melhor para o povo, e quais atitudes se deveria tomar ao se colocar sob o poder dos coronéis políticos locais. Assim, acabavam colocando as autoridades da

cidade como os principais articuladores da defesa, sendo as massas apenas bases de apoio para os “verdadeiros heróis”. O discurso jornalístico convocava a união de forças, buscando despertar as “feras” subjacentes em cada cidadão, pois só fera era capaz de enfrentar as “feras cangaceiras”.

Como os cangaceiros eram representados como feras, as feras podiam ser exterminadas sem compaixão e em nome de um bem comum. A pretensão dos jornais, nos seus escritos, não era só narrar os feitos dos defensores, o intuito estava além, era preciso humilhar os cangaceiros, criar em torno do ataque uma aura enaltecadora do poder mossoroense, sendo que a narrativa da pura defesa, que era justificável diante de um ataque, por si só, não era algo glorioso. A espetacularização do acontecimento e sua mutação na construção do fato daria a esse a dimensão de grandiosidade. A glória estaria em tripudiar sobre a fama do outro, infundindo na identidade de Mossoró a ideia de povo corajoso, heróico, amante da liberdade.

Segundo o discurso construído, o qual pregava uma tradição de masculinidade atrelada ao senso comum sertanejo, naquele meio, o homem tornava-se socialmente homem a partir do momento em que conseguisse integrar-se aos padrões de valentia que discursivamente caracterizariam a região. Ele deveria ser um sujeito másculo, viril, valente, capaz de enfrentar a hostilidade do meio físico no qual se inseria, sendo duro e forte assim como os torrões de terra nos tempos de seca e como o sol escaldante que estorricava a vida naquele meio. Permeava na imagética popular a ideia de que homem de coragem era homem das armas, capaz de matar e não sentir compaixão<sup>45</sup>.

Assim, os jovens eram convocados pelos jornais mossoroenses e pelas autoridades para despertarem o seu espírito patriótico e protegerem as fronteiras, pois não poderiam deixar o sertão se tornar palco do banditismo. Segundo o *Correio do Povo*, de 15 de maio de 1927, atendendo aos apelos das autoridades, “era elevado o número de rapazes que galhardamente empunhavam armas”. Para o jornal, o cangaço tornava-se um problema que, só de mãos dadas, poderia ser enfrentado.

Para nós, esse periódico tentou infundir na imagética da população ameaçada que os cangaceiros eram sinônimos de destruição, representavam o mal, o monstro a rondar aqueles “pacatos” municípios do Rio Grande do Norte. Mas, na ótica do jornal, a partir do momento que os mossoroenses se unissem e provassem sua força, aqueles “agricultores malditos”, os

---

<sup>45</sup> Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino uma Invenção do Falo**. São Paulo: Edições Catavento, 2003; \_\_\_\_\_. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006; \_\_\_\_\_. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

quais, após o ataque feito a Apody e localidades circunvizinhas, voltando “incólumes e fartos de ótima colheita que fizeram, sem ouvir o estampido de um só rifle” (IDEM), não conseguiriam repetir o sucesso da empreitada, caso viessem aventurar-se em Mossoró.

O *Correio do Povo*, de 26 de junho de 1927, assumiu o tom de exortação e aconselhamento para com a juventude. Em um artigo intitulado “O Cultivo da Força”, o autor Sixto Serrano, fazendo uma retrospectiva da participação jovem nos principais eventos da história, mostrou fazer parte da natureza dos jovens não serem passivos, mas sujeitos atuantes na sua própria história e do seu povo.

Mossoró [...] precisa também empregar a sua atividade poderosa e criadora, no afam forte do cultivo da força. Não a força arbitrária e destruidora, violenta e bruta. Mas a força equilibrada e consciente, defensiva e salvadora da honra e do nome da família mossoroense. Deixemos de parte os ociosos passatempos de um esporte que desviriliza e enfraquece, acovarda e diminui a enfibratura destemida e heróica de uma mocidade digna de um destino consentâneo com os feitos gloriosos e soberbos dos seus ancestrais. A mocidade, em todas as fases da história dos grandes povos, marcha a frente dos grandes movimentos. Na paz ela se coloca na dianteira das valorosas campanhas filantrópicas, políticas, científicas. Na guerra, sorri-lhes as trincheiras; as batalhas encarniçadas, os combates corpo a corpo, as mortíferas cargas de baionetas! A mocidade não se acomoda, resguarda ou foge, quando está em perigo o seu sagrado berço. Ao contrário: enfrenta a luta com o ardor do spartano, a conquistar loiros e troféus no fragor rubro dos combates. Eu adjuro a mocidade mossoroense ao cultivo da força que salva e que redime [...] Mocidade mossoroense, às armas!

No entanto, evidenciamos através do confronto das informações dos jornais com os nomes dos chamados “heróis da resistência” e a bibliografia sobre o tema, que foi mínima a participação dos jovens no *front* de defesa. Talvez para não macular a imagem de heroísmo dos homens da cidade, o jornal tenha preferido omitir esse ponto, e buscou conscientizar os jovens, através do discurso, de como os “louros” da vitória são gratificantes<sup>46</sup>.

A união de todos faria a diferença, segundo a perspectiva do prefeito Rodolfo Fernandes. Assim, pregava-se que a mobilização deveria partir de todos os homens de Mossoró, sem haver distinção de classe, credo ou condição social. O *Nordeste*, do dia 24 de junho de 1927, noticiou: “Todos se mostram valorosos e dignos, grandes e pequenos, ricos e

<sup>46</sup> DANTAS, Sérgio Augusto de Souza. **Lampião entre a espada e a lei**: considerações biográficas e análise crítica. Natal: Cartgraf, 2008; \_\_\_\_\_. **Lampião e o Rio Grande do Norte**: a história da grande jornada. Natal: Cartgraf, 2005; FERNANDES, Raul. **A Marcha de Lampião**: assalto a Mossoró. 7.ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2009; FERREIRA NETO, Cicinato. **A Misteriosa Vida de Lampião**. Fortaleza: Premium, 2008; GURGEL, Antônio; BRITO, Raimundo Soares de. **Nas Garras de Lampião – Diário**. 2.ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2006; MEDEIROS, Honório de. **Massilon**: nas veredas do cangaço e outros temas afins. Natal: Sarau das Letras, 2010.

pobres, autoridades e não autoridades. Os padres acompanham o movimento de defesa com extraordinário sangue frio”. Fazendo um paralelo, chamamos atenção para uma questão importante, muitos dos homens que tomaram armas para a defesa da cidade eram aliados políticos dos Fernandes, o que envolve o acontecimento em questões políticas.

Acreditamos que, no viés do discurso exposto anteriormente, a figura do padre simbolizava/representava a presença do Sagrado, de Deus e seus santos a favor da causa da cidade. Para a vitória almejada, era preciso diluir discursivamente as fronteiras de classes, promovendo a união e reforçando o ideal de heroicidade. A elite sabia da existência das barreiras diferenciadoras de classe, mas isso não poderia estar presente no discurso dos jornais, cuja pretensão era infundir no espírito mossoroense um arraigado sentimento de amor à cidade. Isso levaria a uma ação conjunta, em prol do bem comum – a vitória. Como nos lembra Chartier, as representações individuais de grupo que são “entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social” (CHARTIER, 200, p. 07), deveriam ser, pelo menos no discurso, postas de lado para gerar uma representação homogênea: a da força de Mossoró.

Para o jornal *O Nordeste*, de 22 de julho de 1927, só havia uma certeza naqueles espíritos: “O pânico devia existir, como foi um fato; mas a coragem brotava no peito de cada cidadão, que, sereno, ia a morte ou a vitória”. Era assim que a imagem da população de Mossoró deveria passar para a história, como guerreiros que, em nenhum momento, temeram a morte e, de peito aberto, aventuraram-se em enfrentar prontamente os seus opositores. Se a morte era o destino final, a elite convocava todos a lutar como guerreiros. Para nós, *O Nordeste* generalizou essa “coragem” a qual brotava no peito dos cidadãos, mas fez questão de se calar sobre os inúmeros civis que, às pressas, fugiram temerosos do ataque. O referido jornal apenas noticiou a saída de algumas famílias da cidade argumentando ser uma ação tática.

Acompanhemos os momentos e abordagens que tentam explicar os dias que antecederam o ataque. A perseguição ao “Rei do Cangaço” e seu bando havida sido intensificada no estado de Pernambuco, principalmente após a concretização do acordo entre os chefes de polícia e os respectivos governos dos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará, no dia 28 de dezembro de 1926, segundo afirmativa do jornal *O Ceará*, na sua edição de 30 de dezembro de 1926.

Por volta do dia 11 de maio de 1927, Lampião encontrava-se no estado do Ceará, sendo que o sargento Arlindo Rocha, da polícia de Pernambuco (CORREIO DO POVO, 28 ago. 1927), juntamente com os seus subordinados, estavam em seu encalço; oferecendo-lhe

combate na fazenda Custódio, nos arredores da vila de Porteiras, obrigando os cangaceiros a se colocarem em fuga e buscarem refúgio na fazenda Serra Mato, do Coronel Santana, onde deixaram o cangaceiro Hermínio Xavier, conhecido como Chumbinho, e Antonio Juvenal, vulgo Mergulhão, feridos no dia anterior (IDEM). As terras pernambucanas não se mostravam mais tão seguras para a atuação dos “bandoleiros”, portanto, era mais sábio procurar asilo temporário no território cearense, terras calmas e com uma teia de protetores maior.

Da fazenda Serra do Mato, partiram para a fazenda Serra do Diamante, do poderoso coiteiro Coronel Isaías Arruda, seguindo, a partir do dia 15 de maio, para a Paraíba, na tentativa de driblar os seus perseguidores. No território paraibano, cometeram uma série de “depredações”, segundo noticiaram os jornais.

No livro *Império do Bacamarte*, Joaryvar Macedo, ao tratar da relação dos coronéis cearenses com os cangaceiros, afirmou: “Quanto a Lampião e seus comandados, observe-se que eles tinham trânsito livre em redutos de coronéis da área meridional do Estado, quer nos centros urbanos quer nas propriedades rurais, nestas principais” (1990, p. 230)<sup>47</sup>.

Sérgio Augusto de Souza Dantas, no livro *Lampião e o Rio Grande do Norte* (2005), trouxe um importante fragmento de uma reportagem de Matos Ibiapina, diretor do jornal *O Ceará* que, em 1927, escrevera de forma irônica, que o pensamento do governador do estado do Ceará, Moreira da Rocha, por não tomar ações enérgicas contra o “banditismo” de Lampião, estaria mais ou menos se encaminhando pela seguinte linha de raciocínio:

Lampião estivera mais de uma vez no Ceará. Respeitara lá a propriedade e honra das populações. Ora, se Lampião não nos faz mal, mas, ao contrário, até despende no Ceará parte do produto dos seus saques nos outros Estados, porque nos arriscar a despesas extraordinárias com a movimentação de tropas sem a certeza de êxito? A combinação tácita do oficialismo com o banditismo era altamente imoral, mas oferecia a vantagem de não incorrerem os sertanejos nas iras dos facínoras e, sobretudo, de evitar que se pusesse à calva a comunhão de interesses dos elementos do crime, os profissionais e os chefes de cangaço” (DANTAS, 2005, p. 54-55).

---

<sup>47</sup> Joaryvar Macedo nos dá um verdadeiro mapa dos principais coronéis e protetores de Lampião no território cearense. Além do já citado padre Cícero Romão Batista e Floro Bartolomeu, ele elencou: no sul do Ceará até 1922, teve José de Sousa, do Barro; na região de Missão Velha e Aurora, o coronel Isaías Arruda; na região do atual Jati, na época Macapá, Antônio Teixeira Leite, vulgo Antônio ou Tonho da Piçarra, proprietário da fazenda Piçarra, um dos principais redutos cangaceiros. Em Barbalha, teve Sebastião Pereira Baião, conhecido por Baião Felício. Na região do Coxá, município de Milagres, Lampião tinha os moradores da área; no Tipi, município de Aurora, um dos principais protetores era o primogênito de dona Marica Macêdo, Raimundo Antônio de Macêdo, vulgo Mundoca Macêdo; e na Serra do Mato, região de Aurora, Antônio Joaquim de Santana (MACEDO, 1990, p. 229-237).

Podemos perceber que, através da ironia, os jornais também iam se posicionando contrários àquele sistema vigente no Ceará. No entanto, não podemos esquecer estarem esses jornais, principalmente *O Nordeste* e *O Mossoroense*, ligados a grupos políticos ou determinados setores sociais, sendo que expressavam a ideologia desses, usando esse meio de comunicação para veicular notícias em oposição quando queriam ferir o grupo inimigo.

Para nós é importante levantarmos o questionamento: Quais motivos levaram à invasão de Mossoró, já que, segundo evidências, Lampião particularmente não tinha inimigos naquelas terras? Acreditamos ter sido o cangaceiro induzido a liderar tal empreitada pelo Coronel Isaías Arruda e Massilon. O primeiro, sem ter diretamente inimigos nas terras mossoroenses, ficara fascinado com os lucros obtidos por ocasião do ataque a Apody, e a facilidade encontrada pelos cangaceiros para invadir aquela localidade, gestando em si, juntamente com o incentivo de Massilon, também inebriado com o sucesso do seu feito em Apody, o desejo de invadir uma cidade maior e rica, tendo o foco se voltado para Mossoró.

Como afirmou o pesquisador Honório de Medeiros, no livro *Massilo* (2010), a união entre Arruda e Massilon foi primordial para a articulação de tal ataque, pois Arruda entraria com o suporte de munição e as negociações com Lampião para que ele participasse do ataque, haja vista ser preciso um bando maior e bem municiado para atacar Mossoró, devido o seu tamanho; e o segundo ficaria responsável em guiar o grupo, pois, antes de ser cangaceiro, Massilon fora almocreve e conhecia muito bem os caminhos do oeste potiguar, principalmente a rota que levava a Mossoró (MEDEIROS, 2010, p. 175-176).

Como Lampião e seu bando se encontravam em terras cearenses no mês de maio, Isaías Arruda aproveitou para convidar o “Rei do Cangaço” para participar de tal empreitada, e apresentou Massilon ao chefe cangaceiro. Segundo narrou o cangaceiro Mormaço, “No lugar Antas, município de Aurora [...] entraram para o mesmo grupo os indivíduos Antonio Leite, vulgo Massilon e seu irmão Manuel Leite, os quais estavam homiziados na Serra do Diamante, do mesmo município, sob a proteção de José Cardoso e Isaías Arruda” (CORREIO DO POVO, 28 ago. 1927). O responsável pela apresentação de Massilon a Lampião, em maio de 1927, foi José Cardoso, parente de Isaías Arruda.

Após a incursão dos cangaceiros na Paraíba, passaram um tempo de calma na Serra do Diamante, como narrara no seu depoimento o cangaceiro Mormaço, onde os planos do ataque a Mossoró foram arquitetados, enquanto Lampião recebia a visita dos principais coronéis e autoridades da região, entre eles, José Santana, filho do Coronel Santana da Serra do Mato; José Gonçalves, de Morro Dourado; Gustavo Arruda; o sargento Joaquim Furtado de Macedo, delegado de Aurora; Júlio Pereira; José Cardoso e, por uma vez, Isaías Arruda.

De acordo com a narrativa de Mormaço, podemos concluir o envolvimento de Isaías Arruda e seus aliados no ataque a Mossoró, ficando evidente ter sido ele um dos principais financiadores de tal empreitada. O depoente explicitou que, durante o período de trégua na Serra do Diamante:

Lampião nesse espaço de tempo, recebeu de Isaías Arruda dois mil cartuchos, entregues por intermédio de José Cardoso, o qual sempre era acompanhado de Gustavo e José Gonçalves, irmão daquele; que todas essas pessoas sabiam que Lampião estava se preparando para ir atacar Mossoró no Rio Grande do Norte, ataque este que era aconselhado por Isaías Arruda e José Cardoso, que diziam ali existir pouca força e se tornar fácil, assim, o roubo; que em vista disto seguiu o grupo guiado pelo vaqueiro de José Cardoso, de nome Miguel, por veredas, numa extensão de dez léguas, dali voltando, ficando como guia Massilon, que conhecia todo o caminho (CORREIO DO POVO, 28 ago. 1927).

Ainda segundo Mormaço, Arruda, durante a sua estadia no coito com Lampião, teria narrado os lucros obtidos com o assalto a Apody, e, na tentativa de convencer o cangaceiro, dissera que, se Massilon, o que não tinha experiência e tática, havia conseguido tão grande vantagem, imaginasse ele. Ainda na perspectiva do depoente, Isaías Arruda teria dito a Lampião: “Se com trinta homens que havia dado a Massilon, que é tolo, tinha adquirido quarenta contos, quanto mais Lampião que arranjaría muito mais dinheiro; por possuir maior número de cangaceiros e ser mais experiente” (CORREIO DO POVO, 28 ago. 1927).

Avaliando todos esses indícios, tudo leva a crer ter sido Isaías Arruda o responsável pelo ataque a Mossoró, de acordo com os três jornais trabalhados e a própria literatura sobre o cangaço. No entanto, nos perguntamos: teria sido Arruda o grande idealizador do ataque, haja vista ele não ter inimigos políticos em Mossoró? Será que os meros interesses econômicos impulsionaram o Coronel a convocar os cangaceiros enviando-os a Mossoró, distante quase 500 km de Missão Velha e Aurora? Valeria a pena enfrentar o perigo de tal excursão simplesmente por dinheiro, se havia cidades mais próximas que poderiam ser atacadas? Acreditamos que há algo oculto nessa trama. Para nós, tanto Isaías Arruda quanto Lampião foram peças em todo um projeto maior, sendo que o “Rei do Cangaço” levou a fama do ataque sem ter sido ele o grande articulador, como veremos mais adiante.

É senso comum ter Arruda entrado nessa empreitada, fascinado com o dinheiro que poderia obter, haja vista a experiência de sucesso com a invasão a Apody. Como afirmou Honório Medeiros, o Coronel de Missão Velha teria uma série de vantagens:

Se tudo desse certo, ele ganharia sua parte [...] como acontecera dias atrás, quando Massilon voltara com o dinheiro arrancado de Apodi. Se nada desse certo obteria um lucro especial vendendo, ao cangaceiro, como de fato vendeu, as armas necessárias ao ataque; além do mais, se por obra e graça das circunstâncias, Lampião morresse no Rio Grande do Norte, ele se veria livre das pressões que estava sofrendo, oriundas de Fortaleza e, até mesmo, do Governo Federal, por sua ligação com o líder cangaceiro (2010, p. 176).

Outra vertente explicativa do ataque diz ter esse acontecido devido a Massilon ser apaixonado por Julieta Fernandes, filha do prefeito Rodolfo Fernandes. Assim, a ida dos cangaceiros objetivava raptar Julieta, o “grande amor” de Massilon desde quando ele era tropeiro (MEDEIROS, 2010, p. 23-24). Para nós, esse viés de interpretar o acontecimento por essa perspectiva seria uma tentativa de romanceá-lo, pois, segundo Medeiros, há poucas evidências documentais, dignas de darmos crédito, no referente a essa ótica.

No concernente ao ataque estar envolto por questões de cunho político, Medeiros lança uma nova luz sobre essa abordagem, deslocando-se de Isaías Arruda e conjecturando que um grande beneficiado no ataque a Mossoró seria o Coronel Benedito Saldanha, poderoso fazendeiro em Alto Santo, Ceará, irmão do Coronel Quincas Saldanha, importante latifundiário em Brejo do Cruz, Paraíba, que travou forte relação com Massilon, para impor o seu poder naquelas terras paraibanas, até ser obrigado a migrar para Carnaúba, no Rio Grande do Norte (IDEM, p. 195).

Na perspectiva de Medeiros, Benedito lutava politicamente com o Coronel Francisco Pinto, chefe político de Apody e correligionário de Rodolfo Fernandes. Segundo as especulações do autor, se o ataque a Mossoró tivesse êxito, ele possibilitaria a efetivação do poder político de Benedito naquela região do oeste potiguar, após derrubar politicamente e envergonhar o nome dos Fernandes, família grande no estado e que exercia o mando político em várias cidades. Foram essas evidências as responsáveis por levarem o autor a afirmar que com tantos pontos mais fáceis de serem assaltados, a exemplo do Banco do Brasil local, que daria inúmeros lucros, o foco primordial fora a casa do prefeito, isso sendo, para o autor, uma evidência dos planos de derrubar politicamente Rodolfo Fernandes (IDEM, p. 183).

No entanto, entramos em um dilema: Qual a relação de Isaías Arruda com o Coronel Benedito Saldanha? Pode-se dizer que nenhuma, sendo Arruda envolvido na articulação do ataque devido a interesses financeiros, assim como também Massilon, o qual, para Medeiros, fora o idealizador do ataque. Acreditamos, entretanto, que ele tenha sido o executor, pois, se seguirmos a perspectiva do ataque como uma trama política, Massilon estaria apenas servindo aos interesses de Benedito Saldanha e dos outros políticos que o cercavam. Um ponto deve

ser salientado: Benedito Saldanha era aliado do Presidente da Província do Rio Grande do Norte, José Augusto Bezerra de Medeiros, que também tinha interesse em quebrar o poder dos Fernandes, para estabilizar a oligarquia da sua família no estado.

Diante do exposto, entendemos existir pelo menos três versões que tentam justificar o ataque: na primeira, esse teria sido articulado por Isaías Arruda devido a sua insaciável busca por dinheiro; a segunda coloca o ataque dentro de uma trama política pela hegemonia do poder no Rio Grande do Norte; e, por fim, a última coloca o cangaceiro Massilon como o principal articulador da ideia, sendo que, para a operacionalidade da mesma, ele teria se unido a Isaías Arruda. Agora, acompanhemos o percurso do assalto e suas narrativas e representações.

No dia 12 de junho de 1927, quando o bando, dirigindo-se a Mossoró, passou pela cidade de Apody tentando, novamente, tomá-la de assalto, encontrou forte resistência. Assim, os cangaceiros desistiram da empreitada para economizar munição. Nesse meio tempo, o coronel Antônio Gurgel tinha sido aprisionado na estrada de Santana quando ia encontrar com a sua esposa na fazenda Brejo do Apody, para protegê-la do ataque dos cangaceiros. Segundo o relato jornalístico, quando essas duas notícias chegaram a Mossoró, os populares tiveram a certeza de que a *urbe* seria atacada. Todos esses acontecimentos contribuíram para que o terror fosse se espalhando<sup>48</sup>.

Preparadas as trincheiras<sup>49</sup>, segundo o *Correio do Povo*, de 19 de junho de 1927, a ansiedade para o início do ataque era geral: “o moral, dos defensores da ordem era excelente”. Percebemos que o prefeito foi, ao longo das reportagens, apresentado como uma pessoa serena e de ânimo confiante na vitória.

Segundo Câmara Cascudo, em uma de suas viagens ao povoado de Gavião, em janeiro de 1929, escutou de José Marcelino a narrativa da passagem de Lampião e seu bando naquela

---

<sup>48</sup> Quando, ao entardecer, chegou a Mossoró o bilhete do coronel Antônio Gurgel narrando a sua prisão e solicitando o dinheiro para o seu resgate, as autoridades começam a evacuar a cidade e as trincheiras foram sendo ocupadas.

<sup>49</sup> Segundo o jornal *Correio do Povo*, do dia 1 de junho de 1927: “As principais trincheiras que foram organizadas foram às seguintes: No palacete do Cel. Rodolfo Fernandes que foi transformado em praça de guerra; na estação da Estrada de Ferro Mossoró; na torre da Igreja de São Vicente de Paula, todas na cidade nova; nas torres da Igreja Matriz, no Telégrafo, no Colégio Diocesano e nas residências dos Srs. Pedro Leite e Afonso Freire, situadas na Praça da matriz. Na praça da Independência havia fortificação no Grande Hotel e Casa Colombo. Na rua Cel. Gurgel e Praça 6 de Janeiro foram feitas trincheiras nos estabelecimentos dos Srs. Francisco Marcelino & C., no esgoto do calçamento; no estabelecimento dos Srs. Tertuliano Fernandes & C., na Usina dos Srs. Alfredo Fernandes & C., na Praça Cel. Bento Praxedes; a trincheira do Major Júlio Maia, outras em diversas ruas e na barragem”.

localidade, quando esses iam a Mossoró<sup>50</sup>. Segundo ele, até mesmo a natureza prostrou-se e temeu aquela leva de bandidos.

Os cangaceiros viajavam a cavalo. Uma cavalaria de Hunos [...] Galopavam cantando, berrando, uivando, disparando fuzis, guinchando, tocando os mais disparatados instrumentos, desafiando todos os elementos. Derredor os animais despertavam espavoridos. Galos cantavam, jumentos zurravam, o gado fugia. Neste ambiente de tempestade a coluna voava, derrubando mato, matando quem encontrava, alumando, com os fogos da destruição depredadora, sua caminhada fantástica (1975, p. 41).

Poderíamos nos perguntar: “Quem seriam esses homens que faziam até mesmo a natureza tremer?” Percebemos, avaliando a documentação e a bibliografia sobre o cangaço que, na imagética popular, os cangaceiros iam ganhando conotações quase sobrenaturais, eram aqueles os quais conseguiam desestruturar uma ordem já estabelecida, subjugar e impor medo até mesmo à natureza.

Entre a região de Passagem Oiticica e Saco, nos arredores de Mossoró, após conversar com Sabino, Massilon e Jararaca, o chefe tentou ser diplomático, usando a velha tática cangaceira de extorquir dinheiro para não promover as suas depredações. De imediato, através de um bilhete, enviado por Luis Joaquim de Siqueira, vulgo Formiga, que havia sido interceptado no caminho, solicitou dinheiro às autoridades para não invadir a *urbe*. Segundo o depoimento do cangaceiro Mormaço, ao contrário do que disseram Massilon e Isaías Arruda, o “Rei do Cangaço” não esperava deparar-se com uma cidade tão grande e a resistência encontrada no Rio Grande do Norte (CORREIO DO POVO, 28 ago. 1927).

Os jornais se incumbiram, pós-ataque, de transcrever esses bilhetes, pois, para eles, na reconstrução da invasão, aqueles documentos eram a prova incontestada da integridade e honradez do prefeito e da população de Mossoró, de não estabelecerem acordo com bandidos. Para nós, ao mesmo tempo que os bilhetes contribuíam na construção de uma aura guerreira em torno de Mossoró, essas correspondências trocadas reforçavam a imagem de ser Lampião um bandido sanguinário que vivia a extorquir dinheiro e a desestruturar a rotina do povo de “bem”. O prisioneiro Antônio Gurgel, a mando de Lampião, foi quem escreveu o primeiro bilhete destinado às autoridades da cidade:

13 de junho de 1927. Meu caro Rodolfo Fernandes. Desde ontem estou aprisionado do grupo de Lampião, o qual está aqui aquartelado, aqui bem perto da cidade; manda porém um acordo para não atacar mediante a soma de

<sup>50</sup> O mapa da rota tomada pelos cangaceiros por ocasião do ataque se encontra no anexo V.

quatrocentos contos de réis – 400.000\$000. Posso adiantar sem receio que o grupo é numeroso, cerca de cento e cinquenta homens bem equipados e municiados à farda<sup>51</sup>. Creio que seria de bom alvitre você mandar um parlamentar até aqui, que me disse o próprio Lampião, seria bem recebido. Para evitar o pânico e derramamento de sangue, penso que o sacrifício compensa. Tanto que ele promete não voltar mais a Mossoró. Diga sem falta a Jaime que os vinte e um contos que pedi ontem para o meu resgate não chegaram até aqui, e se vieram, o portador se desencontrou, assim peço por vida de Yolanda para mandar o cobre por uma pessoa de confiança para salvar a vida do pobre velho. Devo adiantar que todo o grupo me tem tratado com muita deferência, mas, eu bem avalio o risco que estou correndo. Creia o meu respeito. (a) Antonio Gurgel de Amaral (O NORDESTE, 24 jun. 1927).

A resposta de Rodolfo Fernandes foi enfática, com pretensões de impor medo aos cangaceiros. Salientando, em tom autoconfiante que enfrentaria a ameaça:

Mossoró, 13.06.1927 – Antonio Gurgel. Não é possível satisfazer a remessa dos quatrocentos contos (400.000\$000), pois não tenho, e mesmo no comércio é impossível encontrar tal quantia. Ignora-se onde está refugiado o gerente do banco, Sr. Jaime Guedes. Estamos dispostos a recebê-los na altura em que eles desejarem. Nossa situação oferece absoluta confiança e inteira segurança. (a) Rodolfo Fernandes (IDEM).

Não satisfeito com a resposta, Lampião enviou nova notificação escrita do próprio punho, pois, como sabemos, ele não aceitava uma negativa. É sabido, através da literatura sobre o cangaço, serem a pressão e medo palavras que o cangaceiro fazia questão de não conhecer. Se o tom do bilhete mandado por Rodolfo Fernandes soava como justificativa banal, a resposta de Lampião ganhou conotação mais forte e terrível. Em poucas palavras, o chefe cangaceiro pretendia esclarecer ao governante de Mossoró o perigo que rondava a cidade:

Cel. Rodolfo: Estando Eu até aqui pretendo dr., já foi um aviso, ahi p. o Sinhoris, si por acauso rezolver, mi, a mandar será a importancia que aqui nos pede. Eu envito di Entrada ahi porem não vindo esta importancia eu entrarei,

<sup>51</sup> Até hoje não se sabe o número certo de cangaceiros que atacaram a cidade de Mossoró. Raimundo Soares de Brito, no seu livro: *Nas Garras de Lampião*, tentou fazer o apanhado segundo alguns números já trabalhados por outros pesquisadores do cangaço: “O livro A Marcha de Lampião [de Raul Fernandes] cita nominalmente 75 cangaceiros que participaram do assalto. Já em Lampião, o Rei dos Cangaceiros, Billy J. Chandler afirma que foram 60. [...] Frederico Bezerra Maciel [no Vol. II do livro: Lampião, seu Tempo, seu Reinado] informa que foram 57. O próprio Lampião mandou dizer ao Prefeito Rodolfo Fernandes, que contava com 150 homens. O Coronel Antônio Gurgel calculou que havia uns 70 indivíduos. Nas fotos tiradas em Limoeiro do Norte – CE, aparecem 27 cangaceiros, com a citação de que 14 ficaram dando cobertura, ou seja, de vigia, somando-se aí um número de 41 homens. Com mais três mortos: Colchete, Jararaca e Menino de Ouro ou Dois de Ouro (há controvérsias sobre o nome do cangaceiro), além de seis feridos, citados por Antônio Carlos Olivieri no seu trabalho O Cangaço, um total de 47”. Ver: GURGEL, Antônio; BRITO, Raimundo Soares de. **Nas Garras de Lampião – Diário**. 2.ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2006. p. 30.

até ahi penço, qui adeus querer, eu entro; e vai aver muito estrago por isso si vir o dr. eu não entro, ahi mas nos resposte logo. (a) Cap. Lampião (IDEM)<sup>52</sup>.

A resposta veio de imediato:

Virgulino, Lampião. Recebi o seu bilhete e respondo-lhe dizendo que não tenho a importância que pede e nem também o comércio. O banco está fechado, tendo os funcionários se retirado daqui. Estamos dispostos a acarretar com tudo que o Sr. queira fazer contra nós. A cidade acha-se, firmemente, inabalável na sua defesa, confiando na mesma. (a) Rodolfo Fernandes – Prefeito. 13.06.1927 (IDEM).

Como obtive uma negativa como resposta, Lampião sentiu-se na obrigação de prosseguir com a invasão, “por ser vergonhoso vir tão certo [do ataque] e voltar sem tentar entrar”, segundo disse o cangaceiro Jararaca na entrevista concedida ao jornal *Correio do Povo*, no dia 19 de junho de 1927. Já em declarações prestadas ao repórter d’*O Mossoroense*, afirmou “que o ataque foi alvitado por Massilon, não sendo isto desejo de Lampião” (O MOSSOROENSE, 19 jun. 1927). Para a exaltação do nome de Mossoró, era necessário mostrar ter o próprio líder cangaceiro temido entrar naquelas terras, construir sobre ele toda uma narrativa que legitimasse a força e coragem dos populares daquela cidade potiguar.

Por esse “impensado” ato de Lampião, segundo *O Mossoroense*, ele pagaria caro: mas esperar o quê daquela “besta ambulante” que, parecendo um ser irracional, agia por instinto? “A sede do dinheiro e de crimes o levou a não medir conseqüências, nem tampouco o podia fazer attendendo as *suas curtas ideias e a sua completa ignorância*” (O MOSSOROENSE, 7 ago. 1927 - grifos nossos). Após avaliarmos o jornal, entendemos que a reportagem mostrava que, devido a sua “bestialidade” e fome por lucro e poder, Lampião teria cegado, isso fez o periódico representá-lo como um ser incapaz de pensar racionalmente antes de agir.

De acordo com a documentação, no dia 13 de junho de 1927, dia de santo Antônio, por volta das quatro horas da tarde, os sinos da Igreja repicaram, a “hora maldita” havia chegado, “o maior grupo de cangaceiros do Nordeste” (CORREIO DO POVO, 19 jun. 1927) descia da região do Alto da Conceição, onde passava a estrada dos comboieiros, dividido em três grupos, atirando em um frenesi constante contra as defesas montadas. Simultaneamente, atacaram a Estação da Estrada de Ferro, o Palacete do Prefeito e a Igreja de São Vicente. As famílias já haviam fugido, iniciando a evacuação da cidade na noite do domingo e amanhecer da segunda-feira, indo os mais abastados para as cidades circunvizinhas, principalmente as localizadas no litoral.

<sup>52</sup> No anexo VI se encontra a imagem da cópia do bilhete escrito por Lampião.

Alguns populares mais pobres embrenharam-se nos matos buscando fugir do raio de ação dos cangaceiros. Depois daqueles dias de especulação sobre o possível ataque, era chegado o momento de ser provada a “bravura” dos civis mossoroenses. Na perspectiva dos jornais, não era necessário transparecer nas suas páginas que a população estava fugindo com medo, pois acreditamos que, na ótica dos jornalistas, a imagem de coragem mossoroense não podia ser maculada. Assim, vinculavam a notícia que a população teria sido retirada da cidade e redondezas apenas por um ato de “prudência” (IDEM). Nesse sentido, afirmou *O Mossoroense*: “A população desta cidade não se tomou de pânico, não se retirou desorganizadamente; famílias que procuraram abrigo no município ou fora, o fizeram com calma e resignação” (*O MOSSOROENSE*, 19 jun. 1927), e completou:

A nossa ordeira, pacata, laboriosa e nobre cidade foi atacada e assediada pelo maior número de bandidos do Nordeste, sob a chefia de Lampião, Sabino, Massilon e Jararaca, chefes de cangaceiros que *se coligaram* para levar a efeito a *empreitada terrível e sinistra de saquear Mossoró, a mais opulenta e rica cidade do Rio Grande no Norte* (IDEM - grifos nossos).

*O Nordeste* estampava nas suas páginas: “A ansiedade era geral. As armas eram poucas para quantos as disputavam e pouca parecia a munição” (*O NORDESTE*, 24 jun. 1927). Percebemos que a notícia fora construída de tal maneira como para inscrever o ataque em torno de todo um signo de grandeza, pois, para ter coragem de atacar a opulenta cidade, Lampião e seu bando teve de unir-se a mais três dos seus subgrupos. A nosso ver, as páginas dos jornais mostraram o ataque envolto pela espetacularização: a cada movimento feito pelos cangaceiros e os defensores, se buscava passá-los para os leitores. Era como se as ruas fossem ganhando vida através do discurso. Tentava-se convencer, através do discurso, para que assim não restasse dúvida da coragem da população mossoroense na sua ânsia de exterminar a “fera nordestina”. Era como se ali estivesse sendo construída toda uma rede de propaganda para supervalorizar o ataque e a defesa por meio dos cidadãos.

Segundo as nossas análises, o palco jornalístico deveria ser ricamente construído na elaboração da reportagem, para levar o leitor a sentir-se presente naquele momento apresentado pelos jornais como glorioso, pois simbolizava a vitória de Mossoró. As matérias jornalísticas pretenderam mostrar que o medo não tinha lugar, elas iam, através das narrativas, construindo o fato. Para aqueles periódicos, a “opulenta” cidade, mais do que nunca, necessitava dos seus filhos, não para a mera defesa dos prédios e do patrimônio, mas uma defesa mais efetiva da “honra de Mossoró”, a qual não poderia, em hipótese alguma, ser

maculada por aquela “gesta de mal feitores”. Dessa feita, *O Mossoroense*, do dia 19 de junho de 1927, trouxe explícito nas suas páginas:

A população civil em cooperação com a polícia mostrou e afirmou a pujança de Mossoró também aguerrido e marcializado, indômito e formidável de armas na mão, nas trincheiras e nas ruas. Exceção das famílias que foram postas em lugares seguros, os *homens de valor* tomaram posições de combate em todos quatro ângulos da cidade. (grifos nossos).

Segundo os jornais trabalhados, todos se espantaram com o tamanho da ousadia daqueles “cabras” em pôr seus “infames” pés naquele solo sagrado de heróis. Para eles, se a grandiosidade da estrutura física da cidade não impusera medo e respeito aos cangaceiros, os seus “guerreiros civis” o fariam. Se o nome de Lampião impunha medo, o de Mossoró o sobreporia. Possivelmente esse pensamento passou pelas cabeças das autoridades e dos resistentes, após o ataque.

No dizer do *Correio do Povo*, o pior dos sentimentos, a inveja, fazia aquela paz rotineira da cidade ser quebrada. Aquelas “bestas ávidas” por desgraças queriam implantar a semente do mal, destruir a história de progresso de Mossoró. Percebemos que, segundo o discurso jornalístico, aqueles cangaceiros congregavam a inveja, assim eles deviam ser passados para a história: “ousados e invejosos”, na perspectiva dos norte-rio-grandenses. Na edição de 19 de junho de 1927, o *Correio do Povo*, tentando compreender o ataque afirmou: “A imensa fama de riqueza aqui acumulada e o seu amor ao trabalho, à paz e a ordem despertaram, no *espírito de feras* daqueles bandidos, *apetites vorazes* de saque e de sangue” (grifos nossos).

Percebemos na análise documental que os cangaceiros, no discurso jornalístico, não podiam ser representados dentro dos padrões de normalidade, sua “fera interna” deveria prevalecer antes de tudo. Os seus espíritos eram inscritos, pelo discurso instituinte do jornal, com ares de anormalidade. O outro não teria direito a ter voz; as palavras dos periódicos escritos buscavam forjar verdades sobre os “bandidos”. O outro (cangaceiro) ia se construindo pela ótica absoluta do jornal. Havia a “manipulação” do discurso para, assim, justificar a necessidade de execrar os cangaceiros. Sobre o cangaceiro se inscrevia o poder, o poder de uma verdade, de um discurso. Segundo Michel Foucault: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (2009, p. 10).

De acordo com o *Correio do Povo*, ao som de “mulher rendeira”, “versos elogiosos a Lampião” (CORREIO DO POVO, 19 jun. 1927), os cangaceiros arrastaram-se na direção das

“fortificações” montadas pelos populares. Segundo a narrativa jornalística, até o céu reprovava aquele ataque, prova disso foi a chuva a cair como se a corte celeste chorasse diante de tamanha iniquidade e ofensa. Assim, um fenômeno da natureza foi usado para a exaltação da população da cidade: chuva misteriosa misturada com trovoadas foi o cenário perfeito para inscrever esse ataque/defesa em torno da mística religiosa.

Era como se o metafísico estivesse se condoendo diante da afronta dos cangaceiros, desaprovando a atitude desses seres “diabólicos”. Avaliamos que, na construção da representação de heroicidade mossoroense, recorreu-se ao Sagrado como forma de aprovação e legitimação da defesa. Segundo *O Mossoroense*, de 19 de junho de 1927, “Ao troar dos fuzis, casa-se o ribombo do trovão, pois que pouco antes começara a chover. Se o céu nos mandava lágrimas, também saudava, abafando o som dos disparos. Era comovente o espetáculo”. Em um primeiro momento, as representações giraram em torno dos conceitos de Bárbaro X Civilizado: Os “bárbaros” ousaram “ultrajar a civilização”, representada por Mossoró (*O MOSSOROENSE*, 03 jul. 1927). “Almas pervertidas a maldade e a intranquilidade de um povo” (*IDEM*, 17 jul. 1927).

Lampião, que vivia naquele “cárcere do banditismo”, não conseguiria subjugar a terra de Santa Luzia, não faria “a sua independência com o fruto do nosso trabalho e da nossa atividade”, dizia o jornal *O Mossoroense*, de 19 de junho de 1927. Segundo a documentação, aquela era também a ocasião dos populares mostrarem a sua união, pois, na construção de uma história guerreira, os seus filhos deveriam estar em sintonia no fortalecimento de uma unidade, pois a cidade não só se constitui de prédios e ruas, ela se fazia também através dos sujeitos, da cultura, das subjetividades.

Mossoró, em todos os momentos graves de sua vida social, tem-nos dado sempre exemplo de união e solidariedade, de maneira que nada nos separa nas ocasiões precisas. Formamos um só bloco e um só corpo ao impulso de nossa consciência cívica e do nosso coração aberto as grandes causas (*IDEM*, 19 de jun. 1927).

Para *O Mossoroense*, de 19 de junho de 1927, aquela era uma “grande causa”, pois a cidade estava, antes de tudo, combatendo Lampião, um sujeito “traíçoeiro [e] insidioso”.

Por volta das cinco e meia da tarde, ouviram-se os últimos tiros dos cangaceiros. A vitória mossoroense havia sido efetivada, não tendo nenhum dos “honrosos cidadãos mossoroenses” sucumbido aos tiros do armamento inimigo. Mesmo assim, segundo a narrativa jornalística, ainda era preciso ficar em alerta, pois, “traíçoeiros” como eram os cangaceiros, poderiam voltar para pegar todos de surpresa. O troféu da vitória, o corpo do

cangaceiro Colchete, estava ali estendido no local da batalha, que, a partir daquele momento, ganhava nova simbologia, seria transformado em signo de vitória; representaria aquele momento glorioso da história de Mossoró.

O local que serviu de campo de batalha se tornou um lugar de memória, de rememoração<sup>53</sup>, a alimentar a memória coletiva e a cultura histórica, naquele processo de instauração de uma verdade sobre o ataque, pois, como sabemos, a memória também é um importante mecanismo de exaltação de um determinado acontecimento ou discurso: “A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todos, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção” (LE GOFF, 2003, p. 469).

Percebemos que, para dar ares de grandeza à vitória, foi escolhido um herói. O prefeito Rodolfo Fernandes surgiu como a linha forte a costurar o tecido da vitória. Segundo *O Nordeste*, ele era “Homem de fibra, coragem e força”, cujas atitudes coerentes conduziram a população ao êxito esperado. Sua negativa ao pedido de Lampião mostrava-o como um sujeito que não corroborava com o cangaceirismo, alguém que não confiava em cangaceiros e não negociava com bandidos. A fala de Mormaço, na entrevista concedida ao *Correio do Povo*, e publicada em 27 de novembro de 1927, só veio a confirmar para a população de Mossoró ter o prefeito tido a mais sábia atitude dizendo não a Lampião e adiantando-se para organizar a defesa. De acordo com o jornal, o repórter teria indagado ao cangaceiro preso: “E se o prefeito tivesse mandado os 400 contos que Lampeão pediu, vocês voltariam lá?” A resposta foi enfática: “Qual nada, si viessem os cobres, nós ahi é que vínhamos porque provava que não havia defeza. Nós queríamos conhecer a cidade e não íamos perder essa quadra”. Em síntese, a nosso ver, o jornal, ao focar esse ponto, quis passar aos seus leitores que cangaceiros eram sujeitos nos quais não se podia confiar.

Sobre o “solo sagrado e vitorioso” de Mossoró, ficou o bandido Colchete e o próprio Jararaca que, com um tiro no pulmão e na região das nádegas, não teve os rogos de socorro ouvidos pelos seus “famigerados” amigos, tendo que se arrastar para conseguir escapar, sendo preso posteriormente. Como relatou o *Correio do Povo*, na edição de 19 de junho de 1927, aquele troféu macabro deveria ser exposto à apreciação, ele era o símbolo de uma vitória. Segundo a nossa visão, nele se inscrevia o poder de Mossoró. Sobre aquele corpo calado,

---

<sup>53</sup> Para aprofundamento do conceito, ver: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003; HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

gélido, seria edificada a vitória mossoroense, mostrando como era o fim de quem tentava se impor à cidade.

Assim, segundo a narrativa dos jornais, “Arrastaram [o corpo de Colchete “amarrado pelas pernas” (O NORDESTE, 24 jun. 1927)] pelas ruas até o patamar da Matriz, onde esteve até terça-feira, quando foi sepultado. Era um dos elementos de confiança de Lampião, por ser afoito e terrível” (CORREIO DO POVO, 19 jun. 1927). Ali, um popular cortou a orelha do cangaceiro, para que o mesmo ficasse estigmatizado diante do ferro frio. Interpretamos esse gesto do cidadão como uma forma de vingança, como também o ato serviria para que ele tivesse um distintivo particular para mostrar aquela espécie de lembrança. Durante toda a noite, o corpo foi deixado ao relento, sem sepultura, exposto aos cachorros e insetos (IDEM).

Segundo Certeau, “É necessário morrer de corpo para que nasça a escrita. Esta é a moral da história. Ela não se prova senão graças ao sistema de um saber. Ela se conta” (2008, p. 314). O cangaceiro Colchete ia ganhando uma narrativa, contornos discursivos próprios, muitas vezes destoantes do real, mas coerente com a exaltação da força mossoroense que passava a ser recriada e fortalecida. Mais uma vez, o cordelista traduziu em versos o que os jornais tentaram passar aos seus leitores. Colchete tomava nova forma, novo corpo, através do discurso:

Esse bandido era negro  
 Sujo, asqueroso e imundo  
 Um monstro da natureza  
 Que Satã mandou ao mundo  
 Era baixo, grosso e feio  
 A boca, de palmo e meio  
 De olhar felino e profundo.

As pernas eram cambadas  
 O corpo de chimpanzé  
 Orelhas de burro mulo  
 Um bolão era seu pé  
 O cabelo pichaim  
 Coberto de peste ruim  
 Fedia como chulé.

Beiços de manta de carne  
 Dentes de fera zangada  
 Barriga de come longe  
 Queixada torta e furada  
 Unha cumprida e sebenta  
 Criatura mais nojenta  
 Que Colchete não é gerada! (LIMA, 1927).

É notório que, para a população de Mossoró, a descrição feita sobre Colchete conseguia sintetizar todos os cangaceiros. Generalizaram a interpretação, pois, em tese, a representação de pervertidos, anômalos, deveria ser infundida na mentalidade coletiva. Na análise da documentação, percebemos uma particularidade, o jornal *O Nordeste*, de 24 de junho de 1927, foi o único a dizer: “Havia na fisionomia deste povo manso, uma terrível expressão de vingança pela afronta que recebia!”.

João Manoel Filho, um dos responsáveis pelo enterro do cangaceiro Colchete, declarou ao jornal *Diário de Natal*:

Amarramos seus pés e seus braços. Em seguida, conseguimos um grande pau e colocamos entre seus pés e braços, *assim tipo um animal morto*. E dessa maneira, ele dependurado no pau, conduzimos até o cemitério público. Ali cavamos uma cova rapidamente e *enterramos o homem sem qualquer remorso* (Apud DANTAS, 2008, p. 112 - grifos nossos).

No dia após o combate, o clarear da manhã trouxe à tona o lado negativo do feito heróico. Apesar de não ter tido baixas por parte da defesa, o corpo de Colchete com um tiro na face jazia ao ar livre. O sentimento de ódio e vingança aparecia nas atitudes de alguns populares, como dissemos. Para nós, o próprio ato de violar o corpo com uma faca e os insultos atribuídos ao defunto foram a forma encontrada para canalizar a ânsia de vingança. O descaso para com o cadáver de Colchete e o assassinato desumano de Jararaca acabaram por nublar o “brilho da vitória”. Tentando justificar essa atitude, principalmente no caso de Jararaca, *O Nordeste* disse:

Sáira baleado, mortalmente, o terrível Jararaca, que faleceu dias depois. *É pena que este monstro não tivesse sido morto quando capturado, no dia seguinte, também supliciado como fez a muitos inocentes, arrancando unhas, furando olhos, esquartejando cadáveres, arrancando miolos!* Não pagaria, por si e pelos seus comparsas do crime, os desvirginamentos, os estupros e as sevícias praticados na terrível devassa aos lares indefesos! *Ter compaixão de Jararaca é esquecer o instinto de conservação, é negar o direito de vingança natural contra os monstros da humanidade! A humana criatura que desde tanto, que semeia a desgraça por instinto de perversidade, só pode merecer o linchamento que é a lei da razão do povo, em contrário às blandícias da lei escrita, que, por vezes, constitui o próprio crime, gera bandidos pelas injustiças que dissemina!* É isto talvez uma ofensa às instituições do direito, mas é uma verdade da razão humana. *A fera mata pelo instinto de sua espécie, e por isto está em grau superior ao facinora de profissão que tem juízo e raciocínio, que mata e sacrifica por esporte, para ver a queda ou para roubar, ou para reagir contra quem lhe foge aos maus desejos cúpidos e lascivos!* O bando de Lampião, na hora presente, constitui um caso único na história da humanidade, dentro do seu programa macabro de toda espécie de crime [...] Benditos, os governos que não poupam nem defendem vidas tão

perniciosas e impuras! *Que os infernos regurgitem de males tão funestos!* (O NORDESTE, 22 jun. 1927 - grifos nossos).

Na citação fica nítido um contraponto entre a “ordem legal” e a “lei do mando”. Em uma terra onde as leis e a justiça não seguiam os tramites da burocracia, mas que tinha códigos próprios de punição para as afrontas cometidas, o jornal deixa transparecer certa inquietação em ainda manter vivo o cangaceiro Jararaca. Ele deveria ser “justiçado” o mais breve possível, ficando subjacente, no nosso entendimento, que ele deveria ser executado com a mesma crueldade imposta por ele as suas vítimas.

A lei do mando deveria sobrepôr os tramites da ordem legal. Clamava-se para ele ser entregue ao linchamento, para o povo concretizar a vingança à sua maneira e da forma “justa”. Há certa descrença nas “leis escritas” como se elas acobertassem os próprios bandidos, por isso clamava-se que os populares assumissem as “rédeas” do “julgamento” de Jararaca e aplicassem a pena cabível. Assim, eles atribuem à violência/vingança como parte da razão, elas são revestidas de racionalidade, desde que estejam a favor do sujeito do discurso. A representação construída nesse trecho sobre os cangaceiros oscila de animalizá-los a dotá-los de racionalidade, haja vista a consciência tida pelos cangaceiros dos seus atos, mesmo aqueles mais bárbaros.

Jararaca se tornava o principal réu que, popularmente, seria julgado pelo ataque cometido pelos cangaceiros em Mossoró. O jornal clamava que sobre ele caísse toda a ira e ódio que eram alimentados contra os “bandoleiros”; ele pagaria pelos atos de seus “irmãos bandidos”. No entanto, *O Nordeste* ressentia-se por não ter sido executado imediatamente aquele monstro, não se podendo ter compaixão para com ele, até porque, segundo o jornal, aquele mísero cangaceiro nunca usou de tal sentimento para com as suas vítimas.

Para o noticiário, naquela fera se postaria o estigma do mal, não sendo ele nem mesmo digno de obtenção de algum tipo de compaixão. Na nossa interpretação, as autoridades locais e os jornais esperavam que Jararaca pudesse servir como um mecanismo disciplinarizador e de imposição de medo, para que ninguém seguisse as trilhas do cangaceirismo. Que ele fosse justificado para servir de exemplo, se possível, morto da mais cruel das formas, como dissemos.

Por fim, o jornal triunfalmente exaltou os governantes que não corroboravam com o banditismo, elogiando notadamente a elite governamental de Mossoró.

#### 4.2 - Seguindo um rastro. Forjando discursos: a lapidação do heroísmo mossoroense

Os jornais, após o ataque, buscaram acompanhar o itinerário dos cangaceiros ao saírem de Mossoró<sup>54</sup>. Perguntavam-se como teria ficado o bando e o próprio Lampião após a entrada frustrada na cidade. Para nós, após analisarmos a documentação, forjar fatos foi uma estratégia usada para dar ao episódio a grandiosidade esperada. *O Correio do Povo*, do dia 19 de junho de 1927, narra que Lampião, na fazenda Jucuri, aprisionou o Sr. Manoel Freire, mandando um portador à cidade para buscar o resgate de dez contos de réis. Ao chegar naquela localidade, o portador teria relatado o acontecido e ainda completara “que Lampião estava envergonhado porque não pôde entrar em Mossoró”.

Acreditamos que os jornais de Mossoró, apesar de buscarem desqualificar os cangaceiros por sua derrota, usando para isso o acompanhamento do itinerário do bando, ao mesmo tempo em que noticiavam o percurso, usaram as suas páginas para denunciar o descaso com o qual era tratada a questão do banditismo no Ceará. No dia 09 de julho de 1927, o jornal *O Nordeste* afirmou: “Na sua marcha voraz, em terras do Ceará, para onde seguiram, os bandidos iam nos ameaçando e zombando dos esforços do nosso governo bem certos como estavam da impunidade naquele estado, onde contam com fortes elementos de proteção!”

O próprio prisioneiro do bando, Coronel Antônio Gurgel, afirma em seu diário, publicado no jornal *A Notícia*, do dia 24 de março de 1930, ter escutado Lampião dando a ordem aos seus “meninos” de não mexerem nas terras cearenses, devido à liberdade e proteção que tinham ali com a sua vasta teia de coiteiros. Segundo ele, “quando lá chegamos, Lampião, preveniu ao pessoal que dali por diante não se roubava mais, porque estava no estado do Ceará, onde o governo não bulia com eles” (*A NOTÍCIA*, 24 mar. 1930).

O jornal *O Nordeste*, edição de 22 de julho de 1927, já antecipava uma proposta de medida que só seria tomada pós 1930, com o governo Vargas. Para o jornal, se fazia necessário um projeto de integração nacional – que o governo central tomasse medidas efetivas e interviesse nos estados da federação tomando o controle da situação – só assim, acreditavam, conseguiriam barrar o desenvolvimento do banditismo e diminuir o poder dos coronéis corruptos que davam suporte e condições viáveis para o sucesso do cangaceirismo na região. Nas palavras do jornal, “Não tome medidas severas o Sr. Presidente da República e, não muito longe, já será tarde para uma revanche vitoriosa, sem grandes impedimentos! Cuidado Sr. Presidente da República! Quanto maior a nau, maior a tormenta! É o que se diz”.

---

<sup>54</sup> Ver anexo V: Roteiro percorrido pelos cangaceiros no Rio Grande do Norte.

Dessa feita, o jornal assumiu a postura de juiz de Lampião, propondo que, se porventura o cangaceiro fosse aprisionado, ele não deveria de imediato ser morto, mas sim interrogado minuciosamente para elucidar e denunciar todos aqueles “corruptos”, os quais viabilizavam e deviam sustentação ao poder dos cangaceiros:

O bacamarteiro vila-belense não pode receber logo a morte. Isso por uma simples, mas importantíssima razão: batido, aguiolhado, trazido à face da justiça, *ele, a mácula ambulante do Nordeste*, rasgaria o véu do silêncio e da sombra, *apontando os tarimbeiros morais que tanto o hão protegido [...]* O depoimento do salteador famigerado despejaria catadupas de luz viva sobre a *miséria do cangaço*. Apontaria os úberes que alimentam a *cáfila do bandoleirismo*. Destrincharia a trama complicada do problema secular. Focalizaria a gênese, a causa do culto do clavinote. Desmascaria a malta escura dos seus protetores sertanejos [...] *Na hipótese, que se dificulta de ser preso Lampião escorracem-no para cá, a fim de, à labareda de seu depoimento, se desmascarem essas reles prostitutas morais que, protegendo-o na sombra, alimentaram a maior mácula e o maior cancro da nacionalidade* (A Farpa in.: O NORDESTE, 13 ago. 1927 - grifos nossos).

Assim, o jornal pretendia que Lampião se tornasse um covarde que denunciasse os seus “amigos”. Seria preciso, nessa perspectiva, tripudiar sobre o outro, humilhá-lo, desqualificá-lo, ridicularizá-lo moral e socialmente.

A maior indignação perceptível, ao analisarmos os jornais, dizia respeito à imparcialidade dos coronéis e politicagem no estado cearense, que permitia aquele “banditismo legalizado” nas suas terras, e a proteção dos poderosos coronéis para com os cangaceiros (O NORDESTE, 09 jul. 1927). A prova do livre indulto dos cangaceiros no Ceará estaria representada na recepção organizada para os cangaceiros em Limoeiro do Norte.

Enquanto, em Mossoró, os cangaceiros foram recepcionados à bala, em Limoeiro do Norte – CE, segundo a narrativa do diário do Coronel Antonio Gurgel, transcrito no jornal *A Notícia*, de 24 de março de 1930, se deu o inverso, o “Rei do Cangaço” e seu bando, naquela quarta-feira, 15 de junho de 1927, foram recebidos como autoridades. Evidenciamos que, temendo um ataque, as autoridades locais preferiram acolher Lampião convidando-o a entrar na cidade pacificamente.

Em Mossoró, o grupo fora humilhado e rechaçado, em Limoeiro os cangaceiros foram recepcionados como autoridades, sendo que, assim, Lampião ia costurando a sua teia de contradições, admiração e ódio. São essas evidências que, para nós, reforçam a discussão de como Lampião e seu bando eram sujeitos envoltos em contradições, impondo-se em um meio em que, centenariamente, os coronéis vinculados à terra usavam aquele espaço como território dos seus “feudos”. Lampião, gradativamente, foi despontando como um coronel itinerante,

sem terras, e com leis ambíguas, impostas na ponta do rifle e do punhal. As armas eram, então, símbolos representacionais do seu “poder” e autoridade, tanto quanto eram as dos coronéis.

No referente a Mossoró, evidenciamos que tamanha fora a fabricação dos discursos jornalísticos em torno da exaltação da vitória que os homens, cuja participação na defesa tinham levado ao êxito da empreitada, teriam seus nomes exaltados pelos jornais. Eles deveriam ser rememorados e seguidos, como exemplos cabais de coragem e “estoicismo”<sup>55</sup>. Nominá-los e exaltar a sua bravura foi um dos objetivos do jornal e de todas as autoridades envolvidas naquele feito. Referindo-se à “trincheira heróica” montada na residência do prefeito Cel. Rodolfo Fernandes, o jornal *Correio do Povo*, de 19 de junho de 1927, disse: “O nosso repórter que lá esteve durante toda fase da luta, constatou a *bravura e a destemidez dos bravos que repeliram galhardamente as investidas inimigas*” (grifos nossos).

Segundo as nossas análises, enquanto os cangaceiros eram representados como ousados e sobre eles atribuía-se sentidos pejorativos, os chamados “heróis da resistência” tomavam para si os adjetivos que os qualificavam como bravos e corajosos. O lugar social que eles ocupavam, de detentores da palavra escrita, permitia-lhes tal atitude. A história estaria, mais uma vez se construindo, pela ótica dos vencedores. Nessa perspectiva, Foucault lembra-nos:

que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (2009, p. 8-9).

---

<sup>55</sup> Os nomes, segundo o jornal *Correio do Povo* do dia 19 de junho de 1927, eram: “Trincheira do Palacete do Cel. Rodolfo Fernandes: José Pereira Lima, Francisco Queiroz, Luiz Amâncio, Manoel Duarte, Honório Ferreira, Adrião Duarte, Amaro Silva, Tiburcio Silveira, F Calixto, Florêncio Neto, J. Conrado, Antônio Monteiro, Antônio Caldas, Manoel Reis, Francisco Ferreira, Joaquim Benedito, Herculano Barbosa, Cícero Pereira, Evaristo Pereira, Manoel Tonel, Raimundo Calixto, Pedro Raimundo, Francisco Pinto, Antônio Pinto, Euclides Aleixo, Sinhô Bento, J. Aarão, Manoel Serra Negra, Júlio Souza, Sebastião Raimundo, João Pedro, Geraldo Dunga, Antônio Alves, Paulino Aarão, Manuel Pereira, Francisco Vidal, Antônio Rolim, S. Jorge, José Grosso, José Ribeiro, João Cajá e Otávio Cavalcanti. Torre de São Vicente: Léo Teófilo, Manuel Félix e Manuel Alves Souza. Casa Afonso Freire: Afonso Freire, Lauro Leite, Leônidas Freire, Pedro F. Leite, Francisco Negócio e Abel Chagas Filho. Ginásio Santa Luzia: José Alves de Oliveira, José Ibiapino, Manuel Moraes, Celso Alves, Nestor Leite e Pedro Nonato. Telégrafo: Mirabeau Melo, encarregado da estação, João Fernandes, Tenente Abdon Nunes, Tenente Antunes, Tenente Laurentino Ferreira, Dr. Gilberto Stuart, Dr. José Furtado Castro, Padre Luiz Mota, Cônego Amâncio Ramalho, Mário Vilar, Cornélio Mendes, Júlio Ramalho, Homero Couto, José Gomes e Antônio Araújo. Torre da Matriz: Antônio Brasil e dois policiais. F. Marcelino & C.: Tertuliano Aires, José Matias, Severino de Aquino, Norberto Rego, Basílio Silva, Manuel Ferreira, Antônio e Estevão de tal”.

Se, por um lado, os nomes dos “guerreiros” deveriam ser lembrados, os dos cangaceiros também ganhariam espaço nos jornais, mas em outra perspectiva. Para nós, a necessidade de envergonhá-los pela derrota passava pelo crivo de nominá-los<sup>56</sup>, pois a heroicidade de Mossoró se enraizaria sobre aqueles sujeitos, os quais, discursivamente, deveriam dar suporte à narrativa que estava sendo elaborada.

Sérgio Dantas narrou no seu livro uma história bastante interessante, por ele ouvida quando estava desenvolvendo suas pesquisas. Segundo o autor, após o ataque, quando a poeira baixou e a vida começava a se normalizar, José Octávio, fotógrafo da cidade, incumbiu-se da responsabilidade de fotografar os “famosos heróis” nas suas respectivas trincheiras. Assim, quando as fotos começaram a ser publicadas, detectou-se que muitos daqueles fotografados, na realidade, tinham fugido da cidade horas antes do ataque. Dessa feita, usando da ironia, um libanês (ou turco), comerciante na cidade, comentou: “Eita máquina boa essa do Octávio, rapaz! Tira retrato na ‘trincheira’ de Rodolfo e pega gente até no Porto Franco...” (DANTAS, 2005, p. 392-393). Percebemos como toda uma representação e discurso começavam a ser efetivadas para a constituição do fato, no seu pluralismo de narrativas, quebrando a unicidade do discurso que buscava enaltecer os mossoroenses.

A vitória tornava-se notícia, rompia as pequenas fronteiras do localismo mossoroense para virar manchete nos jornais nacionais. A legitimação discursiva e representacional da vitória passava pelo reconhecimento e crivo da população brasileira. Telegrama advindo do Recife no dia 16 de junho de 1927 informava aos mossoroenses: “Toda imprensa desta capital comenta o *audacioso* ataque de Lampião a Mossoró, *ressaltando a atitude briosa da população*, secundando o esforço do governo e autoridades do município e do Estado” (CORREIO DO POVO, 19 jun. 1927 - grifos nossos).

No mesmo dia, outro telegrama dos mossoroenses residentes no Recife dizia: “Reina intensa alegria pela vitória brilhante dos abnegados e heróicos defensores do *sagrado nome Mossoró*” (CORREIO DO POVO, 19 jun. 1927 - grifos nossos). Para o jornal de Natal *A República*, “O povo mossoroense compreendeu o perigo a que estavam expostos os seus

---

<sup>56</sup> Segundo o jornal *Correio do Povo*, do dia 19 de junho de 1927, os cangaceiros que atacaram Mossoró foram: “Cap. Virgulino Ferreira (Lampião), 1º Tenente Sabino Leite [Gomes], Ezequiel Sabino, Virgínio, Luiz Pedro, Chumbinho, José Delfino, Manoel Antônio, Miguel, Ás de Ouro, Candieiro, Serra do Mar, Rio Preto, negro valente da Paraíba, que todos do grupo acreditam que bala não lhe entra no corpo, Luiz Sabino, Moreno, Euclides, Fortaleza, Beija Flor, Queixada, José de Sousa (Tenente), Trovão, Camilo, Antônio dos Santos, Marreca, Bentivi, Dois de Ouro, Jurema de Medeiros, pertencentes às famílias Nóbrega e Medeiros do Sabugi, Sabiá, Pinga Fogo, Relâmpago, Vinte e Dois, Lua Branca, Antônio Caxeado, Chá Preto, Barra Nova, Pai Velho, José Pretinho, Luiz Pedro, cabra de Lampião há 5 anos, Mergulhão, Coqueiro, que atirou no carro de Antônio Gurgel, Vareda, irmão de Candieiro, Colchete, que morreu no fogo desta cidade, Massilon Leite (Benevides), José Coco, José Roque, José Leite de Santana (Jararaca) e outros”.

destinos, em face da *malta de facínoras* que lhe batiam às portas, *ébrios de ferocidade sanguinária e bestial, que caracteriza esses exemplares teratológicos*<sup>57</sup> *de nossa espécie*” (A REPÚBLICA, 16 jun. 1927 - grifos nossos).

Na perspectiva jornalística, a coragem se impunha sobre a bestialidade atribuída aos cangaceiros, o moderno/civilizado e o arcaico/anticivilizado estavam presentes naquela arena de embate. Acreditamos que, enquanto se representava assim, a elite mossoroense estava também se colocando em um patamar superior diante das demais cidades nordestinas que corroboravam passivamente com o despotismo dos bandidos.

Interessante que, terminando a sua reportagem do dia 19 de junho de 1927, o *Correio do Povo* informava aos seus leitores, no rodapé da primeira página, que aqueles interessados em ter nas suas casas uma lembrança do ataque e resistência, poderiam comprá-la no centro da cidade. A propaganda era clara: “Retrato de Jararaca e das trincheiras, a preços cômodos – no Atelier Otávio”. Iniciava-se uma mercantilização da memória em torno do ataque a Mossoró.

Na nossa visão, a fotografia de Jararaca seria uma lembrança que sempre estaria a alimentar, na imagética daqueles que a vissem, o feito heróico de desestruturação/vitória sobre o bando de Lampião. A imagem configurava-se como um monumento simbólico de exaltação da heroicidade de Mossoró contra seus inimigos, que, mesmo sendo valentes, não tinham gabarito suficiente para vencer os mossoroenses. A foto representaria o ausente, o acontecimento que não mais se fazia presente; reportava a pessoa que a visse, a representação de Mossoró como cidade vitoriosa, a qual soube se impor à “ferocidade cangaceira”.

O jornal *O Mossoroense*, do dia 19 de junho de 1927, abriu sua edição com o título: “Hunos da nova Espécie”. Os cangaceiros eram, então, comparados aos bárbaros invasores da Europa sob a chefia de Átila, nos meados do século V, povo esse que, segundo a historiografia, marcava a sua passagem com o rastro da destruição. Lampião era representado como aquele chefe maldito, cavaleiro da iniquidade. Com um discurso carregado de raiva e revolta, o referido jornal buscou desqualificar o temido chefe cangaceiro e seu bando. Era preciso fabricar um objeto (Lampião) de acordo com os interesses da população mossoroense. Calá-lo, imobilizá-lo na jaula da história dos que não têm o direito de falar. Era o processo de deturpação do sentido, como diria Michel de Certeau (2008). O momento de forjar um novo sentido para o ataque e dar novas vestes discursivas a Lampião. Vestes que o representassem como mau, bandido sem pudor. Assim como a historiografia honra os mortos, mas os encerra

---

<sup>57</sup> Teratologia: Estudo das monstruosidades, em Patologia e Botânica.

num túmulo escriturário, Lampião e seus “asseclas” seriam referenciados na história de Mossoró, mas de maneira a dar suporte à exaltação da vitória da cidade.

Para nós, Lampião e seus cangaceiros serão apropriados pelos jornais, cujo objetivo era escrever uma nova história, dar-lhe um “corpo escrito”. Segundo Certeau: “Uma mutação análoga se produz quando a tradição, corpo vivido se desdobra diante da curiosidade erudita em um corpus de textos” (2008, p. 15). Nesse momento, era definido o que devia ser “compreendido” e o que deveria ser “esquecido”. A ousadia dos cangaceiros devia ser lembrada, mas para qualificar a resistência, para dar ares de grandiosidade à união daqueles populares os quais, comprando armas com o dinheiro do próprio bolso, reagiram para honrar o nome de Mossoró, diante da “esganiçada” fome por destruição daquele “sinistro chefe” que, segundo *O Mossoroense*, de 19 de junho de 1927, intentava “locupletar as algibeiras [...] incendiando a cidade, prosseguindo, então, vitorioso, a trajetória infame do seu traçado hediondo de toda a sorte de crimes”.

É notório que, nesse reconstruir a história do ataque, os jornalistas eram convocados a se entregarem de corpo e alma a esse objetivo, a deixarem transparecer pelos seus escritos um sentimento de patriotismo e sentimentalismo para com a cidade:

A nossa pena de jornalista treme, ao fazermos divulgar na presente notícia, os dias de horror, infortúnio e apreensões de que foi teatro Mossoró, por ocasião da *incursão do famigerado grupo sinistro capitaneado pelo mais audaz e miserável de todos os bandidos que tem infestado o Nordeste brasileiro e o pacato território do Rio Grande do Norte – Virgulino Lampião, esta majestade do crime e do terror, alma diabólica de pervertido tarado* cujo rastilho de misérias vem desassombradamente espalhando em todos os recantos onde passa com o seu cortejo macabro e facinoroso (*O MOSSOROENSE*, 19 jun. 1927 - grifos nossos).

Os jornais optaram por se calar sobre possíveis crueldades cometidas no ataque, por parte do “povo heróico” de Mossoró, mostrando somente o lado pejorativo dos cangaceiros. Afinal, segundo Luiz Gonzaga Motta, “toda decisão de comunicar alguma coisa é, ao mesmo tempo, uma decisão de não comunicar outras” (MOTTA, 2002, p. 127). Representar Lampião como a “alma diabólica” contribuía para minimizar a força do nome do “Rei do Cangaço”, desmistificando todas as lendas criadas sobre a sua invulnerabilidade, ao mesmo tempo, contribuía-se para a exaltação da ação da população mossoroense. No entanto, para o jornal, aquele “cortejo macabro e facinoroso”, por mais terrível que fosse, não fora capaz de implantar a destruição em Mossoró.

Na nossa ótica, como também para a literatura sobre o cangaço, o ataque a Mossoró passou a ser um divisor de águas na história do cangaceirismo lampiônico. O rol de vitórias de Lampião tinha sido ferido no seu mais íntimo âmago. Os vencedores fizeram, a partir daquele momento, uma “hermenêutica do outro”, um outro exótico, animalesco. Como afirmou o *Correio do Povo*, de 19 de junho de 1927: O “heroísmo sobre a covardia” se impunha:

Foram 4 horas [na verdade o máximo uma hora e meia<sup>58</sup>] de luta heróica onde se cimentou com galhardia maravilhosa o tempo sacrossanto do novo poder que se levantou com um final de glórias e louros a atestar, pelos tempos em fora, a pujança do povo de Mossoró. Triunfou o direito sobre o crime, o *dever sobre a violência*, a *ordem sobre a desordem* e o *heroísmo sobre a covardia* (grifos nossos).

Os jornais iam, assim, fazendo um exercício de reafirmação do poder do povo mossoroense, construindo uma suposta identidade popular, um polimento do orgulho da cidade, indo ao encontro de uma consolidação e fortalecimento das raízes da cultura histórica que estava sendo construída. Percebemos que todos os recursos objetivos e subjetivos deveriam ser usados para costurar a trama histórica. Como os antigos hebreus faziam após as vitórias nas guerras, entoando poesia e cantos exaltando a sua força e agradecendo ao Sagrado pela conquista, Francisco Cavalcanti Rocha, tomando as vestes de salmista, poetizou a vitória. No dia 03 de julho de 1927, *O Mossoroense* abriu espaço para as palavras do poeta:

[...] Heróica Mossoró – honra do Norte  
Venceste, com denodo e galhardia,  
O fero bando da rapinaria,  
Que só te desejava infausta sorte.

Ensarihaste as armas do combate,  
Tocaste o hymno heróico de rebate,  
Marchaste para a luta e para a glória!...

Na pugna conquistaste áureos thesoiros: -  
Doiram-te a fronte immarcessíveis loiros,  
Heráldicos emblemas da Victoria!...

Essa imagem de força e coragem, plantada nesse período, permanece viva até hoje na imagética daquela população. Para a elaboração da sua tese de doutoramento sobre a relação

<sup>58</sup> Ver: GURGEL, Antônio; BRITO, Raimundo Soares de. **Nas Garras de Lampião – Diário**. 2.ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2006. p. 28; FERNANDES, Raul. **A Marcha de Lampião: assalto a Mossoró**. 7.ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2009. p. 227.

entre Lampião e os Nazarenos, a antropóloga Luitgarde Cavalcanti de Barros entrevistou inúmeras pessoas que lhes prestaram depoimentos sobre os episódios envolvendo os cangaceiros e os ditos “heróis da resistência”. No *corpus* do seu texto, ela narra uma entrevista, feita em Mossoró nos idos de 1974, com um bodegueiro. Ele afirmou categoricamente e com ares de orgulho:

Minha senhora, no Rio Grande do Norte cabra ruim só dança pulando debaixo de bala!! A senhora não sabe o que nós fizemos com Lampião aqui dentro de Mossoró? Ele podia ser o rei do sertão, lá por onde não tinha homem do Rio Grande do Norte! (BARROS, 2007, p. 35).

Assim, podemos afirmar terem sido os jornais de cabal importância para a construção da cultura histórica mossoroense em torno da temática do cangaço. Praticamente, a resistência ao bando foi um dos pilares a sustentar a identidade da cidade, dando-lhe dimensão de grandiosidade devido a “tão brilhante feito”. Cohen e Young dizem “que a mídia provê os mitos orientadores que moldam nossa concepção do mundo e servem como um importante instrumento de controle social” (COHEN e YOUNG, apud MOTTA, 2002, p. 131). Foi dessa forma que o jornal foi interagindo no percurso da cultura histórica da cidade potiguar.

Tamanha foi a valorização do ataque de Lampião a Mossoró e a resistência da cidade, que no próprio hino municipal foi acrescentado o feito, imortalizando-se naquele símbolo maior da municipalidade. O hino, declarado oficial pelo Decreto n.º 1395, de 09 de novembro de 1995, é de autoria do professor José Fernandes Vidal, natural da cidade, sendo para nós uma evidência do enraizamento histórico do discurso elaborado a partir do ataque em 1927, levando a uma forte construção de uma cultura histórica em torno do cangaço naquela região. Acompanhemos parte da letra:

Lembramos hoje teus anos de glória:  
*Ousada foste sempre Mossoró;*  
*Por ti começa, a senda da vitória*  
*Na luta ao cangaceiro Lampião;*  
 Precursora exemplar da Pátria História  
 Em abolir a negra escravidão [...] (grifos nossos).

Durante todo esse percurso de valorização desse acontecimento, os jornais mostraram que também coube às mulheres desempenharem um papel de destaque nessa “história heróica”, elas deveriam passar aos anais como seres atuantes. Através da arma da palavra, elas buscaram sensibilizar as autoridades da União a olharem complacentemente para Mossoró e toda a região Nordeste. No dia 21 de junho de 1927, segundo o jornal *O Nordeste*, um grupo

de mulheres importantes da cidade enviou um telegrama para a Exma. Senhora Washington Luiz, em nome da família mossoroense, que estava “angustiada” e “desassossegada”, diante das ameaças de um possível retorno do bando de cangaceiros. Pediam que a ilustre primeira dama intercedesse pela causa da cidade junto ao seu esposo, para ele assegurar mais garantias e recursos para a proteção local. Apelavam: “comovidas vosso generoso coração, filha, esposa, mãe, sentido ser garantida tranqüilidade de nossos lares, restabelecida confiança” (O NORDESTE, 24 jun. 1927). Como dissemos, os cangaceiros eram também representados como destruturadores das famílias, ficando isso claro no fragmento apresentado.

Pintar os cangaceiros como indivíduos contrários à tradição instituída nos sertões, a nosso ver, era uma maneira de afastar a população dos cangaceiros, impedindo possíveis gestos de ajuda dos populares para com os “bandoleiros”, gestos esses que podiam levar ao acointamento. Para destruir algumas concepções de serem os cangaceiros vítimas da injustiça, as autoridades apelaram para a defesa do discurso do código ético regional como forma de consolidarem suas ações. Segundo *O Nordeste*:

Os bandidos se entregam ao saque, ao roubo, ao incêndio e a depredações; nada escapa à sanha destruidora, até a roupa, potes, panelas e outros objetos de uso de pobres moradores são rasgadas e escangalhadas, havendo notícias exatas de defloramentos e de violências inomináveis! (O NORDESTE, 24 jun. 1927).

Aí estaria, na perspectiva do jornal, uma das justificativas para o extermínio dos cangaceiros, porque os mesmos apresentavam-se contra os “códigos de honra sertaneja”, desvirtuando a região. Eles eram aqueles cujas vidas “infames” atentavam contra os “homens bons”, símbolos da honestidade, retidão, ética e respeito. Como sabemos, segundo o discurso tradicional, o forte valor e relação do homem com a terra era algo sagrado, ambos se complementavam e se entendiam. Defender seu “quinhão”, honrar a terra e família configurava-se como a primeira obrigação do “homem bom”, mesmo se, para isso, fosse necessário colocar à prova e risco a sua própria vida.

Como já analisamos no segundo capítulo, todo o roubo de gado, cavalo e bode era considerado transgressão imperdoável naquele meio, devendo o sujeito que o cometeu ser banido. Apegando-se a essa realidade e tradição, o discurso apresentado acima, retirado do jornal *O Nordeste*, buscou desqualificar a figura dos cangaceiros, ligando-os àquilo que não era aceitável para a sociedade sertaneja.

Vale lembrar que também deveriam ser protegidas as leis e a honra da família, não sendo permitida a impureza sexual e o desvirginamento das donzelas. Ao longo da pesquisa,

percebemos que, na visão da elite e governantes, os cangaceiros eram bestas cujas andanças nos sertões levavam o terror, desvirtuavam e roubavam a paz das famílias, cometendo os mais variados crimes. Eram considerados seres sem compaixão os quais, na sua “vida infame”, andavam a deflorar moças e estuprar mulheres casadas, todos movidos pela força impiedosa do seu íntimo, sem respeito às instituições seculares como a família, eles a desestruturavam, matavam os sonhos das moças de manterem-se castas.

Essa foi uma das imagens passada pela mídia sobre os cangaceiros, mas devemos atentar para outra vertente, a referente ao poder simbólico exercido por aqueles homens no imagético feminino, que via os cangaceiros como símbolos da virilidade e masculinidade, sentindo-se atraídas por eles<sup>59</sup>. Testemunha dessa afirmativa foi a mudança advinda nos anos de 1930, quando, a partir do pioneirismo de Maria Bonita<sup>60</sup>, que se uniu a Lampião, abandonando sua antiga residência e vida de “mulher pacata”, inúmeras mulheres, voluntariamente, se uniram maritalmente com os cangaceiros. Essa outra imagem, os jornais não mostraram, preferiram ocultar, apesar de saberem da sua existência. Na busca de instituir um discurso e representação hegemônica, todas as outras que vinham a entrar em embate com o instituído, deviam ser caladas.

*O Mossoroense*, do dia 03 de julho de 1927, trazia estampado na primeira página: “Jornais do Ceará e despachos telegráficos da Parahyba, inteiram-nos do início de um movimento cívico a favor da intervenção federal, para repressão do banditismo no Nordeste”. Percebemos que o ataque a Mossoró e a derrota do bando de Lampião contribuíram para que os jornais passassem a incentivar a perseguição ao “Rei do Cangaço” e seus “asseclas”, pois o discurso da sua invulnerabilidade fora quebrado na “heróica cidade potiguar”. Toda a representação de ser impossível matar ou derrotar Lampião começara a cair por terra.

---

<sup>59</sup> É interessante que, por muito tempo, no mundo do cangaço, foram proibidas as relações com mulheres, pois era crença que elas tinham a sutil capacidade de retirar a força, a virilidade e masculinidade dos cangaceiros, tornando-os fracos e meio afeminados. Elas seriam, assim, portadoras da decadência sendo que coração de cangaceiro não seria território para o amor fincar raízes: “Para Senhô Pereira, a única mulher a ser realmente respeitada e amada sem medidas era a mãe. Santa, dedicada, conformada à lei do marido, ela deveria ser idolatrada, pois seu corpo, santificado pelo sofrimento, eliminava a marca do pecado original, erro supremo de Eva. [A mulher era vista pelo cangaceiro Senhô Pereira] como portadora do sofrimento, luto, errância, insatisfação, infelicidade, divisão, enfraquecimento do tesão, do sexo aloprado, fratura na economia amorosa dos encontros viris [...] Amar uma mulher desvirilizava simbolicamente o cangaceiro. Uma vez dessacralizado sua epiderme não mais protegida, ele ficará marcado com uma nódoa, tatuagem abrindo o corpo às balas, numa penetração sem controle nem proteção”. Ver: LINS, Daniel. **Lampião o Homem que Amava as Mulheres**. São Paulo: Annablume, 1997. p. 23-25.

<sup>60</sup> Ver: LIMA, João de Sousa. **A Trajetória Guerreira de Maria Bonita a Rainha do Cangaço**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 2005; \_\_\_\_\_; MARQUES, Juracy (Orgs.). **Maria Bonita: diferentes contextos que envolvem a vida da Rainha do Cangaço**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 2010; LINS, Daniel. **Lampião: O Homem que Amava as Mulheres**. São Paulo: Annablume, 1997.

Acreditavam ser aquele o momento mais propício para limpar o Nordeste dos seus “algozes cruéis”.

Assim, podemos dizer que a tentativa de invadir Mossoró saiu cara para Lampião. Ao longo dos meses subsequentes ao ataque, as deserções aumentaram substancialmente, a perseguição por parte dos governantes foi intensificada, incentivada pelos jornais que, constantemente, estavam a denunciar a inércia das autoridades. Os governos do Ceará, devido às ferrenhas acusações de serem “alcoviteiros” de cangaceiros, sentiram-se forçados a tomar uma atitude. Lampião via-se perseguido pelos governos do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e, agora, do Ceará. Era um momento de crise no seu “reinado”.

Os coiteiros diminuíram devido ao medo da ação governamental. As munições e alimentação tornavam-se cada vez mais escassas. Essas notícias iam alimentando a heroicidade de Mossoró como terra que derrotou o “Rei do Cangaço”. O *Correio do Povo*, de 14 de agosto de 1927, noticiava: “Lampeão está reduzido a quatorze bandidos, escoraçados e famintos, procurando, segundo informes fugir à acção das forças”. Chegou-se até mesmo a afirmar que o chefe cangaceiro iria se entregar à polícia de Sergipe, caso lhe fosse garantida a vida (O MOSSOROENSE, 23 out. 1927). Para nós, esse discurso tinha como função exaltar o poder de Mossoró que fora, na perspectiva dos seus jornais, o estopim e grande causador dessa decadência.

Possivelmente, Lampião sentiu ser o momento de retirar-se para outras terras, pois, se continuasse ali, seria capturado. Assim, em meados de agosto de 1928, cruzou o Rio São Francisco para começar a atuar no território baiano. Com apenas cinco homens, ele buscou recomeçar a sua “odisséia”.

Optato Gueiros, tentando elucidar essa nova fase da vida do “Rei do Cangaço”, afirmou:

Lampeão declarou ao coronel Petro, de Santo Antônio da Glória: - ‘Coronel, três cousas eu trouxe de Pernambuco: fome, nudez e dinheiro.’ Por isso pôde escapar com vida. Cinco ‘cabras’ com ele somente, puderam sobreviver como únicos remanescentes de uma luta titânica em que, por último, a exaustão era a última arma a aplicar contra seus perseguidores que não descansavam (1953, p. 99).

Novos tempos viriam para o “Rei do Cangaço”, com mudanças substanciais, uma forma de cangaço mais amena, e os braços de uma mulher para acolhê-lo nas noites da caatinga nordestina.

\*\*\*



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos evidenciar que, ao longo da história, as sociedades vão construindo/selecionando/fabricando discursos e personagens através das representações. Assim, durante esse percurso, os discursos/representações acabam infiltrando-se no cotidiano, tornando-se, por assim dizer, agentes modeladores da cultura, da cultura histórica, e elaboram uma tradição objetivando definir um lugar para essa sociedade diante de outras culturas. Podemos dizer serem as culturas construídas mediante interesses e intencionalidades, também sendo elas lugares de poder.

Lampião foi uma dessas figuras da história que teve a sua vida e imagem cercadas por constantes contradições. Entrando no cangaço com o intuito de vingar-se dos assassinos do seu pai, Virgolino Ferreira da Silva passou longos vinte anos sendo bandoleiro (1918 – 1938), moldando o cangaço de tal forma que se tornou um meio de vida lucrativo, dando-lhe prestígio no meio social vivido.

Peter Burke, no seu estudo sobre a imagem de Luís XIV, nos lembra: “É sempre de bom alvitre, para os historiadores, procurar o que não está presente em determinado lugar e tempo – estas ausências particulares são certamente significativas” (1994, p. 16). Lampião foi um sujeito que teve uma trajetória de vida cercada por ambiguidades, e após sua morte, deu-se início à efetivação da construção de um mito que pretendia exaltá-lo. No entanto, no seu tempo, em parte, não era visto como síntese do homem nordestino e personificação dos estereótipos de força, coragem e valentia, conforme demonstram as representações aqui discutidas.

Também é bom lembrarmos que as imagens dos sujeitos históricos que chegam ao presente, são construções manipuladas por interesses, seja por uma elite econômica e política, ou por movimentos culturais de resistência. Peter Burke (1994) convida o historiador a destrinchar as lacunas do passado, e entender aspectos de fabricação das imagens dos personagens históricos e deles nos apropriarmos para compreender a oscilação em torno das representações de Lampião e, por assim dizer, do próprio cangaço, buscando uma visão da sociedade da época e do contexto social no qual essas representações foram fabricadas.

Concluimos terem sido os jornais partícipes em construir narrativas e representações sobre o cangaço e seu “Rei”. Essas narrativas almejavam primordialmente desqualificar os cangaceiros, legitimando as representações que o Estado e a própria elite rural nordestina faziam sobre o cangaço e seu “líder maior”. Como vimos, os escritos jornalísticos almejavam instituir uma imagem hegemônica e uma verdade sobre os cangaceiros: eles eram bandidos sanguinários e sem pudor.

Ao longo de toda a narrativa jornalística, percebemos a construção de representações sobre os cangaceiros, que foram reproduzidas e infundidas no imagético dos leitores. Para nós, o objetivo de tais representações era despertar para a necessidade de exterminar aqueles bandos armados e levar a uma prática efetiva de perseguição aos “bandoleiros”, com estratégias bem delimitadas, ao contrário de promessas e discursos vazios proferidos pelos governantes, os quais não eram postos em prática para execrar os cangaceiros e libertar o Nordeste dos seus “algozes”. Assim, as representações que emergem da interação com o social, levariam a necessidade de uma prática, como diria Chartier: “Não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contrárias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo” (2002, p. 66).

O mundo do cangaço ia, então, ganhando um sentido por meio dos escritos dos jornais. Lampião e seus “meninos” tornavam-se notícia. O cangaço ia sendo dado a ler. E assim, cada vez mais, durante as décadas de 1920 e 1930, proliferavam notícias sobre as andanças de Lampião. As histórias dos seus feitos iam sendo narradas, recriadas. Novas narrativas surgiam e sobre o cangaceiro iam sendo construídas representações, identidades representacionais, discursos, cada um de acordo com interesses variados. Já dizia Câmara Cascudo em 1934: “Lampeão reina incontestavelmente na imaginação sertaneja” (1975, p. 40).

Lampião notícia aguçava a curiosidade dos leitores, os quais se sentiam instigados a comprar os jornais para acompanharem a trajetória do bandido nordestino. Ele já começava a ser uma marca, um produto de venda. Ao mesmo tempo que os jornais eram usados como forma de denúncia do descaso pelo qual passava o Nordeste, narrando as proezas de Lampião, eles iam contribuindo para construir o mito lampiônico, fortalecendo a figura dos cangaceiros no imagético popular através da dualidade de serem eles heróis e bandidos.

Para nós, todas essas representações construídas em torno de Lampião acabaram por torná-lo um sujeito ambíguo, levando-o gradativamente a ser visto em diferentes épocas com olhares e intencionalidades distintas. Sobre ele, o estigma do bandido pesou de forma cabal até o seu extermínio em 1938, haja vista que os jornais, que representavam os interesses da elite comercial e agrícola daquela época, buscavam todos os meios para desqualificar o “cangaceiro mor”. Sobre o perfil de Lampião, Frederico Pernambucano de Mello afirmou:

Nesse mundo de despotismo incrível, Lampião foi o paroxismo, a demasia, a culminância de tudo. Não há ficção que lhe chegue às alpercatas. Um super-homem na resistência, uma inteligência calculista e fulgurante, uma coragem ímpar, um carisma eficaz no trato social, uma diplomacia atapetada de

seduções para com possíveis aliados, uma vontade de ferro alongada em agulha de bússola exclusiva na orientação moral de toda uma vida (1993, p. 35-36).

Foi essa mistura de contradições e imagens que levou o ex-cangaceiro Ezechias da Rocha, alcunhado de Zabelê, a descrever Lampião como um sujeito que caracterizava os sertões:

Era brabo, era malvado  
Virgulino, o Lampião,  
Mas era, prá que negá,  
Nas fibras do coração,  
O mais perfeito retrato  
Das catingas do sertão (ZABELÊ apud ROCHA, 1940, p. 54).

Assim, podemos concluir, após a análise da documentação jornalística e o confronto de dados, terem sido os jornais um dos maiores responsáveis pela exaltação do nome de Lampião à categoria de “Rei do Cangaço”, sendo, em parte, responsáveis por construir a fama desse cangaceiro, pois as notícias acabaram rompendo as fronteiras do Nordeste e circulando nacionalmente.

Essa circulação de informação acabou sendo um profícuo canal de fomento de representações sobre o cangaço. Em todos os jornais pesquisados, quase que unanimemente, pudemos perceber ser Lampião tratado e representado como “bandido”, “excomungado”, “desumano”, “fera”, “despudorado”, “desrespeitador das famílias”. A imagem do “Rei do Cangaço”, se abordarmos de acordo com as categorias de Roger Chartier, ia sendo apropriada de acordo com os interesses e intencionalidades do meio social. Em grande medida, essa apropriação era conduzida pela elite conservadora que se via importunada com as ações dos cangaceiros e o “poder” exercido por Lampião nos mais íngremes rincões nordestinos.

Na nossa perspectiva, a partir do momento em que ele ganhava espaço nos jornais, passava a ser construído/fabricado/produzido, e sua imagem moldada e canalizada para ir de encontro ao discurso instituinte e hegemônico da elite que pregava serem os cangaceiros o grande problema a impedir o desenvolvimento do Nordeste e da “civilização” na região. Sendo assim, podemos concluir que o cangaço, baseando-se nesse discurso, era um dos pressupostos para qualificar a região como não civilizada, haja vista a presença daqueles sujeitos tidos pelos poderosos locais e os jornais como personificação da barbárie.

Essas imagens e representações circulavam entre vários setores sociais instituindo-se como verdades, pois, em sua maioria, buscavam explicar e entender os cangaceiros e suas

ações, sendo Lampião um dos principais focos, já considerado nesse período, tanto pela imprensa como pelos populares, como o “maior cangaceiro do Nordeste”.

A circulação acabava gerando a apropriação do produzido representacionalmente pelos jornais. Através do contato que os sujeitos iam tendo com os jornais, eles acabavam por ressignificar as representações ali lapidadas. Segundo Chartier, as representações não são neutras, elas têm suas intencionalidades e objetivos. Essa apropriação e ressignificação foi um grande responsável por gerar novos discursos sobre Lampião, qualificando-o de diferentes maneiras, fomentando, em torno do líder cangaceiro e do próprio cangaço, uma cultura histórica que vem sendo difundida regional e até mesmo nacionalmente, a qual acaba por representar o cangaceiro como um dos símbolos típicos da região, fundindo-o com a própria cultura nordestina.

No nosso trabalho, quando nos debruçamos sobre a estadia e recepção de Lampião em Juazeiro em 1926 e a invasão a Mossoró em 1927, objetivávamos analisar dois momentos que geraram múltiplas representações e possibilitaram que, na trajetória da elaboração da cultura histórica sobre Lampião, se inscrevesse sobre a sua imagem discursos os mais ambíguos. Esses dois momentos possibilitam-nos pensar como, em determinados momentos, o “banditismo” acaba sendo benéfico para o Estado, que o usa e dele se apropria, como pudemos observar no caso de Juazeiro.

Esses dois momentos se mostraram emblemáticos na vida de Lampião. Podemos concluir que Juazeiro representou um momento “glorioso” de coroamento da fama de Lampião, foi quando o próprio Estado reconheceu a sua impossibilidade de combater a Coluna Prestes em território nordestino e acabou reconhecendo também o poder e autoridade exercida na região por Lampião. O cangaceiro Lampião, em 1926, passou a ser visto e representado pelas autoridades do Estado como um “bandido” que podia ser a “solução” contra a ação de uma “mácula” nacional: a Coluna Prestes.

Em Juazeiro, houve uma modificação na estética e forma de se vestir dos cangaceiros. Foram fotografados em trajes de paisanos, receberam armas do governo e puderam sentir de perto como eles mexiam com o imaginário popular. Prova disso estava nas milhares de pessoas que, nas ruelas de Juazeiro, se dirigiram ao sobrado onde Lampião e seus “cabras” estavam, para vê-los. Enfim, os jornais que, desde 1922, noticiavam a vida daquele “bandoleiro”, naquele ano de 1926 conseguiram uma entrevista, Lampião ganhou espaço e fala, mesmo essa estando direcionada pelo crivo do entrevistador Otacílio Macêdo.

Já a invasão de Lampião a Mossoró, segundo a literatura sobre o tema, representou a “maior” derrota do “Rei do Cangaço”, fato de que discordamos, haja vista que o ocorrido em

Mossoró foi uma maior espetacularização do ataque pela imprensa local e estadual, como também pela elite daquele município, sendo a crise abatida sobre o grupo de Lampião fruto das políticas governamentais dos vários estados do Nordeste, os quais firmaram acordo de ajuda mutua em dezembro de 1926. Não podemos esquecer que outras cidades também ofereceram resistência a Lampião, no entanto, devido a pouca atenção dada a essas pelos pesquisadores, elas acabaram caindo no esquecimento.

Acreditamos que tivemos em Mossoró disputas simbólicas e a implantação do objetivo de usar o nome do cangaceiro Lampião para promover e valorizar o nome da cidade e, conseqüentemente, da elite oligárquica local com os seus aliados que teriam sido os “idealizadores” da defesa. Ali buscou-se representar Lampião e seus cangaceiros como bestiais e “feras” que seriam extintas pela “força guerreira mossoroense”. Eles qualificaram Lampião como o “maior cangaceiro de todos os tempos” para viabilizarem a exaltação dos “guerreiros” os quais “corajosamente” teriam vencido e “colocado para correr” do “solo sagrado” potiguar aquela “besta”. Para nós, foram os jornais os grandes responsáveis por promover uma teatralização sobre o ataque, colocando a resistência no panteão dos grandes feitos, ao mesmo tempo denunciando a forte questão de cunho político por trás da invasão à cidade, haja vista acusarem grupos e coronéis de outros estados como articuladores do ataque.

Seja o “bandido legalizado” de 1926 ou o “indesejado cangaceiro” de 1927, ambas as representações estiveram a favor e de acordo com os interesses do sistema da República Velha, com as suas oligarquias corruptas que se beneficiavam das ações cangaceiras. Lampião acabava sendo uma síntese da realidade de sua época, um indivíduo que, de forma “adversa”, congregou poder em suas mãos.

\*\*\*



## **ACERVOS, FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## ACERVOS E FONTES

### **I - Arquivo Público de Pernambuco/Recife**

*Jornal Diário de Pernambuco*, Recife, 05/07/1922 a 31/12/1927.

### **II - Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas/Maceió**

*Jornal Correio da Pedra*, Água Branca, 02/07/1922.

### **III - Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Fortaleza**

Jornais:

*A República*, Fortaleza, 08/11/1911;

*O Ceará*, Fortaleza, 01/09/1926 a 31/12/1926;

*Diário do Ceará*, Fortaleza, 03/03/1926;

*A Região*, Crato, 03/03/1926 a 31/03/1926.

### **IV - Instituto Histórico e Geográfico do Ceará/Fortaleza**

Jornais:

*O Sitiá*, Quixadá, 01/02/1926 a 31/12/1926;

*O Nordeste*, Fortaleza, 01/03/1926 a 03/01/1927.

### **V - Museu Municipal Lauro da Escóssia/Mossoró**

Jornais:

*O Mossoroense*, Mossoró, 15/05/1927 a 18/12/1927;

*Correio do Povo*, Mossoró, 15/05/1927 a 27/11/1927;

*O Nordeste*, Mossoró, 14/05/1927 a 27/08/1927;

*A República*, Natal, 14/07/1927 a 16/07/1927.

### **VI - Arquivo Nacional/Rio de Janeiro**

*Jornal A Notícia*, Rio de Janeiro, 20/03/1930 a 29/03/1930.

### **VII - Acervos digitais**

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01/02/1969 a 27/02/1969. Disponível em:

<<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>;

Relatório de 1915, do Presidente da Província do Ceará, Benjamin Liberato Barroso.

Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/cear%C3%A1>>;

Relatório de 1929, do Presidente da Província de Alagoas, Alvaro Corrêa Paes.

Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>>.

### **VIII - Cartório de Registro Civil de Serra Talhada/Pernambuco**

Certidão de Nascimento de Lampião, 7 de julho de 1897.

### **IX - Arquivo da Paróquia de Bom Jesus dos Aflitos, Floresta/Pernambuco**

Certidão de Batismo de Lampião, de 13 de setembro de 1898.

### **X – Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Apodi/Rio Grande do Norte**

Livro de Tombo da Igreja, 1927.

## **BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Pedro Vergne de. **Os Dramas Dolorosos do Nordeste**. Rio de Janeiro: s. ed., 1930.

\_\_\_\_\_. **Flagelo de Lampião**: relação documentada de suas hediondas façanhas no Nordeste durante os primeiros 4 meses de 1931. Rio de Janeiro: s. ed., 1931.

ABREU, Sylvio Froes. **O Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Papelaria Mello, 1929.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino uma Invenção do Falo**. São Paulo: Edições Catavento, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Nos Destinos de Fronteira**: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. **Moxotó Brabo**. Rio de Janeiro: Ed. Simões, 1960.

ALMEIDA, Érico de. **Lampeão**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus Problemas**. 3.ed. João Pessoa: A União, 1980.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. Recife: UFPE, 1998.

ARAÚJO, Antônio Amaury Corrêa. **Assim Morreu Lampião**. 3.ed. São Paulo: Traço Editora, 1982.

\_\_\_\_\_.; FERREIRA, Vera. **De Virgolino a Lampião**. São Paulo: Idéia Visual, 1999.

\_\_\_\_\_. **De Virgolino a Lampião**. 2.ed. Aracaju: Ed. do Autor, 2009.

\_\_\_\_\_.; ARAÚJO, Carlos Elydio Corrêa. **Lampião: Herói ou Bandido?** São Paulo: Claridade, 2009.

ASSUNÇÃO, Moacir. **Os homens que mataram o facínora**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ATHAYDE, João Martins de. **João Martins de Athayde**. São Paulo: Hedra, 2000.

BARRETO, Ângelo Osmíro. **Curiosidades do Cangaço**. Fortaleza: Realce Editora e Indústria Gráfica Ltda, 2002.

BARROSO, Gustavo. **Almas de Lama e de Aço**. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

\_\_\_\_\_. **Heróis e Bandidos**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1917.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A Derradeira Gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. 2.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

\_\_\_\_\_. **Juazeiro do Padre Cícero: a terra da Mãe de Deus**. 2.ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2008.

BATISTA, Francisco das Chagas. **História Completa de Lampião (ou História do cangaceiro Lampião)**. Paraíba: Popular Editora, 1925.

BATISTA, Pedro. **Cangaceiros do Nordeste**. Paraíba do Norte: Liv. São Paulo, 1929.

BEZERRA, Capitão João. **Como dei Cabo de Lampião**. 2.ed. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1940.

BÔAS, Gláucia Villas. **Para ler a sociologia política de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. In: Revista Estudos Políticos, ano 1, nº 0. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Núcleo de Estudos em Teoria Política/UFRJ, Nov. 2010. Disponível em: < <http://revistaestudospoliticos.com/para-ler-a-sociologia-politica-de-maria-isaura-pereira-de-queiroz-por-glaucia-villas-boas/>>.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CÂNDIDO, Manuel. **Fatores do Cangaço**. São José do Egito/PE: s. ed., 1934.

CAPISTRANO DE ABREU, João. **Capítulos de História Colonial - 1500-1800**. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CARVALHO, Cícero Rodrigues. **Serrote Preto**. Rio de Janeiro: Sociedade Editora e Gráfica Ltda, 1961.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Flor de Romances Trágicos**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1982.

\_\_\_\_\_. **Viajando o Sertão**. 2.ed. Natal: Gráfica Manimbu, 1975.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Felipe Borges de. **Derrocada do Cangaço no Nordeste**. Salvador: Emp. Graf. Da Bahia, 1976.

CASTRO, José Romão de. **Figuras Legendárias**. Maceió: Ed. Orfanato S. Domingos, 1945.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHANDLER, B. J. **Lampião, O Rei dos Cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CONTIER, Arnaldo. **Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social**. Petrópolis: Vozes, 1979.

COSTA, Alcino Alves. **O Sertão de Lampião**. 2.ed. Fortaleza: Gráfica Ltda., 2008.

\_\_\_\_\_. **Poço Redondo: a saga de um povo**. Aracaju: Editora do Diário Oficial, 2009.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe...** 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956.

DANTAS, Sérgio Augusto de Souza. **Lampião entre a espada e a lei: considerações biográficas e análise crítica**. Natal: Cartgraf, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lampião e o Rio Grande do Norte: a história da grande jornada**. Natal: Cartgraf, 2005.

DOSSE, François. **A História em Migalhas: Dos Annales à Nova História**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DUBY, Georges. Um nominalismo bem temperado. In.: DUBY, G. e LARDREAU, Guy. **Diálogos sobre a Nova História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

EAGLETON, Terry. **A Idéia de Cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1983.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 16.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERRAZ, Marilourdes. **O Canto do Acauã**. Recife: Gráfica Falangola, 1978.

FERNANDES, Raul. **A Marcha de Lampião**: assalto a Mossoró. 7.ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2009.

\_\_\_\_\_. **Lampião na Fazenda Veneza**. Natal: Tempo Universitário/UFRN, v. I, nº I, 1976.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria da Seca**: o caso da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1993.

FERREIRA NETO, Cicinato. **A Misteriosa Vida de Lampião**. Fortaleza: Premium, 2008.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos Ditos: História e Cultura Histórica. In: **SAECULUM** – Revista de História, ano 13, nº. 16. João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, jan./jun. 2007. p. 83-102.

FONTES, Oleone Coelho. **Lampião na Bahia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

FORTI, Maria do Carmo Pagan. **Maria do Juazeiro**: a beata do milagre. São Paulo: Annablume, 1999.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O Conceito de Coronelismo e a Imagem do Coronel**: de símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande: EDUEFCG, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 18.ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FRANK, Erwin H. **Darcy Ribeiro, a ciência e “O Povo Brasileiro”**: uma avaliação crítica. 2006. Disponível em: <[http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler\\_publicacao.php?id=173](http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_publicacao.php?id=173)>.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 50.ed. São Paulo: Global, 2005.

\_\_\_\_\_. **Nordeste**. 7.ed. São Paulo: Global, 2004.

GADELHA, José de Abrantes. **Sangue, Terra e Pó**. Sousa: A União, 1983.

GÓIS, Joaquim. **Lampião, o último Cangaceiro**. Aracaju: Soc. Cult. Artística e Liv. Regina, 1966.

GUEIROS, Optato. **Lampeão**: Memórias de um Oficial ex-comandante de Forças Volantes. 2.ed. São Paulo: s. ed., 1953.

GURGEL, Antônio; BRITO, Raimundo Soares de. **Nas Garras de Lampião – Diário**. 2.ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2006.

GUERRA, Felipe. **Ainda o Nordeste**. Natal: Tip. d'A República, 1927.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSBAWN, E. J. **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

\_\_\_\_\_. **Bandidos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

JASMIN, Élise. **Cangaceiros**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O Coronelismo uma Política de Compromissos**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992 (Coleção Tudo é História).

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crise política na Primeira República. In: Ferreira, Jorge; DELGADO, Lucília Neves de Almeida (orgs.). **Brasil Republicano**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 314-350.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um Conceito Antropológico**. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5.ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

LISPECTOR, Clarice. **A Hora da Estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LIMA, Estácio de. **O Mundo Estranho dos Cangaceiros**. Salvador: Itapoã, 1965.

LIMA, Pe. Geraldo Oliveira. **Marcha da Coluna Prestes através do Ceará**. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1990.

LIMA, João de Sousa. **A Trajetória Guerreira de Maria Bonita a Rainha do Cangaço**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 2005.

\_\_\_\_\_; MARQUES, Juracy (orgs.). **Maria Bonita**: diferentes contextos que envolvem a vida da Rainha do Cangaço. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 2010.

LIMA, José Otávio Pereira. **A Derrota de Lampião em Mossoró**. Mossoró: Editora Atelier Otávio, 1927.

LIMA, Valdemar de Souza. **O Cangaceiro Lampião e o IV Mandamento**. Maceió: Serv. Graf. de Alagoas, 1977.

LINS, Daniel. **Lampião: O Homem que Amava as Mulheres**. São Paulo: Annablume, 1997.

LIRA, João Gomes. **Memórias de um Soldado de Volante**. Recife: Editora CEPE, 1990.

LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi, (org). **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MACEDO, Joaryvar. **Império do Bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: UFC, 1990.

MACÊDO, Nertan. **Capitão Virgolino Ferreira: Lampião**. 4.ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

\_\_\_\_\_. **Sinhô Pereira, o Comandante de Lampião**. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1975.

MACHADO, Chistina Mata. **As Táticas de Guerra dos Cangaceiros**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

MACIEL, Frederico Bezerra. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Petrópolis: Vozes, 1985. v. I.

\_\_\_\_\_. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Petrópolis: Vozes, 1985. v. II.

\_\_\_\_\_. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Petrópolis: Vozes, 1986. v. III.

\_\_\_\_\_. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Petrópolis: Vozes, 1987. v. IV.

\_\_\_\_\_. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Petrópolis: Vozes, 1987. v. V.

\_\_\_\_\_. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Petrópolis: Vozes, 1988. v. VI.

MAIA, Eduardo Santos. **O Banditismo na Bahia**. Belo Horizonte: Tip. Horizonte, 1928.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em Confronto?: o arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

MARTINS, Marisângela. **Problematizando o Imaginário: limites e potencialidades de um conceito em construção – O imaginário da militância comunista em Porto Alegre (1945–47)**. Rondônia, 2000. Disponível em: <<http://www.cei.unir.br/artigo80.html>>.

MEDEIROS, Honório de. **Massilon: nas veredas do cangaço e outros temas afins**. Natal: Sarau das Letras, 2010.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 4.ed. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. **Quem Foi Lampião**. Recife: Zürich, 1993.

MELO, Verissimo de. **O Ataque de Lampião a Mossoró através do Romanceiro Popular**. Natal: Depto. Estadual de Imprensa, 1953.

MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**. 3.ed. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Programa Editorial, 1995.

MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil República**. São Paulo: Ática, 1986.

MONTENEGRO, Aberlardo F. **Fanáticos e Cangaceiros**. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno, 1973.

MOTA, Leonardo. **No Tempo de Lampião**. 3.ed. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2002.

MOTTER, Maria Lourdes. **Ficção e História: imprensa e construção da realidade**. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

NETO, Lira. **Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NEVES, Napoleão Tavares. **Cariri: cangaço, coiteiros e adjacências**. Brasília: Thesaurus, 2009.

NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. 6.ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2005.

OLIVEIRA, Aglae Lima de. **Lampião, Cangaço e Nordeste**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1970.

PEREIRA, Aberlardo. **Sertanejos e Cangaceiros**. São Paulo: Ed. Paulista, 1934.

- PEREIRA, Auricélia Lopes. **O Rei do Cangaço e os Vários Lampiões**. 2000. 313f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal**: da forma ao sentido. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- PRATA, Ranulpho. **Lampeão**. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1933.
- PRESTES, Alita Leocádia. **Os Militares e a Reação Republicana**: as origens do Tenentismo. Petrópolis: Vozes, 1993.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do Cangaço**. 5.ed. São Paulo: Global, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Os Cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 56.ed. São Paulo: Siciliano, 1997.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 74.ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: A inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROCHA, Melchiades da.. **Bandoleiros das Caatingas**. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, s/d. Prefácio datado de 1940.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. 2.ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e Política no Brasil**: desenvolvimento, classe e política durante a segunda República. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- SOUZA, Anildomá Willans. **Lampeão: nem herói nem bandido... a história**. Serra Talhada: GDM Gráfica, 2006.
- SOUZA, Antonio Vilela. **O Incrível Mundo do Cangaço**. Recife: Ed. Do Autor, 2010.
- SOUZA, Eloy de. **O Calvário das Secas**. 3.ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2009.
- TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- TEÓFILO, Rodolfo. **Os Brilhantes**. 3.ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1972.
- VIDAL, Ademar. **Terra de Homens**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1944.
- XAVIER de OLIVEIRA. **Beatos e Cangaceiros**. Rio de Janeiro: s. ed., 1920.

\*\*\*



**ANEXOS**



**ANEXO I:**  
**Pacto dos Coronéis -**  
**Ata da sessão realizada na vila de Juazeiro em 1911<sup>61</sup>**

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e onze, nesta vila de Juazeiro do Padre Cícero, Município do mesmo nome, Estado do Ceará, no paço da Câmara Municipal, compareceram à uma hora da tarde os seguintes chefes políticos: Coronel Antônio Joaquim de Santana, chefe do Município de Missão Velha; Coronel Antônio Luís Alves Pequeno, chefe do Município do Crato; Reverendo Padre Cícero Romão Batista, chefe do Município do Juazeiro; Coronel Pedro Silvino de Alencar, chefe do Município de Araripe; Coronel Romão Pereira Filgueira Sampaio, chefe do Município de Jardim; Coronel Roque Pereira de Alencar, chefe do Município de Santana do Cariri; Coronel Antônio Mendes Bezerra, chefe do Município de Assaré; Coronel Antônio Correia Lima, chefe do Município de Várzea Alegre; Coronel Raimundo Bento de Sousa Baleco, chefe do Município de Campos Sales; Reverendo Padre Augusto Barbosa de Meneses, chefe do Município de São Pedro de Cariri; Coronel Cândido Ribeiro Campos, chefe do Município de Aurora; Coronel Domingos Leite Furtado, chefe do Município de Milagres, representado pelos ilustres cidadãos Coronel Manuel Furtado de Figueiredo e Major José Inácio de Sousa; Coronel Raimundo Cardoso dos Santos, chefe do Município de Porteirias, representado pelo Reverendo Padre Cícero Romão Batista; Coronel Gustavo Augusto de Lima, chefe do Município de Lavras, representado por seu filho, João Augusto de Lima; Coronel João Raimundo de Macedo, chefe do Município de Barbalha, representado por seu filho, Major José Raimundo de Macedo, e pelo juiz de direito daquela comarca, Dr. Arnulfo Lins e Silva; Coronel Joaquim Fernandes de Oliveira, chefe do Município de Quixerá, representado pelo ilustre cidadão major José Alves Pimentel; e o Coronel Manuel Inácio de Lucena, chefe do Município de Brejo dos Santos, representado pelo Coronel Joaquim de Santana. A convite deste, que, assumindo a presidência da magna sessão, logo deixou, ocupou-a o Reverendo Padre Cícero Romão Batista, para em seu nome declarar o motivo que aqui os reunia. Ocupada a presidência pelo Reverendo Padre Cícero, fora chamado o Major Pedro da Costa Nogueira, tabelião e escrivão da cidade de Milagres, que também se achava presente. Declarou o presidente que, aceitando a honrosa incumbência confiada pelo seu prezado e prestigioso amigo Coronel Antônio Joaquim de Santana, chefe de Missão Velha, e traduzindo os sentimentos altamente patrióticos do egrégio chefe político, Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Pinto Nogueira Acioli, que sentia d'alma as discórdias existentes entre alguns chefes políticos desta zona, propunha que, para desaparecer por completo esta hostilidade pessoal, se estabelecesse definitivamente uma solidariedade política entre todos, a bem da organização do partido, os adversários se reconciliassem e ao mesmo tempo lavrassem todos um pacto de harmonia política. Disse mais que, para que ficasse

<sup>61</sup> Fonte: MACEDO, Joaryvar. **Império do Bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: UFC, 1990. p. 135-138.

gravado este grande feito na consciência de todos e de cada um de per si, apresentava e submetia à discussão e aprovação subsequente os seguintes artigos de fé política:

Art. 1º Nenhum chefe protegerá criminosos do seu município nem dará apoio nem guarida aos dos municípios vizinhos, devendo pelo contrário ajudar a captura destes, de acordo com a moral e o direito.

Art. 2º Nenhum chefe procurará depor outro chefe, seja qual for a hipótese.

Art. 3º Havendo em qualquer dos municípios reações, ou, mesmo, tentativas contra o chefe oficialmente reconhecido com o fim de depô-lo, ou de desprestigiá-lo, nenhum dos chefes dos outros municípios intervirá nem consentirá que os seus municípios intervenham ajudando direta ou indiretamente os autores da reação.

Art. 4º Em casos tais só poderá intervir por ordem do Governo para manter o chefe e nunca para depor.

Art. 5º Toda e qualquer contrariedade ou desinteligência entre os chefes presentes será resolvida amigavelmente por um acordo, mas nunca por um acordo de tal ordem, cujo resultado seja a deposição, a perda de autoridade ou de autonomia de um deles.

Art. 6º E nessa hipótese, quando não puderem resolver pelo fato de igualdade de votos de duas opiniões, ouvir-se-á o Governo, cuja ordem e decisão será respeitada e estritamente obedecida.

Art. 7º Cada chefe, a bem da ordem e da moral política, terminará por completo a proteção a cangaceiros, não podendo protegê-los e nem consentir que os seus munícipes, seja sob que pretexto for, os protejam dando-lhes guarida e apoio.

Art. 8º Manterão todos os chefes aqui presentes inquebrantável solidariedade não só pessoal como política, de modo que haja harmonia de vistas entre todos, sendo em qualquer emergência "um por todos e todos por um", salvo em caso de desvio da disciplina partidária, quando algum dos chefes entenda de colocar-se contra a opinião e ordem do chefe do partido, o Excelentíssimo Doutor Antônio Pinto Nogueira Acioli. Nessa última hipótese, cumpre ouvirem e cumprirem as ordens do Governo e secundarem-no nos seus esforços para manter intacta a disciplina partidária.

Art. 9º Manterão todos os chefes incondicional solidariedade com o Excelentíssimo Doutor Antônio Pinto Nogueira Acioli, nosso honrado chefe, e como políticos disciplinados obedecerão incondicionalmente suas ordens e determinações.

Submetidos a votos, foram todos os referidos artigos aprovados, propondo unanimemente todos que ficassem logo em vigor desde essa ocasião.

Depois de aprovados, o Padre Cícero levantando-se declarou que, sendo de alto alcance o pacto estabelecido, propunha que fosse lavrado no Livro de Atas desta municipalidade todo o ocorrido, para por todos os chefes ser assinado, e que se extraísse uma cópia da referida ata para ser registrada nos livros das municipalidades vizinhas, bem como para ser remetida ao Doutor Presidente do Estado, que deverá ficar ciente de todas as resoluções tomadas, o que foi feito por aprovação de todos e por todos assinado.

Eu, Pedro da Costa Nogueira, secretário, a escrevi.

Padre Cícero Romão Batista

Antônio Luís Alves Pequeno

Antônio Joaquim de Santana

Pedro Silvino de Alencar

Romão Pereira Filgueira Sampaio

Roque Pereira de Alencar

Antônio Mendes Bezerra

Antônio Correia Lima

Raimundo Bento de Sousa Baleco

Padre Augusto Barbosa de Meneses

Cândido de Ribeiro Campos

Manuel Furtado de Figueiredo

José Inácio de Sousa

João Augusto de Lima

Arnulfo Lins e Silva

José Raimundo de Macedo

José Alves Pimentel



## ANEXO II: Entrevista de Lampião concedida ao médico do Crato Dr. Octacílio Macêdo em 1926<sup>62</sup>

*"Lampião, durante sua visita a Juazeiro do Norte, para onde se dirigira a convite do padre Cícero Romão, para integrar o Batalhão Patriótico no combate à coluna Prestes, foi entrevistado pelo médico de Crato, Dr. Octacílio Macêdo. Naquela ocasião, como dissemos anteriormente, Lampião estava hospedado no sobrado de João Mendes de Oliveira e, durante a entrevista, foi várias vezes à janela, atirando moedas para o povo que se aglomerava na rua<sup>63</sup>.*

*Essa entrevista é considerada pelos historiadores como peça fundamental no estudo e no conhecimento do fenômeno do cangaço. Vale a pena transcrever seus trechos mais importantes, atualizando a linguagem e traduzindo os numerosos termos regionais para a linguagem de hoje.*

*A entrevista teve dois momentos. O primeiro foi travado o seguinte diálogo:*

**- Que idade tem?**

- Vinte e sete anos.

**- Há quanto tempo está nesta vida?**

- Há nove anos, desde 1917, quando me ajuntei ao grupo do Sinhô Pereira.

**- Não pretende abandonar a profissão?**

*A esta pergunta Lampião respondeu com outra:*

- Se o senhor estiver em um negócio, e for se dando bem com ele, pensará porventura em abandoná-lo? Pois é exatamente o meu caso. Porque vou me dando bem com este "negócio", ainda não pensei em abandoná-lo.

**- Em todo o caso, espera passar a vida toda neste "negócio"?**

- Não sei... talvez... preciso porém "trabalhar" ainda uns três anos. Tenho alguns "amigos" que quero visitá-los, o que ainda não fiz, esperando uma oportunidade.

**- E depois, que profissão adotará?**

- Talvez a de negociante.

**- Não se comove a extorquir dinheiro e a "variar" propriedades alheias?**

<sup>62</sup> Publicada no Jornal O Ceará em 17 mar. 1926. Disponível para acesso no site: <http://forums.tibiabr.com/archive/index.php/t-103926.html>. Acessado em 16 jul. 2009.

<sup>63</sup> Os trechos grafados em itálico foram escritos por Otacílio Macêdo como também pelo redator do referido jornal, já as indagações em negrito dizem respeito às perguntas que foram feitas a Lampião.

- Oh! mas eu nunca fiz isto. Quando preciso de algum dinheiro, mando pedir "amigavelmente" a alguns camaradas.

*Nesta altura chegou o 1º tenente do Batalhão Patriótico de Juazeiro, e chamou Lampião para um particular. De volta avisou-nos o facínora:*

- Só continuo a fazer este "depoimento" com ordem do meu superior. (Sic!)

- **E quem é seu superior?**

- !!

- **Está direito...**

*Quando voltamos, algumas horas depois, à presença de Lampião, já este se encontrava instalado em casa do historiador brasileiro João Mendes de Oliveira.*

*Rompida, novamente, a custo, a enorme massa popular que estacionava defronte à casa, penetramos por um portão de ferro, onde veio Lampião ao nosso encontro, dizendo:*

- Vamos para o sótão, onde conversaremos melhor.

*Subimos uma escadaria de pedra até o sótão. Aí notamos, seguramente, uns quarenta homens de Lampião, uns descansando em redes, outros conversando em grupos; todos, porém, aptos à luta imediata: rifle, cartucheiras, punhais e balas...*

- **Desejamos um autógrafo seu, Lampião.**

- Pois não.

*Sentado próximo de uma mesa, o bandido pegou da pena e estacou, embaraçado.*

- Que qui escrevo?

- **Eu vou ditar.**

*E Lampião escreveu com mãos firmes, caligrafia regular.*

"Juazeiro, 6 de março de 1926

Para... e o Coronel...

Lembrança de EU.

Virgulino Ferreira da Silva.

Vulgo Lampião".

*Os outros facínoras observavam-nos, com um misto de simpatia e desconfiança. Ao lado, como um cão de fila, velava o homem de maior confiança de Lampião, Sabino Gomes, seu lugar-tenente, mal-encarado.*

-É verdade, rapazes! Vocês vão ter os nomes publicados nos jornais em letras redondas...

*A esta afirmativa, uns gozaram o efeito dela, porém parece que não gostaram da coisa.*

- **Agora, Lampião, pedimos para escrever os nomes dos rapazes de sua maior confiança.**

- Pois não. E para não melindrar os demais companheiros, todos me merecem igual confiança, entretanto poderia citar o nome dos companheiros que estão há mais tempo comigo.

*E escreveu: 1 - Luiz Pedro; 2 – Jurity; 3 – Xumbinho; 4 – Nuvueiro; 5 – Vicente; 6 – Jurema.*

*E o estado maior:*

1 - Eu, Virgulino Ferreira; 2 - Antônio Ferreira; 3 - Sabino Gomes.

*Passada a lista para nossas mãos fizemos a "chamada" dos cabecilhas fulano, cicrano, etc. Todos iam explicando a sua origem e os seus feitos. Quando chegou a vez de "Xumbinho", apresentou-se-nos um rapazola, quase preto, sorridente, de 18 anos de idade.*

**- É verdade, "Xumbinho"! Você, rapaz tão moço, foi incluído por Lampião na lista dos seus melhores homens... Queremos que você nos ofereça uma lembrança...**

*"Xumbinho" gozou o elogio. Todo humilde, tirou da cartucheira uma bala e nos ofereceu como lembrança...*

**- No caso de insucesso com a polícia, quem o substituirá como chefe do bando?**  
- Meu irmão Antônio Ferreira ou Sabino Gomes...

**- Os jornais disseram, ultimamente, que o tenente Optato, da polícia pernambucana, tinha entrado em luta com o grupo, correndo a notícia oficial da morte de Lampião.**

- É, o tenente é um "corredor", ele nunca fez a diligência de se encontrar "com nós"; nós é que lhe matemos alguns soldados mais afoitos.

**- E o cel. João Nunes, comandante geral da polícia de Pernambuco, que também já esteve no seu encalço?**

- Ah, este é um "velho frouxo", pior do que os outros...

*Neste momento chegou ao sótão uma "romeira" velha, conduzindo um presente para Lampião. Era um pequeno "registro" e um crucifixo de latão ordinário. "Velinha", apresentando as imagens: "Stá aqui, seu coroné Lampião, que eu truve para vomecê".*

- Este santo livra a gente de balas? Só me serve si for santo milagroso.

*Depois, respeitosamente, beijou o crucifixo e guardou-o no bolso. Em seguida tirou da carteira uma nota de 10\$000 e gorgetou a romeira.*

**- Que importância já distribuiu com o povo do Juazeiro?**

- Mais de um conto de réis.

*Lampião começou por identificar-se:*

- Chamo-me Virgulino Ferreira da Silva e pertença à humilde família Ferreira do Riacho de São Domingos, município de Vila Bela. Meu pai, por ser constantemente perseguido pela família Nogueira e em especial por Zé Saturnino, nossos vizinhos, resolveu retirar-se para o município de Águas Brancas, no estado de Alagoas. Nem por isso cessou a perseguição.

- Em Águas Brancas, foi meu pai, José Ferreira, barbaramente assassinado pelos Nogueira e Saturnino, no ano de 1917.

- Não confiando na ação da justiça pública, por que os assassinos contavam com a escandalosa proteção dos grandes, resolvi fazer justiça por minha conta própria, isto é, vingar a morte do meu progenitor. Não perdi tempo e resolutamente arrumei-me e enfrentei a luta.

Não escolhi gente das famílias inimigas para matar, e efetivamente consegui dizimá-las consideravelmente.

*Sobre os grupos a que pertenceu:*

- Já pertenci ao grupo de Sinhô Pereira, a quem acompanhei durante dois anos. Muito me afeiçoei a este meu chefe, porque é um leal e valente batalhador, tanto que se ele ainda voltasse ao cangaço iria ser seu soldado.

*Sobre suas andanças e seus perseguidores:*

- Tenho percorrido os sertões de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, e uma pequena parte do Ceará. Com as polícias desses estados tenho entrado em vários combates. A de Pernambuco é disciplinada e valente, e muito cuidado me tem dado. A da Paraíba, porém, é uma polícia covarde e insolente. Atualmente existe um contingente da força pernambucana de Nazaré que está praticando as maiores violências, muito se parecendo com a força paraibana.

*Referindo-se a seus coiteiros, Lampião esclareceu:*

- Não tenho tido propriamente protetores. A família Pereira, de Pajeú, é que tem me protegido, mais ou menos. Todavia, conto por toda parte com bons amigos, que me facilitam tudo e me consideram eficazmente quando me acho muito perseguido pelos governos.  
 - Se não tivesse de procurar meios para a manutenção dos meus companheiros, poderia ficar oculto indefinidamente, sem nunca ser descoberto pelas forças que me perseguem.  
 - De todos meus protetores, só um traiu-me miseravelmente. Foi o coronel José Pereira Lima, chefe político de Princesa. É um homem perverso, falso e desonesto, a quem durante anos servi, prestando os mais vantajosos favores de nossa profissão.

*A respeito de como mantém o grupo:*

- Consigo meios para manter meu grupo pedindo recursos aos ricos e tomando à força aos usuários que miseravelmente se negam de prestar-me auxílio.

*Se estava rico?*

- Tudo quanto tenho adquirido na minha vida de bandoleiro mal tem chegado para as vultuosas despesas do meu pessoal - aquisição de armas, convindo notar que muito tenho gasto, também, com a distribuição de esmolas aos necessitados.

*A respeito do número de seus combates e de suas vítimas disse:*

- Não posso dizer ao certo o número de combates em que já estive envolvido. Calculo, porém, que já tomei parte em mais de duzentos. Também não posso informar com segurança o número de vítimas que tombaram sob a pontaria adestrada e certa de meu rifle. Entretanto, lembro-me perfeitamente que, além dos civis, já matei três oficiais de polícia, sendo um de Pernambuco e dois da Paraíba. Sargentos, cabos e soldados, é impossível guardar na memória o número dos que foram levados para o outro mundo.

*Sobre as perseguições e fugas deixou claro:*

- Tenho conseguido escapar à tremenda perseguição que me movem os governos, brigando como louco e correndo rápido como vento quando vejo que não posso resistir ao ataque. Além disso, sou muito vigilante, e confio sempre desconfiando, de modo que dificilmente me pegarão de corpo aberto.  
 - Ainda é de notar que tenho bons amigos por toda parte, e estou sempre avisado do movimento das forças.  
 - Tenho também excelente serviço de espionagem, dispendioso, mas utilíssimo.

*Seu comportamento mereceu alguns comentários bastante francos:*

- Tenho cometido violências e depredações vingando-me dos que me perseguem e em represália a inimigos. Costumo, porém, respeitar as famílias, por mais humildes que sejam, e quando sucede algum do meu grupo desrespeitar uma mulher, castigo severamente.

*Perguntado se deseja deixar essa vida:*

- Até agora não desejei, abandonar a vida das armas, com a qual já me acostumei e sinto-me bem. Mesmo que assim não sucedesse, não poderia deixá-la, porque os inimigos não se esquecem de mim, e por isso eu não posso e nem devo deixá-los tranquilos. Poderia retirar-me para um lugar longínquo, mas julgo que seria uma covardia, e não quero nunca passar por um covarde.

*Sobre a classe da sua simpatia:*

- Gosto geralmente de todas as classes. Aprecio de preferência as classes conservadoras - agricultores, fazendeiros, comerciantes, etc., por serem os homens do trabalho. Tenho veneração e respeito pelos padres, porque sou católico. Sou amigo dos telegrafistas, porque alguns já me tem salvo de grandes perigos. Acato os juízes, porque são homens da lei e não atiram em ninguém.

- Só uma classe eu detesto: é a dos soldados, que são meus constantes perseguidores. Reconheço que muitas vezes eles me perseguem porque são sujeitos, e é justamente por isso que ainda poupo alguns quando os encontro fora da luta.

*Perguntado sobre o cangaceiro mais valente do nordeste:*

- A meu ver o cangaceiro mais valente do nordeste foi Sinhô Pereira. Depois dele, Luiz Padre. Penso que Antonio Silvino foi um covarde, porque se entregou às forças do governo em consequência de um pequeno ferimento. Já recebi ferimentos gravíssimos e nem por isso me entreguei à prisão.

- Conheci muito José Inácio de Barros. Era um homem de planos, e o maior protetor dos cangaceiros do Nordeste, em cujo convívio sentia-se feliz.

*Questionado sobre ferimentos em combate, contou:*

- Já recebi quatro ferimentos graves. Dentre estes, um na cabeça, do qual só por um milagre escapei. Os meus companheiros também, vários têm sido feridos. Possuímos, porém, no grupo, pessoas habilitadas para tratar dos ferimentos, de modo que sempre somos convenientemente tratados. Por isso, como o senhor vê, estou forte e perfeitamente sadio, sofrendo, raramente, ligeiros ataques reumáticos.

*Sobre ter numeroso grupo:*

- Desejava andar sempre acompanhado de numeroso grupo. Se não o organizo conforme o meu desejo é porque me faltam recursos materiais para a compra de armamentos e para a manutenção do grupo - roupa, alimentação, etc. Estes que me acompanham é de quarenta e nove homens, todos bem armados e municiados, e muito me custa sustentá-los como sustento. O meu grupo nunca foi muito reduzido, tem variado sempre de quinze a cinquenta homens.

*Sobre padre Cícero Lampião foi bem específico:*

- Sempre respeitei e continuo a respeitar o estado do Ceará, porque aqui não tenho inimigos, nunca me fizeram mal, e além disso é o estado do padre Cícero. Como deve saber, tenho a maior veneração por esse santo sacerdote, porque é o protetor dos humildes e infelizes, e sobretudo porque há muitos anos protege minhas irmãs, que moram nesta cidade. Tem sido

para elas um verdadeiro pai. Convém dizer que eu ainda não conhecia pessoalmente o padre Cícero, pois esta é a primeira vez que venho a Juazeiro.

*Em relação ao combate aos revoltosos:*

- Tive um combate com os revoltosos da coluna Prestes, entre São Miguel e Alto de Areias. Informado de que eles passavam por ali, e sendo eu um legalista, fui atacá-los, havendo forte tiroteio. Depois de grande luta, e estando com apenas dezoito companheiros, vi-me forçado a recuar, deixando diversos inimigos feridos.

*A respeito de sua vinda ao Ceará:*

- Vim agora ao Cariri porque desejo prestar meus serviços ao governo da nação. Tenho o intuito de incorporar-me às forças patrióticas do Juazeiro, e com elas oferecer combate aos rebeldes. Tenho observando que, geralmente, as forças legalistas não têm planos estratégicos, e daí os insucessos dos seus combates, que de nada tem valido. Creio que se aceitassem meus serviços e seguissem meus planos, muito poderíamos fazer.

*Sobre o futuro Lampião mostrou-se incerto, apesar de ter planos:*

- Estou me dando bem no cangaço, e não pretendo abandoná-lo. Não sei se vou passar a vida toda nele. Preciso trabalhar ainda uns três anos. Tenho de visitar alguns amigos, o que não fiz por falta de oportunidade. Depois, talvez me torne um comerciante.

*Aqui termina a entrevista concedida por Lampião em Juazeiro.*

*Na despedida Lampião nos acompanhou até a porta. Pediu nosso cartão de visita e acrescentou:*

- Espero contar com os "votos" dos senhores em todo tempo!  
- **Sem dúvida... respondemos.**



**ANEXO III:**  
**Carta de advertência para o sargento José Antônio do Nascimento em 1926<sup>64</sup>**

Ilmo, José Antônio

Eu lhi faço este, até não devia mi sujeitar a ti escrever poreu sempre mando ti avizar pois eu soube qui no dia que cheguei ahi na fazenda esteve prompto para vir mi voltar poreu, Eu sempre lhi digo qui Voce crie juizo, e deixi de violências, pois Eu venho chamado é por home, mesmo asim, com zuada não mi faz medo. Eu tenho visto é cousa forte, e não me asombra, portanto deve e tratar de fazer amigos não para fazer como diz voce. Sempre lhi avizo, qui E para depois não se arrepender e nada mais: não se zangue, isto E um conselho que lhi dou.

Do Capm Virgulino Ferreira da Silva

<sup>64</sup> José Antônio do Nascimento era delegado do Juazeiro do Norte, no ano de 1926, período em que Lampião entrou naquela cidade. O documento encontra-se transcrito na íntegra no livro: MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 4.ed. São Paulo: A Girafa Editora, 2004. p. 404.



#### ANEXO IV: Carta que Padre Cícero enviou a Luís Carlos Prestes em 1926<sup>65</sup>

Ao Capitão Luís Carlos Prestes e seus companheiros de luta

Caros Patrícios

Venho vos convidar à rendição

Faço-o firmado na convicção de que presto serviço à Pátria, por cuja grandeza também devem palpitar os vossos corações patriotas.

Acredito que já não nutris esperanças na vitória da causa pela qual, há tanto tempo pelejas, com excepcional bravura. É tempo, portanto, de retrocederes no árduo caminho por que seguis e que, agora tudo está a indicar, vos vai conduzindo a inevitável abismo. Isto, sinceramente, enche-me a alma de sacerdote católico e brasileiro de intraduzíveis apreensões, dominando-a de indefinível tristeza.

Reflexo do meu grande amor ao Brasil, esta tristeza, assevero-vos firmemente, é uma resultante do conhecimento que tenho dos inauditos sacrifícios que estais impondo à Nação, que entre os quais incluo, com notável relevo, o vosso próprio sacrifício e dos muitos companheiros que são vossos aliados, na expectativa de resultados, hoje, provavelmente impossíveis.

Confrange-me o coração e atormenta-me, incessantemente o espírito esse inominável espetáculo de estar observando brasileiros contra brasileiros, numa luta fratricida e exterminadora, que tanto nos prejudica vitais interesses ao interior quanto nos humilha e deprime perante o estrangeiro. Acresce que para uma Nação jovem e despovoada como é a nossa, as atividades constantes de cada cidadão representam um valor inestimável ao impulsionamento do seu progresso. De modo que para se fazer obra de impatriotismo basta

<sup>65</sup> Fonte: Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo/Crato e jornal *O Sitiá*, de 7 de março de 1926. O documento encontra-se publicado na íntegra nos livros: BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A Derradeira Gesta**: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão. 2.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 245-246; NETO, Lira. **Padre Cícero**: poder, fé e guerra no sertão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 473.

contribuir-se para a paralisação dessas atividades ou para o desvio de sua aplicação construtora. É o que estais fazendo, involuntariamente, talvez.

Assim sendo, é claro que os outros vultuosos males não acarretasse ao País a campanha que contra ele sustentais, bastaria atentardes nesta importante razão para vos demoverdes dos propósitos de luta em que persistis.

Entretanto, deveis refletir ainda na viuvez e na orfandade que, com penalizadora abundância, se espalham por toda parte; na fome e na miséria que acompanham os vossos passos, cobrindo-vos das maldições dos vossos patrícios, que não sabem compreender os motivos da vossa tormentosa derrota através do nosso grandioso hinterland!

É, pois, em nome destes motivos superiores e porque reconheço o valor pessoal de muitos dos moços que dirigem esta malfadada revolução, que ousou vos convidar e a todos os vossos companheiros a depordes as armas. Prometo-vos, em retribuição à atenção que derdes a este meu convite, todas as garantias legais e bem assim me comprometo a ser advogado das vossas pessoas perante os poderes constitucionais da República, em cuja patriótica complacência muito confio e deveis confiar também. Deus queira inspirar a vossa resolução que aguardo com confiança.

Deus e o amor da Pátria sejam vossos orientadores neste momento decisivo da vossa sorte, cujos horizontes me parecem toldados de sombrias nuvens.

Outrossim, é meu principal desejo vos salvar da ruína moral em que, insensivelmente, vos estais embrenhando com os feios atos e desregramentos conseqüentes da revolução e que, certamente, vos conduzirão a uma inevitável ruína. Lembrai-vos de que sois moços educados, valentes soldados do Brasil, impulsionados neste vosso corajoso tentamen por um ideal, irrefletido embora, e que, entre tanto, estais passando, perante a maioria dos vossos compatriotas, por celerados comuns, já se vos tendo comparado, na imprensa das capitais, aos mais perigosos facínoras do Nordeste.

Isto é profundamente entristecedor. Deixai, portanto, a luta e voltai à paz – paz que será abençoada por Deus, bendita pela Pátria e aclamada pelos vossos concidadãos, e, pois, só vos poderá conduzir à felicidade. Deus e a Pátria assim o querem e eu espero que assim os fareis.

Com toda atenção subscrevo-me

Vosso patrício muito grato

Padre Cícero Romão Batista  
Joazeiro, 20 de fevereiro de 1926.



**ANEXO V:**  
**Roteiro percorrido pelos cangaceiros no Rio Grande do Norte<sup>66</sup>**



<sup>66</sup> Fonte: GURGEL, Antônio; BRITO, Raimundo Soares de. **Nas Garras de Lampião – Diário**. 2.ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2006. p. 13.



**ANEXO VI:**  
**Bilhete de Lampião ao prefeito Rodolfo Fernandes – 1927<sup>67</sup>**

capitão Virgolino-Terreira (Lampião)

Ge. Rodolpho.

Estando eu até aqui  
 pretendo ir já foi um  
 aviso; ali já os senhoris.  
 se por acaso resolver ir,  
 a mandar, será a importância  
 que aqui nos pedi. Eu envito  
 di Entrada ali parem não  
 vindo esta importância eu  
 entrarei, até ali pouco qui adeus  
 querer. eu entro e não aver  
 muito estrago, por isto si vir  
 o drº eu não entro, ali nos  
 no resposste logo.

Capº Lampião

<sup>67</sup> Arquivo do Museu Municipal Lauro da Escóssia, Mossoró – RN.